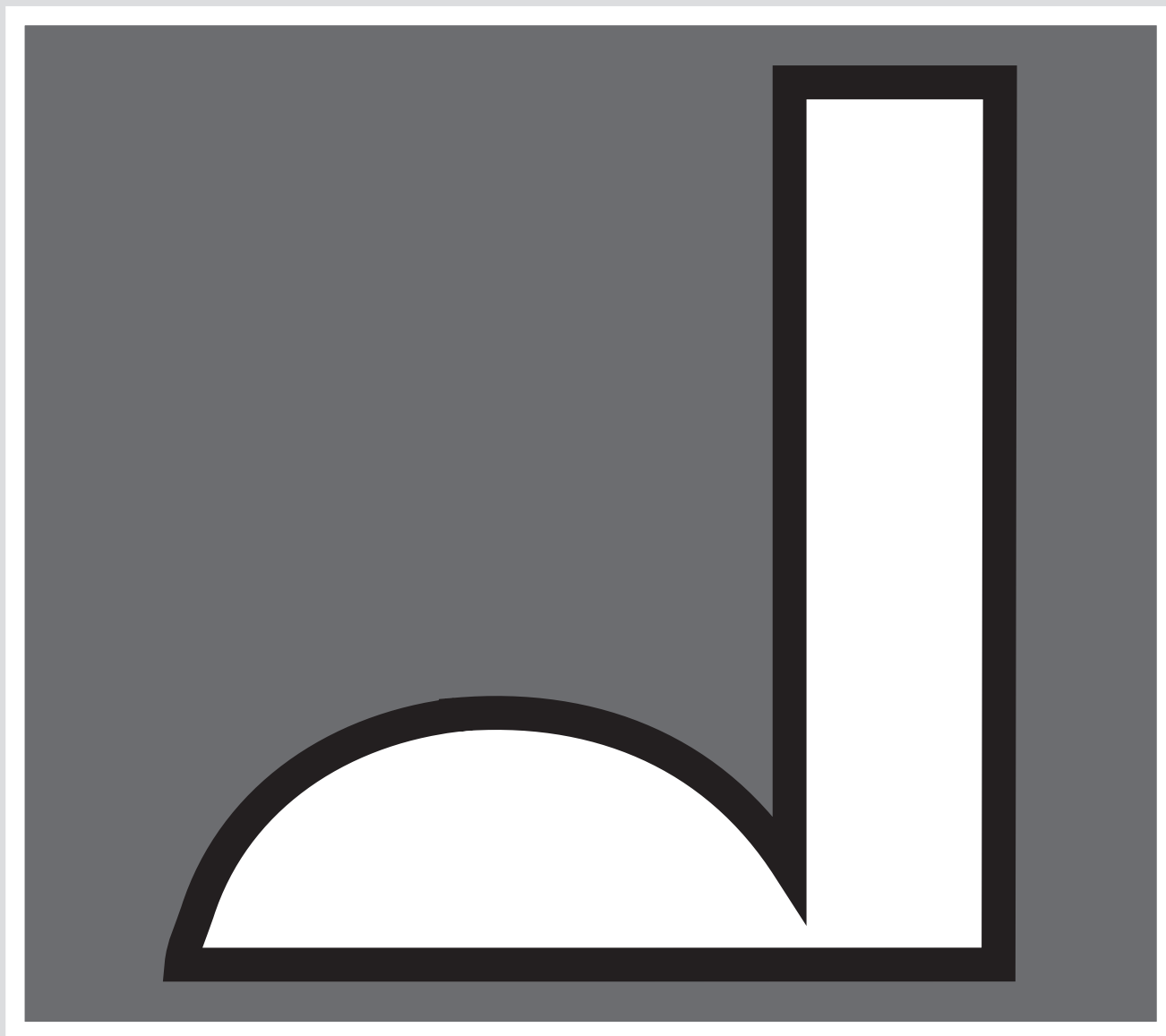




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 016 - SEXTA-FEIRA, 29 DE FEVEREIRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN²
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges¹ PR-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 28	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 27
LÍDER Valdir Raupp VICE-LÍDERES 	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles	LÍDER Demóstenes Torres VICE-LÍDERES Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes ⁴ Romeu Tuma ⁴
LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 2 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER DO DEM – 14 José Agripino VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 5 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

¹ Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 2.10.2007).

² Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007)

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, n° 31, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 3, DE 2008

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 403, de 26 de novembro de 2007, que “Dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal e dá outras providências”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 9 de março de 2008, tendo em vista que sua votação não foi encenada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2008-CN

Altera a redação do § 2º do art. 4º da Resolução nº 1, de 1970-CN (Regimento Comum), para ampliar o número de vice-líderes do governo no Congresso Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 4º do Regimento Comum passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º
.....
§ 2º O líder do governo poderá indicar até 5 (cinco) vice-líderes, dentre os integrantes das representações partidárias que apóiem o governo.
.....”(NR)

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Itatibense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiba do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 679, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Itatibense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiba do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Lourenciana de Artes e Recreação – SOLAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 35, de 7 de fevereiro de 2006, que outorga autorização à Associação Lourenciana de Artes e Recreação – Solar para executar, por 10 (dez)

anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural São Pedro Apóstolo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Ivaí, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 575, de 18 de novembro de 2005, que outorga autorização à Associação Cultural São Pedro Apóstolo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Ivaí, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 34, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Caparaó, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 22, de 15 de janeiro de 2004, que outorga autorização à Associação Comunitária Nova Cultural para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Caparaó, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Aquidabã – ACCCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aquidabã, Estado de Sergipe.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 331, de 7 de julho de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Aquidabã – ACCCA para executar,

por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aquidabã, Estado de Sergipe.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Sociedade de Radiodifusão Comunitária do Município de São Caetano para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Caetano, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 411, de 29 de agosto de 2006, que outorga autorização à Sociedade de Radiodifusão Comunitária do Município de São Caetano para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Caetano, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Anel do Brejo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coremas, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 452, de 28 de agosto de 2003, que outorga permissão à Sistema de Comunicação Anel do Brejo Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coremas, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 2008

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Oeste de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 228, de 18 de abril de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 5 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Rede Oeste de Comunicação Ltda.

para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Confiança de Tatuí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 14, de 19 de janeiro de 2006, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Confiança de Tatuí para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 40, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos da Cultura de Guaporé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 330, de 7 de julho de 2006, que outorga autorização à Associação Amigos da Cultura de Guaporé para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira – ASSOMIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 31, de 15 de janeiro de 2004, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira – ASSO-

MIRA para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, Estado do Pará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 2008

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Fraternidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.584, de 22 de novembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 12 de fevereiro de 1999, a permissão outorgada à Rádio Fraternidade Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 43, DE 2008

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sistema Bel’Rio de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 24, de 3 de fevereiro de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 21 de março de 2001, a permissão outorgada à Sistema Bel’Rio de Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Camaragibana de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passo de Camaragibe, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 5, de 5 de janeiro de 2006, que outorga autorização à Associação Camaragibana de Radiodifusão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passo de Camaragibe, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Amélia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Amélia, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 89, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Amélia para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Amélia, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Mamanguape – ADECOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 332, de 7 de julho de 2006, que outorga autorização à Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Mamanguape – ADECOM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 47, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Integração para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipatinga, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 95, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Associação Comunitária Integração para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipatinga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos de Ibitiura de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibitiura de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 84, de 16 de março de 2006, que outorga autorização à Associação dos Amigos de Ibitiura de Minas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibitiura de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Entre Rios do Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios do Oeste, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 755, de 24 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Entre Rios do Oeste para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios do Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Mantenópolis – ACOMANT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mantenópolis, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 765, de 24 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Mantenópolis – ACOMANT para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mantenópolis, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 51, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Candelária FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alto Paraíso, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 601, de 21 de setembro de 2006, que outorga permissão à Rádio Candelária FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alto Paraíso, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Putinga, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 162, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Putinga, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 53, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Camargo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camargo, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 708, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Camargo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camargo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 54, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário Progresso de Derrubadas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Derrubadas, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 764, de 24 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário Progresso de Derrubadas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Derrubadas, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Skala para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 798, de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Skala para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 56, DE 2008

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Capanema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Capanema, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 7 de dezembro de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Capanema Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Capanema, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 57, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Flores Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Flores, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 202, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Rádio Flores Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Flores, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 58, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Lontrense FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto do Lontra, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 530, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Rádio Lontrense FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto do Lontra, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 59, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Tabuleiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matinhos, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 799, de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação dos Moradores do Tabuleiro para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matinhos, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 2008

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Pedritense de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dom Pedrito, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 7 de dezembro de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Sociedade Pedritense de Rádio Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dom Pedrito, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 61, DE 2008

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Simpatia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chapada, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 7 de dezembro de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 24 de novembro de 1998, a concessão outorgada à Rádio Simpatia Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chapada, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 62, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional de Ipatinga para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 99, de 23 de janeiro de 2004, que outorga permissão à Fundação Educacional de Ipatinga para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 63, DE 2008

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Cataratas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de setembro de 2006, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 30 de setembro de 2003, a concessão outorgada à TV Cataratas Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 64, DE 2008

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empresa Jornalística Noroeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 7 de dezembro de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Empresa Jornalística Noroeste Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 65, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à Piccinini & Lucca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Roca Sales, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 70, de 23 de fevereiro de 2006, que outorga permissão à Piccinini & Lucca Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Roca Sales, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 66, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Porto Alegre do Tocantins – TO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre do Tocantins, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 15, de 19 de janeiro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Porto Alegre do Tocantins – TO para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre do Tocantins, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 67, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Candelária FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Horizonte do Oeste, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 485, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Rádio Candelária FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Horizonte do Oeste, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 68, DE 2008

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Venâncio Aires Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de dezembro de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Venâncio Aires Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 69, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à Radiofônica.Com Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Augusto, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 346, de 13 de setembro de 2004, que outorga permissão à Radiofônica.Com Marketing Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Augusto, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 70, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ciríaco, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 188, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ciríaco, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 71, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Rio Pardo de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Pardo de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 335, de 7 de julho de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Rio Pardo de Minas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Pardo de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 72, DE 2008

Aprova o ato que outorga concessão à Sistema Norte de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 98.922, de 2 de fevereiro de 1990, alterado pelo Decreto s/nº, de 6 de março de 2007, que outorga concessão à Sistema Norte de Rádio e Televisão Ltda. para explorar, por 15 (quinze) anos, a partir de 8 de maio de 1992, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 73, DE 2008

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM 102 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 476, de 25 de novembro de 2004, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 28 de fevereiro de 2001, a permissão outorgada à Rádio FM 102 Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 74, DE 2008

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Cultural Celinauta para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de setembro de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Fundação Cultural Celinauta para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 75, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Sistema SJV de Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Varginha, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 93, de 16 de fevereiro de 2005, que outorga autorização à Sistema SJV de Comunicação para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Varginha, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 76, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Agência de Desenvolvimento de Mallet para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mallet, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 566, de 18 de novembro de 2005, que outorga autorização à Agência de Desenvolvimento de Mallet para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mallet, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à SPC – Sistema Paraense de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Araguaia, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 250, de 24 de abril de 2006, que outorga permissão à SPC – Sistema Paraense de Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Araguaia, Estado do Pará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 78, DE 2008

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Taquara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 7 de dezembro de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Taquara Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 79, DE 2008

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural da Serra para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.735, de 2 de dezembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 6 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Fundação Cultural da Serra para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 80, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goioerê, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 497, de 22 de setembro de 2003, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goioerê, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 81, DE 2008

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Mallet Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média local na cidade de Mallet, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.554, de 22 de novembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 17 de junho de 2001, a permissão outorgada à Rádio Clube de Mallet Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média local na cidade de Mallet, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 82, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores Urbanos de Quedas do Iguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 166, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação dos Moradores Urbanos de Quedas do Iguaçu para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 83, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Capitão Leônidas Marques (ACOCALEMA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 642, de 22 de setembro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Capitão Leônidas Marques (ACOCALEMA) para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2008

Suspende a execução, com efeitos ex tunc, do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução, com efeito **ex tunc**, do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, conforme publicado no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 1998, em virtude de declaração incidental de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos dos **Habeas Corpus** nº 77.734-9/SC e 77.724-3/SP, publicados, respectivamente no **Diário de Justiça** de 10 de agosto de 2000 e 2 de fevereiro de 2001.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 18ª SESSÃO ESPECIAL, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Homenagear o eminente brasileiro Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira, nos termos dos Requerimentos nºs 156 e 160, de 2008, de iniciativa do Senador Marconi Perillo e outros Srs. Senadores. 3963

1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Garibaldi Alves Filho)

1.2.2 – Oradores

Senador Marco Maciel	3965
Senador Marcelo Crivella	3966
Senadora Kátia Abreu	3967
Senadora Lúcia Vânia	3968
Senador José Agripino	3970
Senadora Serys Shessarenko	3972
Senador Marconi Perillo	3973
Senador Gilberto Goellner	3975
Senador Valter Pereira	3978
Senador Jayme Campos	3979
Senador César Borges	3980
Senador Mão Santa	3982
Senador Flexa Ribeiro	3984
Senador Geraldo Mesquita Júnior	3986

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 19ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2008

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 184, de 2008, de autoria do Senador João Tenório, *solicitando autorização para desempenhar missão parlamentar na Conferência Internacional sobre Energia Renovável de Washington, DC (WIREC 2008), no período de 3 a 7 de março de 2008.* 3988

Nº 185, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, *solicitando voto de pesar e solidariedade à família do Monsenhor Rômulo Neves Baileiro.* 3988

Nº 186, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, seja ouvida a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, além das Comissões constantes do despacho inicial.* 3989

2.2.2 – Ofícios

Nº 35/2008, de 27 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, encaminhando o nome do **Senador Almeida Lima**, para ocupar a **Vice-Liderança** pelo PMDB, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira. 3989

Nº 53/2008, de 27 do corrente, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 417, de 2008. 3989

Nº 6/2008, de 28 do corrente, da Liderança do PT e Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na CPI das ONG e OSCIP. 3989

Nº 38/2008, de 28 do corrente, da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 419, de 2008. 3989

2.2.3 – Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

Nº 4, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Lobão Filho, que *dá nova redação ao art. 46 da Constituição Federal de modo a introduzir novas regras para a eleição de Senador e seu respectivo suplente.* 3989

Nº 5, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera o inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, para vedar a progressão de regime de cumprimento de pena, nos casos a que se refere o dispositivo.* 3992

2.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, que *define o ano de 2009 como o Ano do Ensino Técnico.* 3994

Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, que *acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro,*

para dispor sobre a circulação de motocicletas, motonetas e ciclomotores.....

3995

Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que *estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014. ...*

3997

Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que *altera o art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para dispor sobre a destinação de veículos objeto de pena de perdimento.....*

3998

Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que *dispõe sobre a interrupção do estágio da estudante grávida.....*

3999

2.2.5 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008, que *aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2007.....*

4000

2.2.6 – Discurso do Expediente

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Reconhecimento da importância do papel do Presidente Lula no contexto do Mercosul, e considerações sobre a possibilidade da entrada de Cuba no referido Bloco comercial.

4001

2.2.7 – Comunicação da Presidência

Designação do Senador Renato Casagrande como relator-revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que *institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. (Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007)*

4002

2.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR GILVAM BORGES – Leitura da Mensagem Presidencial de 2008 ao Congresso Nacional.....

4002

SENADOR MÃO SANTA – Críticas à criação da TV-Pública. Defesa da votação da derrubada do veto ao aumento dos aposentados e pensionistas do INSS.

4006

SENADORA ROSALBA CIARLINI – Expectativas de que a CPMI irá investigar a fundo as despesas realizadas por intermédio dos cartões corporativos do Governo.....

4010

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI, como Líder – Defesa da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, que *dispõe sobre a organização dos municípios.*

4012

SENADOR MÁRIO COUTO – Defesa do aumento aos aposentados e pensionistas.

4013

SENADOR GERSON CAMATA – A condição dos seqüestrados pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e posicionamento em favor de uma ação de força multinacional para extinguir a guerrilha.

4017

SENADOR PAULO DUQUE – Elogios ao Senador Mão Santa. Homenagem aos médicos e servidores que prestam serviço no Senado Federal. .

4019

2.2.9 – Comunicações da Presidência

Convocação de sessão conjunta solene do Congresso Nacional a realizar-se no próximo dia 11 de março, terça-feira, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e agradecer as vencedoras do Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz.....

4020

Recebimento do Ofício nº 442/2008, de 22 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, comunicando que deferiu parcialmente liminar na Medida Cautelar em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 130, para determinar que juízes e tribunais suspendam o andamento de processos e os efeitos de decisões judiciais, ou de qualquer outra medida que versem sobre determinados dispositivos da Lei nº 5.250, de 1967 (Lei de Imprensa).

4020

2.2.10 – Ofício

Nº 23/2008, da Liderança do PSDB no Senado Federal, solicitando a exclusão dos Senadores Sérgio Guerra e Cícero Lucena, como titulares, e Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como suplentes, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, das vagas destinadas ao Partido. .

4021

2.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR, como Líder – Manifestação em defesa do Governador Ivo Cassol, do Estado de Rondônia.....

4023

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Relato da viagem feita por S. Exa. aos municípios de Marapanim e Santarém, no Pará.....

4025

2.2.12 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008 (nº 2.440/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera os incisos II e III do caput do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.....*

4032

2.2.13 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Senador Tião Viana, nos termos dos artigos 403 e 91, do Regimento Interno do Senado Federal, com vistas a conferir decisão terminativa, na comissão, ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008, e deferida pelo Presidente Garibaldi Alves Filho, após consulta às Lideranças Partidárias.

4034

2.3 – ORDEM DO DIA

São os seguintes os itens cuja apreciação fica sobrestada, em virtude da falta de acordo para a apreciação das Medidas Provisórias nº 395 e 397, de 2007, e dos Projetos de Lei de Conversão nºs 1 e 2, de 2008, e transferidos para a sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 4 de março:

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 395, de 2007, *que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais, para os fins de especifica.* 4034

Item 2 (Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, *que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao § 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.*..... 4035

Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 397, de 2007, *que revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.*..... 4035

Item 4 (Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, *que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.*..... 4035

Item 5 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator **ad hoc**: Senador Antonio Carlos Júnior), *que*

aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2007...... 4035

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, *que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*..... 4035

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, *que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.* 4035

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, *que inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.* 4035

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, *que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de deputados e senadores).*..... 4036

Item 10 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, *que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*..... 4036

Item 11 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, *que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*..... 4036

Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, *que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*..... 4036

Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, *que altera o artigo 228 da Constitui-*

ção Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece......

4036

Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*.....

4037

Item 15 (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*.....

4037

Item 16

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de Programa Nacional de Habitação para Mulheres com responsabilidade de sustento da família.*.....

4037

Item 17

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.

4037

Item 18

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele).*.....

4037

Item 19

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão*

nominal da rede de distribuição, e dá outras providências......

4037

Item 20

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*.....

4037

Item 21

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.* ...

4038

Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*.....

4038

Item 23

Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*.....

4038

Item 24

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que *dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

4038

Item 25

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998* (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).....

4038

Item 26

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943* (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

4038

Item 27

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*.....

4038

Item 28		
Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que <i>denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.</i>	4039	
Item 29		
Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que <i>dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.</i>	4039	
Item 30		
Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que <i>acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências</i> (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)......	4039	
Item 31		
Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que <i>institui o Dia Nacional dos Surdos.</i>	4039	
Item 32		
Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que <i>institui o Dia Nacional do Vaqueiro.</i>	4039	
Item 33 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)		
Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que <i>altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.</i>	4039	
Item 34		
Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que <i>altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.</i>	4039	
Item 35 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)		
Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que <i>acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.</i>	4040	
Item 36		
Requerimento nº 1.302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que <i>requer com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira</i>		
		<i>para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.</i>
		4040
Item 37		
Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.....		4040
Item 38		
Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, <i>solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.</i>		4040
Item 39		
Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, <i>sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.</i>		4040
Item 40		
Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a <i>tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.</i>		4040
Item 41		
Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a <i>tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.</i>		4040
2.3.1 – Fala da Presidência (Senador Garibaldi Alves Filho)		
Resposta à questão levantada pelo Senador Alvaro Dias no tocante à Lei da Timemania.		4041
2.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia		
SENADOR ALVARO DIAS – Agradecimentos ao Presidente Garibaldi Alves Filho pelos esclarecimentos sobre a Lei da Timemania. Considerações sobre a reforma tributária.		4041
SENADOR VALDIR RAUPP, como Líder – Alerta ao Governo Federal da importância da implementação de algumas obras de infra-estrutura na região Norte, que já estão com previsão orçamentária.....		4044

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO*, como Líder – Considerações sobre a proposta de reforma tributária do Governo, enviada ao Congresso Nacional..... 4046

SENADOR *WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA* – Relato de visita realizada juntamente com o Ministro Hélio Costa ao Ministro Alfredo Nascimento, e a garantia de investimentos em infra-estrutura de estradas no Estado de Minas Gerais. Considerações sobre a atuação do PMDB no Senado Federal. 4048

SENADOR *JOSÉ MARANHÃO* – Relato sobre os trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 4051

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Comentários sobre o processo orçamentário e cobrança de recursos para os Estados pobres do Nordeste. 4058

SENADOR *JOSÉ NERY* – Reflexões sobre Cuba e o afastamento de Fidel Castro. 4062

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Justificativas a requerimentos apresentados por S.Exa. Relato de reunião com o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, para pedir providências rápidas para a solução dos problemas dos familiares das vítimas do acidente com o avião da TAM, em Congonhas, no dia 17 de julho de 2007. 4063

2.3.3 – Pareceres

Nº 105, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008 (nº 2.440/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera os incisos II e III do caput do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha*..... 4067

Nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Indicação nº 2, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *sugere, nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado, o estudo de todas as matérias que se encontram em tramitação nesta Casa e que tratem da questão do Trabalho Escravo*..... 4070

2.3.4 – Ofício do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Nº 12/08, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008..... 4072

2.3.5 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008, seja apreciado pelo Plenário. 4072

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 28-2-2008

4 – CONVÊNIO

Nº 3, de 2008, entre o Senado Federal e o Banco Santander S.A. 4073

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 18ª Sessão Especial, em 28 de fevereiro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Jayme Campos e Gilberto Goellner

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 21 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a homenagear o eminente brasileiro Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira.

Nos termos dos Requerimentos nºs 156 e 160, de 2008, de autoria dos Senadores Jayme Campos, Marconi Perillo e outros Srs. Senadores e Senadoras, passo, então, a anunciar o nome dos oradores que usarão da palavra.

Enquanto isso, vamos compor a Mesa dos nossos trabalhos, convidando, inicialmente, a Deputada Celcita Pinheiro, viúva do Senador Jonas Pinheiro, para que componha a Mesa; o Sr. Giorgio Pinheiro, filho do nosso Colega Jonas Pinheiro; a Srª Giani Antonia Pinheiro, filha do nosso Jonas Pinheiro; o Senador Jayme Campos, na qualidade de subscritor do requerimento. E, ainda, convido o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, que está aqui presente.

Na verdade, eu não estou me guiando aqui pelo Cerimonial. Eu estou me dirigindo, desta maneira, a todos os presentes, por saber da contribuição clara do Senador Jonas Pinheiro aos trabalhos da CNA, mas não sei efetivamente se algum diretor está presente neste momento. Aliás, fui informado de que está presente o Presidente da CNA, Dr. Fábio Meirelles.

Inicialmente peço desculpas, Dr. Fábio Meirelles, pelo pequeno pecado cometido pelo Cerimonial. Mas o maior pecado foi meu, porque eu gostaria de ter identificado logo V. Sª, tendo em vista que já nos encontramos em várias oportunidades, quando vi V. Sª agir sempre na defesa da nossa agricultura como dirigente da Confederação Nacional de Agricultura. Convido V. Sª a tomar assento à Mesa, o que nos dará grande honra.

Srªs e Srs. Senadores, autoridades que compõem a Mesa e que acabaram de ser nomeadas, foi

com enorme pesar que esta Casa recebeu a notícia do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido no último dia 19 de fevereiro.

Na verdade, tivemos de enfrentar, juntamente com seus amigos e principalmente com sua família, dias de intensa angústia porque o Senador Jonas Pinheiro foi acometido de uma doença que o levou à UTI e de lá ele não nos deu condições mais de convivência.

Deixa aqui no Senado um vazio impreenchível, assim como na vida política do Brasil e, sobretudo, na de seu amado Mato Grosso.

Para nós, seus colegas Senadores e para todos os funcionários desta Casa, fica a saudade do homem simples e afável, que aprendeu com seu pai que a honestidade e o trabalho devem ser as primeiras virtudes de um homem de bem.

Jonas Pinheiro era amado no Mato Grosso. Pude constatar isso quando, em companhia de 25 colegas Senadores, estivemos em seu sepultamento. Vimos a comoção popular, vimos o povo de Mato Grosso em sua casa, e a multidão tomava todas as ruas que circundavam a sua residência. Vimos como o povo chorou a morte de Jonas Pinheiro. Era o justo reconhecimento dos mato-grossenses ao trabalho incansável de um homem que se dizia “representante do lavrador no Senado”, representante do homem do campo.

Jonas Pinheiro era possuído desse amor pela sua terra, e isso se mostrou presente em todas as ocasiões, diuturnamente, no plenário e nas Comissões desta Casa, onde ele defendia, com conhecimento, é verdade, porque foi técnico agrícola, teve formação técnica nessa área. E me dizia, há pouco, o médico veterinário, o Sr. Josélio de Andrade Moura, que se encontra entre nós, Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, da qual Jonas Pinheiro era um dos integrantes, fazendo parte da direção científica.

Além do conhecimento, o que se notava em Jonas Pinheiro era o ardor, o entusiasmo, a vontade de transformar uma realidade que ele via ser injusta: aquela em que vive ainda hoje o homem do campo. Então, ele não perguntava apenas por que, como dizia o escritor. Ele perguntava por que não? Por que não transformar aquilo? Por que não dar ao agricultor melhores condições de vida, de trabalho? Ele me disse várias vezes

que não entendia como se subsidiava o agricultor, o verdadeiro agricultor na sua tarefa diuturna.

Em 25 anos de vida parlamentar, militou assim, dessa maneira, defendendo a causa da agricultura. Eu já tive oportunidade de dizer à Deputada Celsita, na sua emoção, pode não ter observado, mas eu tive a oportunidade de dizer que me comoveu o fato de ter sido colega de Jonas Pinheiro na CPI do Endividamento Rural. Era comovente a maneira como ele trabalhava naquela CPI.

Eu não poderia deixar de assinalar que esse trabalho que a CPI realizou se constituiu numa base para que, depois, ele pudesse ser aqui, nas Comissões de Agricultura e na de Reforma Agrária, um defensor dessa causa. Travou uma batalha incessante, que terá, certamente, continuadores: a batalha de processos de renegociação das dívidas dos produtores rurais.

Era integrante da Oposição, membro do Partido Democratas, liderado pelo Senador José Agripino, mas se colocava na linha de frente para negociar com o Governo, em nome da agricultura e dos agricultores que viviam e que vivem ainda hoje esse penoso processo de endividamento rural.

Não tenho dúvidas de que os avanços conquistados têm a marca desse trabalho de Jonas Pinheiro. Grande conhecedor de todos os aspectos do agro-negócio, ele conseguiu construir um acordo entre os Ministérios da Agricultura e o da Fazenda, juntamente com outros Parlamentares, para prorrogar o prazo de amortização das dívidas e melhorar as condições de pagamento.

Portanto, não é apenas o Estado de Mato Grosso que chora a morte de Jonas Pinheiro. São todos os produtores rurais, as suas famílias, que devem ao trabalho dele tudo isso que se obteve ao longo dos anos, apesar de se saber que não foi muito e que é preciso fazer muito mais.

Talvez a melhor definição que eu possa encontrar para o colega e amigo derive de suas próprias palavras. Jonas Pinheiro era um lavrador da política! Como lavrador, trabalhou de sol a sol para defender seus ideais.

Não era um homem de discussões filosóficas nem usava aquele jargão técnico, apesar de ter sido um técnico. Era um homem de trabalho árduo que, com simplicidade e dedicação, arava o terreno na certeza de que depois colheria os frutos.

Em 13 anos de Senado, apresentou 59 proposições, sendo 33 projetos e 26 requerimentos, em sua maioria versando sobre a agricultura e o meio ambiente.

Acreditava, como todos nós acreditamos, que estimular a atividade econômica do campo era a melhor

maneira de combater o êxodo rural, principal responsável pelo agravamento da miséria e pelo aumento da criminalidade nos grandes centros.

Fixar o homem no campo, por meio da geração de emprego e aumento de renda na agropecuária, era para ele a grande saída para as mazelas sociais do Brasil.

Portanto, ao homenagear Jonas Pinheiro, eu quero dizer a sua família do imenso pesar desta Casa por esta perda. Para todos nós, que fomos seus colegas, ele deixou essa impressão, essa certeza de que nós perdemos um homem que dedicou a sua vida ao trabalho em favor do homem do campo.

Quero contar até uma história que eu conto sempre e que contei lá em Mato Grosso, porque ela revela ao mesmo tempo todo o sofrimento do homem do campo e o humor com que ele enfrenta suas dificuldades. Foi uma história que ouvi com Jonas Pinheiro quando ele, na CPI do Endividamento Rural, foi abordado. Eu não me lembro exatamente onde, porque nós percorremos muitos lugares, um homem do campo disse a ele: "Olha, Senador Jonas, aqui não se trata mais as nossas mulheres por minha querida, as nossas mulheres nós não podemos mais chamá-las mais de minha... Nós só podemos chamá-la de amada, de querida, mas não podemos chamá-la de meu bem, porque, senão, o banco penhora".

Então, a partir dessa e de outras histórias, eu fiquei certo de que a identificação do homem do campo com ele era uma coisa maior do que a gente sentia aqui, até mesmo nos seus discursos. Por isso, eu faço questão de, nesta hora, na qualidade de seu colega, de seu amigo, mas de Presidente do Senado, dizer que o trabalho realizado por ele será sempre lembrado por nós, mas que será o trabalho realizado por ele, sobretudo, sempre lembrado por aqueles que estão no campo à espera de que possam surgir outros Jonas Pinheiros para defender a sua causa e a sua luta.

Muito obrigado. (Palmas.)

Registro a presença do nosso colega durante muito tempo Senador Maguito Vilela, hoje Diretor Vice-Presidente do Banco do Brasil; registro sua presença e sei que S. Ex^a sentado em uma dessas cadeiras vai se sentir tão bem como se estivesse sentado aqui à Mesa dos nossos trabalhos.

Peço ao Senador Jayme Campos que assuma a Presidência dos nossos trabalhos porque tenho que estar no meu gabinete para receber o Ministro Guido Mantega, que vem entregar ao Senado Federal o projeto de reforma tributária.

Peço desculpas à família se vou me ausentar, mas fica aqui um amigo, um companheiro do nosso Senador Jonas Pinheiro, que é o Senador Jayme Campos, que passa a presidir a sessão neste momento.

O Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Nós queremos conceder a palavra ao ilustre Senador da República Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente desta reunião em homenagem ao saudoso colega, amigo, e excelente Parlamentar Jonas Pinheiro; quero saudar o Senador Jayme Campos, que preside a reunião e agradecer também haver permitido que eu falasse no início desta reunião, em que lembramos a memória do inesquecível Senador Jonas Pinheiro.

Quero saudar também as presenças do Sr. Fábio Meirelles, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura; Dr. Josélio de Andrade Moura, Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, instituição à qual S. Ex^a pertencia e era membro do seu Conselho Científico; da companheira de toda vida de Jonas Pinheiro, a Deputada Celcita Pinheiro e seus filhos, o Giorgio e a Giani, Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados ilustres, Senador Maguito Vilela, Sr. Presidente,

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a política foi definida como Ciência, Virtude e Arte do bem-comum. Mais que uma profissão, diria, uma atitude de vida. Igualmente, a política tem um compromisso ético com as nossas convicções, de exercitar a virtude da paciência. É valorizar, também, a importância da convivência. Convivência, porém, não é sinônimo de concordar. Daí, respeitar a importância das convicções, mesmo, quando não são as nossas. Mas, como acredito na força das idéias, sempre entendi, que as nossas convicções não devem ser obstáculo para o diálogo e a transigência. Devemos, pois, buscar, sempre, entre aquilo que nos separa, aquilo que nos pode unir. porque, se queremos viver juntos na divergência, que é, frise-se – o princípio vital da democracia – estamos condenados a nos entender. Fazer política, também, servir e não servir-se.

O exemplo que Jonas Pinheiro nos deixou, cujo desaparecimento tanto, pranteamos, é, exatamente, isso: uma dedicação obstinada, no sentido de servir, não, somente, à sua comunidade, mas, ao País e às instituições. Ele foi exemplo de dedicação integral à política, fazendo da vida pública – como diria Joaquim Nabuco – uma ação missionária. E, para essa ação, ele se preparou, estudando, diuturnamente os problemas ligados à agricultura e à pecuária, que foram também temas a que ele se devotava com a dedicação quase religiosa.

Formado em Medicina Veterinária, posto que natural de um Estado – o Mato Grosso – cuja vocação

é sobretudo para o setor primário da economia, ele era um intérprete sempre atento daquilo que hoje se chama agronegócio.

Cedo, sabemos, revelou o lado de sua carreira profissional, mas cedo também revelou sua sensibilidade para a política.

Exemplo disso é a sua participação no Corpo da Paz, ensinando cursos de agricultura a jovens estudantes americanos destinada a ajudar o desenvolvimento da América Latina, África e Ásia, uma das iniciativas do idealismo do Presidente John Kennedy. Vários daqueles jovens a optar por viverem para sempre nos países ajudados, inclusive no Brasil. Jonas Pinheiro desenvolveu um excelente trabalho integrando grupo do Corpo da Paz.

Foi, posteriormente, Secretário do Interior no seu Estado, Deputado Estadual e, posteriormente, em três sucessivas Legislaturas, Deputado Federal e se elegeu duas vezes Senador da República, em cujos mandatos se dedicou integralmente à defesa das aspirações do seu povo, especialmente na busca de desenvolver a agricultura e a pecuária em nosso País.

Na minha longa convivência com Jonas Pinheiro, devo recordar também sua coerência de conduta política, sua verticalidade de caráter, que se transportava também para o território da fidelidade partidária, cujo exemplo foi a sua participação em nosso Partido, o Democratas, tendo, inclusive, falecido no exercício das elevadas funções de Secretário-Geral do Diretório Nacional.

Não posso, também, deixar de destacar o testemunho de família, que ele e sua querida companheira, também política, Celcita Pinheiro, deram a todos nós. Ressalto, as convicções religiosas do casal, inclusive como integrantes da Pastoral Parlamentar Católica e da ação social que desenvolvia em seu Estado.

“A fé – disse certa feita o apóstolo São Paulo na Carta aos Hebreus – é um modo de já possuir o que se espera; um meio de conhecer realidades que ainda não se vêem”.

Para nós cristãos, a vida não termina com a morte. “A morte – disse certa feita Alceu Amoroso Lima -, não é o contrario da vida; é o avesso dela”. Daí podemos repetir com Rui Barbosa que “a morte não extingue: transforma; não aniquila: renova; não divorcia: aproxima”.

O que nos cabe, pois, a todos nós – seus colegas, companheiros de Partido, seus amigos e admiradores – é dar continuidade às ações que ele desenvolvia, inspirados em seu robusto exemplo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT)

– Concedo a palavra ao ilustre Senador da República pelo Estado do Rio de Janeiro Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Senador Jayme Campos, que preside esta sessão solene; Ex^{mos} Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras; senhoras e senhores familiares: Deputada Celcita Pinheiro, Giorgio Pinheiro, Giani Pinheiro; Sr. Flávio Meirelles, Presidente da CNA; em especial, quero agradecer à Senadora Kátia Abreu por, gentilmente, ter cedido a seu colega a oportunidade de prestar este elogio fúnebre. Ao Senador Maguito Vilela, saúdo com a saudade que S. Ex^a deixou em cada um de nós.

Sr. Presidente, no elogio fúnebre de São João Batista, nas palavras inesquecíveis e inimitáveis de Cristo, o evangelista escritor nos narra a cena simples e comovente na qual o Cristo nos fala do profeta que clamava no deserto, que se vestia com pele de camelo, que se alimentava de mel silvestre e gafanhotos e assim nos mostrava claramente que por amor a uma causa, por um ideal, por aquilo que se acredita, um homem vai aos limites da sua existência e entrega a própria vida no altar da devoção.

Sem querer traçar comparações entre a vida dos santos predestinados e a nossa, homens do povo, digo, no entanto, que aquele dom com o qual Deus unge os homens que não vivem para si mesmos, aquele amor obstinado a uma causa, a um ideal, a um princípio pelo qual se vive, luta e morre, de uma maneira misteriosa e esplendorosa, brilhava na alma e continha o ser do deputado, do senador, do servidor do povo, do amigo de todos, Jonas Pinheiro, cuja vida, tecida no estudo, no trabalho, na bondade e na inflexível determinação de defender a causa dos mais humildes, sobretudo do lavrador do seu querido Mato Grosso, foi um marco nesta Casa.

Até o último momento de sua existência, não se afastou do seu destino iluminado. Ao contrário, foi o político presente, atuante, enérgico, lúcido, moderado e eficiente. Morreu lutando. E o fim de sua trajetória não foi um melancólico crepúsculo. Foi radiante. A morte dos justos é a mão de Deus recolhendo o trigo que deu fruto aos celeiros celestiais. Corta-lhes a respiração, e voltam ao pó. Mas a sua alma rompe os horizontes sem fim da esperança, iluminada pelos clarões da eternidade, como os raios de sol que brilham sobre a lavoura de uma manhã sem nuvens.

Ele não temia a morte. Não prevaricou. Não esqueceu seus compromissos. Era o homem de sempre, o brasileiro das boas causas, que provou que a vida só vale quando é vivida na intensidade e na têmpera da forja dos ideais. Ideais que defendia com ardor imen-

surável, nas discussões no partido, nas comissões, no plenário, sempre com competência e extrema dedicação em prol do bravo Estado do Mato Grosso, o qual se orgulhava de representar.

Era um homem com idéias e ideais, com a simplicidade e o jeito modesto do agricultor.

Três vezes foi eleito Deputado Federal, duas vezes Senador. Jamais se afastou da sua origem, dos valores que vinculavam sua índole e vocação, dos símbolos da terra que davam forma à sua maneira de ser.

Nasceu, viveu e morreu como homem do povo. Não abandonou a bandeira, o juramento e o altar onde estava a causa do lavrador. Era um guia, um líder que entendia as angústias do seu povo, compreendia as suas necessidades e sabia avaliar as imensas dificuldades que enfrentavam; um carismático, sábio e generoso que refletia em si mesmo as aspirações do povo que representava.

Não vou, Sr. Presidente, traçar aqui uma biografia esquematizada desse ilustre brasileiro. Outros o farão, com uma acuidade e um brilho dos quais eu não seria capaz. Gostaria apenas de assinalar que de cada etapa de sua existência se irradia uma lição de dignidade que enobrece a vida. Do menino pobre, filho de pescador, nos chega a imagem do bom filho e do estudante compenetrado e inteligente. Do médico veterinário remonta o amor à natureza, e do estadista, a probidade, a dedicação cega ao trabalho, o respeito à dignidade humana sobretudo e principalmente do homem do campo em tal linha de honraria que se tornou o apostolado de sua vida.

Sua presença, nos corredores, nas comissões e no plenário desta Casa, inspirava sempre admiração e respeito. Jamais traiu a sua consciência e nunca e nunca se ouviu falar de um escândalo sequer que envolvesse seu nome. Homem simples, que trazia o cheiro do campo, o sorriso recatado e sóbrio, o olhar sem vaidade e as mãos rijas e firmes, como as de um camponês, que com golpes de tenacidade e bravura, rasga a terra para dela arrancar o sustento e a vida.

Na última vez em que esteve presente na Comissão de Ciência e Tecnologia, pouco antes de partir, ainda que fustigado pela doença que havia de lhe ceifar a vida, o Senador Jonas Pinheiro se apresentou para relatar um projeto de minha autoria, versando sobre a política nacional de sementes. Acompanhei de perto o episódio e verifiquei que ele foi cercado e assediado, como é comum na vida parlamentar, por um grupo no sentido de protelar a votação. Mas ele, parece que pressentindo que seria aquela a derradeira oportunidade que a vida lhe apresentava, mesmo diante dos apelos, fiel aos princípios que sempre defendeu, relatou, discutiu, votou e aprovou aquela matéria que

tanto lhe dizia respeito, que era do interesse legítimo de seu mandato e compromisso parlamentar.

Ali, naquele instante, naquele momento, naquele episódio derradeiro, pude contemplar o traçado da linha dos acontecimentos imprevisíveis e misteriosos do destino que cada um de nós tem. Ali se dava o último encontro do profeta com a profecia, do homem com a causa da sua vida. E mais uma vez cumpria o seu dever com uma autoridade que só ele tinha em temas dessa natureza.

O Brasil deve muito a esse filho ilustre, exemplo de vida pública e dos maiores do seu tempo.

No dia em que seu corpo era dado à sepultura, pairava sobre Mato Grosso uma tristeza imensa. Havia nos lares uma prece, na alma de seus conterrâneos uma lágrima e, em cada coração dos que o conheciam, um voto de pesar e de saudade.

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA(Bloco/PRB – RJ)

—Quando o Senado Federal, em sessão solene, presta o tributo da sua dor em homenagem ao extraordinário brasileiro, apresento, por honrosa delegação do Partido Republicano Brasileiro, ao Brasil, à família e aos amigos, nossos mais profundos sentimentos.

E, para concluir esse pronunciamento, Sr. Presidente, e celebrar a trajetória ilustre e o exemplo primoroso de dignidade e vida do Senador Jonas Pinheiro, não encontro outras palavras, se não aquelas que o apóstolo dos gentios pronunciou para definir o destino e a vida dos bravos: “Combati o bom combate. Acabei a carreira e jamais perdi a fé”. Mais não se podia dizer para definir a trajetória desse valoroso brasileiro. Ele foi um profeta do seu tempo, que sonhou, lutou e sofreu pelo povo que representou, serviu e amou. E, assim como viveu, ele partiu: modesto e moderado, com a certeza do dever cumprido, tranquilo com a sua consciência e intemorato no seu coração.

Não faleceu, apenas fechou os olhos para enxergar melhor. Como um bom lavrador, plantou nesse mundo a boa semente e foi colher no céu os frutos do seu trabalho honrado. Que Deus o tenha, estimado e saudoso companheiro Senador Jonas Pinheiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT)

— A Mesa agradece a fala magnífica e extraordinária do Senador Crivella.

Concedo a palavra à ilustre Senadora da República companheira Kátia Abreu e convido para fazer parte da Mesa o ex-Governador, ex-Senador, atualmente Vice-Presidente do Banco do Brasil, companheiro Maguito Vilela.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar V. Ex^a, que preside esta Mesa, Senador Jayme Campos, do nosso querido Estado de Mato Grosso, do Estado querido de Jonas Pinheiro. Cumprimento o Vice-Presidente de Governo do Banco do Brasil, Senador Maguito Vilela; minha querida amiga, Deputada Federal Celcita Pinheiro, esposa de nosso Senador Jonas, também uma guerreira, não só pela educação, pela área social do seu Estado, mas também pelo agronegócio brasileiro; a filha de Jonas Pinheiro, Sr^a Giani Pinheiro; Sr. Giorgio Pinheiro, irmão de nosso Senador; Senador Gilberto, que agora tem a difícil tarefa de substituir o nosso Senador; o Presidente da Confederação Nacional de Agricultura do Brasil, Fábio de Sales Meirelles; Deputados Federais; amigos de Jonas Pinheiro; servidores do gabinete do Senador Jonas Pinheiro, quero cumprimentar todos, em nome de nosso bravo e querido Farnesi, que era o escudeiro-mor de nosso Senador; senhoras e senhores aqui presentes.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadores e Senadores, familiares e amigos de nosso querido amigo, na atividade parlamentar existem aqueles homens e aquelas mulheres que, pela estridência com que defendem suas idéias, tornam-se conhecidos nacionalmente e chamam a atenção da sociedade para os temas em debate e para as decisões tomadas no Congresso Nacional, que afetam a vida de todos os cidadãos. Outros Parlamentares há que, embora muito ativos e consistentes em sua atuação, primam pela discrição.

O Senador Jonas Pinheiro pertencia a esta categoria de Parlamentares: incansável defensor da produção agrícola do seu Estado, Mato Grosso, foi Deputado Federal por três legislaturas sucessivas e se encontrava em seu segundo mandato de Senador. Sua discrição era inversamente proporcional à consistência de sua atuação parlamentar. Todas as vezes que subiu a esta tribuna foi para manifestar as mais urgentes e relevantes questões atinentes ao setor agropecuário.

E não pensemos, de modo enviesado, que se tratasse da defesa unilateral do agronegócio. De origem humilde, Jonas Pinheiro sempre se preocupou com o homem simples do campo.

O Senador Jonas Pinheiro afirmava que a solução das questões sociais do campo passava pela melhoria da qualificação do trabalhador e pelo aumento da oferta de empregos. Somente assim, dizia, o homem do campo poderá viver com o máximo de dignidade, sem ser explorado nem ludibriado por propagadores de utopias.

Jonas Pinheiro defendia suas idéias com a propriedade de quem nasceu e foi criado no campo. Desde cedo trabalhou a terra e com a terra. Primeiro, como técnico extencionista. Depois, desempenhando a profissão de médico veterinário e, mais tarde, na vida pública.

Conheci Jonas Pinheiro há muitos anos, mas nossos caminhos passaram a se cruzar com maior frequência quando presidi a Federação de Agricultura do Estado do Tocantins e, mais tarde, passei a integrar a diretoria da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, ainda no exercício do mandato de Deputada Federal.

Desde aqueles tempos, Celcita, tornei-me admiradora do trabalho e da pessoa de Jonas Pinheiro, por tudo o que ele conhecia e representava para o setor agropecuário, por sua dedicação e defesa das idéias desenvolvimentistas e, acima de tudo, por sua simplicidade intacta.

Por sua história de luta em favor da sociedade brasileira, o Senador Jonas Pinheiro, esse mato-grossense respeitado pela sua conduta e pelo seu conhecimento, merece a deferência de todos nós, seus Pares.

É lamentável que, no auge de sua vida pública, tenha sido o querido Jonas Pinheiro ceifado de nosso meio de forma tão abrupta. Mas temos o consolo da fé, que nos reanima a prosseguir, e temos a grande lição deixada por ele, um exemplo a ser seguido por todos nós.

Minhas homenagens a Jonas Pinheiro e minhas condolências a você, Celcita, aos seus filhos e netos, aos irmãos e a todos os familiares.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, de aqui acrescentar que Jonas Pinheiro era associado à Confederação Nacional da Agricultura. Não se falava em nenhuma ação nesta Casa sem que todos nós não nos lembrássemos de Jonas Pinheiro como nosso salvador, como nosso porta-voz, como nosso defensor de todas as horas. A Confederação Nacional da Agricultura do Brasil, Celcita, deve muito ao seu esposo, ao Senador Jonas Pinheiro, que nunca se negou, em nenhum momento, a atender a casa que representa os agricultores do País.

Deputada Celcita, Presidente Jayme Campos, gostaria de pedir permissão para ler apenas dois trechos de uma bonita correspondência feita pelo Presidente da Federação da Agricultura do Ceará, que era um grande amigo, defensor e admirador de Jonas Pinheiro. Neste momento ele está em Fortaleza, na Federação da Agricultura, com os sindicatos rurais do Estado, com a diretoria da Federação, nos ouvindo, e gostaria muito de estar aqui, inclusive nesta tribuna,

fazendo esta homenagem ao querido amigo Jonas Pinheiro, a quem devemos tanto.

Vou, resumidamente, ler os três parágrafos desta carta, que quero entregá-la em suas mãos, para que você possa guardar como lembrança:

Senador Jonas Pinheiro, contrastando com sua compleição física, de temperamento manso, gentil nos gestos e no tom de voz, e de notória simplicidade, atributos que nos deixaram inteiramente à vontade ao primeiro contato e impressionado pelo seu vasto conhecimento acerca de tudo que dizia respeito aos Fundos Constitucionais de Investimentos e ao endividamento.

Jonas Pinheiro preocupava-se não só com o endividamento da região Centro-Oeste, do seu Estado de Mato Grosso, mas com a região Norte, com a região Nordeste, com o endividamento de todo o País. Ele foi o baluarte nesta Casa e no Senado Federal na defesa daqueles produtores injustiçados com os planos econômicos deste País.

Ainda segue Torres de Melo, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará:

A figura de Jonas Pinheiro agigantou-se e ultrapassou as fronteiras do Mato Grosso que tão bem representava, para transformar-se no Senador dos vinte Estados abrangidos pelos fundos constitucionais FNO, FNE e FCO. Senador Jonas, perdemos a sua convivência física, que muito fará falta ao Senado da República. Restou, no entanto, na memória de todos nós, o seu exemplo de homem público que dedicou toda a sua vida aos interesses maiores da Nação brasileira.

Diz ainda Torres de Melo:

Fica aqui, na voz da Senadora Kátia Abreu, a mais lúdica representante de nossa categoria nesta Casa e sua natural sucessora, nossos sentimentos de imorredoura saudade.

Obrigada por tudo, Celcita. Obrigada por tudo que Jonas fez por nós. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Palavras magníficas que realmente expressam o sentimento da Senadora Kátia Abreu.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Lúcia Vânia, que falará pela Liderança do PSDB.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Jayme Campos, que preside esta sessão solene neste momento; Deputada Federal Celcita Pi-

neiro, esposa do Senador Jonas Pinheiro; Giani Antônio Pinheiro, sua filha; Giorgio Pinheiro, filho; Senador Jayme Campos, representando toda a Bancada de Mato Grosso, abraçando-o, Senador, quero abraçar toda a Bancada do Mato Grosso. Sr. Fábio Meirelles, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura; Senador Maguito Vilela, ex-Governador de Goiás e atual vice-presidente do Governo do Banco do Brasil; Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados e amigos do Senador Jonas Pinheiro, venho à tribuna hoje, em nome do meu Partido, o PSDB, associar-me às homenagens ao nosso inesquecível colega e amigo, Senador Jonas Pinheiro, cuja morte deixou um enorme vazio no Senado Federal.

Nesses últimos dias, tenho atravessado o corredor do meu gabinete, que é o mesmo onde se localizava o gabinete do Senador Jonas, e sinto a falta de sua presença tranqüila, de encontrá-lo caminhando em direção ao plenário ou às comissões. Quantas vezes estive em seu gabinete para trocar idéias sobre a nossa região, o Centro-Oeste, que ele tanto amava e pela qual tanto lutou durante toda a sua trajetória política.

Sem sombra de dúvida, ele foi o grande representante dos interesses dos produtores rurais e da agricultura, incansável na defesa da redução das taxas de juros aplicadas aos financiamentos agrícolas.

A sua atuação na presidência da CPI do Endividamento Agrícola foi marcante e fez história nesta Casa.

Como representante do meu Estado, Goiás, eu quero aqui afirmar, Deputada Celcita, que Goiás também perdeu um Senador, perdeu um amigo, perdeu um companheiro, perdeu, sem dúvida nenhuma, o homem sensato nas horas tensas, que negociava com qualquer governo, independente de Partido. Foi o companheiro que nos ajudou a levar para a Região Centro-Oeste o Fundo Nacional de Irrigação. Foi responsável pelo grande instrumento de desenvolvimento da nossa região, o Fundo do Centro-Oeste. Foi responsável agora, neste momento, pela luta a favor da recriação da Sudeco.

Querida amiga Celcita, eu relato o projeto que recria a Sudeco. E, ao meu lado, ele, como Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, era o mentor, era o motivador de todos nós.

Há três dias eu tento levar em frente o projeto, mas não consigo, porque sempre que nós sentamos à mesa olhamos para o lado e sentimos que está faltando alguma coisa: está faltando ele. Ele, que foi, sem dúvida nenhuma, o grande motor da Região Centro-Oeste.

Hoje, quando penso no meu Estado, que cresce acima da média nacional, eu olho para aquela cadeira

vazia, onde durante toda semana nós fizemos questão de colocar um botão de flores para mostrar que para nós ele não morreu.

A Região Centro-Oeste, o Estado de Goiás, sem dúvida nenhuma, agradece. E sei que estou falando aqui em meu nome e em nome de Maguito Vilela, e em nome de todo o povo goiano, que nunca deixou de recebê-lo com todo carinho, com toda honra e com homenagens. E, naquele dia, quando acompanhada dos Líderes dos nossos Partidos, estivemos em Santo Antônio de Leverger, eu, que estive ali antes com ele, como companheira, como secretária nacional de assistência social, pude constatar como ele lutava pelo desenvolvimento e pelo crescimento da Região Centro-Oeste. Ele nunca deixou também de olhar pelos seus conterrâneos, da sua cidade de Santo Antônio de Leverger.

Para mim foi a coisa mais bonita a decisão que você tomou de enterrá-lo ali, porque ali estavam as suas raízes, ali ele passou momentos com o seu povo.

Representando o Partido, eu não posso deixar também de dizer que meus colegas de Bancada têm o mesmo sentimento que eu neste momento. Todos nós sabemos que nesta Casa não mais se falará de agricultura sem pensar em como Jonas agiria nessa ocasião. Tenho certeza de que ele deixa para nós um suplente digno, um suplente que vai dignificar esta Casa. E esse suplente, hoje Senador, que tem o mesmo princípio que o Senador Jonas, desfrutou da amizade dele em todos os momentos de sua vida. E eu quero desejar ao nosso novo Senador que ele seja aqui a âncora forte de que precisamos para defender a Região Centro-Oeste. Somos uma Bancada pequena, mas tenho certeza de que somos uma Bancada unida.

Estamos partindo para a reforma tributária. Quanta falta ele vai fazer ali! Quantas vezes eu estive no seu gabinete para que, juntos, pudéssemos defender a nossa região, para que não perdêssemos os nossos instrumentos de desenvolvimento. E eu tenho certeza de que V. Ex^a haverá de conduzir com toda propriedade esta nova missão que temos nesta Casa.

Por fim, eu quero deixar claro o nosso reconhecimento aqui a toda a família, aos amigos, e tenho certeza, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que esse reconhecimento significa muito para Celcita, que acompanhou a sua trajetória, sua companheira de todas as horas, companheira de luta e de sofrimento, porque todos nós na atividade política temos os nossos desafios, e você mais do que nunca teve um companheiro – um companheiro sereno, um companheiro determinado –, que em todos os momentos esteve ao seu lado, como você também esteve ao lado dele nos momentos de dificuldades.

Era assim o nosso Senador do Mato Grosso, que se definia como um político cuja grande luta seria sempre a favor de novas condições de trabalho para o homem do campo, visando proporcionar aos agricultores os meios e os instrumentos de produção; prestar-lhes assistência técnica – técnica essa que ele dominava com propriedade –; dar-lhes escolas, hospitais, crédito, estradas; diminuir, senão suprimir, os altos tributos que recaem sobre a produção e que dificultam diretamente a vida daquele que produz e aquele que consome.

Foram 13 anos de atuação nesta Casa, uma atuação discreta, como colocou aqui a Senadora Kátia, mas firme, serena, objetiva, marcante e respeitosa, com a qual o Senador Jonas Pinheiro angariou igualmente o respeito e a consideração de todos – Senadores, servidores, jornalistas e todos aqueles que tiveram a honra de estar com ele em algum momento de sua trajetória política.

Não vou dizer dos cargos que aqui ocupava, porque isso já foi dito, mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado perde um grande Parlamentar. O Brasil perde um representante cuja trajetória sempre primou pela ética e correção no trato da coisa pública. Perde a agricultura brasileira, meu Presidente da CNA, perdemos todos nós, seus amigos, que deixamos de contar com a sua presença serena e seus conselhos oportunos nas horas de crise.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Quero registrar que o companheiro Maguito Vilela representa neste ato também o Presidente do Banco do Brasil, Lima Neto.

Concedo a palavra, em nome do Democratas, ao nosso Líder José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos; Presidente Fábio Meirelles, da CNA; colega Maguito Vilela; Giorgio e Giani; minha querida amiga Celcita Pinheiro; eu esperava tudo em 2008, menos que este ano nos levasse Jonas.

Jonas tinha problema de coluna, e eu me preocupava com a coluna de Jonas. Eu lhe perguntava: “Como está a coluna?” Ele operou e disse: “Faz de conta que eu nunca tive”. Como é que eu poderia imaginar que Jonas viesse a morrer de parada respiratória?

Celcita, eu já fui, nesses trinta e poucos anos de vida pública, a muitos eventos fúnebres e a despedidas de líderes políticos, líderes de alto coturno. Muito poucos, muito poucos, tiveram a solidariedade, a franqueza, a sinceridade, a emoção que eu vi em Santo Antônio, na casa de vocês, com a presença do povo e com a presença maciça de colegas dele, Deputados e Senadores.

Eu digo isso com a franqueza de quem já foi Governador, Prefeito, Senador; de quem participou de tantos eventos e pode dar um testemunho.

Aquele encontro foi do tamanho do bem-querer que o povo de Mato Grosso e a classe política dedicam a Jonas Pinheiro. Esse é um momento duro, é um momento de homenagem, é um momento de pranto, mas é um momento de recordações, Giorgio. A sua mãe está emocionada; Giani também. Esses são momentos de cortar coração, mas são momentos em que cada palavra que é dita vai ser guardada para vocês recordarem o resto da vida, porque é um momento em que o Senado da República presta homenagem a um homem que cresceu junto com Mato Grosso.

Jayme, eu estive em Cuiabá, pela primeira vez, há vários anos. Eu a comparava com Natal, a minha capital, e achava Natal muito melhor. Eu achava Cuiabá uma cidade aquém da potencialidade do Mato Grosso. Voltei lá, com frequência, ultimamente. Como cresceu!

Como Mato Grosso e como Cuiabá cresceram! É a história do Estado se confundindo com a história de um homem que foi deputado, Deputado e Senador. O Estado e ele cresceram juntos, e a história dos dois eram coincidentes: é o agronegócio, é a agricultura, é a tecnologia agrícola, é a comercialização, é a luta no campo pela sobrevivência. E, nisso tudo, a figura de Jonas Pinheiro foi um protagonista fundamental para que Mato Grosso fosse o que é hoje: um grande produtor de carne, um grande produtor de grãos, um grande produtor de algodão. É um Estado que só está indo para a frente.

Celcita Pinheiro, você não participava das sessões do Senado. O seu marido ficava ali ao lado da Senadora Serys Slhessarenko, atrás da Senadora Lúcia Vânia. Ele chegava, discreto, assentava-se ali, ouvia com muita atenção tudo o que se falava e votava discretamente. Agora, quando o assunto era agricultura, as atenções do Plenário se voltavam para aquele cantinho ali. Aí, era a “praia” de Jonas; aí era a opinião em que o Partido dele, da vida inteira dele, estabelecia como referência; aí era o Norte. Era ali atrás da Senadora Lúcia Vânia. Era a opinião que ouvíamos. Sabe por quê? Celcita Pinheiro, seu marido era um homem sério. Por isso ele defendia as causas da terra, mas ele era um homem sério. A Senadora Lúcia Vânia falou que, na renegociação das dívidas, na questão da tecnologia agrícola dos transgênicos, ele era um apaixonado defensor, mas não transacionava com a seriedade. Ele não colocava interesses de ninguém acima do interesse público. Quando ele defendia a renegociação das dívidas ou a comercialização, ele defendia o interesse coletivo de uma categoria que gera milhares de empregos neste País e que ele defendia por conhecimento de causa.

Ele, que tinha sido técnico agrícola, formou-se em Medicina Veterinária, era um homem do assunto, que cresceu junto com o assunto e por isso ele era, Fábio, respeitado dentro do Partido.

Ele vai fazer muita falta ao Mato Grosso, muita falta, Senador Gilberto Goellner! Eu não tenho nenhuma dúvida. Neste momento, as pessoas estão apenas sentindo a falta de Jonas, mas, com o passar dos anos, a experiência acumulada ao longo de uma vida inteira colocada em favor de um Estado vão fazer falta e vocês vão ter que se desdobrar: você, Serys, Jayme, vão ter que se desdobrar para ocupar o espaço que discretamente, sutilmente, sem disputar nem brilho nem espaço, ele ofereceu ao seu Estado para que pudesse crescer.

Mas, o que eu queria mesmo, Celcita, era prestar um depoimento sobre o homem de Partido. Eu vou aqui revelar uma coisa que o Brasil não sabe: ele foi o homem das grandes causas do campo, mas Jonas talvez tenha sido o homem que, no Partido, pela atitude que tomou, independentemente das pressões que sofreu, garantiu ao Partido a vitória na guerra pela CPMF.

Senador Eliseu, você participou de tantas reuniões de Bancada e ouviu os depoimentos que, com franqueza, o Senador Jonas fazia sobre os pedidos que ele recebia do Governador do Estado em favor das causas do Mato Grosso e das pressões que ele recebia para, em nome das causas do seu Estado, ter uma posição compreensiva com o desejo do Governo de manter a CPMF.

Você ouviu dizer, em diversas oportunidades, que ele era homem de partido. O Senador Jayme Campos acompanhou essa história do começo ao fim. Só não participou da última reunião, quando tanto se especulava que Jonas Pinheiro iria votar atendendo ao pedido do Planalto pela prorrogação da CPMF.

Tivemos, Rodrigo Maia, ele e eu, uma última conversa na antevéspera da votação no gabinete da Liderança. Quando ele chegou, manso, perguntei pela coluna dele, e ele respondeu: “Está boa. Parece que nunca tive coluna”. Sentou-se, conversamos afável e amigavelmente, e perguntei: “E a CPMF, Jonas?” Ele me disse: “O Governador me disse que fica assegurado isso, isso e isso para o meu Estado. Estou numa situação difícil, mas sou homem de partido. O que o Partido quiser, eu faço”.

Eu disse: “Jonas, fique certo de que as causas do Mato Grosso que o Governador lhe pede serão causas do seu Partido, e nós exigiremos, em qualquer negociação que se venha a fazer daqui para frente, que essas causas sejam causas do Partido, para que elas sejam cumpridas, independentemente de voto”. Ele disse: “Eu nem precisava ouvir essa sua opinião para

lhe garantir que o meu voto é do Partido”. E definiu: “O meu voto é do Partido e voto como o Partido quer. Eu fui a vida inteira desse Partido e não vou mudar. Se o Partido dá cobertura a que os pleitos do meu Estado sejam pleitos do Partido, fico mais confortável ainda perante o Brasil e perante o meu Estado”.

A partir dali, o Democratas, que foi o Partido que mais lutou para que a CPMF morresse, apresentou ao Brasil uma posição monolítica. Não tem defecção nenhuma, não adianta especular que A, que B ou que C vai votar assim ou assado. Não tem, ninguém vai mudar... Ninguém!

Sempre agiu com muita coragem, com muita determinação, com posição firme de homem com H maiúsculo, que merece o respeito do seu Mato Grosso e do Brasil. A partir daí, os nossos parceiros do PSDB estabeleceram também o “monolitismo” na posição deles. E os companheiros de outros Partidos, ancorados numa posição de perspectiva de vitória, garantiram ao povo do Brasil a vitória do fim da CPMF.

Porém, o seu marido, Celcita, foi talvez o brasileiro que mais pressão recebeu e o brasileiro que mais soube resistir às pressões, em nome do Partido. (Palmas.)

Era só isso que eu queria dizer, além de dizer que o Partido sente muita falta de Jonas. Muita.

Eu – você sabe disto, Celcita – sou amigo do casal e vocês são meus amigos. Demonstraram isso em algumas oportunidades de que eu não me esqueço nunca. Nunca!

Fique certa de que o Partido tem e vai continuar tendo um lugar especial para Jonas Pinheiro no rol daqueles que entendem de um assunto. Jonas Pinheiro entende de seriedade de propósitos, entende de agricultura e entende de espírito público e compromisso com o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT)

– Eu quero apenas dizer que fui testemunha de algumas das conversações que tivemos no nosso Partido em relação ao que o nosso Líder acabou de dizer. Realmente, é uma verdade. Jonas foi e sempre será um orgulho dos Democratas deste País.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Serys Silhessarenko, uma das autoras do requerimento para a realização desta homenagem especial ao querido e saudoso Senador Jonas Pinheiro.

Na ordem dos inscritos está o Senador Marconi, autor também do requerimento. Após a palavra do Senador Marconi, falará o nosso querido Senador Gilberto; em seguida, o querido Senador Valter Pereira, que falará pela Liderança do PMDB; e, depois, o Senador César Borges.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko, também autora do requerimento desta homenagem especial ao saudoso Senador Jonas.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Senador Jayme Campos, que preside neste momento a sessão especial de homenagem ao nosso querido companheiro de Senado por Mato Grosso, Senador Jonas Pinheiro; querida Celcita, a quem não vou chamar nem de Secretária, o que a senhora é, nem de Deputada, vou chamar de professora, aquela colega que, com certeza, nos tempos em que trabalhamos na universidade, foi escolhida sempre pela sua competência para participar dos trabalhos do Núcleo de Pós-Graduação. Com certeza o atual Reitor, Prof. Paulo Speller, Olguinha, Artemis, Orestes, nós todos do Núcleo de Pós-Graduação tínhamos a maior confiança no seu trabalho, pela sua dedicação, pelo seu compromisso, pela sua responsabilidade, pela sua competência junto àquele Núcleo, no que diz respeito àquele trabalho que foi feito em acordo com o Estado. Então prefiro chamá-la de professora, porque eu também sou professora. Apenas estamos em outros cargos.

Nossa querida Celcita; nossa querida Giani Pinheiro, filha do nosso Senador; Giorgio, filho do nosso Senador; Senador Jayme Campos; Senadora Kátia Abreu, autora do requerimento desta sessão; nosso Senador por Mato Grosso, Gilberto Goellner; Sr^{as} e Srs. Senadores; Deputados e Deputadas Federais; servidores – que com certeza sofrem muito também – do gabinete do Senador Jonas Pinheiro; senhoras e senhores, eu quero aqui, antes de iniciar a minha fala, dizer que a Senadora Ideli Salvatti, Líder do nosso Partido, ligou-me pedindo que falasse em nome dela, em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, à família do nosso Senador Jonas Pinheiro.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, esta sessão que homenageia o Senador Jonas Pinheiro, não tenho dúvida, representa para cada um de nós que dela participamos um momento de profunda consternação.

Jonas Pinheiro, pela absoluta dedicação com que cumpriu os diversos mandatos que o povo mato-grossense lhe delegou, é um político que sempre honrou o Parlamento.

Eu e ele sempre militamos em lados opostos, no que se refere às agremiações partidárias, mas quero iniciar esta fala destacando o profundo respeito que o ativo Senador Jonas Pinheiro sempre me inspirou. Todos são testemunhas, aqueles de Mato Grosso, a família dele, de que eu e o Senador nunca tivemos nenhum embate. Conversávamos muito, sim. Discordávamos muitas vezes – sentávamos lado a lado ali –, mas tínhamos sempre o maior respeito um pelo outro,

e nossas discussões sempre eram frutíferas, sempre faziam avançar os interesses de Mato Grosso.

Como eu disse, ele sempre nos inspirou grande respeito. O fato é que, ao longo dos 25 anos em que representou o povo de Mato Grosso no Congresso Nacional, muito fez pelo Brasil. É, portanto, um político que teve uma trajetória invejável, e desta já destaco a responsabilidade que recai sobre o nosso Senador Gilberto Goellner, ao sucedê-lo, de dar continuidade ao seu trabalho, de honrar no dia-a-dia a memória desse político exemplar que foi Jonas Pinheiro. Saiba, Senador Gilberto Goellner, que os agricultores, os pecuaristas, homens e mulheres que sustentam a vida no vasto interior de Mato Grosso esperam contar com o senhor, como sempre contaram com Jonas Pinheiro. Tenha certeza de que o Senador Goellner, o Senador Jayme Campos e eu, nós três, por Mato Grosso, temos um acréscimo de responsabilidade, professora Celcita. Não estou falando isso neste momento aqui por ser uma sessão especial. Já falei inúmeras vezes, após a perda do nosso Senador, para a imprensa de um modo geral. Sempre que me perguntaram, esta foi a minha fala: uma perda irreparável.

Aqui estamos nós para prestarmos nossas homenagens a esse lutador incansável, Jonas Pinheiro. Repito aqui: eu, o Senador Jayme Campos e o Senador Goellner, como componentes da Bancada de Mato Grosso, certamente sentimos um peso muito maior, já que convivíamos ali, naquele cantinho do plenário – como disse o Senador José Agripino há poucos minutos –, onde juntos sentávamos, compartilhando ações que pudessem redundar em benefício do povo de nosso Estado e de toda a população que ali vive e trabalha.

Tenho certeza, Senador Jayme Campos, de que jamais na história da política mato-grossense uma Bancada de Senadores teve tanta vontade de encontrar, como encontramos, pontos comuns na defesa dos interesses de Mato Grosso. O senhor, Senador Jayme Campos, é testemunha de todo esse empenho de Jonas Pinheiro, de Jayme Campos e de Serys Slhessarenko, que, embora de colorações partidárias diferenciadas, estávamos sempre ali na luta para buscarmos pontos comuns que pudessem vir a melhorar a situação do nosso Estado de Mato Grosso. Nosso tratamento sempre foi extremamente respeitoso e se encarregou de fazer com que, mesmo nas defesas antagônicas, o diálogo sempre prevalecesse.

A perda do Senador Jonas Pinheiro, neste momento em que este nosso Senado Federal tanto precisa de equilíbrio, tranquilidade e rapidez em suas decisões, é uma perda – como já disse aqui – irreparável, e temos muita consciência da falta que ele nos fará.

Tranquilo, calmo, muito quieto, mas, na hora necessária, determinado; falando, muitas vezes, pouco, mas dizendo muito naquele pouco que ele se pronunciava e sendo extremamente respeitado por todos.

Lendo sua autobiografia, destaquei um ponto que demonstra sua simplicidade, bem característica de nosso povo mato-grossense. Dizia o Senador Jonas Pinheiro: “Nos tempos de minha infância, e mesmo na minha juventude, vivendo entre pequenos agricultores e pescadores, jamais imaginei que o futuro me reservasse o privilégio de um dia poder estar num cargo de âmbito nacional, no qual eu pudesse ajudar de alguma forma aqueles conterrâneos, cujo trabalho, tão importante, é tão pouco valorizado” – palavras de Jonas Pinheiro. E eu digo: o Senador Jonas Pinheiro fez muito por Mato Grosso e muito pelo Brasil, usando como seu principal instrumento de ação o diálogo aberto e franco. Nunca foi homem de ações extremadas, tanto que não podemos relacioná-lo com aqueles setores mais endurecidos que construíram grupamentos rurais como a UDR. Nascido e fortalecido, sim, na Extensão Rural, é um exagero dizer que Jonas Pinheiro só pugnou nesta Casa pelo interesse dos grandes, porque ele soube muito bem estender a sua ação em favor dos pequenos agricultores, em favor dos assentados. Quantas vezes estive em palanque, Prof^a Celcita, no meio de grandes assentamentos da reforma agrária e de pequenos proprietários rurais e lá encontrei Jonas realmente defendendo os interesses daqueles pequenos e sendo ovacionado por eles, pela luta que sempre travou também em favor deles!

Desculpem-me, pois é difícil falar.

Por tudo isso, não vacilo em dizer, ao lembrar a figura do nobre Senador Jonas Pinheiro, que a memória que me fica é a de um homem bom, de um adversário que sempre soube polemizar nos marcos da democracia, afirmando, por isso mesmo, a cada dia, a importância dessa convivência democrática que ele tão bem praticava, Prof^a Celcita.

Jonas, como gostava de ser tratado, se dizia representante da agricultura nesta Casa, mas, na verdade, procurou trabalhar sempre em favor de todos, indistintamente, pois tinha a exata noção de que seu mandato não era apenas de um só setor, mas um mandato através do qual trabalhava em defesa de todos.

(Interrupção no som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Mato Grosso, Sr. Presidente, perdeu um dos seus melhores filhos e, talvez, o que melhor discutia a política agrícola do País.

Fui ao enterro do Senador Jonas Pinheiro prestar minhas últimas homenagens, lá em sua terra natal, a

cidade de Santo Antonio do Leverger. Prof^a Celcita, eu não fui por obrigação de ofício, mas pelo imenso carinho que aprendi a ter, em nossa convivência, pelo Senador Jonas Pinheiro, e pude ver o tanto que era querido esse nosso amigo Jonas. Foram centenas, milhares de amigos, familiares e correligionários, uma entristecida e perplexa multidão que acorreu à sua casa para prestar solidariedade à família. Todos se sentindo enlutados, todos se sentindo abatidos pelo desaparecimento de uma personalidade tão fraterna, tão presente, tão ativa. Lá estiveram políticos, empresários e líderes de vários setores, mas estiveram, principalmente, seus conterrâneos, homens e mulheres do povo que, aos milhares, sentiram e fizeram questão de prantear a sua saudosa memória.

Quero, portanto, desejar à sua família muita força e que sua companheira de tantos anos, Celcita Pinheiro, Secretária do Bem-Estar Social da Prefeitura de Cuiabá, possa ter a tranquilidade para confortar seus dois filhos, Giorgio Pinheiro da Silva e Giani Antônia Pinheiro de Moraes, na certeza de que os milhares e milhares de amigos e correligionários de Jonas Pinheiro se ressentem, nesta hora, da mesma dor.

Quero registrar, neste plenário, o que talvez muitos não saibam. No dia do seu falecimento, pela manhã, às nove horas, abrimos, com a minha presença na Mesa, e os representantes dos países que compõem o Fórum de Parlamentares Internacionais do G-8+5, composto pelos oito maiores países em termos de desenvolvimento de riqueza do mundo e mais China, Índia, África do Sul, México e o Brasil, além de cinco países da África, se levantaram, com a presença do nosso Presidente, Senador Garibaldi, e fizeram um minuto de silêncio pela falta, pelo falecimento do Senador Jonas Pinheiro. Ele foi reverenciado pelo mundo na presença de todas as missões aqui presentes no Brasil do G8+5, e em muitos momentos, praticamente todas as missões, ao tomarem a palavra, durante dois dias, se pronunciaram sempre trazendo sua homenagem a esse nosso Senador, falando dessa perda para o Senado da República.

Nossa homenagem à querida família do nosso Senador Jonas Pinheiro.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Concedo a palavra, conforme a lista de inscrição, ao ilustre Senador Marconi Perillo, um dos autores do requerimento desta sessão especial.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente desta sessão especial, Senador Jayme Campos, Exm^a Sr^a Celcita Pinheiro, viúva do Senador Jonas Pinheiro, Ilm^a Sr^a Giani Antonia Pinheiro e Sr.

Giorgio Pinheiro, filha e filho do Senador Jonas, Sr. Fábio Meirelles, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, que nos honra com a sua presença, Senador Maguito Vilela, vice-Presidente do Banco do Brasil, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, convidados ilustres aqui presentes, logo que tomei conhecimento do falecimento do querido amigo, colega Jonas Pinheiro, tomei a iniciativa de apresentar um requerimento propondo, ao lado de outros companheiros, esta sessão solene que homenageia o amigo Jonas Pinheiros.

A Senadora Lúcia Vânia já falou aqui a importância de Jonas Pinheiro para Goiás, não só para o Mato Grosso, mas para Goiás, para o Centro-Oeste, para o Brasil. O Senador Jonas Pinheiro, ao longo desses últimos anos, dessas últimas décadas, foi uma verdadeira âncora na defesa dos interesses da agricultura, da pecuária, do agronegócio, participando de todas as lutas para que houvesse soluções para gravíssimos problemas enfrentados pelo homem do campo, pelo trabalhador do campo, que ajuda a colocar comida na mesa dos brasileiros.

Jonas Pinheiro estava agora concluindo uma negociação importantíssima para o setor rural, que, certamente, vai desafogar o produtor rural brasileiro em relação às suas dívidas. Jonas Pinheiro era um defensor intransigente do seguro rural e de uma série de outros benefícios para a agricultura brasileira. Assim, nós o homenageamos aqui convictos de que estamos tomando uma iniciativa extremamente justa em relação ao grande brasileiro Senador Jonas Pinheiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao nos reunirmos nesta sessão solene em homenagem ao saudoso Senador Jonas Pinheiro, não poderíamos deixar de ressaltar duas características exemplares desse Parlamentar de quem teremos a eterna lembrança e também de quem seguiremos os exemplos. O Senador Jonas Pinheiro marcou a vida pelo espírito de simplicidade no modo de agir e tenacidade na maneira de defender o homem do campo e o produtor rural.

O filho de pescador, nascido em 22 de janeiro de 1941, em Santo Antônio do Leverger, Mato Grosso...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Marconi Perillo?

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Só um instante...

Ele encontrou o sucesso na vida pessoal e política não só pelo caminho dos livros, mas também por extrema sensibilidade e capacidade de ouvir as pessoas e se aliar às causas justas.

Com prazer, concedo um aparte ao Líder da minha Bancada, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Perillo, é duplamente feliz para mim poder prestar

homenagem ao Senador Jonas Pinheiro e fazer isso tendo como instrumento o seu discurso. Eu gostaria muito de fazer um breve depoimento sobre um companheiro tão querido, uma figura tão próxima da sinceridade, tão justa nas suas avaliações, com quem eu concordava em quase tudo no que se referia à sua luta pelo agronegócio. Discordei dele uma vez, no episódio do Código Florestal, por razões de divergências em relação à política ambiental, mas eu sempre recorria a ele até me poupando o trabalho de pensar. Em assuntos ligados ao agronegócio, eu perguntava a duas ou três pessoas da Câmara: Luiz Carlos Heinze, Lupion, Caiado... Aqui, no Senado, eu dizia: Jonas, para onde nós vamos? Ele falava: é para cá, é para cá, vamos juntos. Figura absolutamente correta. Foi meu colega de Câmara, meu adversário na Câmara, mas sempre leal, sempre respeitado. Aqui, no Senado, um companheiro. No último episódio, aquele da CPMF, as especulações eram terríveis: “ah, porque o Jonas não vota, porque o Jonas vai receber pressão daqui ou de acolá”. E o Jonas, simplesmente, quieto como era o feitio dele, cumpriu com o seu dever de lealdade ao seu Partido, ao Bloco das oposições, e deu aquele voto, silencioso, mas firme, como silenciosa e firme era sua vida. Fui aos seus funerais. Encontrei sua esposa, nossa querida Deputada, encontrei companheiros meus e falo em nome também, assim como V. Ex^a, dos nossos companheiros do PSDB, Senador Antero de Barros, Prefeito Wilton Santos, Deputada Thelma de Oliveira. Encontrei pessoas muito humildes, cercando o caixão de um homem muito humilde, muito seguro de si, portanto, vitorioso na vida, vitorioso na vida empresarial, vitorioso na vida parlamentar, na vida política, extremamente humilde na sua forma de ser. Eu vi pessoas do povo, percebi a comoção na sua pequena e querida cidade. Agora, estamos aqui tentando cobrir essa lacuna. Eu gostaria muito de desejar a toda família o máximo de resignação, porque eu sei que foi muito brutal o que aconteceu: de repente, Jonas se interna e não fala com mais ninguém, o que é algo realmente comovente. Obrigado.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio as palavras respeitadas, carinhosas ao nosso homenageado e incorporo ao meu pronunciamento esse seu aparte.

Sr. Presidente, para o menino que cresceu em meio aos lavradores e pescadores, a carreira política vencedora não fazia parte da realidade cotidiana e até mesmo dos sonhos da infância no interior. Era algo distante das brincadeiras de meninos de pé no chão e pipa na mão, decerto vivenciadas também por muitos de nós neste plenário.

Compreender os primeiros passos de nosso saudoso colega é compreender também a essência da personalidade desse ilustre político, desejoso, desde o início da carreira como Deputado Federal, em ver no campo as mesmas condições para o progresso e desenvolvimento nas cidades.

Se o jovem encontrasse meios de sobrevivência digna e perspectivas de realização pessoal na área rural, não se veria levado pelo êxodo, não se veria tragado pela cidade grande. Para o Senador Jonas Pinheiro, era preciso modernizar o interior, criar condições e perspectivas para os jovens nascidos nos distantes rincões deste imenso Brasil.

O caminho para o progresso das zonas rurais estava num compromisso com o desenvolvimento permanente e com a implantação de serviços de base. Para o nobre Senador, sempre foi necessário proporcionar aos agricultores e pecuaristas os meios e os instrumentos de produção; prestar-lhes assistência técnica; dar-lhes escolas, hospitais, crédito, seguro, estradas e diminuir, senão suprimir, os altos tributos que recaem sobre a produção e que a dificultam diretamente.

Jonas Pinheiro acreditava que, para o progresso, deveria haver uma simbiose entre a cidade e o campo. Como está assentado em sua autobiografia, “se forem pelo menos diminuídos os problemas do campo, os da cidade serão mais facilmente resolvidos, porque, na sua maioria, eles foram causados pelo enorme êxodo do homem do campo para as periferias das grandes cidades. Com condições de trabalho e renda no campo, muitas dessas pessoas voltariam para a sua terra natal. E, mesmo que se tenha de resolver concomitantemente os problemas do campo e da cidade, as soluções para isso não exigem cálculos mirabolantes, nem números quânticos, nem silogismos dialéticos ou considerações metafísicas”.

É baseado nessa premissa que nosso homenageado definiu o sentido de seu trabalho como político e Senador, ao dizer: “Minha luta, portanto, tem sido para impedir que os agricultores e os trabalhadores rurais sejam explorados e humilhados, que os grandes arrebatem as terras ou produto de seu trabalho. Enfim, coloquei sempre em primeiro lugar o homem, o trabalhador, com seus problemas, suas necessidades e seus anseios, e não descurei jamais de outras questões de interesse vital para a economia do Estado, que formam, por assim dizer, a base de sua estrutura e de seu progresso”.

A percepção do Senador Jonas Pinheiro sobre a realidade do homem campestre era invejável, sobretudo na capacidade de antever soluções simples para um

povo simples, um povo desejoso de escolas, hospitais, moradia e vestuário, mas, acima de tudo, um povo em busca de um trabalho digno e diuturno.

A perda do Senador Jonas Pinheiro significa muito mais para o Senado, para Mato Grosso e para o Brasil, porque quem nos deixou foi um defensor das grandes causas, um bravo lutador, simples, mas tenaz, combativo, em todos os momentos da sua vida.

O que fazemos hoje nesta sessão solene do Senado Federal revela-se, portanto, Sr. Presidente, apenas como mais uma singela homenagem a quem foi reconhecido nas mais diversas instâncias do poder pelo mérito e, principalmente, pela honradez.

Somamos nossos aplausos aos inúmeros títulos de cidadão honorário recebidos em diversas cidades de seu Estado natal, às comendas da Ordem do Rio Branco, de São José Operário, do Mérito Judiciário do Trabalho, da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, de Gran Mestre de La Orden Del Condor de Los Andes da República de Bolívia, entre outros tantos.

Somamos nossas homenagens a centenas de cidadãos – milhares –, que, em coro uníssono, acompanharam o Senador Jonas Pinheiro até a última morada, cantando uma marcha carnavalesca composta para o filho ilustre do Santo Antônio do Leverger que partia.

Temos certeza de que o Senador Jonas Pinheiro deixa um legado de companheirismo à sua esposa Celcita Pinheiro, aos seus filhos, com quem sempre pode contar ao longo da trajetória política, e uma herança de bons exemplos aos filhos Giorgio e Giani e a todos os seus familiares.

Que Deus ilumine o nosso querido Senador Jonas Pinheiro na sua derradeira jornada.

Muito obrigado a todos.

A nossa homenagem sincera e emocionada ao Senador Jonas Pinheiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – A Mesa agradece a V. Ex^a, Senador Marconi Perillo.

Quero conceder a palavra ao ilustre Senador e companheiro Gilberto, que certamente tem a missão de bem substituir o valoroso e operoso Senador Jonas Pinheiro, para bem representar o povo mato-grossense neste Senado Federal.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^a Sr^a Celcita Pinheiro, Sr^a Giani e Sr. Giorgio, filhos; Exm^{os} Senadoras e Senadores; Senadores Jayme Campos, Serys Slhessarenko e Kátia Abreu,

autores do requerimento desta sessão; Exm^{os} Sr^{as} e Srs. Deputados Federais; senhores servidores do gabinete do Senador Jonas Pinheiro, em nome do Dr. Paulo Farnese, homenageio todos; senhores representantes de entidades aqui já enunciadas, eu gostaria de fazer uma menção especial à Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão, representada pelo seu Diretor, Carlos Ernesto Augustin, à Aprosmat, Associação dos Produtores de Sementes do Estado de Mato Grosso, representada pelo seu Presidente, Dr. Elton Hamer, e ao Vice-Presidente da Aprosoja, recente entidade defensora de todo o setor de soja do Estado de Mato Grosso, Dr. Ricardo Tomczyk.

Em 2005, assumi, nesta Casa, na condição de seu primeiro suplente, a cadeira do Senador Jonas Pinheiro, que se licenciara para tratamento de saúde. Foi uma experiência muito enriquecedora para mim. Trabalhei num ritmo diferente do meu, conheci de perto o processo legislativo e tive a oportunidade ímpar de me relacionar no Congresso e no Poder Executivo. Vi e senti o elevado espírito democrático que paira no Senado e o respeito e a solidariedade que existem entre os Senadores. Esta homenagem é a demonstração cabal dessa postura.

Portanto, hoje não sou um novato no Congresso Nacional. Conto com a vivência que aqui já tive para cumprir, com denodo, a herança que acabo de receber com o falecimento do Senador Jonas Pinheiro, um companheiro de partido político, mas principalmente um amigo sincero e de muitos anos.

A responsabilidade de substituí-lo é enorme. Ele foi um homem que se projetou pelo trabalho dedicado e competente, e por não deixar de ser simples, apesar de grande. Esse foi seu trunfo.

Volto ao Senado Federal desta vez para cumprir o restante do mandato que o Senador Jonas Pinheiro detinha. Sem abandonar minhas próprias características e minhas convicções, quero tomá-lo como exemplo e continuar o seu trabalho em prol da agropecuária, do homem rural brasileiro e do Estado de Mato Grosso, como ele fazia incansavelmente.

Sempre fui um admirador do Senador Jonas Pinheiro. Desejo, então, prestar-lhe aqui, com o meu trabalho e a minha dedicação, a homenagem a que ele tem direito pelo muito que fez e pelo belo exemplo de homem público que foi.

Quero também manifestar à Deputada Celcita Pinheiro e a seus filhos, Giani e Giorgio Pinheiro, bem como a todos os familiares do Senador Jonas Pinheiro, neste difícil momento de luto por que passam, o

meu pesar pelo falecimento desse ente querido, os meus respeitos e a minha inteira solidariedade.

Jonas Pinheiro, onde quer que esteja – e acredito que, pelo seu exemplo de vida, esteja junto a Deus –, receba o meu preito de gratidão pelo que me ensinou dessa arte que é exercer a política, e o meu preito de amizade pela camaradagem que nos uniu durante tantos anos, a minha admiração pela pessoa honrada que ele sempre foi e o meu respeito pelo seu inesquecível trabalho.

O artigo do Diretor-Geral desta Casa, Sr. Agaciel Maia, por ocasião do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, que foi amplamente divulgado entre todos os Parlamentares e funcionários e que teve uma repercussão muito grande na mídia do Estado de Mato Grosso, demonstra a sensibilidade dos servidores desta Casa diante da morte de um Parlamentar atuante e probo. Em vista disso, solicito ao Sr. Presidente da Mesa que determine que se registre nos Anais desta Casa essa manifestação sincera e calorosa do Diretor-Geral do Senado Federal, ao qual ficam penhoradamente agradecidos os parentes e os amigos do Senador Jonas Pinheiro.

Tomo aqui a liberdade ainda de citar o trecho pronunciado por Jonas Pinheiro e que, certamente, resume, de maneira clara, a sua simplicidade e os princípios que nortearam a sua vida e a sua atuação política. Gostaria que a câmera da TV Senado focasse a frase que fica ali atrás, projetando a figura do Senador, na qual ele falava:

“O povo é simples e quer coisas simples: quer alimento, quer vestuário e quer moradia; quer também escolas e hospitais; mas, antes de tudo, o povo quer trabalho. Ao final das contas, o povo anseia desesperadamente por dignidade.”

Dito isso, prometo aqui, diante de todos, que me desdobrarei em dedicação ao trabalho parlamentar para cumprir todos os compromissos que o já saudoso Senador Jonas Pinheiro fez com esta Casa e com os produtores rurais e com todos os segmentos em que, modernamente, esse setor se divide e, por conseguinte, com todos os brasileiros.

Que Deus nos abençoe a todos.

Muito obrigado. (Palmas.)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR GILBERTO GOELLNER EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o §2º, do Regimento Interno.)

Jonas Pinheiro: ética e simplicidade em defesa do campo**Agaciel Maia (*)**

O povo é simples e quer coisas simples: quer alimento, quer vestuário e quer moradia; quer também escolas e hospitais; mas, antes de tudo, o povo quer trabalho. Ao final das contas, o povo anseia, desesperadamente, por dignidade. (Jonas Pinheiro)

A passagem acima, extraída de uma autobiografia do Senador Jonas Pinheiro revela bem o caráter do homem simples que era e o seu compromisso com o bem-estar do povo. O nosso eterno Senador Jonas Pinheiro foi um político que tomou a questão do campo como baliza principal de sua vida parlamentar. Sempre valorizou o papel do setor agropecuário, reconhecendo sua importância para a vida econômico-social do País. Para Jonas Pinheiro, “se forem pelo menos diminuídos os problemas do campo, os da cidade serão mais facilmente resolvidos, porque, na sua maioria, eles foram causados pelo enorme êxodo do homem do campo para as periferias das grandes cidades”.

Aos olhos deste grande brasileiro, a vontade política, era fundamental para a superação dos problemas nacionais. Homem de poucas palavras, mas de ação enérgica e comprometida, renegou o palavreado fácil, no enfrentamento dos problemas de renda e emprego no campo, sobre o quais disse que “não se melhoram condições de vida de um povo apenas com frases de efeito ou com boas intenções. Devem ser postas de lado a retórica, as especulações abstratas, a declamação demagógica, e tomadas, com firmeza e conhecimento de causa, medidas severas e plausíveis, a fim de sanear esse descompasso que está havendo entre o trabalho e a renda do campo, a fim de que os problemas ali existentes sejam enfrentados com objetividade.”

Por isso mesmo, como Deputado Federal e como Senador, Jonas Pinheiro marcou a vida no Parlamento pela atenção aos trabalhadores do campo, sob a concepção clara de que eles é que verdadeiramente produzem o nosso alimento. Lutou contra o êxodo rural e dedicou seu tempo para tornar a vida no campo mais produtiva e mais atraente. Dizia Jonas Pinheiro que “a população rural, composta de donos de terra e de empregados rurais, cresceu mais do que o serviço de mão-de-obra no campo pôde utilizar. Assim, os mais jovens demandaram às grandes cidades do estado e até de outras regiões do País, em busca de trabalho e de uma vida mais promissora.” Nessa arena de afirmação do campo e do homem rural, Jonas Pinheiro sempre defendeu uma política creditícia diferenciada para a agricultura, seguida de redução da carga tributária para o setor.

O Senador Jonas Pinheiro participou ativamente do processo legislativo. No Senado, são da sua autoria 60 proposições, entre as quais a Lei nº 9.974, de 2000, sobre a destinação das embalagens vazias de agrotóxicos e dos produtos apreendidos, impróprios para a utilização; e a Lei nº 10.787, de 2003, que prorroga o prazo da ratificação das concessões e alienações de terras estaduais em faixas de fronteira. Além disso, atuou como relator em proposições de importante cunho social, como a Lei nº 11.446, de 2007, sobre o parcelamento de imóveis rurais para a agricultura familiar, e a Resolução nº 57, de 2003, que autoriza a cessão para cobrança, da dívida ativa dos municípios.

No Senado Federal, tivemos o privilégio de conviver com esse grande homem, que orgulha o Brasil e o Mato Grosso, seu Estado de origem e que o Senador Jonas Pinheiro tão bem representou. Juntamo-nos todos, na saudade e no sentimento de perda, à Deputada Celcita, esposa do Senador, e aos seus filhos, Giorgio Pinheiro e Giani Antonia. Esta singela homenagem demonstra o nosso mais profundo respeito pelo legado exemplar deixado pelo Senador Jonas Pinheiro, sempre pautado pela ética na conduta, pela simplicidade nas palavras e pela eficácia nas decisões. As sementes plantadas por Jonas Pinheiro em defesa do meio rural, principalmente em defesa de gente simples, como ele, vão continuar a crescer e a dar doces frutos, por muitos e muitos anos.

(*) Agaciel Maia é diretor-geral do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – A Mesa vai acolher a solicitação de V. Ex^a, Senador Gilberto Goellner.

Concedo a palavra, para falar em nome da Liderança do PMDB, ao ilustre Senador da República pelo Estado do Mato Grosso do Sul, Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores; ilustres convidados; Senador Maguito Vilela; Sr. Fábio, que está aqui representando a Confederação Nacional da Agricultura; Deputada Celcita, esposa do homenageado; Giorgio e Giani, filhos do grande Jonas Pinheiro; a Liderança do PMDB, por meio do Senador Valdir Raupp, designou-me para representar o meu Partido nesta solenidade. O mesmo fez o Senador Neuto de Conto, Presidente da Comissão de Agricultura, da qual faço parte e onde era colega do eminente e inesquecível Senador Jonas Pinheiro.

É claro que eu não poderia deixar de cumprir esta missão, até porque, como representante de Mato Grosso do Sul e vizinho do vetusto Mato Grosso, do qual Mato Grosso do Sul se originou, temos um vínculo de amizade que há muitos anos nos une. O Senador Jonas Pinheiro, em um período de sua vida, morou em Campo Grande. Aqui, era meu vizinho também. Eu sentava ao lado do meu companheiro e amigo Jayme Campos, compartilhando o mesmo espaço com o Senador Jonas Pinheiro. De sorte que, por muitas vezes, tivemos oportunidade de discutir os problemas da política brasileira, da política de Mato Grosso e da política de Mato Grosso do Sul. Ele sempre indagava sobre Fulano, Beltrano e Sicrano, da mesma forma que me informava sobre o que acontecia no velho Mato Grosso, onde tive oportunidade de exercer o mandato de deputado estadual, na Assembléia Legislativa, na última legislatura que antecedeu a divisão daquele grande território.

Os que me antecederam todos já falaram bastante sobre a personalidade, sobre a dedicação ao trabalho, sobre a fidelidade que o Senador Jonas Pinheiro sempre devotava às causas que abraçava. Indiscutivelmente, o Senador Jonas Pinheiro granjeou a amizade desta Casa pela sua simplicidade, pela sua lealdade, mas granjeou o respeito por sua determinação e dedicação à causa pública.

Eu não posso deixar de reconhecer uma grande virtude da democracia em momento como este. A democracia é um regime que assegura a participação efetiva do povo nas grandes decisões.

Vejam o que a democracia produz: oportunidade a um filho de pescador, de um homem que veio do campo, que conheceu as agruras, a rudeza da vida

campestre, de alçar os cargos mais importantes em seu Estado e na Federação. E o Jonas foi esse filho do pescador que virou Senador. E aqui, no Senado, durante o exercício de seus mandatos, não arredou o pé, seus compromissos e pensamentos das causas do campo, das causas do setor produtivo de nosso País. Esteve sempre atento ao que acontecia em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul e no Brasil, porque, na verdade, a causa que ele abraçava transcendeu, e muito, os umbrais de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, porque a agricultura é efetivamente uma causa do povo brasileiro. A agricultura é um motor que alavanca a economia de nosso País. E, portanto, quando ele abraçava essa causa, transcendia as barreiras de nosso Estado e atendia aos reclamos de todo o nosso País. E, quando vamos investigar a vida do nosso homenageado, para ter autoridade na locução que vamos fazer, deparamo-nos com uma coerência extraordinária, do começo ao fim de sua vida pública, de sua atividade parlamentar.

Qual foi o primeiro pronunciamento que Jonas Pinheiro fez aqui desta tribuna, aliás destas duas tribunas, que ele sabia freqüentar sempre para defender as causas de seu Estado e de seu País? Por quase 300 vezes, Fábio, ele esteve ocupando estas tribunas para defender essas causas.

Qual foi o primeiro pronunciamento dele? Isso, em fevereiro de 1995, se não me engano. Ele veio à tribuna para anunciar a apresentação de um projeto que dava destino às embalagens de agrotóxicos – que até hoje é uma luta de todos os ambientalistas do País e é uma luta que se faz junto com a agricultura. Assim, ele inaugurou a participação que teve em sua luta no Senado Federal.

Portanto, era um homem que tinha uma determinação muito forte com essa causa. Ele preconizava o desenvolvimento da agricultura e a exploração do solo para produzir riquezas, mas com observância da saúde de quem trabalhava e do meio ambiente. Era um homem que encarava essa atividade com responsabilidade, e, até o fim de sua vida, sua luta foi essa.

Assim, a homenagem que hoje o Senado presta ao Senador Jonas Pinheiro é das mais justas: foi um homem exemplar, com sua humildade, simplicidade, mas determinação, coerência, pertinácia e dedicação à causa pública.

Indiscutivelmente, temos de reconhecer que o nosso saudoso e inesquecível amigo deixa aberta uma lacuna muito grande na política brasileira e no Senado Federal. Temos a esperança e a convicção de que o seu substituto, que neste momento preside esta sessão, Senador Gilberto, haverá de preenchê-la com competência, porque, quando Jonas o escolheu,

tinha a convicção de que, em sua ausência, ele teria de ter uma pessoa com seu perfil e com a responsabilidade que sempre devotou à causa pública para substituí-lo.

Portanto, Deputada Celcita, V. Ex^a, que aqui hoje comparece a esta sessão com o coração ferido, saiba que nesta Casa a memória dele será inesquecível, como inesquecível também aquela cena, a que eu tive oportunidade de assistir em Santo Antônio do Leverger. Quando cheguei próximo ao esquife, comentei com um colega que estava junto a mim que, se precisássemos realizar uma sessão do Senado Federal, ou do Congresso Nacional, já teríamos quórum suficiente, porque a amizade de que ele desfrutava arrastou para Cuiabá e para Santo Antônio do Leverger o Congresso quase todo.

Foi uma homenagem que, efetivamente, emocionou todos os Senadores que estavam ali presentes e que foi muito bem traduzida aqui hoje pela Senadora Lúcia Vânia, que falou da relação que ele tinha com a região Centro-Oeste. A região Centro-Oeste foi, indiscutivelmente, a mais prejudicada com a sua perda, mas esperamos que seja recompensada com o trabalho de seu substituto, Senador Gilberto, que preside esta sessão.

Minhas homenagens, em nome do PMDB; minhas homenagens, em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e minhas homenagens, em nome do Mato Grosso do Sul, que represento neste Congresso, ao nosso Estado-Irmão, que perdeu Jonas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valter Pereira, o Sr. Jayme Campos, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Goellner.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Dando continuidade, de acordo com a ordem de inscrição, convidamos para falar o Senador Jayme Campos, do Estado de Mato Grosso, um dos subscritores do requerimento que propôs esta sessão especial.

Em seguida, usará da palavra o Senador César Borges.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ilustre Senador, companheiro, amigo, Gilberto, que preside esta sessão de homenagem ao Senador Jonas Pinheiro; familiares do querido Senador, que cumprimento na pessoa de sua esposa, Deputada Celcita Pinheiro, de seu filho amigo Giorgio, de sua filha Giani; cumprimento o nosso querido amigo Presidente da CNA, Fábio Meirelles, e, em seu nome, saúdo e cumprimento os

demaís produtores do Brasil aqui presentes; prezado amigo e companheiro Maguito Vilela, ex-Governador, Senador e atualmente Vice-Presidente do Banco do Brasil, que, neste ato, representa aquela instituição, na pessoa do Lima Neto; demais companheiras e companheiros Senadores; convidados, amigos presentes, serei rápido, até porque os oradores que me antecederam praticamente falaram tudo sobre a pessoa desse valoroso companheiro e irmão Jonas Pinheiro.

Parece fácil falar de um homem com as virtudes, a integridade e a envergadura moral do Senador Jonas Pinheiro. Mas não o é. Para se falar dele, antes é preciso compreender a tenacidade dos pescadores de Santo Antônio do Leverger, a coragem cívica dos agricultores mato-grossenses e o valor mítico do povo brasileiro.

Jonas foi uma dessas pessoas encantadas pela vida. Simples, era, contudo, um homem de idéias elaboradas e inteligência incomum; conciliador, mas, ao mesmo tempo, um político de convicções firmes e duradouras; generoso, mas também uma rocha inabalável na defesa de seus princípios éticos. Enfim, com seu modo natural de enxergar as coisas, ele era uma figura complexa e admirável.

Para se conhecer o temperamento deste grande mato-grossense seria necessário mergulhar em seu mundo interior, em sua infância, e contemplar a imensidão das tardes do Pantanal, e, assim, entenderíamos a profundidade de seus pensamentos. Seria preciso olhar os cerrados com seus olhos para se vislumbrar a clareza de seu caráter. E, ainda, seria importante lavrar sua alma para se colher a energia de seu espírito desbravador.

Jonas Pinheiro foi um semeador de esperança. Um agricultor de sonhos. Em sua trajetória de 25 anos pelo Congresso Nacional, ele fertilizou o sistema agrário brasileiro com debates produtivos, projetos salvadores e propostas milagrosas para o setor.

Não por acaso foi agraciado pelos próprios produtores rurais com o informal mas honroso título de “patrono da Agricultura” do País.

Mais do que o defensor do agronegócio, Jonas foi o Senador do homem do campo, porque soube como poucos interpretar os sentimentos da gente interiorana, porque sentia, ao tocar com sinceridade e respeito aquelas mãos calejadas pelo trabalho na roça, a verdadeira vitalidade da economia brasileira. Para ele, a combinação do suor dos lavradores com a fertilidade de nossas terras, sempre foi a química perfeita para empurrar o País ao seu destino de prosperidade.

Como disse há poucos dias aqui mesmo nesta tribuna, a Nação perde um grande brasileiro, mas, em

compensação, a história recebe mais um vulto para emoldurar sua galeria dos heróis da Pátria.

Sim, para nós mato-grossenses, assim como para todos os brasileiros, Jonas foi um herói moderno. Um homem que fez de seu próprio corpo, de sua própria saúde, uma fortaleza para defender o setor produtivo nacional e para manter seus compromissos éticos. Lutou até o último momento por suas convicções, como cabe aos heróis.

Sr. Presidente Senador Gilberto, Sr^{as} e Srs. Senadores, caro companheiro César Borges, para alguns homens, a humildade se confunde com fraqueza ou até mesmo covardia; mas, para o Senador Jonas Pinheiro, a humildade era a fonte mais cristalina de sua força interior, de sua imorredoura esperança e de sua coragem indestrutível.

Peço agora que seus exemplos não se apaguem com o passar dos dias, que principalmente o povo mato-grossense aprenda a reverenciar sua memória, apropriando-se de suas qualidades para lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Não me refiro somente aos monumentos ou logradouros, que ele tanto merece, mas sim à obra viva de Jonas, que foi a dignidade na vida pública e a firmeza na lida política. Peço que seu legado seja transferido às gerações futuras como mandamento de honradez do cidadão.

Neste momento, associo-me à família de Jonas Pinheiro, à sua amada esposa Celcita, aos seus queridos filhos Giorgio e Giani, aos seus netos, rogando ao Todo Poderoso que receba o nosso eterno Jonas em sua luz, magnitude e bondade.

Sei que Jonas fará falta a esta Casa, como fará falta ao nosso Partido, ao Mato Grosso e ao Brasil, mas que os exemplos de generosidade, valor e obstinação fecundem em nossos corações por muitos e muitos anos.

Espero, como todos os colegas neste plenário, que o Senador Gilberto Goellner trilhe os caminhos que fizeram de Jonas um Parlamentar lúcido e operoso. Sei que é difícil substituir Jonas, mas nosso caro Gilberto saberá honrar a sua cadeira.

São essas, Sr. Presidente, as minhas palavras. Certamente esta sessão solene é mais do que justa, até porque muitos falam que Jonas só representou ou só defendeu o agronegócio. Não. Jonas Pinheiro também defendeu os pequenos, os assentados, prova inequívoca é que há pouco tempo eu participava, na cidade de Sorriso, da inauguração de uma linha de energia elétrica que Jonas Pinheiro, com a sua emenda que é um direito constitucional, levou também para os assentados.

Faço justiça porque entendo que Jonas não só foi homem do campo, mas também foi homem da cidade,

defendendo aqueles que militam e moram nos perímetros urbanos das cidades mato-grossenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, do Estado da Bahia.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que ninguém presidiria melhor esta sessão nesta hora do que V. Ex^a, Senador Gilberto Goellner, que tem essa grande responsabilidade de dar continuidade aqui nesta Câmara Alta, o Senado Federal, ao brilhante trabalho que realizava, um trabalho insubstituível, mas que sei que V. Ex^a vai procurar de todas as formas superar a imensa falta, o Senador Jonas Pinheiro a todos nós, em especial àqueles que acreditam que o setor primário da nossa economia, a agricultura e a pecuária, é a base para um país forte e um país que possa atender a nossa população na produção de alimentos, de riquezas e na geração de emprego e renda.

Quero, neste momento, com o sentimento profundo de pesar, associar-me à dor da família, viúva Deputada Celcita Rosa Pinheiro da Silva, seus dois filhos Giorgio Pinheiro da Silva e Giani Antônio de Moraes, da agricultura nacional aqui representada pelo Presidente da Confederação Nacional de Agricultura, Fábio Meirelles, do Senador Maguito Vilela que conhecia o trabalho de Jonas Pinheiro.

Sei da dor de todos os presentes nesta sessão, em particular o Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, baiano, meu conterrâneo da cidade de Jequié, do nosso querido Estado da Bahia, José de Andrade Moura, que sempre foi um entusiasta do trabalho desempenhado na vida pública, política e profissional de Jonas Pinheiro. Porque Jonas Pinheiro, antes de ser político, era médico veterinário que amava sua profissão, tinha dedicação a esse mister e que, como médico veterinário, propunha avanços científicos, técnicos, para que a pecuária nacional e internacional pudesse avançar em prol dos povos que ela atendia, particularmente, do Brasil e, mais particularmente ainda, do Centro-Oeste e do seu querido Mato Grosso.

Então, quero neste momento aqui homenageá-lo, destacando que Jonas era filho de pescador, nascido em 22 de janeiro de 1941, em Santo Antônio do Leverger, Mato Grosso, e que costumava dizer que o mandato parlamentar jamais foi cogitado em sua infância, vivida, basicamente, entre pequenos agricultores.

Estudante de escolas agrícolas, formado em Medicina Veterinária, em 1982 ele se elegeu Deputado Federal. Teve função de extensionista como Presidente

da Emater do Mato Grosso e, talvez até influenciado por seus colegas, médico veterinário, reconhecido pelo Governador de Mato Grosso, ele enveredou pela vida pública para servir a mais brasileiros e mato-grossenses, como o fez. Era Senador desde 1994 e exercia, portanto, o seu segundo mandato.

É preciso destacar o que já foi dito pelos que me antecederam: o caráter valoroso e acima de tudo humilde, marcado por uma defesa transparente, direta, sincera de agricultor que era, particularmente para os pequenos produtores, pelos quais tinha especial atenção e preocupação.

Essas características podem ser identificadas num depoimento que aqui está, feito pelo Senador na sua página na Rede Mundial de Computadores. Eu vou repetir porque nunca é demais repetir: “O povo é simples e quer coisas simples: quer alimento, quer vestuário e quer moradia; quer também escolas e hospitais; mas, antes de tudo, o povo quer trabalho. Ao final das contas, o povo anseia desesperadamente por dignidade. Simples também são as coisas que o povo não quer: o povo não quer viver na miséria, não quer ser explorado, nem quer ser ludibriado com promessas que nunca se hão de cumprir”.

Esse talvez seja o resumo mais preciso de Jonas Pinheiro. Eu o conheci, fomos colegas no antigo Partido da Frente Liberal – eu mudei de partido e falo aqui em meu nome pessoal e em nome da Liderança do Partido da República – e tive o prazer de conviver com ele aqui no dia-a-dia, vendo a sua defesa e as suas bandeiras para aprimorar a política agrícola, estimular e aumentar o emprego no campo, combater o êxodo rural e garantir melhores condições de crédito e produção para a agricultura. Trabalhamos em conjunto nesta Casa. Destaco o PLS nº 517 de minha autoria, cujo Relator foi o Senador Jonas Pinheiro, que autoriza a repactuação das dívidas de agricultores familiares no valor de até R\$50 mil. Também atuamos em conjunto em mais um projeto de defesa de agricultores, o PLC nº 142, que dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Sudene. Nesse projeto solicitei requerimento de urgência de tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos e que recebeu o pronto apoio do Senador Jonas Pinheiro. Juntos também negociamos em busca de um acordo com o Governo Federal.

Relembro um aparte que fiz ao Senador Jonas Pinheiro no dia 5-2-2006. Assim o qualifiquei: “Senador Jonas Pinheiro, V. Ex^a sempre se pautou pela defesa intransigente da agricultura nesta Casa. V. Ex^a é o Senador que mais conhece do tema de agricultura no Senado Federal, se alguém conhecer como V. Ex^a, no máximo, poderá igualar-se, mas nunca superá-lo,

porque V. Ex^a é totalmente dedicado a esta causa. Por isso, o peso das palavras de V. Ex^a, que é um homem do campo e conhece profundamente a questão da agricultura, vem lá do fundo do nosso País, vem do fundo dos pequenos agricultores, vem do seu querido Estado do Mato Grosso, que é uma nova fronteira agrícola deste País”.

Mais do que isso, Srs. Senadores, eu tive oportunidade de conviver com Jonas Pinheiro em momento bastante interessante e com o Presidente Gilberto Goellner: nós fomos companheiros de camarote, atendendo a convite da Marinha brasileira, em uma viagem de Recife a Fernando de Noronha no Navio-Escola Cisne Branco. Então, se nós tínhamos já um conhecimento partidário da atividade política nas comissões, no plenário, nessa oportunidade nós convivemos ali três dias intimamente e pude ver o seu caráter, a sua retidão, a sua humildade e acima de tudo sua grande amizade.

Então, quero destacar neste momento como a sua vida foi útil para o Brasil, para o Mato Grosso, para a sua família. Nos 13 anos de Senado – já foi dito aqui, mas repito –, ele apresentou 60 proposições, sendo 33 projetos e 26 requerimentos, em sua grande maioria, vinculados à agricultura e ao meio ambiente. A sua atuação mais proeminente foi em defesa da renegociação da dívida dos produtores rurais. Incansável, o que não é pouco, ao considerar que a agricultura está sujeita a fatores não controláveis, como clima; que lamentavelmente o histórico do País é de elevação dos juros e que, muitas vezes, os Poderes públicos não têm tido compreensão com esse setor tão importante. Jonas era aquele incansável batalhador, lutador, que todos respeitavam, no Governo Federal e no Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, neste momento, mais uma vez, me resta aqui me solidarizar com a família, com o povo de Mato Grosso, com os agricultores do Brasil, que desde a semana passada estão órfãos de um defensor de suas causas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Pois, não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para manifestar a minha solidariedade à família, o meu respeito ao Senador Jonas Pinheiro. Tive pouca chance de conviver com ele, mas em todas as comissões de que participei ao seu lado e sempre que aqui nos encontramos, eu pude perceber uma figura preo-

cupada com o seu Estado, preocupada com a economia, especialmente a agricultura.

Esta Casa certamente sentirá falta do Senador Jonas Pinheiro. Eu quero apenas deixar registrada esta minha referência e meu sentimento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero também deixar aqui a minha homenagem a Jonas Pinheiro. A convivência, durante muitos anos aqui, nos mostrou realmente o homem bom que ele foi e a sua dedicação às questões de Mato Grosso, questões do Brasil, de modo especial do Brasil rural.

No ano passado e durante vários anos, me encontrei com ele em Uberaba – ele era freqüentador contumaz da ExpoZebu –, conversamos sempre sobre essas questões que também são tanto do meu interesse como do meu Estado. Jonas Pinheiro tinha também outro ponto que me lembro bem na nossa convivência, que era a ligação com a Canção Nova, ligada à igreja católica.

Recentemente tivemos um dilema muito grande, que era o desejo de ver o Brasil com uma carga tributária menor na votação da CPMF; mas ao mesmo tempo a consciência de que não é simples abrir mão de um tributo tão grande, e nós acabamos realmente optando por seguir o Partido, no caso dele, o DEM, e no meu caso o PSDB, votando pela redução da carga tributária. Mas eu sempre sentia a sua permanente preocupação com a responsabilidade; mesmo nas questões ligadas à renegociação da dívida rural, ele nunca pediu uma renegociação que fosse uma doação, ele sempre buscava encontrar uma conciliação dos interesses.

De maneira, Sr. Presidente, que trago aqui à Deputada Celcita Pinheiro, a toda a família, a minha sincera homenagem a Jonas Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Senador Eduardo Azeredo, do Estado de Minas Gerais, obrigado a V. Ex^a pela referência ao Senador Jonas Pinheiro.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa; em seqüência, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Gilberto Goellner, que preside esta sessão destinada a homenagear o Senador Jonas Pinheiro; Senador Maguito Vilela, V. Ex^a representa – Deus escreve certo

por linhas tortas – muito bem todos os Senadores que passaram por aqui. Sua simplicidade e seu amor aos mais humildes lhe dão essa representatividade.

As autoridades presentes são tantas... Eu prefiro saudar, então, só a esposa de Jonas Pinheiro, Celcita.

Isso é muito significativo para mim. Eu perdi meu pai na véspera de uma eleição e, depois, perdi a eleição para Prefeito da cidade. Nem senti, porque... Ele, fisicamente, até se assemelhava a Jonas. Meu pai era humilde, minha mãe, intelectual. Eu digo aqui que ela deixou um dos escritos mais importantes da literatura do Brasil.

Minha mãe tem livros publicados pela Vozes, como **A Vida é um Hino ao Amor**. Ela escreveu, ô, Jayme Campos, eu fico encantado: **Nossa Senhora, a Viúva**. Eu nunca vi isso. Eu já li muitos livros sobre Nossa Senhora. Então, minha mãe, uns quinze anos depois – eu já era Governador – faleceu. Então, ela escreveu: **Nossa Senhora, a Viúva**. Esse sofrimento de mulher.

A imagem, até fisicamente, e a simplicidade de Jonas me lembram meu pai.

Deus – agradeço a Deus que tem sido muito bom para mim – me colocou detrás do Jonas, como se fosse ele uma luz a nos guiar. Ali detrás, cinco anos ali, e eu atrás dele.

Lembro-me de que eu e o Maguito... Maguito é uma figura extraordinária. Poucos homens têm a decência, a dignidade e a correção do Maguito. Fui Governador na mesma época que ele. Aliás, quando fui eleito, eu estive em Goiás aprendendo a governar com Iris Rezende e com a equipe do Maguito. Mas o Maguito, na eleição do Presidente Luiz Inácio, “lulou” totalmente, com as suas razões, e eu “deslulei”. Eu votei em 1994 em Luiz Inácio. E eu brincava: esse PMDB devia ter candidato. Como eu tinha vontade de ser candidato contra esse Luiz Inácio! Aí abracei Rigotto, Garotinho, Itamar, Pedro Simon e nada do PMDB. E o Maguito “lulando”, com suas razões.

Eu me lembro que, brincando, eu disse: eu queria ser candidato contra esse Luiz Inácio. Vi que todo mundo ficou incrédulo e eu disse: não, eu faria um governo melhor porque o meu secretário de agricultura já está aqui. Era o Jonas. Assim, já teria resolvido a metade dos problemas do Brasil. Mas Deus chamou o Jonas para Ministro seu. É muito mais forte do que a gente, e Deus é quem sabe das coisas. Essa é a verdade.

A minha mãe me ensinou a ler muito – ela era intelectual – e eu li um pensamento, ô Jayme Campos. E o Jonas foi um dos servidores deste Senado que mais serviços prestou. Deus escreve certo por linhas tortas. Eu vi o sofrimento da minha mãe. Hein, Celcita? Deus

é que sabe das coisas. Diz a história que Deus mandou seu filho, que se sacrificou, para nos salvar depois de muitas tentativas que não deram certo, como o dilúvio. Mandou o Cristo, e todos tiveram a esperança de chegar à casa do Pai, como Ele prometeu.

E Jonas? Todos nós sabemos a figura.

Eu me lembro que eu aprendi de um filósofo, ô Jayme Campos. Lacordaire é o nome. Outro dia, um jornalista me perguntou: “Mas por que você diz nome?” E foi porque eu troquei um – às vezes, a gente troca. Eu disse: é porque, depois, um conhece a frase e vai dizer que eu estava roubando, pois a frase é de Fulano de tal. Assim, foi Lacordaire que disse: “A humildade une os homens; o orgulho divide os homens”. Então, eu aprendi e percebi que o filósofo estava certo.

Maguito, tenho saudade de você, quando você era Presidente do PMDB. Maguito, eu fui ao enterro, eu lutei para ir ao enterro. Aqui está o livro do Ramez Tebet, que eu recebi da viúva, também um grande amigo, lá do Mato Grosso. Eu telefonei cedo e a resposta foi que não, o vôo estava lotado. O avião era pequeno. Eu disse: “Que negócio é esse? Que está lotado o quê? O Senado gasta tanto dinheiro aí. Vamos embora, eu quero um lugar. Recorri ao PFL, ao José Agripino, ao Heráclito. Que diabo é isso, Heráclito? Seu partido... Me dê um lugar aí. Não foi nada não. Aí isso chegou até o Luiz Inácio. Eu agradeço, viu, Maguito? Aí ele viu o problema. E disseram: “O Mão Santa está criando caso aqui, porque ele quer ir e não tem mais lugar, por que vamos num aviãozinho pequeno”. Aí ele cedeu o Sucatão, aquele que foi do Fernando Henrique. Mas está novinho, está bom. Aí encheu.

Mas eu fui porque a Bíblia diz: “Alegrai nos momentos de alegria, e chorai nos momentos de tristeza”. E era o Jonas, que Deus botou na minha frente. Eu considero isso um simbolismo. Eu não posso esquecer esses cinco anos. E não vou reviver os diálogos, porque cada um tem muita história. Mas aí nós fomos.

Então, este Senado da República deve a Jonas, como nós devemos a Deus esperança de chegar aos céus com Cristo. Este Senado estava vivendo maus momentos. Nós sofremos. Houve discursos bem ali na Câmara para fechar o Senado. Na Câmara, que não tem condição nenhuma. Aonde chegou o nosso desgaste? Houve pesquisas outro dia. E nós vivíamos o momento. Eu sempre dizia que nós nos esforçávamos, que aqui isso era complicado.

Para o Senadinho de Cristo, ele convocou só doze e deu confusão. Não deu confusão no Senadinho de Cristo? Não eram doze? Rolou dinheiro. Houve confusão. Aqui tinha que dar confusão.

Eu via os homens; eu via todo dia, na minha frente, a dignidade, o respeito, a decência de um homem que falava pouco. Ramez Tebet falava muito, mas muito bem; era um grande orador. Jonas, característica diferente, mas era igual para o Brasil.

Num momento de maior desgaste desta Casa, dos políticos, segundo as pesquisas, que eu relegava, não acreditava, e nós chegamos lá no Sucatão que o Luiz Inácio nos emprestou. Depois, Maguito, chegou o peemedezinho alugado e nem me convidaram. Estou com saudade de você. Chegaram lá isolados e foi bom porque eles ficaram assim... Mas estavam lá.

Então, um quadro vale por dez mil palavras. Jonas mudou a imagem, Jonas trouxe a verdade. Esta é uma Casa que merece ser respeitada. Essa foi a missão de Jonas.

Eu vi o povo chorar, ô Maguito. Era muito choro. A gente ficava até constrangido... O momento, emoção, enterro... Até os céus do Mato Grosso choraram: chovia. A chuva era um choro. O povo na rua, na chuva.

Senador da República! Atentai bem, Brasil! Esse é o verdadeiro conceito. Essa é a pesquisa. Eu vi e chorei. O nosso Presidente – eu sou vizinho dele, o Garibaldi é um irmão meu, eu tenho até um livro dele, de oratória, que eu roubei da coisa... – olha, baixou o Espírito Santo, fez o discurso mais bonito da vida dele. Aquilo foi negócio do Espírito Santo. O Garibaldi é meu vizinho. Baixou... Ganhou de Marco Antonio se despedindo de Júlio César, descrito por Shakespeare. Lembro-me que aí ele comoveu a todos. E as batalhas que tinha? Ele conviveu, em outros mandatos de Senador, com ele. Dizia que trabalhaste muito, luxaste muito, não tiveste tempo de descansar. E Deus: parta! Deus está te chamando para descansar do trabalho que fizeste pelos pequenos. E sou testemunha. Fiz alguns discursos contra a perversidade dos bancos negociando com os pequenos agricultores. Ele era um Papa aqui, era ele que me instruía. Ele me dava os dados e eu vinha à tribuna, nessa negociação. Naquela perversidade dos banqueiros, tomando os carros de boi, os móveis, os bodes, os bezerras, era ele que nos comandava. Muitos dos discursos não fui eu que fiz. Ele dizia os dados, eu o lia, e ele: “Va’mbora!” E foi uma luta bonita. Então, é aquele quadro: o mato-grossense-do-sul, o Mato Grosso e o Brasil respeitam o Senador da República.

E essas pesquisas fajutas do Executivo tentando nos desmoralizar? Não! Está ali Jonas. Eu vi o povo chorar.

Permito-me terminar agora.

Um filósofo disse que, nesta vida, ô Flexa Ribeiro, o mais que a gente consegue, quando dela saímos – a

gente vem ao mundo sorrindo, todos alegres à nossa espera, em torno de nós –, é que o riso e o encanto passam ao choro e às saudades. Isso ele conseguiu, isso eu vi muito. Eu fiz muito parto, fiz cesariana. É alegria da mãe e até do médico. E vi o Jonas conseguir isso.

Agora, este Senado da República é tão grandioso, ô Maguito, que não precisamos buscar exemplo em outras histórias e em outros senados. Está ali Rui Barbosa. Maguito, V. Ex^a representa aqui a grandeza, a luta política. Perder eleição, Rui Barbosa perdeu mais do que você – Maguito, não se apavore – e ele está aí em cima. Não se pode é perder a dignidade e a vergonha.

Nós temos de fazer uma homenagem, e não essas palavras. As palavras vão, e agora é que começou. Está aqui um livro que, ontem, a viúva de Ramez Tebet me mandou. Nós – não o Mato Grosso do Sul, não o outro Mato Grosso, mas o Brasil todo – temos de tornar uma homenagem eterna daquele exemplo de humildade que une os homens. Olhe, passou um Senador aqui, ô Maguito, O Dinarte Mariz – não sei se você o conheceu. Ele foi governador e se encantou com isso aqui. Disse que aqui é mesmo como o céu, é até melhor porque não se precisa morrer. Eu não tenho esse conceito, não. Mas de uma coisa tenho certeza e digo aqui – acredito no céu, nós somos cristãos: se Jonas não for para o céu, nenhum de nós vai. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Como último orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, nobre Senador pelo Estado do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Gilberto Goellner, que preside esta sessão em justa homenagem ao Senador Jonas Pinheiro; Deputada Federal Celcita Pinheiro, viúva do Senador Jonas Pinheiro; Sr^a Giani Antônia Pinheiro, sua filha; Sr. Giorgio Pinheiro, seu filho; Sr. Fábio Meirelles, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Senador Maguito Vilela, Vice-Presidente de Governo do Banco do Brasil; Senador Jayme Campos; Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras; senhores e senhoras presentes a esta sessão de homenagem ao nosso querido amigo, Senador Jonas Pinheiro.

O Brasil e o Senado têm perdido, nos últimos anos, homens públicos de vulto. Primeiro, Ramez Tebet. Depois, Antonio Carlos Magalhães. Agora, choramos a ausência de nosso querido amigo e colega Jonas Pinheiro. A vida política nacional está mais pobre; a História do Brasil, mais rica.

Uma Sessão Especial é uma homenagem muito simples diante de tudo o que representou para esta Casa, para o Estado do Mato Grosso e para o Brasil a figura do Senador Jonas Pinheiro. Entretanto, é uma homenagem sincera que nós, Senadores da República, prestamos ao eminente colega que, por treze anos, honrou esta Casa com seu trabalho e com suas idéias.

Jonas Pinheiro era um homem obstinado. Nunca se cansou de lutar pela causa da sua vida, a agricultura nacional. Nunca deixou que calassem sua voz quando o assunto era a defesa do homem do campo. Foi Presidente da Emater de Mato Grosso, onde pôde ouvir de perto os anseios dos agricultores do seu Estado. No Parlamento, onde teve oportunidade de difundir seus ideais, exerceu três mandatos de Deputado Federal e estava em seu segundo mandato de Senador da República.

Mesmo ocupando posições de relevo, jamais se deixou contaminar pela soberba e pela arrogância. Ao contrário, manteve-se fiel às suas origens: continuou sendo o filho de pescador que conversava, de igual para igual, com a sua gente, seja para ouvir os seus clamores, seja para anunciar alguma melhoria que havia conseguido.

Jonas Pinheiro não era homem de retórica vazia, muito menos de palavras sem sentido. Era homem de ação. Dizia ele que o povo não quer simples promessas. O povo quer, isto sim, trabalho e dignidade. Essa frase é emblemática, que orienta, com certeza, todos nós Senadores da República. E como esse homem lutou para dar trabalho e dignidade aos mato-grossenses! Por isso, era tão amado por seu povo, que o consagrou nas urnas em todas as eleições disputadas.

Era um homem simples, mas sua simplicidade nunca o impediu de defender com brilho, neste Parlamento ou em qualquer repartição pública das três esferas de governo, os interesses dos agricultores e dos pecuaristas, em especial os mais pobres. Mesmo sendo da Oposição, jamais se furtou a bater nas portas dos ministros para cobrar melhorias para o agronegócio, bem como o cumprimento das muitas promessas que sempre são feitas e nem sempre honradas.

Apesar do jeito manso que lhe foi tão característico, brigava como um leão para solucionar um problema que sempre foi, e ainda é, o calcanhar de Aquiles do agronegócio brasileiro: o endividamento dos produtores rurais. Aqui no Senado, não deixou um minuto sequer de defender a causa de sua vida. Ocupou posição de destaque na CPI do Endividamento Rural, ocorrida entre 1993 e 1994. Além disso, quem não se lembra da figura de Jonas Pinheiro à frente do “tratoração”, manifestação em defesa do campo que tomou conta das ruas de Brasília, em junho de 2005?

Mais recentemente, é digna de nota a sua atuação no processo de renegociação das dívidas dos produtores rurais, ocorrido no ano passado. Trabalhando com afinco, foi capaz de construir um acordo entre o Governo, os Parlamentares da Situação e da Oposição e entidades representativas dos produtores rurais, o que viabilizou a ampliação dos prazos e a melhoria das condições de pagamento, permitindo que os produtores voltassem a ter acesso ao crédito rural para financiamento da safra 2007/2008.

Senador Jayme Campos, eu não tenho medo de afirmar, Senador Gilberto Goellner, que as safras recordes colhidas pelos produtores rurais brasileiros – e que ainda viabilizam o superávit comercial deste País – se devem, em boa medida, à dedicação desse homem simples e lutador que foi Jonas Pinheiro. O Estado do Mato Grosso, maior produtor de soja deste País, deve muito de sua prosperidade econômica ao trabalho de seu filho querido, que tanto amava sua terra e sua gente.

Jonas Pinheiro acreditava no trabalho e na honestidade, pilares da educação recebida de seus pais. Para ele, o produtor rural não precisava de esmolas ou de benesses do Governo. Precisava, sim, de condições justas para o pagamento de suas dívidas, condições essas que viabilizassem sua atividade produtiva. Investir no agronegócio era, para ele, a melhor maneira de fixar o homem no campo. Evitava-se, assim, o êxodo rural, responsável, em grande parte, pelo aumento da miséria e da violência.

Ele mesmo era um trabalhador exemplar. Aqui no Senado participava, como membro titular, de quatro Comissões: Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Direitos Humanos e Legislação Participativa; Desenvolvimento Regional e Turismo; e Agricultura e Reforma Agrária, como não poderia deixar de ser. Não tenho dúvida, de que os Presidentes de todas essas Comissões podem atestar o papel de destaque que o Senador Jonas Pinheiro sempre ocupou nos debates e nas votações.

Sem nunca se desgrudar de suas convicções, possuía um tom conciliador e uma maneira sempre amável de lidar com seus colegas Senadores e com os funcionários desta Casa. Por isso era muito querido por todos nós, Deputada Celcita, que temos sentido, e muito, a sua falta.

Olhamos a Bancada em que ele sentava e é como se, neste instante, ele estivesse nos assistindo e recebendo a homenagem por tudo o que fez por Mato Grosso e pelo Brasil.

O tempo passará, mas a figura inesquecível de Jonas Pinheiro estará sempre presente em nossa memória.

Eu não poderia deixar de vir aqui fazer esta homenagem ao meu querido amigo Jonas Pinheiro. Somos de Estados vizinhos. O meu Estado, que tenho a honra de representar no Senado Federal, o Pará, talvez tenha as mesmas problemáticas e os mesmos desejos de desenvolvimento e de diminuição das desigualdades, mantendo as diferenças. Temos diferenças, sim, em relação ao resto do Brasil, mas precisamos diminuir as desigualdades. E a luta do amigo Jonas era neste sentido: asfaltar a Santarém-Cuiabá; transformar em realidade a Teles Pires-Tapajós; e aumentar a competitividade do agronegócio, o qual, eu diria, está sufocado pela falta de infra-estrutura, que tira a competitividade do produtor rural, que tem até a porta da sua propriedade talvez a maior competitividade mundial, mas a partir daí falta, Senador Maguito Vilela, a infra-estrutura necessária, pela qual o Senador Jonas Pinheiro aqui muito batalhou.

E sendo vizinho de Mato Grosso o meu Estado do Pará, por muitas vezes estive nas mesmas batalhas que o Senador Jonas Pinheiro, o Senador Jayme Campos e a Senadora Serys – todos os Senadores que por aqui passaram – para que pudéssemos, juntos, unir as Bancadas dos dois Estados e tentar fazer com que o Executivo nacional voltasse as suas vistas para esses Estados, principalmente Mato Grosso, tão amado pelo Senador Jonas Pinheiro.

Recebam, Deputada Celcita, Sr^a Giani e Sr. Giorgio, os meus sentimentos. Jonas, como todas as pessoas especiais, não morreu. Ele está encantando, está lá em cima, junto com Deus, olhando pelo Mato Grosso, pelo Brasil e por seus amigos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estando até há pouco nas Comissões em que eu precisava participar, não pude assistir esta sessão de homenagem desde o início. Mas quero aqui expressar à Sr^a Deputada Celcita, aos filhos do Senador Jonas Pinheiro e ao povo do Mato Grosso o meu sentimento de pesar, de solidariedade e, sobretudo, de respeito para com o Senador Jonas Pinheiro, que com todos nós, especialmente comigo, sempre teve um procedimento de defesa do interesse maior, daquilo que era importante.

Ele que era um estudioso da agricultura, da pecuária, um homem que sabia muito bem dos problemas da agropecuária, quando aqui expressava a sua opinião, a sua avaliação, sobre os temas do campo,

por nós todos era sempre muito ouvido. Quero aqui transmitir o meu testemunho como Senador do Partido dos Trabalhadores de que o Senador Jonas Pinheiro sempre soube honrar e muito o povo do Mato Grosso, o povo brasileiro nesta Casa.

Obrigado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. DEM – MT) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por favor, eu também gostaria de me manifestar nesta oportunidade, não sem antes cumprimentar S. Ex^a a esposa do nosso querido e saudoso colega, seus filhos, familiares aqui presentes. Logo no início do Ano Legislativo, este Ano Legislativo, um dos primeiros Senadores que eu reencontrei aqui na Casa foi o querido amigo Senador Jonas Pinheiro. Nós estávamos iniciando a reunião na Comissão de Direitos Humanos, da qual ele fazia parte, e foi um dos primeiros colegas que eu avistei.

Além do fato de estarmos na mesma Casa, modestamente, eu compartilhava com o Senador Jonas a preocupação que ele absorveu durante a vida inteira com as questões de que tinha amplo conhecimento, quais sejam, a agricultura do nosso País, o agricultor, a agricultora. Quando ele se expressava – e não usava a tribuna como o nosso querido companheiro Flexa –, quando vinha à tribuna sempre trazia um posicionamento muito firme, muito ponderado, acerca dos reclamos, das reivindicações das pessoas que estão no campo.

Eu partilhava com o Senador Jonas um sentimento que o acometia e que me incomoda sobremaneira: é que no nosso País há quase que um preconceito contra aqueles que estão tentando produzir no nosso campo, seja em que lugar for do País. Eu observo, a partir da realidade do meu Estado, inclusive, que as coisas quando são feitas em prol do homem do campo ou no âmbito do sistema produtivo, as coisas são feitas muitas das vezes de forma, como a gente diz aí na rua, de forma matada, de qualquer jeito, como se existissem cidadãos de primeira e segunda categoria neste País. Eu sempre colhi, do convívio com o Senador Jonas, esse tipo de preocupação. E mesmo quando as coisas são feitas: a escola é mais ou menos, o posto de saúde, quando existe, também é feito de forma... Falta remédio, falta médico. O crédito rural é um drama eterno no Brasil. Nós vivemos brigando nos fóruns internacionais contra os países que concedem subsídios agrícolas a seus nacionais. A gen-

te fica aqui querendo que eles deixem... Ao invés de prover os nossos, de efetivamente nos preocuparmos com quem está aqui, dar-lhes o apoio necessário, não é? Por que brigar para a França tirar o subsídio lá dos agricultores franceses, e não introduzirmos o nosso subsídio aqui?

E nas conversas, no contato com o Senador Jonas, eu sempre senti o Senador Jonas preocupado, angustiado, naquele jeito dele, tão tranqüilo, mas que ninguém deveria se enganar com aquele jeito pacato, de pessoa simples do povo que ele era, aquela expressão dele que está aí, aqui na nossa tela, é de uma coisa impressionante. “O povo é simples e quer coisas simples”.

Tem coisa mais realista do que isso? Os amigos vão. Enquanto estamos aqui perdemos o Senador Ramez Tebet, que era uma pessoa impressionante. Os dois devem estar lá em cima hoje em dia conversando. Eu queria apenas deixar esse meu depoimento de que, mesmo sem tanta intimidade assim com o Senador Jonas Pinheiro, observava-o sempre porque tratava de temas que também me angustiam, que também exige muita reflexão.

Eu não poderia deixar, nesta oportunidade, de prestar uma humilde e singela lembrança, uma homenagem do companheiro de tantas horas, de tantas lutas e de tanta bravura.

Senador Jonas Pinheiro, quero, com muito respeito, oferecer a minha solidariedade a sua família. Gostaria de dizer que estamos todos aqui consternados, sentidos com o desaparecimento do Senador Jonas Pinheiro, da vida material, não do nosso coração, da nossa lembrança. E S. Ex^a estará sempre na nossa lembrança como um valioso companheiro. Peço a Deus que o acolha com generosidade e que não apague de nossas lembranças a figura, a dignidade e a presença do Senador Jonas Pinheiro.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Não há mais oradores inscritos.

Assim, cumprida a finalidade da Sessão Especial destinada a homenagear o eminente brasileiro Senador Jonas Pinheiro, agradeço as personalidades que nos honraram com o seu comparecimento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 14 minutos.)

Ata da 19ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 28 de fevereiro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias, Gerson Camata,
Augusto Botelho, Jayme Campos e Mão Santa*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 28/2/2008 07:48:57 até 28/2/2008 20:30:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYIC	X	
DEM	PB	EFFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUÇA	X	
PTB	SP	ROMÉU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 68 Senadores

Roseane Kfanny

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A lista de presença acusa o comparecimento de 69 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 184, DE 2008

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 39, I e 40, § 1º, I, do Regimento Interno, e tendo sido designado por Vossa Excelência para representar o Senado Federal na Conferência Internacional sobre Energia Renovável de Washington, DC (WIREC 2008), comunico a Vossa Excelência minha ausência do País no período de 3 a 7 de março do corrente ano, e requeiro autorização para ausentar-me dos trabalhos da Casa no referido período.

Brasília, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **João Tenório**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 185, DE 2008

Requer Voto de Pesar e de Solidariedade a família do Monsenhor Rômulo Neves Balestrero.

Requeiro, nos termos de art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar e de Solidariedade a família do Monsenhor Rômulo Neves Balestrero, pelo seu falecimento ocorrido em 25 de fevereiro de 2008.

Dessa forma, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e, de acordo com as tradições da Casa, requeiro sejam prestadas as seguintes condolências:

Inserção em ata de voto de profundo pesar às suas irmãs: Sr^{as} Therezinha Balestrero, Zélia Balestrero, Romilda Balestrero e Celeste Balestrero. – End. Rua Maria Elionora Pereira, 120 – Aptº 303 – Jardim da Penha – CEP. 29060-180 – Vitória – ES.

Ao Padre Edmar Endinger – D.D. Pároco da Igreja do Bom Pastor End. Rua D. Luiz Scortegagna, s/nº – Campo Grande – CEP. 29146-400 – Cariacica – ES.

Justificação

O Espírito Santo perdeu na noite de segunda-feira um de seus maiores líderes espirituais, com a morte

de monsenhor Rômulo Neves Balestrero. Durante os 30 anos em que esteve à frente da Paróquia Bom Pastor, em Campo Grande, Cariacica, Padre Rômulo, como era conhecido, dedicou-se com empenho a inúmeras obras sociais coerente com seu propósito de consagrar a vida a minorar o sofrimento dos desprovidos de recursos. “Eles são os amados de Deus, não porque sejam mais santos, mas simplesmente porque são mais pobres”, dizia.

Foi capelão do Orfanato Cristo Rei, fundou o Centro dos Lavradores Unidos para o Progresso, em Viana, e o Recanto de Atendimento ao Menor (Reame), que acolhe 150 crianças órfãs, em Campo Grande. Criou também o Projeto Igreja Irmã, que ajuda dioceses pobres da Amazônia.

Nascido no município de Viana, em março de 1928, Padre Rômulo manifestou vocação para a vida sacerdotal desde a infância. Participou da Cruzada Eucarística Infantil até ser encaminhado, aos 14 anos, pelo então bispo de Vitória, dom Luís Scortegagna, a um seminário em Minas Gerais.

Ordenado em 1954, na Catedral de Vitória, tornou-se secretário do Bispado, mas não perdeu os laços com a comunidade de sua cidade natal: solicitou autorização para celebrar missas em Viana, e para lá seguia todos os finais de semana. Manteve essa tradição durante cerca de 20 anos. Além de trabalhar em Viana-Sede, Padre Rômulo atuou em Jucutuquara e Campo Grande, na Paróquia do Bom Pastor. Deixou esta última ao se aposentar, em 2005, contra a vontade dos paroquianos, mas continuou como pároco solidário.

Padre Rômulo, além de apóstolo da caridade, era um lutador, um guerreiro de Deus, que não desanimava diante de dificuldades. Com o mesmo ânimo que devotava à causa dos pobres, lutou contra a doença, durante quase um ano, até sucumbir. Mesmo em suas últimas horas de vida, a maior preocupação era com os beneficiários de suas obras sociais. “Vamos ser como Jesus, vamos cuidar dos pobres”, afirmava aos que o ajudavam.

Seu legado é imenso, como o de todos os que fazem da ajuda ao próximo o objetivo de suas vidas. Sepultado quarta-feira, no município natal, depois de uma missa celebrada pelo arcebispo de Vitória, dom Luiz Mancilha Vilela, na Igreja Bom Pastor, Padre Rômulo continuará vivo na memória dos paroquianos, que o amavam, e a quem devotou tantas décadas de trabalho. Foi, acima de tudo, um exemplo de grandeza humana para todos nós, capixabas ou não.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Gerson Camata**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 255, II, **c**, 12, do Regimento Interno do Senado, requeiro que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, seja ouvida a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, por se tratar de matéria de elevado interesse para a defesa do consumidor.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. GLPMDB nº 35/2008

Brasília, 27 de fevereiro de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o nome do Senador Almeida Lima – PMDB/SE que passará a ocupar a Vice-Liderança pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira – PMDB/MG.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Valdir Raupp**, PMDB/RO.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 53/2008

Brasília, 27 de fevereiro de 2008

Assunto: Indicação para Medida Provisória nº 417

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais o Senhor Deputado Ricardo Izar (PTB – SP) na qualidade de Titular e em substituição ao Senhor Deputado Jovair Arantes (PTB – GO) para a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 417, de 31 de janeiro de 2008, que “Altera e acresce dispositivos à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de

armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e Define Crimes”.

Ao ensejo, renova a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

Ofício nº 6/2008 – GLDBAG

Brasília, 28 de fevereiro de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Antonio Carlos Valadares como membro titular, em substituição à Senadora Fátima Cleide na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

OF./LID./Nº 38/2008

Brasília, 28 de fevereiro de 2008

Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado Moreira Mendes – PPS/RO, como titular, em substituição ao meu nome, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 419/2008, que “Altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial”.

Atenciosamente, Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, Propostas de Emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 2008

Dá nova redação ao art. 46 da Constituição Federal de modo a introduzir novas regras para a eleição de Senador e seu respectivo suplente.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do artigo 60 da

Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 3º do art. 46 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 46.

§ 3º Cada Senador será eleito com um suplente, observadas as seguintes regras para efeito de definição dos eleitos:

I – Cada partido ou coligação deverá indicar à Justiça Eleitoral, respeitados os prazos fixados em lei, os nomes de dois candidatos para cada vaga em disputa no Senado Federal.

II – Dentre os dois nomes indicados, será eleito Senador titular aquele que obtiver o maior número de votos válidos e considerar-se-á suplente o outro candidato do mesmo partido ou coligação. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, que observará o disposto no art. 16 da Constituição Federal.

Justificação

A figura do suplente foi introduzida pela Constituição de 1946. Nos últimos anos, porém, este instituto

tem recebido críticas com relação à forma com que os suplentes são conduzidos ao cargo de Senador sem terem recebido qualquer votação popular.

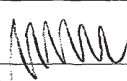
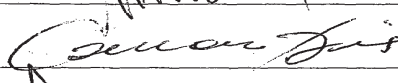
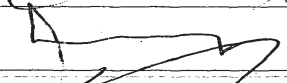
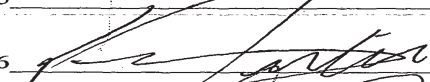
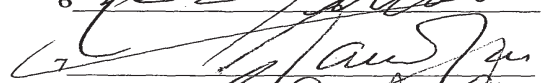
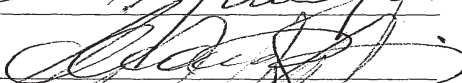
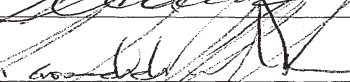
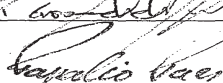
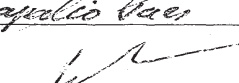
A proposta ora apresentada, que tem por objeto estabelecer novas regras para a eleição dos Senadores e seus suplentes, determina que o partido ou coligação apresente dois candidatos para cada vaga em disputa no Senado. Seria eleito o mais votado e o outro assumiria a suplência. Pretende-se, portanto, que os suplentes também recebam votos do povo como ocorre com os titulares, suprimindo, dessa maneira, a carência de legitimidade e pondo fim a condição de ser apenas indicado.

Alguns podem ponderar que a existência de apenas um suplente poderia acarretar a dificuldade para a ocupação do cargo em caso deste também tornar-se vago. No entanto, vale lembrar, que a eficiência do nosso sistema eletrônico de votação garante a celeridade no processo de apuração, facilitando a promoção de uma eleição para escolha de senador no caso de vacância do cargo.

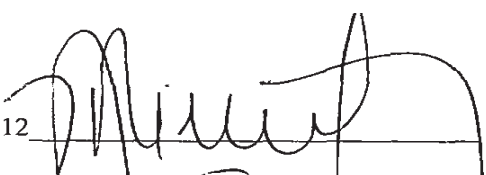
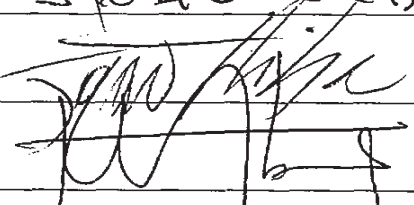
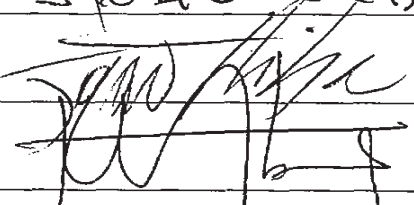
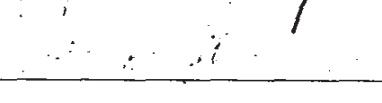
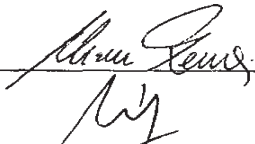
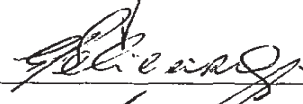
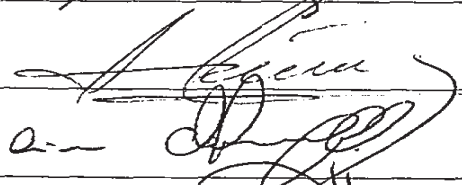
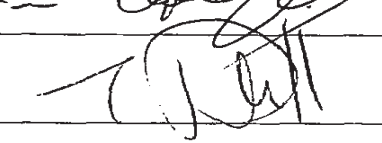
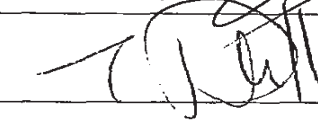
Contamos com o apoio de nossos Pares para a aprovação da PEC que ora submetemos à apreciação do Senado Federal, a qual, sem dúvida, representará um importante avanço para a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro 2008.

Senador Lobão Filho

1 
 2 
 3 
 4 
 5 
 6 
 7 
 8 
 9 
 10 
 11 


 LUZILDO
 NUNTO DE COSTA
 EDEILTON GOMES
 OSMAR DIAS
 MARCO ANTONIO
 JERONIASI
 PAULO DUQUE
 ALVARO DIAS
 FLEXA REIS
 RAFAEL VAS
 VOU NATOR MORA

12 
 13 JOÃO PEDRO
 14 
 15 
 16 Rosalby Ciraliny
 17 
 18 Maria do Carmo Alves
 19 
 20 Eliseu Resende
 21 
 22 Vinícius Pereira
 23 
 24 Belmiro Santana
 25 
 26 Cicero Proença
 27 
 28 Danilo

JOÃO VICENTE CLAUDINO


 João Vicente Claudino

Rosalby Ciraliny

MARIA DO CARMO ALVES

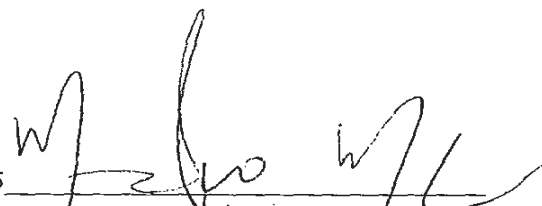
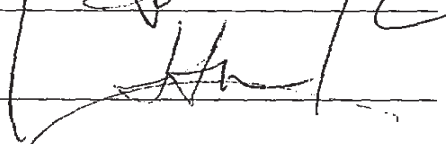
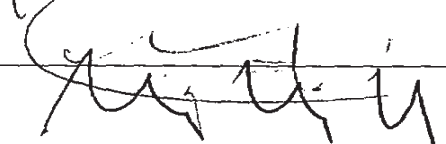
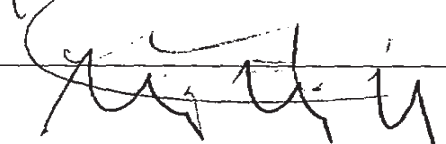
Eliseu Resende

Vinícius Pereira

Belmiro Santana

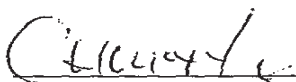
Cicero Proença

Daniilo

25 
 26 
 27 
 28 

MAGNO MALTA

GERALDO MESQUITA JR


 Flávio Augusto

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....
 Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
 Nº 5, DE 2008**

Altera o inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, para vedar a progressão de regime de cumprimento de pena, nos casos a que se refere o dispositivo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso XLIII do art. 5º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

.....
 XLIII – a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça, anistia ou progressão de regime de cumprimento de pena a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles

respondendo seus mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitiram;
 (NR)”

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A escalada da violência no Brasil tem deixado toda a sociedade apavorada e o Poder Legislativo tem que dar uma resposta rápida e dura para a impunidade dos bandidos, que a todos revolta.

Observamos que a possibilidade de progressão de regime de cumprimento de pena torna muitíssimo brando o tratamento dispensado aos perversos delinquentes que cometem crimes com requintes de crueldade.

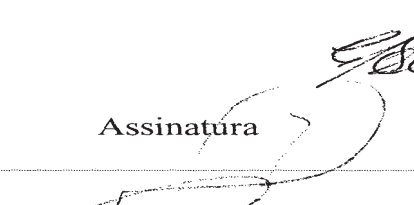
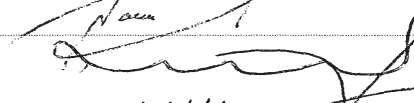
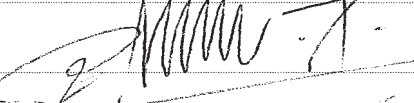
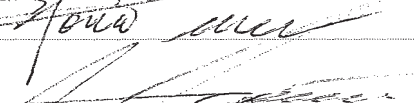
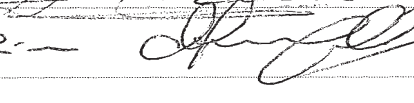
Beneficiados por esse instrumento, odioso privilégio, voltam às mas muito antes de cumprir as penas que lhes foram impostas e passam novamente a cometer delitos graves, que aterrorizam as pessoas de bem.

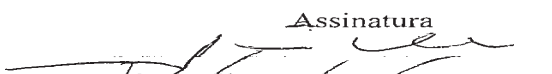
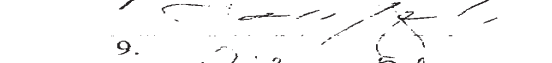
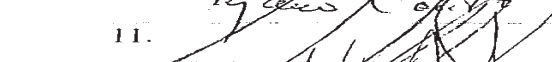
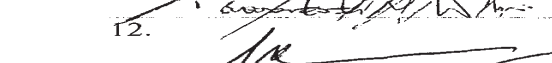
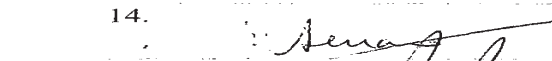
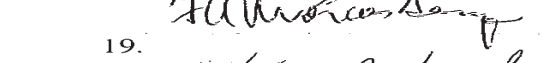
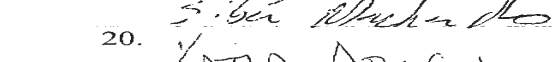
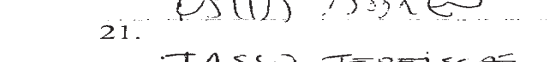
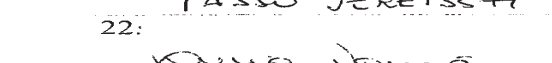
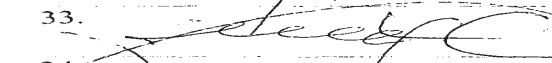
A propalada re-socialização do preso, que deveria ser buscada pelo sistema prisional, não passa de mera ficção. O que acontece efetivamente é que o condenado volta às ruas rapidamente, a despeito da gravidade do crime cometido. E volta para continuar sua atividade delitiva.

Por essas razões, impõe-se a vedação do odioso privilégio da progressão do regime de cumprimento de pena para os crimes hediondos, tortura, terrorismo e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

Acreditamos que nossa proposição certamente contribuirá para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico brasileiro, razão pela qual conclamamos os nobres pares a aprová-la.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2008.

Assinatura	Nome
1. 	NÊUTO DE CONTO
2. 	ROMERO JUCÁ
3. 	Expedito Júnior
4. 	R. Teles
5. 	Alcides Santana
6. 	Cecero Nogueira

Assinatura	Nome
1. 	JWS
8. 	EZEQUIEL
9. 	EDUARDO
10. 	ARTHUR
11. 	MIGUEL
12. 	FIERA
13. 	FERNANDO
14. 	HERAKLITO
15. 	MARISE
16. 	AUGUSTO
17. 	JAMIL
18. 	TAMAR
19. 	SIBEL
20. 	IVAN
21. TASSO JEREISSATI	TASSO JEREISSATI
22. 	IVAN
23. 	JOÃO
24. 	ANTÔNIO
25. 	CARLOS
26. 	ALICE
27. 	FABIANO
28. 	PAULO
29. 	ALVARO
30. 	GERALDO
31. 	VALDER
32. 	VALDER
33. 	PAULO
34. 	PAULO
35. 	PAULO

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – As Propostas de Emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, Projetos de Lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2008

Define 2009 como o Ano do Ensino Técnico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica definido o ano de 2009, em todo o território nacional, como o Ano do Ensino Técnico.

Art. 2º Fica estabelecido o dia 23 de setembro como dia nacional dos profissionais de nível técnico.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A educação escolar tem-se implantado gradativamente na sociedade brasileira e, com a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, tomou novos rumos e novo vigor.

De 1551 a 1827, podemos dizer que a educação escolar era uma instituição elitista, destinada somente aos brasileiros do sexo masculino e com ascendência européia. As crianças afrodescendentes não se podiam matricular e as indígenas tão somente se fossem batizadas.

Em 1827, lei imperial estendeu o ensino primário e secundário às meninas e, paulatinamente, deu condições a que a maioria das crianças se matriculassem em escolas públicas ou privadas. Passamos, porém, por uma fase em que a educação era um mecanismo de controle e seleção social.

Durante quase todo o Século XX, era crescente o número dos estudantes que entravam nas redes de ensino estaduais e municipais, mas pequeno o contingente que conseguia concluir o ensino secundário, necessário para a formação da cidadania e do trabalhador nas sociedades desenvolvidas. Foi a fase da educação escolar seletiva, inclusive na oferta de currículos diferenciados para os filhos de famílias ricas e de famílias pobres. Nesta época, mais precisamente em 23 de setembro de 1909, o Presidente Nilo Peçanha criou nas capitais dos Estados Escolas de Artífices, que depois se transformaram em Escolas Técnicas Federais de nível médio e, mais recentemente, em Centros Federais de Educação Tecnológicas – os CEFETs.

O ano de 2009, representa o centenário desta iniciativa da União que redundou num sistema federal de ensino técnico, responsável, sem dúvida, não so-

mente pela qualidade da aprendizagem dos estudantes como pela própria qualificação da oferta da educação profissional, em razão da competência acadêmica de seus professores e servidores e do nível de investimento dos recursos financeiros ali aplicados.

O atual Governo Federal, tendo à frente um presidente operário, formado numa instituição de ensino técnico patronal, está sendo sensível à demanda por uma educação profissional qualificada e pública e determinou um programa sem precedentes de expansão do ensino técnico federal em todo o País. Ao mesmo tempo, preocupado com a inserção dos jovens no mundo do trabalho, instituiu o Projovem e o Proeja, que antecipam a qualificação para o trabalho ao nível do ensino fundamental. Concomitantemente, esta Casa aprovou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), pelo qual se dão condições aos Estados de financiar cursos profissionais técnicos de nível médio para adolescentes, jovens e adultos.

A educação profissional e tecnológica brasileira vive a maior expansão de sua história. Até 2002 foram construídas 140 escolas técnicas no país, e só nos últimos cinco anos o Ministério da Educação já entregou à população 39 novas unidades das 64 previstas na primeira fase do plano de expansão da rede federal de educação profissional. Na segunda fase do plano, o MEC disponibilizará mais 150 escolas, cobrindo todas as regiões do País, permitindo, até 2010, a abertura de 500 mil vagas.

Já neste ano, serão criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETS, que oferecerão educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi e serão especializados em educação profissional e tecnológica.

Neste contexto, relevante também foi o pleito da Federação Nacional dos Técnicos Industriais – FENTEC, no sentido de instituir-se o ano do Ensino Técnico. Nos últimos 30 anos, a Fentec vem trabalhado energicamente em prol da categoria dos técnicos industriais.

Nada mais oportuno, portanto, que reservar o ano vindouro de 2009, para comemorar o ensino técnico no Brasil e intensificar os investimentos sociais e financeiros para sua consolidação, entendendo que a educação profissional não é uma alternativa coneonente à educação média e superior, mas uma modalidade de articular a transmissão da cultura e da tecnologia com o desenvolvimento econômico e social.

Com estes argumentos, confio na compreensão de meus pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Gerson Camata**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 2008

Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a circulação de motocicletas, motonetas e ciclomotores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 56-A e 56-B:

“Art. 56-A. Sempre que a segurança do trânsito o exigir e as condições físicas, geométricas e operacionais da via o permitirem, a autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via reservará faixa exclusiva para a circulação de motocicletas, motonetas e ciclomotores.”

Art. 56-B. É proibida ao condutor de motocicletas, motonetas e ciclomotores a passagem entre filas de veículos que trafeguem em faixas adjacentes ou entre o bordo da via e os veículos na faixa adjacente, onde houver faixa de circulação exclusiva”.

Art. 2º O art. 244 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos IX e X:

“Art. 244.

IX – fora de faixa reservada para uso exclusivo de motocicletas, motonetas e ciclomotores, quando houver;

X – entre filas de veículos que trafeguem em faixas adjacentes ou entre o bordo da via e os veículos na faixa adjacente, quando houver faixa de circulação exclusiva;

..... (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A violência do trânsito brasileiro vem assumindo proporções incontroláveis, particularmente dramáticas no segmento das motocicletas. O número de mortes de motociclistas já responde por 25% das vítimas de acidentes fatais de transporte no País e subiu 83% no período de 2002 a 2006. Nesse último ano, não chegou a 10% a diferença entre o número de mortes em acidentes com carros – cuja frota chega a ser três vezes maior que a de motocicletas – e o de motociclistas mortos.

Em 2007, a frota de motocicletas em circulação teve um crescimento de quase 40% – boa parte dele devido a outro fenômeno igualmente intenso: a notável

expansão dos serviços de moto-entrega (os chamados motoboys), sobretudo nos grandes centros urbanos.

À ampliação da frota e dos serviços de motoboy, soma-se a indisciplina e a imprudência de motociclistas no trânsito. Excesso de velocidade e, mais especificamente, a liberdade para circular entre as faixas de rolamento – dando origem aos chamados “corredores” de motociclistas, podem explicar a escalada das tragédias nesse segmento. De acordo com levantamento recentemente divulgado pela Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo (CET), mais da metade dos acidentes fatais de motocicletas estavam relacionados com condutores que dirigiam entre os veículos.

A presente proposta visa, prioritariamente, combater a prática abusiva do “corredor” – fenômeno pelo qual condutores de motocicletas, na tentativa de escapar das retenções impostas pelos congestionamentos ou pelos semáforos, forçam a passagem entre os veículos em trânsito, numa determinada via, realizando, em condições inseguras, as ultrapassagens que lhes rendem o **status** de veículos ágeis e o diferencial de desempenho sobre os demais. Em especial, a adesão generalizada dos condutores de motocicletas ao “corredor” contribui para o agravamento das tensões no trânsito, potencializando o clima de hostilidade existente entre os condutores de carros e os motociclistas.

Iniciativas destinadas a coibir a passagem de motocicletas entre os veículos têm esbarrado na impossibilidade de multar os condutores, já que a proibição nesse sentido, constante da versão aprovada pelo Congresso Nacional, foi suprimida do texto legal, por força de veto presidencial aplicado ao art. 56 do Código de Trânsito Brasileiro. Alegava-se, à época, que a proibição restringiria a utilização desse tipo de veículo, cuja principal vantagem reside na agilidade do deslocamento.

A despeito do veto, ainda pendente de apreciação, consideramos que aumento da violência e das tensões entre motociclistas e condutores de autos justificam plenamente o restabelecimento da matéria vetada providência esta que o próprio governo já passou a defender.

Em complementação, o projeto busca promover a implantação de faixas ou pistas para uso exclusivo dos veículos motorizados de duas rodas, quando a segregação for necessária à segurança do trânsito e as vias oferecerem condições físicas, geométricas e operacionais adequadas para tal.

Avalia-se que, principalmente nas áreas urbanas – onde os problemas se manifestam com maior intensidade –, os efeitos das medidas ora propostas serão sentidos na redução de acidentes e na melhoria

das condições gerais de trânsito, com destaque para o estabelecimento de uma convivência mais respeitosa, civilizada e harmônica entre os diversos tipos de usuários na disputa pelo espaço viário.

Certos da oportunidade da iniciativa, esperamos contar com o apoio necessário à aprovação do projeto de lei que apresentamos.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2008.

– Senador **Marconi Perillo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO III

Das Normas Gerais de Circulação e Conduta

Art. 55. Os passageiros de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão ser transportados:

I – utilizando capacete de segurança;

II – em carro lateral acoplado aos veículos ou em assento suplementar atrás do condutor;

III – usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do Contran.

Art. 56. (VETADO)

Art. 57. Os ciclomotores devem ser conduzidos pela direita da pista de rolamento, preferencialmente no centro da faixa mais à direita ou no bordo direito da pista sempre que não houver acostamento ou faixa própria a eles destinada, proibida a sua circulação nas vias de trânsito rápido e sobre as calçadas das vias urbanas.

Parágrafo único. Quando uma via comportar duas ou mais faixas de trânsito e a da direita for destinada ao uso exclusivo de outro tipo de veículo, os ciclomotores deverão circular pela faixa adjacente à da direita.

Art. 244. Conduzir motocicleta, motoneta e ciclomotor:

I – sem usar capacete de segurança com viseira ou óculos de proteção e vestuário de acordo com as normas e especificações aprovadas pelo Contran;

II – transportando passageiro sem o capacete de segurança, na forma estabelecida no inciso anterior, ou fora do assento suplementar colocado atrás do condutor ou em carro lateral;

III – fazendo malabarismo ou equilibrando-se apenas em uma roda;

IV – com os faróis apagados;

V – transportando criança menor de sete anos ou que não tenha, nas circunstâncias, condições de cuidar de sua própria segurança:

Infração – gravíssima;

Penalidade – multa e suspensão do direito de dirigir;

Medida administrativa – Recolhimento do documento de habilitação;

VI – rebocando outro veículo;

VII – sem segurar o guidom com ambas as mãos, salvo eventualmente para indicação de manobras;

VIII – transportando carga incompatível com suas especificações:

Infração – média;

Penalidade – multa.

§ 1º Para ciclos aplica-se o disposto nos incisos III, VII e VIII, além de:

a) conduzir passageiro fora da garupa ou do assento especial a ele destinado;

b) transitar em vias de trânsito rápido ou rodovias, salvo onde houver acostamento ou faixas de rolamento próprias;

c) transportar crianças que não tenham, nas circunstâncias, condições de cuidar de sua própria segurança.

§ 2º Aplica-se aos ciclomotores o disposto na alínea b do parágrafo anterior:

Infração – média;

Penalidade – multa.

MENSAGEM Nº 1.056,
DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Senhor Presidente do Senado Federal.

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 3.710, de 1993 (nº 73/94 no Senado Federal), que “Institui o Código de Trânsito Brasileiro”.

Ouvidos, os Ministérios dos Transportes e da Justiça assim se manifestaram sobre os seguintes vetos:

Art. 56.

“Art. 56. É proibida ao condutor de motocicletas, motonetas e ciclomotores a passagem entre veículos de filas adjacentes ou entre a calçada e veículos de fila adjacente a ela.”

Razões do veto:

“Ao proibir o condutor de motocicletas e motonetas a passagem entre veículos de filas adjacentes, o dispositivo restringe sobre maneira a utilização desse

tipo de veículo que, em todo o mundo, é largamente utilizado como forma de garantir maior agilidade de deslocamento. Ademais, a segurança dos motoristas está, em maior escala, relacionada aos quesitos de velocidade, de prudência e de utilização dos equipamentos de segurança obrigatórios, os quais encontram no Código limitações e padrões rígidos para todos os tipos de veículos motorizados. Importante também ressaltar que, pelo disposto no art. 57 do Código, a restrição fica mantida para os ciclomotores, uma vez que, em função de suas limitações de velocidade e de estrutura, poderiam estar expostos a maior risco de acidente nessas situações.”

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2008

Estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As emissões de gases de efeito estufa decorrentes das atividades de planejamento, divulgação e realização dos eventos relacionados à Copa do Mundo de Futebol em 2014, no Brasil, deverão ser neutralizadas mediante ações efetivas de compensação.

§ 1º O cálculo das emissões a serem compensadas deverá seguir metodologia aprovada pelo órgão governamental competente, conforme regulamento.

§ 2º A compensação obedecerá a projeto elaborado pelo responsável pela organização do evento e aprovado pelo órgão governamental competente.

Art. 2º Os recursos arrecadados com a comercialização dos créditos de carbono decorrentes do cumprimento do disposto nesta Lei serão partilhados igualmente entre o poder público e o responsável pelo evento.

Parágrafo único. Os recursos destinados ao Poder Público serão alocados ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 1º de julho de 1989.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

De acordo com o Quarto Relatório de Avaliação, divulgado em 2007 pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da Organização das Nações Unidas (ONU), o aquecimento global é inquestionável. Os cientistas afirmam com certeza quase absoluta que o fenômeno está relacionado com

o aumento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, decorrente das atividades humanas. A emissão de tais gases advém principalmente do uso de combustíveis fósseis e de mudanças de uso da terra, ou seja, de queimadas e desmatamentos.

Nesse sentido, em que pese a responsabilidade histórica pela intensidade das mudanças climáticas ser diferenciada em razão do estágio de desenvolvimento das nações, trata-se de questão que afeta toda a Humanidade e que requer providências de todos os países. Essa idéia está positivada no princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas, da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, de 1992. Com base nesse princípio, o Brasil não pode se furtar a adotar medidas que contribuam, na medida das nossas possibilidades, para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa.

O projeto de lei que submetemos à apreciação de nossos Pares cumpre um duplo objetivo. Por um lado, busca explicitar para a comunidade internacional que o País não foge às suas responsabilidades também no que se refere ao esforço planetário de combate ao aquecimento global. Por outro, sinaliza aos brasileiros a importância do assunto, associando atitudes ambientalmente sustentáveis ao esporte nacional: o futebol.

A Copa do Mundo é um evento esportivo internacional de especial relevância, pois mobiliza seleções dos mais variados países, vindas de todos os continentes. É desnecessário apontar a importância do evento para o Brasil, único País pentacampeão mundial e freqüente ocupante da posição de melhor seleção mundial no ranking da Fifa.

Propomos, desse modo, a neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes de todas as atividades relacionadas à Copa do Mundo de Futebol, a realizar-se no Brasil em 2014. O cálculo das emissões a serem compensadas será efetuado com base em metodologia aprovada pelo órgão governamental competente. A efetiva compensação deverá obedecer a projeto elaborado pelo responsável pela realização do evento e aprovado também pelo órgão governamental competente. O detalhamento dessa sistemática, no entanto, deve ser feito na regulamentação da Lei.

Acreditamos que a presente iniciativa constitui importante contribuição do Senado Federal ao esforço brasileiro e mundial de prevenção e combate às mudanças climáticas e ao seu principal efeito, o aquecimento global. Esperamos, portanto, a acolhida deste projeto de lei pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Expedito Junior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.797, DE 10 DE JULHO DE 1989

Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.

.....
(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2008**Altera o art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para dispor sobre a destinação de veículos objeto de pena de perdimento.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 29.

.....
§ 5º Os veículos automóveis para transporte coletivo de passageiros objetos de perdimento serão destinados a Prefeituras municipais para utilização obrigatória em transporte escolar, segundo lista de prioridade fornecida anualmente pelo Ministério da Educação. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A legislação aduaneira prevê a pena de perdimento, aplicável em diversas circunstâncias especificadas em lei, obedecido o devido processo legal.

Como, nos termos da lei, o transportador é equiparado a responsável em alguns tipos de infração, sucede muitas vezes a apreensão da mercadoria flagrada em situação irregular e também do veículo em que ela é transportada, vindo, ao cabo, ser aplicada a pena de perdimento a ambos. Pode, também, suceder de o próprio veículo ser a mercadoria em situação que acarrete a pena de perdimento.

O Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, em seu art. 29, dispõe sobre a destinação das mercadorias apreendidas, separando-os em dois grupos. As de “notórias possibilidades de comercialização externa” serão vendidas a empresas comerciais exportadoras ou a lojas francas. As demais, serão destinadas se-

gundo critérios e condições fixados pelo Ministro da Fazenda.

Segundo a praxe que já se prolonga por mais trinta anos, esses critérios têm sido basicamente a venda em leilão ou a incorporação a órgãos da administração pública ou ainda entidades sem fins lucrativos declarados de utilidade pública, além de sumária inutilização, em determinados casos.

A incorporação a órgãos da administração pública tem sido uma maneira excelente de proporcionar meios de ação aos administradores, a custo zero. Esta é uma prática realmente bastante salutar, pois o castigo aos infratores se converte em utilidade para o bem comum.

Este projeto tem a finalidade de consolidar a prática, que se revelou muito boa, elevando-a da simples discricionariedade ministerial para a determinação legal, especificamente quanto aos ônibus que possam ser utilizados no transporte escolar.

A finalidade é simplesmente garantir que não haverá mudança nesse critério. O transporte escolar é uma das carências mais sentidas pela maioria dos municípios brasileiros, notadamente no atendimento da zona rural. A grande maioria das prefeituras simplesmente não tem margem orçamentária para adquirir sequer um ônibus.

Nos termos propostos, caberá ao Ministério da Educação fornecer à autoridade fazendária a lista prioritária dos municípios que deverão ser atendidos, renovando e atualizando essa lista anualmente.

É o que se coloca à deliberação.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 1.455, DE 7 DE ABRIL DE 1976

.....
Art 29. A alienação ou destinação será efetivada da seguinte forma:

I – mercadorias com notórias possibilidades de comercialização externa:

a) venda a empresas comerciais exportadoras que assumam compromisso de comprovar sua efetiva exportação;

b) venda a lojas francas.

II – mercadorias de difícil comercialização externa: outras formas de destinação, conforme critérios e condições a serem fixados pelo Ministro da Fazenda.

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 1988, o produto da alienação de que trata este artigo terá a seguinte destinação:

a) 60% (sessenta por cento) ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF), instituído pelo Decreto-lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975;

b) 40% (quarenta por cento) ao Programa Nacional do Voluntariado (PRONAV), da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), instituída pelo Decreto-lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de até Cr\$200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) em favor do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização – FUNDAF, para atendimento dos encargos de administração e alienação das mercadorias apreendidas.

§ 3º Os recursos necessários à execução do disposto no parágrafo anterior decorrerão da anulação de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

§ 4º Caberá à Secretaria da Receita Federal a administração e alienação das mercadorias apreendidas.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 2008

Dispõe sobre a interrupção do estágio da estudante grávida.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A estudante grávida tem direito à interrupção do estágio pelo prazo de cento e vinte dias.

§ 1º A data de início da interrupção deve ser informada à parte concedente do estágio e à instituição de ensino por atestado médico e deve ocorrer entre o vigésimo oitavo dia anterior ao parto e a data prevista de sua ocorrência.

§ 2º Em caso de nascimento antecipado, a interrupção prevista no **caput** se inicia na data do parto.

Art. 2º Durante o período de interrupção do estágio, nos termos do art. 1º, suspende-se o cumprimento de todas as obrigações da estudante, da instituição de ensino e da parte concedente.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica à percepção de salário-maternidade pela estudante que seja segurada facultativa do Regime Geral de Previdência Social, nos termos dos arts. 13 e 73, III, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 3º Em caso de abortamento não criminoso, a estudante tem direito à interrupção do estágio pelo prazo de quatorze dias, sem prejuízo da percepção de

bolsa ou de qualquer outra forma de contraprestação que tenha sido ajustada.

Art. 4º Terminado o período de interrupção disposto no art. 1º ou no art. 3º, o estágio prosseguirá nos termos e condições anteriormente ajustados, acrescido do número de dias correspondente àquele período.

Art. 5º É vedado o desligamento da estudante desde o momento da confirmação da gravidez até o término do estágio, nos termos do art. 4º, ressalvadas as hipóteses de:

I – encerramento do tempo de duração do estágio, nos termos do acordo firmado entre as partes antes da confirmação da gravidez, se recair em dia compreendido entre a confirmação e o início da interrupção.

II – grave descumprimento das obrigações assumidas pela estagiária no termo de compromisso firmado entre as partes.

III – solicitação de desligamento efetuada pela estagiária ou seus responsáveis legais, se for o caso.

Art. 6º São vedadas a reprovação e a retenção de diploma da estudante em virtude de interrupção de estágio por gravidez ou abortamento não criminoso.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Criado como mecanismo de introdução do jovem estudante ao mercado de trabalho, o estágio demonstrou, desde que foi inserido no ordenamento jurídico nacional, pela Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, sua eficácia.

De fato, o estágio tem representado instrumento extremamente eficiente de inserção dos estudantes, particularmente os universitários e os alunos de cursos profissionalizantes, no mercado de trabalho.

O estágio constitui-se em recurso fundamental de aprendizado prático do estudante, complementar àquele recebido na escola, de maneira a promover a adaptação do aluno às condições efetivas na qual serão desempenhadas as funções para as quais recebeu sua formação profissional.

No entanto, mesmo que sua eficácia tenha sido plenamente demonstrada ao longo dos últimos trinta anos, o estágio, como instituição, ainda pode vir a ser aperfeiçoado.

Um dos problemas mais perceptíveis é o da transformação do estágio em contrato de trabalho escamoteado. Em diversas empresas e mesmo órgãos públicos, o estagiário se vê reduzido a mão-de-obra explorada e mal remunerada, praticamente sem quaisquer direitos.

A percepção dessas dificuldades motivou a apresentação de proposições legislativas que alteram sig-

nificativamente a prática do estágio, reforçando seu caráter educativo.

Ainda que tais propostas signifiquem um aperfeiçoamento bem-vindo da instituição do estágio, acreditamos que exista ainda uma lacuna essencial na sua regulamentação: a proteção à gestante.

A defesa da maternidade é um dos elementos essenciais da legislação social brasileira, sendo, mesmo, arrolada entre os direitos sociais fundamentais garantidos pela Constituição Federal.

A intenção do legislador foi a de garantir ao bebê recém-nascido a atenção integral de sua mãe, durante período em que a sua dependência é mais aguda. Trata-se de etapa crucial não apenas para a adaptação da família à chegada de novo membro, mas, primordialmente, para a garantia dos cuidados iniciais à criança que assegurem seu desenvolvimento posterior.

A proposta que ora encaminho tem por objetivo sanar essa lacuna, estabelecendo as condições para a interrupção do estágio por parte da estudante grávida.

De fato, trata-se de conferir, à estudante e ao seu filho, algum grau de proteção, sem prejudicar a realização do estágio.

Naturalmente, temos consciência de que seria infrutífero, mesmo contraproducente, estabelecer condições que igualassem a estagiária a uma empregada. Os estagiários são, unicamente, segurados opcionais do regime de Seguridade Social e transferir, ao concedente, o ônus financeiro de pagamento de uma hipotética bolsa-maternidade poderia gerar efeitos deletérios.

Além do fato de que tal ônus representaria um obstáculo à contratação de estagiários do sexo feminino, temos também que é relativamente comum a existência de estágios gratuitos, situação na qual seria absolutamente impróprio atribuir ao concedente qualquer despesa.

Assim, propomos estabelecer, tão-somente, a interrupção do estágio e a garantia de que a estudante não venha a ser dispensada em razão da gravidez. Essa solução oferece um compromisso entre a função eminentemente educacional do estágio e as necessidades da futura mãe e de seu filho.

A idéia é a de conferir a possibilidade de a estudante levar a cabo seu estágio, sem que, para isso, tenha de negligenciar seu filho e de impedir que seja dispensada, como acontece com enorme frequência atualmente.

Temos a consciência de que, na maioria das vezes, a estagiária é ainda muito jovem e que a gravidez, nesse momento em que se inicia uma vida profissional, pode ser indesejada ou representar-lhe uma grande dificuldade. Acreditamos, contudo, que ao legislador

compete garantir o máximo de proteção realisticamente possível à maternidade, tendo-se em vista que a gravidez prematura é um fato social inegável.

A presente proposição cria mecanismos de proteção ao estágio e à estagiária no caso de gravidez levada a termo ou de interrupção espontânea da gestação, adaptando-se, cremos, a quaisquer alterações no regime do estágio que possam advir das propostas legislativas ora em tramitação no Congresso.

A aprovação deste Projeto de Lei, destarte, constitui um ponto de apoio fundamental para a proteção da maternidade e do instituto do estágio, razão pela qual solicito, aos meus pares, seu apoio.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

.....
Art. 13. É segurado facultativo o maior de 14 (quatorze) anos que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição, desde que não incluído nas disposições do art. 11.

.....
Art. 73. Assegurado o valor de um salário-mínimo, o salário-maternidade para as demais seguradas, pago diretamente pela Previdência Social, consistirá:

I – em um valor correspondente ao do seu último salário-de-contribuição, para a segurada empregada doméstica;

II – em um doze avos do valor sobre o qual incidiu sua última contribuição anual, para a segurada especial;

III – em um doze avos da soma dos doze últimos salários-de-contribuição, apurados em um período não superior a quinze meses, para as demais seguradas.

LEI Nº 6.494, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1977

Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências.

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Encerrou-se ontem o prazo para apresenta-

ção de emendas ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008**, que *aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2007*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria consta da pauta da sessão deliberativa ordinária de hoje, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria que V. Ex^a me inscrevesse para falar para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a é o segundo inscrito para uma comunicação inadiável.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Senadora Ideli Salvatti tem a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Senadora Ideli Salvatti é a terceira inscrita para uma comunicação inadiável.

Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é o Senador Gilvam Borges, que, por cessão e permuta, passa a primazia da palavra para o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

V. Ex^a tem a palavra pelo tempo de dez minutos, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Camata.

Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, os meus sinceros agradecimentos ao Senador Gilvam Borges, querido companheiro que representa tão bem aqui o Estado do Amapá.

Tenho minhas divergências pontuais com o Presidente Lula, com o seu Governo, mas devo reconhecer a importância do seu papel no contexto do Mercosul. Por consideração dos meus Pares, presido a representação brasileira no Parlamento do Mercosul e sou testemunha de que a atuação do Presidente Lula, a sua persistência em transformar aquele grande fórum no núcleo do processo de integração latino-americana tem sido motivo de observação e de aplauso, Senador Gilvam. O Presidente Lula dá mais um passo nesse

sentido quando volta os olhos para a perspectiva e a possibilidade de integrarmos Cuba ao complexo do Mercosul.

O jornal **Folha de S.Paulo**, na edição de terça-feira, atribuiu ao Presidente Lula a consideração da possibilidade da entrada de Cuba no Mercosul. Segundo o jornal, em entrevista a um canal de televisão da Argentina, o Presidente afirmou que não seria politicamente correto interferir no processo de transição daquele país, mas que há uma disposição do Governo brasileiro de ajudar Cuba, sem interferência, mas como um parceiro regional.

Na mesma ocasião da visita do Presidente Lula à Argentina, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, apresentou ao Governo daquele País a proposta de criação de um Conselho Sul-Americano de Defesa, que seria responsável pela formulação de uma estratégia conjunta na área. Segundo o Ministro Jobim, o objetivo do Conselho é promover o entendimento com todos os países sul-americanos para ter uma mesma palavra sobre defesa nos fóruns internacionais e resolver as eventuais questões intra-regionais.

A sinalização do Governo brasileiro e, particularmente, do Presidente Lula mais uma vez evidencia um movimento correto no sentido de construir uma nova geopolítica para a região e mesmo para as relações mundiais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho afirmado, desta tribuna e também no Parlamento do Mercosul, que o mundo, a economia, os interesses políticos se articulam cada vez mais em blocos. O mundo, Senador Gilvam, se globaliza – é um processo que já vem de muitos anos –, mas, ao mesmo tempo, se “blocaliza”, ou seja, vem se dividindo em grandes blocos. E não podemos ficar à margem desse processo. Nesse sentido, nada mais correto neste momento do que atuarmos para fortalecer as relações entre os países da nossa região, levando em conta – a exemplo da Europa – as diferenças, as assimetrias em todos os terrenos, sejam econômicos, sociais e até mesmo políticos.

É importante registrar, no caso da maior aproximação com Cuba, que recentemente o Ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, foi àquele País acompanhado de trinta empresários. Além disso, a Petrobras confirmou sua decisão de atuar na exploração de petróleo e gás no Golfo do México, em parceria com o Estado cubano.

A recente visita do Presidente Lula a Cuba ratificou essa política, que também inclui investimentos em infra-estrutura. Como contrapartida dessa relação, Cuba tem a oferecer, como é do conhecimento geral, seu enorme potencial no terreno da saúde e também

novas possibilidades de negócios em conjunto, como já sinalizou a Petrobras.

É importante, neste momento, a sugestão do Brasil, que, sem que isso signifique nenhum tipo de ingerência ou disputa de liderança, abre nova perspectiva para o processo de transição e mudanças que, inevitavelmente, ocorrerão em Cuba.

Pela sua posição econômica e política e capacidade de interlocução, o Brasil, por exemplo, e o conjunto do Mercosul podem contribuir decisivamente para a superação de conflitos e situações históricas, como o famigerado bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos, que já ultrapassa quatro décadas de existência. Com essa postura, tanto diante da transição cubana quanto dos conflitos regionais, o Brasil está dando uma contribuição fundamental, não apenas para o Continente Sul-Americano, mas para todo o mundo civilizado.

O processo de integração regional – que tem no Senador Zambiasi um dos seus mais fervorosos e ardorosos defensores –, além do terreno econômico, também precisa de gestos e de visão estratégica de futuro, que, ao natural, estimulam o conjunto do processo de aproximação dos povos.

É fato hoje que a posição de desprendimento e de grandeza diante dos conflitos, aparentemente insuperáveis, demonstrada pela diplomacia brasileira tem contribuído para o avanço da integração em todos os terrenos.

Acrescento, ao final, que a perspectiva do ingresso de Cuba no Mercosul, na sua estrutura, significa, talvez, a possibilidade de oferecermos ao povo cubano não só o discurso, mas a motivação para que o País inicie a caminhada rumo à consolidação de sua revolução pelo viés democrático, tendo em vista que o respeito ao Estado de direito e ao processo democrático é o principal pilar da construção do processo de integração regional que se constrói em torno e a partir do Mercosul.

Portanto, venho aqui dar o meu testemunho. Em que pesem, como disse no início, as divergências pontuais que tenho com o Presidente Lula e seu Governo, nessa área e nesse campo sua atuação é de se tirar o chapéu. A atuação do Presidente Lula tem sido consistente, tem sido importante e, digo até, fundamental para a consolidação do processo de integração de nosso continente, através do núcleo que hoje temos, que é a própria estrutura do Mercosul, que hoje conta com o seu Parlamento. Esse é o rumo, essa é perspectiva. Tenho certeza absoluta de que, acenando com a possibilidade do ingresso de Cuba, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao mesmo tempo em que contribui para que superemos aquela coisa difícil de se assimilar até

hoje, que é aquele embargo cruel em torno da ilha de Cuba, permite que o País ingresse fortemente no caminho definitivo do processo democrático.

Era o que eu queria, no momento, deixar exposto, agradecendo ao Presidente Camata pelo tempo concedido.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Obrigado a V. Ex^a pelo estrito e regimental cumprimento do tempo que lhe foi destinado, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Continuamos com a lista de oradores.

O Senador Mão Santa, segundo inscrito para uma comunicação inadiável, faz uma permuta do seu tempo com o Senador Gilvam Borges, orador inscrito.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Gilvam Borges pelo tempo regimental de dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência quer, com a permissão de V. Ex^a, fazer um comunicado.

A Presidência designa o Senador Renato Casagrande Relator-revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, altera a Lei nº 5.070, de 07 de julho de 1966, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007).

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra o Senador Gilvam Borges, pelo tempo regimental de dez minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente Camata, que ora preside esta sessão, Exm^{os} Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda este mês de fevereiro tivemos os tapetes vermelhos estendidos nas entranhas desta Casa, dando acesso à Câmara dos Deputados. Ladeando os tapetes vermelhos estavam os Dragões da Independência. Que dia bonito, festivo, o da abertura do novo ano de trabalho.

Neste mês de fevereiro, tivemos a oportunidade, Sr. Presidente, de estar presentes a essa sessão. Fiz questão de, antes que se encerrasse o mês de fevereiro, ler a Mensagem do Presidente Lula, agora citado várias vezes pelo Senador Geraldo Mesquita, que lhe faz uma oposição equilibrada e responsável, considerando os erros mas também, nas horas oportunas e devidas, elogiando os acertos. Então, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nesse dia histórico e importante para a democracia, dá os sinais da vitalidade das instituições. Ele, então, se dirigiu ao Congresso Nacional e à Nação. Dessa forma aqui, agora, Sr. Presidente,

considero importante essa manifestação para que a Nação possa entender este belo momento que a Nação vive, esse período de muita prosperidade.

Ele disse:

“Minhas senhoras e meus senhores, esta é a sexta vez que tenho a honra e a grande satisfação de dirigir-me ao Congresso Nacional com o objetivo de prestar contas das ações do Executivo e apresentar nossos planos de ação e expectativas.

Os dados e os números que estão sistematizados nesta Mensagem, certamente, comprovam que vivemos hoje em um País muito melhor do que aquele das últimas décadas. Este resultado, que tanto nos orgulha, é fruto de um enorme esforço coletivo, não somente do Governo Federal, mas do Legislativo, do Judiciário, dos governos estaduais, municipais e de toda a sociedade, que se mostra a cada dia mais consciente e participativa.”

O Presidente Lula continua:

“Este momento excepcional, sem dúvida, decorre dos avanços da democracia em nosso País e, ao mesmo tempo, contribui para fortalecê-la e consolidá-la ainda mais.

A economia brasileira, certamente, cresceu mais de 5% no ano passado, com baixa inflação, e, neste ano, continuará crescendo em ritmo semelhante porque os seus fundamentos estão sólidos e ganharam a confiança de todos, tanto interna como externamente.

As reservas internacionais do Brasil, que, no final de 2006, eram de US\$86 bilhões, alcançaram, em dezembro de 2007, US\$180 bilhões, correspondendo a mais do que o dobro da dívida externa pública e à quase totalidade da dívida externa do País, e a balança comercial fechou o ano de 2007 com um superávit de US\$40 bilhões, refletindo a expansão tanto das exportações quanto das importações.

O emprego tem aumentado juntamente com o valor do salário. Em 2007, foram criados 1.617.392 empregos com carteira assinada, um marco na nossa história. As estatísticas apontam que o desemprego tem diminuído de forma contínua. E a massa salarial cresceu 7% no ano passado, com os trabalhadores obtendo reajustes acima da inflação em quase todas as negociações.

Milhões de famílias foram incluídas no mercado de consumo. Estudos apontam que nada menos de 20 milhões de brasileiros e

brasileiras ascenderam nos últimos cinco anos das classes D e E para a classe C. O amplo mercado de massas que está sendo criado em nosso País não apenas é um sinal efetivo dessa vigorosa mobilidade social como significa um dos sustentáculos da retomada do nosso crescimento econômico.

“No ano passado, a Organização das Nações Unidas (ONU) incluiu o Brasil, pela primeira vez, no grupo dos países com alto índice de desenvolvimento humano. Isso significa que a luta contra a fome e a pobreza, por meio de um conjunto articulado de programas, entre os quais se destaca o Bolsa-Família, está dando resultado e obtendo reconhecimento crescente no País e no exterior.

Crescer de modo sustentado e com inclusão social tem sido o nosso objetivo maior e, sem dúvida, a mais significativa conquista destes últimos anos.

Um marco das ações do Governo Federal no ano passado foi o lançamento e a consolidação do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento. Tenho certeza de que, neste ano de 2008, o Brasil inteiro começará a sentir de perto os efeitos da implantação das ações do PAC, transformando-se, cada vez mais, em um verdadeiro canteiro de obras. Até 2010, R\$504 bilhões vão ser investidos em rodovias, ferrovias, hidrovias, energia, portos e aeroportos, habitação, água potável e saneamento básico por todo o País.

Tenho de ressaltar que o Governo está empenhado não somente em fazer mais, mas em fazê-lo de forma cada vez mais racional, qualificada e barata, realizando uma gestão eficaz dos recursos públicos. Alguns exemplos significativos demonstram isso: nas licitações para exploração de rodovias; o preço de pedágios caiu fortemente; no leilão da usina de Santo Antonio, no rio Madeira, o custo de megawatt/hora voltou aos patamares do início da década de 90.

Tudo isso não se consegue sem enfrentar enormes dificuldades e superar obstáculos. (...)”

O Presidente continua a sua mensagem, fazendo um panorama extremamente positivo do País.

Sr. Presidente, precisei dar repercussão e peço a V. Ex^a que determine que seja encaminhada a todos os Srs. Senadores que não tiveram oportunidade de acessar tão importante mensagem do início das atividades legislativas.

Quero agradecer ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que nos recebeu ontem; agradecer ao Ministro dos Transportes; agradecer à Ministra da Casa Civil, que recebeu a Bancada Federal do Amapá, juntamente com o Governador do Estado e o Presidente da Assembléia Legislativa.

Há muito trabalho. Que isso represente prosperidade.

Nós acreditamos, como o próprio Senador Geraldo Mesquita, que uma Oposição responsável e racional se equilibra, sendo enfático nas horas em que precisa criticar e tendo a altivez e a grandeza de saber fazer as considerações positivas sobre os acertos do Executivo, seja federal, seja estadual, seja municipal.

Os gestores, sim, têm os seus erros, mas também têm os seus acertos. E nos alegra, Sr. Presidente, saber que o Presidente Lula continua a sua saga, a sua disposição e a sua coragem de interligar a América Latina e de colocar o Brasil na rota do desenvolvimento.

Lida na abertura da Sessão Legislativa, nesse mês de fevereiro, é muito importante que essa mensagem chegue ao conhecimento dos Srs. Senadores, para que se possa ter uma idéia do panorama, da retrospectiva dos últimos seis anos e das perspectivas que teremos para a finalização do segundo mandato do Presidente Lula, que se dará, sem dúvida, com uma Nação equilibrada, cuja herança fundamental será a reafirmação, a consolidação da democracia em nosso País.

O Presidente veio ao Congresso Nacional e se manifestou perante todo Parlamento, incluindo-o como peça fundamental nas ações e no desenvolvimento desta Nação, bem como o Poder Judiciário e todas as outras instituições.

Que Deus abençoe o Brasil.

Que Deus abençoe o Amapá.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR GILVAM BORGES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL
2008**

Minhas senhoras e meus senhores,

Esta é a sexta vez que tenho a honra e a grande satisfação de me dirigir ao Congresso Nacional com o objetivo de prestar contas das ações do Executivo e apresentar nossos planos de ação e expectativas.

Os dados e os números que estão sistematizados nesta Mensagem certamente comprovam que vivemos hoje em um País muito melhor do que aquele das últimas décadas. Este resultado, que tanto nos orgulha, é fruto de um enorme esforço coletivo, não somente do Governo Federal, mas do Legislativo, do Judiciário, dos Governos Estaduais, Municipais e de toda a sociedade, que se mostra a cada dia mais consciente e participativa.

Este momento excepcional sem dúvida decorre dos avanços da democracia em nosso País e, ao mesmo tempo, contribui para fortalecê-la e consolidá-la ainda mais.

A economia brasileira certamente cresceu mais de 5% no ano passado, com baixa inflação e, neste ano, continuará crescendo em ritmo semelhante porque os seus fundamentos estão sólidos e ganharam a confiança de todos, tanto interna como externamente.

As reservas internacionais do Brasil, que no final de 2006 eram de US\$86 bilhões, alcançaram em dezembro de 2007 US\$180 bilhões, correspondendo a mais do que o dobro da dívida externa pública e à quase totalidade da dívida externa do País, e a balança comercial fechou o ano de 2007 com um superávit de US\$40 bilhões, refletindo a expansão tanto das exportações quanto das importações.

O emprego tem aumentado juntamente com o valor do salário. Em 2007, foram criados 1.617.392 empregos com carteira assinada, um marco na nossa história. As estatísticas apontam que o desemprego tem diminuído de forma contínua. E a massa salarial cresceu 7% no ano passado, com os trabalhadores obtendo reajustes acima da inflação em quase todas as negociações.

Milhões de famílias foram incluídas no mercado de consumo. Estudos apontam que nada menos de 20 milhões de brasileiros e brasileiras ascenderam nos últimos cinco anos das classes D e E para a classe C. O amplo mercado de massas que está sendo criado em nosso País não apenas é um sinal efetivo dessa vigorosa mobilidade social como significa um dos sustentáculos da retomada do nosso crescimento econômico.

No ano passado, a Organização das Nações Unidas (ONU) incluiu o Brasil, pela primeira vez, no grupo dos países com alto índice de desenvolvimento humano. Isso significa que a luta contra a fome e a pobreza, por meio de um conjunto articulado de programas entre os quais se destaca o Bolsa Família, está dando resultado e obtendo reconhecimento crescente no País e no exterior.

Crescer de modo sustentado e com inclusão social tem sido o nosso objetivo maior e, sem dúvida, a mais significativa conquista destes últimos anos.

Um marco das ações do Governo Federal no ano passado foi o lançamento e a consolidação do PAC – o Plano de Aceleração do Crescimento. Tenho certeza de que neste ano de 2008, o Brasil inteiro começará a sentir de perto os efeitos da implantação das ações do PAC, transformando-se cada vez mais em um verdadeiro canteiro de obras. Até 2010, R\$504 bilhões vão ser investidos em rodovias, ferrovias, hidrovias, energia, portos e aeroportos, habitação, água potável e saneamento básico por todo o País.

Tenho de ressaltar que o Governo está empenhado não somente em fazer mais, mas em fazê-lo de forma cada vez mais racional, qualificada e barata, realizando uma gestão eficaz dos recursos públicos. Alguns exemplos significativos demonstram isso: nas licitações para exploração de rodovias, o preço dos pedágios caiu fortemente; no leilão da usina de Santo Antonio, no rio Madeira, o custo do megawatt/hora voltou aos patamares do início da década de 90.

Tudo isso não se consegue sem enfrentar enormes dificuldades e superar obstáculos. Um instrumento fundamental de fortalecimento da democracia e de grande eficácia para garantir esses avanços tem sido o diálogo responsável e qualificado com todos os segmentos da sociedade civil, buscando o equacionamento dos conflitos e a construção de soluções compartilhadas para os graves problemas do País. Este é um dos traços mais marcantes e inovadores do nosso Governo, que sempre faço questão de destacar.

A ampliação dos espaços republicanos e democráticos de diálogo tem dado consequência prática ao princípio constitucional da democracia participativa. Esse diálogo está sendo fundamental para a construção de um novo País. Desde o primeiro mandato, temos investido fortemente no processo de interlocução com a sociedade. Fortalecemos os Conselhos existentes e criamos cerca de 30 novos, naqueles setores onde não havia canais institucionalizados de participação. Entre eles, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e o Conselho Nacional da Juventude. Também reativamos o CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Realizamos mais de 50 Conferências setoriais, mobilizando, até hoje, cerca de dois milhões e meio de participantes nos Municípios, Estados e eventos nacionais, contribuindo diretamente para a elaboração de nossas políticas públicas.

O fortalecimento da integração sul-americana permanece como objetivo prioritário da atuação internacional brasileira. No ano passado, continuou intenso o intercâmbio de visitas entre os mandatários sul-americanos, com a conclusão de inúmeros acordos e medidas concretas de aproximação.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) constitui o mais importante alicerce do projeto de integração regional. Um projeto que vem avançando não só em termos comerciais, mas também nos níveis político e sociocultural. O Parlamento do Mercosul começou a funcionar, o que contribuirá para aumentar a segurança jurídica do processo de integração.

Intensificamos as relações com os países africanos e asiáticos, como também com os parceiros mais tradicionais, Estados Unidos e União Européia.

Em julho de 2007, ao final da Cúpula de Lisboa, foi lançada a Parceria Estratégica Brasil-União Européia, com as seguintes áreas prioritárias: meio ambiente, biocombustíveis e ciência e tecnologia.

Firmamos com os Estados Unidos o Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis para promover a cooperação bilateral, o desenvolvimento do setor em terceiros países e de um mercado global de biocombustíveis.

Em março, foi lançado o Fórum Internacional de Biocombustíveis, em Nova York, pelo Brasil, África do Sul, China, União Européia, Estados

Unidos e Índia, tendo por objetivo estabelecer diálogo de alto nível e coordenar posições sobre o assunto.

Vivemos um momento excepcional no nosso País e estamos no rumo certo, mas tenho plena consciência de que é preciso avançar muito mais. Três áreas terão atenção redobrada em 2008: segurança, educação e saúde.

Na segurança, vamos estreitar ainda mais a colaboração com os Estados, dando continuidade ao fortalecimento da inteligência policial, da Força Nacional de Segurança e da Polícia Federal. Lançamos no ano passado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), que contará com mais de R\$6 bilhões até 2010 para investir no combate ao crime e na defesa de nossos cidadãos.

Em relação à saúde, no começo de dezembro do ano passado, lançamos um vasto programa que ficou conhecido como “PAC da Saúde”, destinando até 2010 mais R\$24 bilhões para o setor. Entre outras coisas, todas as crianças das escolas públicas passariam a ter consultas médicas regulares, inclusive com dentistas e oculistas. Infelizmente, esse processo foi truncado com a derrubada da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), responsável em boa medida

pelos investimentos na saúde. Mas tenho certeza de que o Governo, o Congresso e a sociedade, juntos, encontrarão uma solução para o problema.

Quanto à educação, além do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), criamos o Plano de Desenvolvimento da Educação, o PDE, que fará uma revolução na qualidade do ensino no País. Até 2010, serão aplicados R\$12 bilhões a mais nos ensinos médio e fundamental, melhorando os salários dos professores, garantindo a sua formação continuada e equipando as escolas. E estamos abrindo 10 novas universidades públicas, 48 extensões universitárias no interior e 214 escolas técnicas em todo o País. Também estamos ampliando o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que já ofereceu 400 mil bolsas de estudos em faculdades particulares, e lançando o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que, em 4 anos, vai criar cerca de 400 mil novas vagas nas universidades federais.

O País e o Executivo, Senhoras e Senhores Congressistas, têm muito a agradecer ao Parlamento brasileiro por todas as matérias fundamentais que examinou, e sobre as quais deliberou, durante o ano passado. Juntos, os poderes da República e a sociedade, seremos cada vez mais capazes de trabalhar pelo bem do Brasil, construindo uma nação desenvolvida e socialmente mais justa.

Quero concluir a apresentação desta Mensagem repetindo que sou, ao mesmo tempo, o mais satisfeito e o mais insatisfeito dos brasileiros.

Satisfeito porque fizemos muito, e insatisfeito porque tudo isso ainda é pouco diante do tamanho da nossa dívida social.

Que tenhamos, todos, um profícuo 2008, para o bem do Brasil e de todo o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Brasília, 6 de fevereiro de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente da República.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Estamos na fase dos oradores inscritos e, neste momento, fala o Senador Mão Santa, que tem a palavra por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14 do Regimento Interno.

Logo a seguir, por permuta com o Senador Mário Couto, fala a Senadora Rosalba Ciarlini.

Senador Sérgio Zambiasi, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela ordem.) – Solicito a minha inscrição para uma comunicação de Liderança, pelo PTB.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a estará inscrito e falará logo depois do segundo colocado para uma comunicação inadiável.

Com a palavra, o Senador Mão Santa pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Camata, Parlamentares, brasileiras e brasileiros que estão presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Mário Couto, mentir é fácil. Agora, sou da geração – viu, Camata? – que mentira... Eu apanhei muito do meu pai. Qualquer mentirinha, ele dizia “quem mente rouba”. E era de cinturão.

Olha, este Governo, de mentira em mentira, vai passando o tempo... Este Governo, além do sistema de comunicação que tem, está para criar um novo sistema.

Perguntaria eu, Mário Couto: ô, Camata, não seria mais justo o Presidente da República pagar as pobres emissoras do sistema de comunicação que transmitem a sua voz, a sua propaganda, todas as noites, em centenas de lares brasileiros? Está todo falido aí esse sistema de comunicação. Vamos criar mais um.

Aí, vêm e dizem: “o Presidente da República não é pé-frio, os outros são pés-frios”. “Somos credores, não somos mais devedores”.

Vocês lembram da Petrobras. A Petrobras, o Monteiro Lobato já falava nela. O Getúlio Vargas: “o petróleo é nosso”. Muita luta, muita conquista, muita pesquisa... Aí, o Luiz Inácio fez a Petrobras...

Eu pergunto: qual é a gasolina mais cara do mundo? É a do Brasil! Fome Zero. O gás mais caro do mundo é este do Brasil. E somos credores!

Ô, Luiz Inácio, Vossa Excelência tem uma dívida muito grande!

Ô, Mário Couto, eu estou aqui, Camata, morto de vergonha. Nós lutamos para que se tivesse coragem de analisar os vetos.

Ô Líder do PSOL, Senador José Nery – olhe, para substituir Heloisa Helena, ô mulher!... –, e já imploramos o veto dos velhinhos. Quer dizer, ele não deve mais aos gringos, aos norte-americanos, aos banqueiros; ele não deve, porque dá prioridade a eles, já pagou tudo. Não deve. Mas, e aos velhinhos aposentados, deve ou não deve?

Esta Casa, com a responsabilidade da oposição, com lucidez, entramos noite adentro, Gerson Camata. Tasso Jereisati presidia a Comissão, Paulo Paim era o Vice, ameaçaram até para sair, e houve um aumento de 17,6% para os velhinhos. Os aloprados fizeram a cabeça de Luiz Inácio, porque ele não entende, e disseram para diminuir. Diminui para quatro, vetou.

A Sudene, Luiz Inácio. Juscelino. Por que se fala em Juscelino? Ele tinha pé-frio? Tu tem pé-frio; ele que é o pé-quente. Juscelino disse em um dos seus pensamentos, Ô Mário Couto, que “a velhice é infeliz, e desamparada é uma desgraça” – como estão os nossos aposentados.

Eu vou dar só um cálculo, Senador Gerson Camata. Eu aqui estou porque sei. Isso é uma farsa! Todos os hospitais do Brasil. Ontem eu li a respeito do Rio de Janeiro, pela mídia, o cara analisando um por um. Os que estão abertos estão funcionando 30%, 40%. Eu aqui sou médico-residente, pós-graduado do Hospital HSE, que era padrão. Eu vim e não trouxe nem a mídia, porque fiquei doente. Aquela escola de cirurgiões, da qual eu faço parte – HSE – Hospital Servidor do Estado. Presidente da República ia para lá. Presidente da República, como Castello Branco. Eu me lembro quando ele deu aquele infarto. Depois ele foi se operar, e foi para lá. Fecharam! Ele tem doze andares. Eu vi...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...não tem tempo. Um minuto só, Gerson.

Então, eu lá em cima, vendo a ponte de Niterói – aquilo é que é obra! –, dando plantão naquele hospital. Ô Mário Couto, eu lá em cima, na UTI. Era CTI. Eu até apelidei “Companhia de Transporte para o Inferno”, pois morria muita gente. Mas, olhe bem, ele está com seis andares fechados. Esse é o quadro! Essa é a verdade! De verdade em verdade vos digo. Ô PSOL! Ei rapaz, eu vou falar com a Heloísa Helena, para você dar um jeito aí. Por que não a colocou de suplente aí? É, está errado esse negócio de suplente. Quem tem de vir é a Heloísa Helena.

Meu amigo, eu fui ver os vetos... Você não faz oposição! Até tu, estão dizendo que tu está... Saiu no jornal que o PSOL da Câmara já foi absolvido. Pode pagar a mídia. E aqui...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu fui olhar os vetos...

Lá no meu PMDB, no teu –...e saí envergonhado. Escolheram uns vetos e pensaram: “O dos velhinhos não está lá, não.” O dos velhinhos... Olha, nós demos, responsavelmente – uma oposição responsável, capaz e competente –, 16,7%. Ele baixou para 4%. Nós demos. Vetou.

Eu só vou contar um quadro. Chegou o nosso Senador Paulo Duque, mas ele não é velho, não, ele é novo. Ô Mário Couto, olhe para cá. Hoje nós saudamos o Jonas. Ah, agora vou ter um tempo a mais, porque o Presidente é do Paraná. Comece aí. Deus escreve certo por linhas tortas. Agora temos Presidente.

Camata, você já foi do Rotary? Eu fui. Em 1969...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa pede a colaboração de V. Ex^a, que tem mais um minuto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O orador pede que V. Ex^a transfira a Presidência ao Vice-Presidente, que representa a sensibilidade do Paraná e que jamais calou a voz da oposição e do povo, tem esse entendimento.

Fiquei aguardando S. Ex^a chegar, porque S. Ex^a é sensível e me inspira.

Eu só vou apresentar um quadro, porque um quadro vale por mil palavras. É simples. Em 1969, chegávamos a ser uma comissão, eu e Adalgizinha, na casa do meu pai. Eu tinha acabado o curso de Medicina. Aí me convidaram...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agora, *habe-mos papa? Habemos presidente bueno*. Três minutos, já melhorou.

Então, eu, convidado para o Rotary, sonhava ver aquele negócio, fui e logo aceitei. Aquele que convida a gente chama de padrinho. Essa pessoa foi meu padrinho e eu o chamei sempre de padrinho. Ô Camata, o melhor homem que eu vi na minha vida. Eu era Governador do Estado: “Padrinho”, e o pessoal pensava que era padrinho mesmo, mas era de Rotary. “Meu padrinho” ficou aquilo, a deferência. Camata, trabalhador, como esses aposentados, pagaram, descontaram, trabalharam descontando para aposentadoria dez salários mínimos. Olha, esse senhor, o melhor homem que eu já vi, olha o que é a vida – “O Homem é o homem e suas circunstâncias”, Ortega y Gasset – eu não estava lá, suicidou-se. Símbolo do aposentado brasileiro, Luiz Inácio. Eu tenho convicção, se céu existe, ele está lá. Eu não sei se esses daqui estão e se o pessoal que está lá no Alvorada está. Atentai bem, por quê? Deveria ter uns 60 anos de casado, com a sua amada esposa e os filhos. No final da vida, a geração, seus amigos vão morrendo e ele não teve aquela cobertura do diretor velho, que era amigo da Santa Casa, eu não estava lá. Sabe por que ele se suicidou? O melhor homem que eu conheci? Porque, quem acredita em amor, a mulher, depois de 60 anos, a esposa dele estava doente e precisou internar-se, mas ele não tinha dinheiro para pagar o hospital.

Esse drama parece banal, mas quem acreditou quem trabalhou, quem construiu uma família foi embora. Esse aposentado trabalhou muito mais do que Luiz Inácio, do que todo esse pessoal do Partido dos Trabalhadores, e suicidou-se, enforcou-se, porque não

tinha dinheiro para pagar o hospital de sua amada no fim da vida. Foi um instante tresloucado. A vida de um homem digno, trabalhador. Tenho certeza de que Deus vai julgá-lo pela vida.

Esse retrato que passo agora é o dos aposentados do meu Brasil. Eu conheço. Eles são dignos, são honrados, são trabalhadores.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, infelizmente, eu não tenho a sua inteligência para sintetizar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Mais um minuto, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Em um minuto, Jesus fez o Pai Nosso e elevou-nos ao céu. Eu quero isso e os aposentados também. Eles estão sofrendo.

E, ainda, esses eunucos, aloprados, disseram na hora de ele vetar: “Não. Os velhinhos não precisam. Eles já têm tudo, eles podem ganhar menos.” Pelo contrário. Eu sou médico. Há o infortúnio, a doença.

Então, Luiz Inácio, Vossa Excelência que diz aí que FHC, o estadista, tem pé-frio, quero dizer-lhe que Juscelino Kubitschek falou: “A velhice é triste. Ela desamparada é uma desgraça”.

Vamos. Mande V. Ex^a mesmo para cá o veto dos aposentados. Vamos dever aos gringos. Vamos dever aos gringos, esses perversos banqueiros, mas vamos pagar aos velhinhos que estamos a dever. Não tem acompanhado... Não entra na cabeça de ninguém um contrato – que País é este? É decente? – em que o velho que trabalha e desconta para ganhar dez salários mínimos está ganhando quatro; o que desconta para quatro está ganhando um.

Então, é isso, Luiz Inácio. Aí, sim, eu virei aqui, como homem do Piauí, agradecer e enaltecer o Presidente. Enquanto isso, Vossa Excelência deve aos nossos velhos. Vamos pagar a nossa dívida.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pedi a palavra pela ordem, Sr. Presidente, porque, às vezes, fica um pouco difícil conseguirmos ocupar os espaços.

Quero apenas pedir que seja considerado na íntegra o artigo da jornalista Maria Inês Nassif que está

publicado no jornal *Valor Econômico*, de hoje, porque esse artigo trabalha um assunto que permeou vários discursos e algumas iniciativas dos partidos de Oposição. Ela faz uma análise muito precisa a respeito do significado do Programa Territórios da Cidadania, traçando um histórico – o título do artigo é “Política vai parar de ganhar com a miséria”. E ela estabelece que os Territórios da Cidadania, muito mais até do que uma política são um conceito gerencial que modifica as relações de poder nos pequenos municípios. E, sobre esse conceito gerencial de programas sociais – se V. Ex^a me permite, inclusive porque houve elasticidade para quem me antecedeu –, vou ler um trecho do artigo:

“Há um enorme ganho, inclusive fiscal, nesse conceito gerencial. Atender uma região com o Pronaf sem que a agricultura familiar tenha assistência técnica, ou infra-estrutura para escoamento da produção, ou mesmo educação para trazer a economia de subsistência para o capitalismo, é jogar o Pronaf fora. Dar Bolsa Família sem viabilizar à agricultura familiar uma atividade produtiva é eternizar o Bolsa Família. Incentivar o beneficiamento da produção em cooperativa sem que a região tenha luz elétrica é jogar produção no lixo. Miríade de programas sociais que não se integram jogam dinheiro público fora e não alteram em nada a vida da população.”

Portanto, penso que o artigo da Maria Inês Nassif contribuiria de forma significativa para o debate, que foi extremamente politizado, porque o Democratas anunciou o recurso ao Supremo Tribunal Federal, para derrubar, tendo em vista que o projeto poderia ter viés eleitoral. Agora, ela é muito contundente em sua análise dos efeitos e da importância de articular todos esses programas mesmo, para superar a dependência econômico-social e sob o aspecto, inclusive político, de esses rincões terem tido muitas vinculações eleitorais, em épocas anteriores, Senador Zambiasi, de o cacife eleitoral comandar os votos e não terem independência na hora de estabelecer a sua vontade.

Então, o artigo da Maria Inês é extremamente pertinente ao debate que nós estamos fazendo. E, mais uma vez, querer fazer oposição ao Governo Lula não pode se confundir com oposição ao Brasil, muito menos com oposição ao interesse das populações empobrecidas de nosso País.

Era isso, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Política vai parar de ganhar com a miséria

os primeiros dois anos de governo, os efeitos do Bolsa Família passaram batido. Em parte, por conta de uma reconhecida incapacidade do primeiro governo Lula de divulgar seus feitos. Mas, além disso, pela tendência dos brasileiros “de bem” de subestimarem a extensão da miséria brasileira. E o Brasil é tão pobre e tão desigual que um simples programa de transferência de renda teve enorme impacto sobre a vida das famílias pobres. O país que lê e tem emprego só entendeu a extensão dos resultados do Bolsa Família quando as pesquisas eleitorais, no auge do escândalo do mensalão, passaram a dar a dianteira ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre qualquer candidato opositorista, apesar de ter sido mantido durante longo período sob o fogo cerrado da oposição.

Lula teve uma retumbante vitória, em 2006, nos bolsões de pobreza e nos Estados mais pobres da Federação — os mais beneficiados pelo programa de transferência de renda. Mas os efeitos políticos do Bolsa Família devem transcender uma eleição (a de 2006) e um presidente (Lula). As eleições de 2006 desarrumaram o arranjo tradicional, onde os chefes políticos locais levam o rebanho até o candidato apoiado pelo chefe estadual e este, por sua vez, negocia favores da política nacional. Esse desarranjo foi favorecido não apenas pelo Bolsa Família, mas também pela universalização do uso da uma eletrônica, guardiã do segredo do voto. Como o chefe político local não era o dono do benefício concedido ao pobre — que vinha na forma de um cadastramento feito pela prefeitura, mas que depois se tornava uma relação entre o beneficiado e o banco onde ele recebe o dinheiro — não era também aquele a quem se deveria retribuir com o voto. Aconteceu de forma bastante ampla, em 2006, uma inversão do que ocorria tradicionalmente: em vez do chefe local dizer em quem o eleitor

teria que votar — e já não teria total controle sobre esse voto, que é eletrônico —, foi o chefe quem correu atrás do candidato do cidadão pobre. Lula conseguiu apoios nada desprezíveis de prefeitos de todos os partidos. E certamente não foi porque os prefeitos tinham se tornado petistas. Eles simplesmente adiaram um confronto com seus eleito-

Territórios da Cidadania são conceito gerencial

res — reconciliaram-se com eles por meio de uma adesão pontual ao candidato à reeleição para a Presidência.

O efeito Bolsa Família, que foi tão desprezado até o início do processo eleitoral de 2006, é hoje um risco para os políticos tradicionais. A oposição não pode falar contra o programa de transferência de renda — isso é evidentemente impo-

pular —, mas cristalizou uma clara aversão a programas sociais mais amplos, em especial os saídos da lavra deste governo. Não é de se estranhar a reação pronta do ex-PFL, hoje DEM, que promete sustar o programa Territórios da Cidadania na Justiça, por ter sido lançado em ano eleitoral — o que o tornaria ilegal.

O programa anunciado por Lula pode até surtir efeitos eleitorais, mas a sua única novidade — e boa novidade, aliás — é a ação integrada de programas já existentes, em bolsões de pobreza localizados na área rural. O que o governo anunciou, na verdade, foi um conceito de gerência de programas sociais que já se antevia no Bolsa Família, que agregou na sua origem vários programas dispersos, e nas ações do Ministério do Desenvolvimento Social, que articula ações de vários ministérios.

No caso do Territórios da Cidadania, a coordenação é do Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas até o Ministério da Cultura está envolvido. E tem uma lógica que não é simplesmente eleitoral: é voltado para as populações agrárias porque elas são as que vivem nas regiões de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos do país; atende localidades mais beneficiadas pelo Bolsa Família porque esse é um indicador de miséria; atendem a um planejamento local, feito por colegiados, onde estão representados também prefeitos e representantes dos governos estaduais, além das comunidades. Teoricamente, o fato de abrigar nos colegiados os prefeitos, independente do partido a que pertençam, despem o programa de caráter eleitoral. Mas, na prática, esses colegiados tiram do prefeito, ou dos deputados que são eleitos por essa população, a “autoridade” do benefício à comunidade. Os colegiados são a antiemenda parlamentar. Do outro lado, podem diluir a responsabilidade do governo federal sobre os programas, já que todas as unidades da federação estão lá representadas. O jogo está zerado, portanto. O que definirá o voto desses eleitores é como os políticos se adequam a uma realidade onde gradativamente são trazidos ao mercado de consumo um grande número de brasileiros, que a partir de então passam a ter novas exigências que não a sobrevivência imediata.

Há um enorme ganho, inclusive fiscal, nesse conceito gerencial. Atender uma região com o Pronaf sem que a agricultura familiar tenha assistência técnica, ou infraestrutura para escoamento da produção, ou mesmo educação para trazer a economia de subsistência para o capitalismo, é jogar o Pronaf fora. Dar Bolsa Família sem viabilizar à agricultura familiar uma atividade produtiva é eternizar o Bolsa Família. Incentivar o beneficiamento da produção em cooperativa sem que a região tenha luz elétrica é jogar produção no lixo. Miríade de programas sociais que não se integram jogam dinheiro público fora e não alteram em nada a vida da população.

Fora alguns conselhos que já se reuniram para debater a prioridade de seus Territórios de Cidadania, ele ainda é uma intenção. Se o governo Lula tiver capacidade para implantar esse modelo gerencial de programas sociais, será um ganho para o país. Isso é com o Executivo. Quanto aos políticos, o que eles devem fazer, se a intenção declarada do governo tornar-se de fato um programa bem-sucedido, é repensar a forma de arregimentar eleitores. Ações que desintermediam o voto podem até beneficiar um primeiro governo, aquele que o implantou (e esse efeito pode ter ocorrido já no passado, na reeleição de Lula), mas depois passam a ser neutras politicamente. Daí, ganha votos quem fizer a melhor política.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti. A solicitação de V. Ex^a será atendida.

Eu quero dizer que também desejo, tanto quanto V. Ex^a, que esse programa seja executado com muita eficiência. Não bastam bons programas. É necessário competência de execução.

Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini, por permuta com o Senador Jayme Campos.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – A permuta, Sr. Presidente, foi com o Senador Mário Couto. Eu já havia permutado anteriormente com o Jayme Campos. Em seguida, falará o Senador Mário Couto.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde o primeiro instante, manifestei-me a favor da investigação, pelo Congresso, das despesas feitas com os cartões corporativos do Governo. E porque de logo expressei minha posição sobre a questão, assinei o requerimento para a instalação da Comissão de Inquérito que vai tratar desse problema.

Penso ser do meu dever, Sr. Presidente, porque sou a favor da investigação desde o primeiro instante, tecer algumas considerações, chamando a atenção do Senado para determinados aspectos da controvérsia que se instala e advertir a todos acerca da necessidade de termos um propósito positivo e construtivo na investigação que está prestes a se iniciar.

O interesse público envolvido nessa investigação parlamentar é extremamente relevante e, mais que isso, prepondera, por sua essência e pelas consequências danosas de sua eventual frustração, sobre pessoas acaso envolvidas e sobre proveitos políticos a serem obtidos.

De fato, o que está em jogo como objeto de nossa fiscalização não são propriamente as pessoas, mas os gastos, as despesas, o uso do dinheiro público.

Por essa ótica, a CPMI tem o dever de investigar tudo e completamente, não para buscar primeiramente culpados no cenário político, mas para indicar ao Congresso Nacional, soberano fiscal da execução do Orçamento e dos gastos públicos, se o sistema adotado é o mais adequado, conforme as melhores e mais saudáveis práticas de administração pública.

Os cartões de crédito e débito passaram a ser usados pelos órgãos públicos com o razoável e pertinente propósito de evitar que, para despesas de extrema emergência, ou em circunstâncias muito especiais, houvesse suprimento de fundos em dinheiro vivo pelo Tesouro ao servidor, ao qual incumbiria a realização das despesas. Esses gastos eram poucos e bem res-

tritos no universo das obrigações públicas. Tenho conhecimento de causa, Sr^{as} e Srs. Senadores, por ter sido Prefeita de Mossoró por doze anos, contando já a minha cidade com uma máquina administrativa de razoável complexidade e extensão.

Mas essas despesas, mesmo no âmbito federal, não seriam mais que as referentes ao combustível em viagem fora da sede, aos gastos com alimentação e hospedagem de servidores em viagens freqüentes e demoradas e sem pouso determinado com antecedência. O sistema de suprimento de fundos era usado nas situações em que, nada obstante as diárias concedidas previamente para hospedagem e alimentação, servidores de escalão inferior fossem incumbidos de prover quanto à segurança e a um mínimo de conforto de autoridades em viagens, sendo justificável que pequenas quantias, em tais circunstâncias, não se submetessem aos rigores de empenho prévio e liquidação contábil, antes do pagamento, como na prestação de contas formal e usual do serviço público.

Mas o que servia para os propósitos a que me acabo de referir passou a ser usado abusivamente, ainda ao tempo do antigo sistema de suprimento de fundos, e, a pretexto de ser legal a prática, instalou-se o inchaço, onde se abrigaram então despesas que nada tinham de pequenas, nem de justificadas pela situação de imprevisibilidade. Os suprimentos de fundos foram sendo inflados e se tornaram cancro, corroendo a ética administrativa com artifícios, os ardis mais diversos, justificativas aparentemente legais para fraudar a lei.

Faço esse breve histórico, Sr^{as} e Srs. Senadores, para que todos possamos perceber a origem da distorção e, percebendo-a, possamos corrigi-la.

Verificada a ruptura ética e a extrema vulnerabilidade do sistema de suprimento de fundos pelo Tesouro em dinheiro vivo, a instituição dos cartões corporativos pareceu um avanço. Sem dúvida, na medida em que o cartão de crédito, na respectiva fatura para pagamento, identifica o montante da despesa e o beneficiário do pagamento, isso foi, sim, um avanço.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, é conhecida a capacidade maliciosa dos que se animam a contornar a lei fingindo cumpri-la.

Não há dúvida de que o novo sistema avançava, mas duas graves distorções, que desde o início se anunciavam, não tiveram remédio quer pronto, quer adequado. O primeiro: a falta de critérios para a autorização das compras ou realização de serviços com cartão de crédito levou, por óbvio, aos mais rematados e perdulários dos despropósitos. O segundo: a permissão do uso também de cartões de débito, que manteve e agravou o já declaradamente caduco sis-

tema de suprimento em dinheiro. Manteve o sistema porque o saque em dinheiro, na boca do caixa ou na máquina eletrônica, contra contas do Tesouro é rigorosamente o mesmo que receber dinheiro vivo na tesouraria do serviço.

Os males que acima apontei aqui se repetem, sendo rematada hipocrisia supor que quem saca dinheiro no caixa eletrônico será mais ético do que quem recebeu dinheiro do chefe de sua repartição.

E o vício se agravou porque, agora, deixou de existir o mínimo de controle prévio, pois o servidor, manuseando o cartão, não precisa de autorização de ninguém para sacar e gastar. E gastar, como no sistema anterior: sem critério algum.

O problema não está propriamente no mecanismo ágil, mas nas mãos ágeis dos desonestos, que, a pretexto de despesas de pequeno porte, vão de pronto escancarando o conceito de pequeno porte e de emergência para chegar às estonteantes cifras milionárias das quais, estarrecido, o País está tendo notícia.

Com isso, o urgente encobre o esbanjador, o necessário passa a justificar o supérfluo, e, mais grave, o legal se torna ilegal, quer por ser despesa não razoável no serviço público, quer porque, manipulados ao bel-prazer, os cartões se tornaram desgraçado pé-de-cabra para arrombar a regra geral das licitações e o dever de prestação de contas.

Esse sistema não pode continuar em prática. Não é possível que gastos com passagens aéreas e hospedagens se excluam do dever da licitação, a que ocorram, em igualdade de condições e em busca do melhor preço, as empresas e agências especializadas. Não é lícito, razoável ou legal que as despesas com a manutenção corriqueira dos palácios e residências oficiais não possam prever suas necessidades com a antecedência necessária, de forma a possibilitar a licitação prévia. E é espantoso que uma ação governamental, de cuja essência é o planejamento e a metódica e inteligente busca de informações, qual seja a segurança de autoridades, não se faça com a previsibilidade de gastos e provedores.

Esse sistema não pode continuar também porque, em seu nome ou em sua defesa, além de se violar o dever geral de licitar, também se ocultam gastos à fiscalização universal, pública e irrestrita, sonhando-os ao dever, também geral, de prestação de contas. Nada justifica que um centavo sequer do dinheiro público seja subtraído à prestação de contas, não só por imposição ética inarredável, como porque todos os que têm a guarda do dinheiro público, sem exceção alguma, estão sujeitos ao dever de prestar contas, nos termos da Constituição.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permite-me um aparte, Excelência?

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Pois não, Senador.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Quero cumprimentá-la, Senadora Rosalba Cialirni, pela oportunidade de sua fala, exatamente agora que começa a se instalar a CPI. Mas acho que nós aqui devemos começar a nos preocupar com o Senado, não com a CPI. Quando correm essas notícias de que está havendo um acordo por trás dos panos, para acobertar as denúncias que V. Ex^a faz agora, temos de nos preocupar com o Senado porque é o Senado que vai para a rua da lama com essas notícias, com essas insinuações. Acho que nós aqui devíamos fazer uma cruzada. O Senador que evita quebrar um sigilo bancário, o Senador que esconde um depoente que é chamado, Conselho de Ética nele. Ele está ferindo o decoro parlamentar porque está impedindo a Instituição de apurar um roubo. Mete esse Senador no Conselho de Ética, cassa o mandato dele para ele aprender a respeitar a Instituição da qual ele faz parte. Se a gente não ficar isso, essa CPI vai terminar com os burros n'água como tantas outras.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Tomara que possamos fazer isso. Vamos nos somar para que não tenhamos mais uma *pizza* entre tantas outras que já aconteceram.

Penso, portanto, que nada nem a segurança do Presidente ou de pessoas de sua família, em grau de parentesco que não se identifica, justifica gastos absolutamente secretos.

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Já vou terminar, Sr. Presidente.

Basta isso para impor à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que se vai instalar no Congresso, o dever de tudo investigar, sem limitação alguma, quer de matéria, quer de tempo, quer de pessoa. Esse dever a Constituição impõe ao Congresso, e é, repito, um dever e não um direito disponível de que, sem ofensa à ética, fosse possível abrir mão por qualquer conveniência política.

Ao referir-me há pouco às pessoas, devo ainda manifestar uma outra preocupação. As notícias mais escabrosas dão conta de que os servidores subalternos, de escalões bem inferiores, têm sido responsáveis pelos gastos milionários com os cartões corporativos.

É preciso que esses servidores mais humildes não sejam transformados nos grandes e únicos vilões, nem que seus atos sirvam de cortina para ocultar aque-

les que ordenaram ou se beneficiaram da fraude do desvio dos recursos públicos.

É razoável que a manutenção e a segurança dos palácios, gabinetes e residências oficiais, com a necessária sobriedade, se faça às custas do Erário, mas isso não pode levar ao intolerável abuso de despesas pessoais serem pagas com recursos públicos. Todas as autoridades recebem subsídios para seus gastos particulares, e nada justifica, por exemplo, que confraternizações familiares ou festanças de fim de semana também sejam custeadas pelo povo.

Por isso, Sr. Presidente, embora tendo o dever de investigar tudo, a CPMI tem a meu sentir um dever maior. A Comissão precisa ser construtiva no sentido de não apenas indigitar culpados, mas de propor soluções.

Este não é um assunto a ser tratado pelo Poder Executivo nem pelo Poder Judiciário.

A Constituição atribui ao Congresso, com o auxílio do Tribunal de Contas, o irrestrito dever de fiscalizar todos os gastos públicos, e isso, obviamente, inclui a edição das regras necessárias ao exercício dessa fiscalização. Tais regras quanto aos cartões corporativos, a sociedade espera da CPMI e do Congresso.

É certo que a melhor forma de se fiscalizar é na origem, manter aberto tudo à possibilidade de fiscalização, tornando públicas todas as ações que envolvam despesas com recursos do Tesouro Nacional. Nesse sentido, não se pode deixar de louvar a publicidade dada pelo Governo aos gastos com os cartões corporativos, prática que deve ser alargada e incentivada.

Dessa publicidade, porém, nada pode ser sonegado. É estranho que razões de segurança estejam sendo opostas à publicação de muitas dessas despesas.

E mais estranho é que essas razões sejam alegadas de forma genérica, vaga, etérea e abstrata, sem que o País saiba que despesas são essas, que não têm nome nem motivação.

A publicidade, e publicidade imediata, será o grande freio inibidor do gasto perdulário, supérfluo e injustificável no âmbito do serviço público.

O País espera que a CPMI encontre caminhos que possam levar à compatibilidade desejada entre a agilidade do serviço público e sua transparência, entre o atendimento às necessidades imediatas das ações governamentais e a ética administrativa, entre a necessária segurança pessoal e o sóbrio conforto das mais altas autoridades e a moderação e comedimento no uso do dinheiro público.

Manifesto a convicção, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que essa será uma grande oportunidade...

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, estou no último parágrafo.

Manifesto a convicção, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que essa será uma grande oportunidade para que o Congresso enfrente o vício pela raiz e não permita que o pretexto para ser ágil e eficiente dê ensejo à apropriação dos recursos do povo, pois a agilidade e a eficiência não são atributos só dos honestos. É com mãos ágeis e com práticas eficientes que atuam salteadores, aos quais regras claras e rígidas a serem propostas pela CPMI haverão de impedir acesso à administração pública, ao dinheiro público.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senadora Rosalba Ciarlini.

Com a palavra, pela Liderança do PTB, o Senador Sérgio Zambiasi, por cinco minutos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Alvaro Dias. Sr^{as} e Srs. Senadores, estou trazendo à tribuna um tema que sei que não é unanimidade nesta Casa, mas temos que trazê-lo a debate, Senador Paulo Duque. V. Ex^a tem sido um lutador comigo nessa questão. Trata-se do exame da PEC nº 13, de 2003, cuja tramitação está completando cinco anos. A PEC não é de minha autoria. Sou o primeiro signatário. Ela é de autoria das assembleias legislativas do Brasil, em sua maioria. À época e pela premência da necessidade de sua apresentação, foram recolhidas 18 assinaturas de presidentes de assembleias, mediante autorização de plenário das respectivas Casas legislativas.

Do que trata a PEC nº 13, de 2003? Trata da regulamentação das emancipações; trata de destravar um problema que já está completando 12 anos, a partir da PEC 15, de 12 de setembro de 1996. A partir de sua edição não poderiam mais surgir novos Municípios no Brasil. Surgiram alguns mais precisamente 25 Municípios que estão hoje, Presidente, numa situação extremamente delicada. O próprio Supremo Tribunal deu prazo para que esta Casa regule a situação desses 25 Municípios e resolva a questão das emancipações.

Se me permite, leio aqui o voto do Ministro Gilmar Mendes, que estabelece, que sugere este prazo de decisão. Leio parte do seu voto em que ele declara o estado de mora em que se encontra o Congresso Nacional, a fim de que, em prazo razoável de 18 meses – este voto foi em 9 de maio de 2007 –, o Congresso adote todas as providências legislativas necessárias ao cumprimento do dever constitucional imposto pelo art. 18, § 4º, da Constituição, devendo ser contempladas as situações imperfeitas decorrentes do estado de inconstitucionalidade gerado pela omissão.

Não se trata de impor um prazo para atuação legislativa do Congresso Nacional, diz o Ministro, mas apenas da fixação de um parâmetro temporal razoável, tendo em vista o prazo de 24 meses – e aqui é que está o detalhe mais importante – determinado pelo tribunal para que as leis estaduais que criam ou alteram limites territoriais de Municípios continuem vigendo, até que a lei complementar federal seja promulgada contemplando as realidades desses Municípios.

Isso quer dizer que, em maio do ano que vem, completados esses 24 meses, é muito provável que fiquem em situação muito delicada frente à lei alguns Municípios. Apenas para exemplificar: Mesquita, no Rio de Janeiro, com 164 mil habitantes; Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, com 20.169 habitantes. E por aí vai. No Rio Grande do Sul, o Município de Pinto Bandeira foi o primeiro a ser cassado: teve que retornar ao município-mãe. Nós podemos corrigir isto examinando a PEC nº 13, que resolve a situação desses 25 municípios e oportuniza às assembleias legislativas o exame dessa questão com responsabilidade.

Há um conceito de farra de emancipações. Nós podemos, por meio da lei, impedir essa farra, mas não podemos impedir o desenvolvimento. É só olharmos o mapa dos nossos Estados para ver onde há mais desenvolvimento: onde há mais Municípios; onde há menos municípios, há menos desenvolvimento.

Se nós examinarmos, se o Senado conseguir examinar a PEC nº 13 este ano, já seria uma grande vitória. Não acredito que a Câmara consiga fazer o mesmo, mas examinará no ano que vem.

Presidente Alvaro Dias, até para tranquilizar esta questão, as assembleias podem conseguir regulamentar a lei em 2010, 2011. A apresentação de novos processos emancipacionistas para análise pelas assembleias seria lá por 2012, eleições propriamente ditas, apenas em 2016 e instalação dos municípios, em 2017.

São um prazo minimamente razoável, para se ver com serenidade e tranquilidade as situações.

Sempre que discuto essa questão, lembro-me dos queridos companheiros e colegas do Pará. O Senador Mário Couto está aqui. Altamira, em Lagoa do Céu – se não me engano é o nome do distrito –, que fica a mil quilômetros da sede, tem quinze mil habitantes. É um distrito de Altamira. Contaram-me que o Prefeito leva uma semana para chegar ali. Quer dizer, o Prefeito, quando visita esse distrito, precisa reservar 15 dias para ir e voltar, se for de carro, abandonando a sede de Altamira. Ele pode até perder o carro, segundo o Senador Mário Couto. Agora, se já houvesse a emancipação, seguramente a mobilização popular

permitiria inclusive meios mais seguros e tranquilos de locomoção.

Então, estamos trabalhando essa questão. Já tivemos as análises todas aqui nas comissões. A CCJ aprovou. Veio a plenário. Retornou à CCJ. Faço um apelo aos Líderes da Casa para que se reexamine, com a sensibilidade necessária; e que se observe nossa responsabilidade, até por sugestão do próprio Supremo, quando o Ministro Gilmar Mendes chama a atenção especialmente com relação a esses 25 Municípios. Desses, do Sul não há nenhum; já perdeu o que tinha. Pinto Bandeira, em Bento Gonçalves, voltou. Depois de eleger prefeito, vereador, ter todo o sistema administrativo montado, teve de retornar ao Município sede, com um prejuízo enorme para os moradores daquele pedacinho de chão gaúcho. Em consequência, sofremos esse gravíssimo prejuízo.

Nós temos lá no Estado do nosso querido Senador Gerson Camata, no Espírito Santo, o Município de Governador Lindenberg, 9.225 habitantes, que também está nessa mesma situação. Dentro de um ano e pouco, se nós não corrigirmos esta inconstitucionalidade, segundo o próprio Supremo, pode ocorrer um problema sério com relação ao próprio Município, tendo que retornar ao Município mãe, e eu nem sei se o Município mãe vai querer. Talvez sim, porque pode estar tão bem, ou melhor, do que o Município mãe, porque é o que tem acontecido.

Independentemente da posição de cada um, é um tema a se debater. Eu sei que o próprio Senador Alvaro tem uma posição crítica em relação ao assunto, mas não se nega democraticamente a discutir, a olhar e a corrigir essas falhas cometidas no passado, para que possamos olhar para o futuro nesse sentido. Agradeço a compreensão, inclusive a generosidade do tempo oferecido neste momento, Presidente Alvaro Dias. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Sérgio Zambiasi.

Com a palavra o Senador Mário Couto; em seguida, o Senador Gerson Camata.

O Senador Mário Couto dispõe de dez minutos e o Senador Gerson Camata, de cinco minutos, depois.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Mão Santa, tivemos a Sessão Especial dos Aposentados nesta Casa. Senador Gerson Camata, foi uma sessão à qual não esperávamos nem tantos Senadores, mas, para minha surpresa e satisfação, mais de 15 Senadores estiveram presentes.

Os aposentados, Senadores, fizeram suas reivindicações diante do Ministro da Previdência Social

Luiz Marinho, mostraram a defasagem de seus salários, encaminharam aos Srs. Senadores os seus contracheques, em resumo, Senador, mostraram a todos nós a dificuldade que vive o aposentado em nosso País, Senador Mão Santa, a que V. Ex^a ainda há pouco fez referência.

Eu fico muito satisfeito, Senador Gerson Camata. Se pensam que a mim ofendem trazendo boas notícias saibam que não me ofendem; eu fico muito satisfeito em saber que o meu País alcança índices de crescimento, e muito.

Para mim, é uma satisfação enorme, mas me preocupo, Senador Mão Santa, com a situação de determinadas classes em nosso País. Esta é a minha grande preocupação, Senador Mão Santa: as condições em que vivem os aposentados comparadas com determinadas situações do Governo. E eu mostro. O País cresceu – o País vinha crescendo – e isso não é novidade! Mão Santa, você que votou contra a CPMF, veja como essa contribuição não fez falta ao País. A arrecadação dos impostos do mês de janeiro ultrapassaram todas as expectativas.

Considerando os países desenvolvidos, os que mais pagam imposto são os brasileiros. A arrecadação em janeiro ainda superou o arrecadado no ano passado em 20%. Como a CPMF não fez falta!

Aí eu pergunto, Senador Camata: tanto crescimento, tanta comemoração, por que – diga-me, Senador Camata – não resolvem a situação dos aposentados deste país? Comprovadamente, é uma situação de miséria, uma situação crítica, uma situação de abandono, de desprezo, Senadores! Será que o Governo não tem sensibilidade? Esse mesmo Governo criou o Bolsa-Família para diminuir diferenças sociais, para diminuir o sofrimento de milhões de pessoas. Por que esse Governo não vê a situação dos aposentados? Será – eu não acredito – que o Governo Lula, Presidente, tem alguma coisa que o faz abandonar os aposentados? Eu não acredito. Eu não acredito e fico a meditar.

Vejo Senadores virem a esta tribuna e mostrarem o crescimento do País.

Mas, quando eu me lembro da situação de brasileiros e brasileiras aposentados e pensionistas que vivem numa situação, dramática, nesse País, eu não posso comungar. E, depois, quando olho, os blogs, os jornais, os *e-mails*, quando olho e começo a ler e vejo que o Ministro do Esporte levou a mulher, babá, filha, e pagou o hotel com cartão corporativo, quando olho para o Blog CMI Brasil, e vejo o quanto o Presidente gasta no Palácio, na sua residência, com alimentação, eu não consigo entender. Quando vejo a classe média do meu País desprezada, abandonada, achatada, eu não consigo entender mais nada. Em que país estou,

Senador? Será que estou no Brasil mesmo? Em que país nós estamos? Olha aqui o cartão do Alvorada! Essa CPI veio em boa hora. Eu não questioneei o fato de ela ter passado na frente da CPI do Dnit, requerida por mim, Senadores, porque sei a importância dessa CPI – já vou falar um pouco dela – dos cartões corporativos. Olhem o que se sabe, superficialmente: despesas alimentícias...

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador Gerson Camata, já vou dar o aparte a V. Ex^a.

Só o que se sabe superficialmente: despesas alimentícias, R\$55 mil em um ano. É só V. Ex^a pegar o total, que dá em torno de R\$115 mil... São despesas da Granja do Torto, só em cartões. São 12 mil cartões distribuídos aleatoriamente. Doze mil, Senador Camata, representam o número de eleitores da cidade onde eu nasci, Salvaterra, no Marajó. Essa tropa toda usa cartão corporativo, Senador. Só no cartão corporativo foram gastos R\$55.400,00 em lojas do Pão de Açúcar (isso foi gasto pelo assessor do Presidente Lula com as compras da Granja do Torto); R\$23.800,00 no Açougue Reisman. Eu vou citar só as maiores, para não perder muito tempo: R\$14.800,00 no mercadinho La Palma; R\$12.400,00 na loja de bebida; R\$12.100,00 na Peixaria Golfinho, só em cartão corporativo.

Eu não posso deixar de aplaudir o crescimento deste País, eu não posso deixar de elogiar o Bolsa-Família, mas eu não posso elogiar isso.

Eu sempre digo nesta tribuna, Senador, que a oposição feita hoje no Senado é uma oposição de responsabilidade, que não critica o que é bom, que respeita o que é bom, que elogia o que é bom, mas que não pode comungar com isso, Senadores, nem dizer que isso é bom para a população brasileira. Dói. E temos de falar.

Ouvi a fala do Senador Cristovam ontem ou anteontem. Fui pensando para a minha casa; Que drama vive a política brasileira! Coube a eu fazer uma profunda reflexão sobre as palavras de V. Ex^a, Senador Cristovam, que se espelha nesses dados. No total, são R\$115 mil de despesas com alimentação só em cartão corporativo, gente do meu País.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Só em cartões corporativos, brasileiros e brasileiras. São quase R\$10 mil por mês. Quanto gasta o aposentado na sua alimentação mensal? O Lula gasta na casa dele quase R\$10 mil. Quanto gasta o aposentado, se o seu ganho total chega a R\$1.000,00?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Não sei. Sinceramente, Srs. Senadores, é preciso que esta Oposição neste Senado seja mais dura. Que possamos divulgar à nossa Nação tudo aquilo que foi feito de irregular com os cartões. Tudo! Desejo que a Senadora Marisa Serrano tenha um trabalho cheio de vitórias, que possa mostrar à população brasileira o quanto a Nação perdeu com gastos com esses cartões. Eles podem até ter sido criados com boas intenções...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Mas há quanto tempo estão gastando dinheiro público com cartões? Há quanto tempo se deixa gastar?!

Senador Camata, vou dar aparte a todos. Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mário Couto, o País deve muito a V. Ex^a. O Camata está aí, o Cristovam está aí, o Alvaro Dias está aí, todos foram Governadores. O Expedito Júnior vai já... Ô Expedito Júnior, presta atenção, olha para cá, aprenda. É o seguinte: eu fui Prefeitinho e fui Governador. Luiz Inácio, eu vou contar aqui um fato. Eu fui Governador. Quem é que vai fazer despesas? Terceiros. Há interesse comercial de quem vai vender e fornecer para a casa do Governo. Isso houve no meu Governo, mas...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ... temos de estar atentos. Daí advirto o Luiz Inácio para os princípios de administração: planejar, designar, orientar, coordenar e fazer o controle. Ele que é o administrador. Houve no meu governo, mas eu estava atento. Vou dizer uma. Tenho uma casa no litoral do Piauí, no Coqueiro, pequeninha, no morro. É a melhor. É como perfume francês: o menor é o melhor. Não é bom perfume francês? Pois é o menor. Aí, de repente, eu chego na minha casa de praia com Adalgisa, nós já tínhamos quase 30 anos de casados. Cristovam Buarque – V. Ex^a foi governador –, eu tomei um susto. A casinha que eu construí como médico-cirurgião, no morro que escolhi nada do que eu fiz, com Adalgisa e amor, tinha, nem a caminha em que nós vivemos. Tudo! Tudo era novo. Eu tomei um susto. De repente, Governador do Estado, eu cheguei, notei. Um mês assim sem ir à casa... mudou tudo. E quem fez? Vamos dizer o encarregado das compras, com um empresário, mudou tudinho. Quer dizer, isso há. O Luiz Inácio é tão ingênuo, ele não teve essa experiência, por isso ele tem nos ouvido. Até a caminha de que eu gostava a casinha, aquelas coisas de que a gente gosta, os móveis antigos, tudo, tudo estava mudado. O que foi isso? O da despesa e o empresário, que quer vender. Tudo, tudo. Não conhecia mais nada. Só não trocaram Adalgisa. Mas os móveis e tudo o empresário

tinha trocado lá. Aí, para não brigar com o empresário, eu peguei, olhei assim e disse: devolva tudo, eu quero é a caminha velha, a cadeirinha, aqueles negócios que temos – e V. Ex^a tem. São valores outros. Para não brigar, eu disse: bem, a geladeira, com a praia, com a maresia, está enferrujada. Ô Luiz Inácio, aprenda! Nós estamos aqui é para ensinar mesmo. Eu vou ficar com a geladeira. Puxei meu talão de cheques. O meu, não foi corporativo não, porque nós temos uma estrutura. Todos nós temos principalmente eu que vinha de uma família que tinha poder. Puxei para dar o exemplo. Isso é o que está acontecendo. Mas vou dizer Luiz Inácio, com Vossa Excelência deve ter havido caso semelhante. Outro dia eu vi uma confusão. Estavam implicando com ele, porque ele tinha um amigo, um compadre que fazia churrasco, cheio de rolo. Eu disse: rapaz, mas isso é normal, eu gosto. Eu gosto de um churrasquinho, de tomar um vinho. Eu sou alegre e feliz. Não tem negócio de conversa não. Eu nunca falei com ele, não sei nem o nome do homem. Rapaz, isso é normal, comer um churrasquinho. É bom. Mas atentai bem, Luiz Inácio, eu vi o *e-mail*. Essa imprensa tem que ser livre. Agora tem esse negócio de Internet. É gente boa, mas é ingênuo. Ele tem que fazer o controle, tem que estar atento. Olha, se eu não tivesse tomado essa providência e dado o exemplo, que roubalheira! Eu não estava aqui. E o exemplo arrasta. Foi no primeiro. Mas olha aqui, Luiz Inácio, é o Henri Fayol, professor de administração, que diz: planejar, ordenar e fazer o controle. Todo mundo diz que o Juscelino era o maior. O médico tem isto na cabeça: o pré-operatório, o trans e o pós. O pré é antes do diagnóstico e o pós é o controle. Então, a gente tem isso na cabeça, faz com rapidez, como eu fiz e fui ver. Por isso é que o Juscelino deu certo. O livro **Taylor, o Mago da Administração**, deu o exemplo de um cirurgião: o pré é o planejamento, o trans é a obra e o pós-operatório é o controle. Então, isso encaixa. Mas olha aqui, ô Luiz Inácio, seu compadre tinha que ser minha especialidade. Não sei preço das coisas, porque não ando comprando. Comprando carne em restaurante, mas sei mais ou menos. Lá no meu Piauí, parece que um quilo de carne é uns cinco ou seis reais. Posso estar errado. Lá no meu Piauí, deve ser isso. Está aqui, estão comprando para lá. Se for mentira, tem que processar e prender esse cara, porque ninguém pode caluniar nenhuma pessoa comum, avalio nosso Presidente da República. Quarenta e oito reais, Camata! Está aqui: CMI Brasil. Se for verdade, nosso Luiz Inácio está sendo ingênuo; se for mentira, vamos prender esse CMI Brasil agora. Mas, R\$48,00 o quilo da carne lá? E parece que é verdade, porque ele diz aqui que é especialidade Reisman: carnes argentinas tipo **Red Angus**. Ele diz até de onde veio,

o tipo. Rapaz, o cabra lá é bom, esse não sei. Quero até que, quem puder, me dê. Olha, quando você for lá em Rondônia... Não foi convidado para ganhar o título? Vou pedir lá ao nosso grande Governador Ivo Cassol: quero comer esse diabo aqui, porque nunca comi. Como muita carne de coelho lá. Custa R\$26,00 o quilo. Mas, R\$48,00 o quilo? Sei que não é um luxo, mas tem que ser, tem que fazer o controle. Então, V. Ex^a está trazendo isso. O Senado tem que ser isto: denunciar, denunciar, denunciar.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Mário Couto, peço a V. Ex^a que encerre.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou encerrar. Quero dar apenas um minuto para cada Senador que pediu aparte.

Senador Cristovam, é um prazer ouvi-lo.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Couto, o prazer é meu dar um aparte ao senhor, que tem empolgado tanto nessas tardes aqui, não só a nós, mas a todo o público, com sua ênfase guerreira.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Quero insistir, mais uma vez, Senador Mão Santa e todos os Senadores, que a gente não pode ficar paralisado tantos meses por causa de um escândalo e não pode deixar de investigar os escândalos. Parabeno o Líder do Governo e o Líder da Oposição por terem chegado a um acordo, e, finalmente, a gente tenha essa CPI. Mas já estou vendo que vamos ter outras e outras. Por isso, quero insistir que pensemos como saída para manter a investigação, sem parar esta Casa, criarmos comissão permanente de inquérito. Existe a Comissão de Educação, a de Economia, a de Infra-Estrutura; cria-se uma comissão permanente de inquérito. Toda denúncia vai direto para essa comissão que já está constituída, já tem seus membros prontos, tem o seu presidente. Elege-se apenas o relator, e que seja um relator não do partido do presidente da comissão. Eu estou com essa proposta e vou continuar lutando. Creio que é uma maneira de não fugir da responsabilidade de investigar, sem cair na paralisia que a gente tem caído.

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Mas é a pura verdade, Senador Cristovam. Senador, eu, que dei entrada na CPI do Dnit, fui o segundo Senador a dar entrada, ano passado, numa CPI, mas já falei ao Presidente que a prioridade hoje é a CPI dos cartões corporativos. Eu vou esperar para depois não montar

inclusive uma CPI em cima da outra, porque sei, como V. Ex^a falou, pode prejudicar os trabalhos da Casa.

Por isso, até já informei ao Presidente que eu tenho paciência. Eu quero apurar! Vou apurar! De qualquer forma! Vou apurar! É a minha responsabilidade, é meu dever. Mas eu não posso atrapalhar os trabalhos desta Casa. E, assim, já informei ao Presidente. E a sua preocupação é legítima.

Senador Camata, prezado Presidente, vou descer desta tribuna parabenizando, assim como o fez o Senador Cristovam, os Líderes, principalmente os Líderes de Oposição: Senador Arthur Virgílio e Senador José Agripino, por terem colocado suas posições patentes, responsáveis, e mostrado ao Governo que a Oposição aqui neste Senado tem vez, sim! A Oposição aqui neste Senado é uma Oposição responsável e legítima. Portanto, tem de ser respeitada. O escândalo dos cartões corporativos é evidente. Não se pode mais esconder de forma alguma. Aliás, já tem até réu confesso. A ministra, que se demitiu, confessou. O Ministro do Esporte confessou! Agora, ministro, com todo o respeito, peça demissão! Saia do cargo! V. Ex^a vai a público dizer que trocou o cartão corporativo do Governo com o seu particular? Isso é uma vergonha, ministro!

Depois, está comprovado que V. Ex^a pagou um hotel em Copacabana com cartão corporativo e hospedou esposa, filho, empregada doméstica...

Ministro, dou uma sugestão a V. Ex^a: peça demissão. Fica mais ético. É uma mostra de que V. Ex^a não quer um cargo público para usar para si próprio. É uma prova de que V. Ex^a não pode mais, nem deve, esconder o que gastou do povo brasileiro.

Muita gente, Senador Duque, não sabe o que é dinheiro público ou faz que não sabe o que é dinheiro público. É brincadeira, Senador, dizer que eu me enganei ao puxar um cartão do bolso para efetuar um pagamento sem saber que aquele cartão era o do Governo e não o meu. Um Ministro de Estado de um País chamado Brasil ir a público falar isso!? E a Oposição tem que ficar calada?!

Ministro, mais uma vez, peço que respeite a população brasileira. Ministro, respeite a classe média, tão sofrida. Ministro, respeite os aposentados que estão sofrendo tanto neste País. Demita-se, ministro. Dê um bom exemplo aos filhos deste País, a todos os brasileiros e brasileiras. Dê o exemplo, ministro, e se demita. Esse é o melhor caminho que V. Ex^a devia usar para mostrar a todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Mário Couto.

Com a palavra o Senador Gerson Camata, para uma comunicação inadiável. Cinco minutos é o tempo regimental.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Primeiro queria dar a V. Ex^a a notícia de que acaba de chegar à Casa...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador Gerson é um cumpridor do Regimento e deseja...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Estou fazendo o maior esforço para isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – E deseja impor a esta Casa um Regimento moderno que possa realmente ser respeitado.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Acaba de chegar à Casa a Mensagem do Senhor Presidente da República instituindo a reforma tributária. Acaba de chegar exatamente agora. Está quentinha ainda.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quem abre os jornais hoje vê mais uma vez a triste notícia – é triste a notícia – da liberação de reféns das Farc, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, a narcoguerrilha colombiana. E tanto no jornal a Folha de S.Paulo como no Estadão tem a fotografia dos quatro liberados, mas tem quatro mil seqüestrados, quatro mil seqüestrados, Senadores, Deputados, quatro mil, Senador Suplicy. Estão lá. Não posso conceder aparte a V. Ex^a, embora instado, porque a minha fala é para uma comunicação inadiável, infelizmente.

Pois bem, a gente vê as fotografias desses seqüestrados antes e depois. Cinco anos seqüestrados. Tem gente há dez anos. Crianças há dez anos seqüestradas. E a gente vê que em cinco anos eles envelheceram vinte, quinze anos, tiveram suas fisionomias destruídas, fantasmas vivos entregues àquele ditadorzinho lá da Venezuela, o Chávez.

Pois bem, a América Latina agora está numa confusão tão grande que tem o bandido de esquerda e o bandido de direita. A ideologia de esquerda e de direita está acabando no mundo, mas na América Latina tem o bandido de direita e o bandido de esquerda.

No Haiti, Bastide Aristides, que era o Presidente, tinha lá tipo uns *tonton macoutes*, que eram considerados assim uns bandoleiros de direita. Houve intervenção, o Brasil mandou tropa, prenderam os bandidos, limparam o Haiti, colocaram o Presidente eleito pelo povo nas ruas e levou ele prisioneiro para a África do Sul. Esses, sob os cuidados dele, eram os bandidos de direita. E os bandidos de esquerda da Colômbia?

Cadê a Organização dos Estados Americanos? Por que não se faz uma força multinacional para acabar com aquela vergonha de guerrilheiros traficantes que estão enchendo o Brasil de cocaína, fazendo do Brasil um entreposto de cocaína no mundo, envergonhando o Brasil, passando 30% da cocaína pela Venezuela? Onde está o Brasil que não impõe respeito às suas fronteiras, que asila às vezes esses guerrilheiros do narcotráfico? Onde estamos brasileiros? Cadê a Organização dos Estados Americanos para uma intervenção em acordo com o governo de lá para acabar com isso? Isso é uma vergonha para a América Latina, barbarizando, judiando Deputados, Senadores, pobres e crianças.

Enquanto esta América Latina não se respeitar não vai merecer o respeito do resto do mundo.

Nós não podemos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ser respeitados se não respeitamos a condição humana desses quatro mil seqüestrados que estão nas mãos desses narcotraficantes. Desses mesmos narcotraficantes que não respeitam a fronteira do Brasil, que transitam as drogas, que compram as suas armas por meio do Brasil, que receberam apoio militar do Sr. Fidel Castro, que está sendo aí exaltado como o grande herói da América Latina, o herói que matou gente no Brasil, matou gente na Bolívia, matou gente em Angola, matou gente em Abissínia e matou gente na Etiópia. Onde estamos? Onde está o Brasil? O que estamos fazendo neste Parlamento que não se levanta num grito político de revolta? Pelo contrário, um Partido político do Brasil dá asilo a um guerrilheiro, procurado pela polícia daquele país, e o acoberta sob a suspeita de ter financiado campanha política desse Partido que hoje está no Governo do Brasil.

Alguns coisa muito grave está escondida embaixo disso tudo e eu manifesto aqui, Sr. Presidente, a minha revolta e a revolta do povo colombiano, que colocou cinco milhões de pessoas nas ruas de Bogotá e nas ruas do mundo inteiro contra essa barbárie que praticam contra crianças, velhos, Senadores, senhoras; são quatro mil seqüestrados e milhões de jovens sendo destruídos pela droga, pela cocaína, pela merla distribuídas nesse país, que são também, através do Brasil, jogados para a Europa para financiar as suas atividades.

O Brasil cada dia perde um pouco mais da sua dignidade quando apóia essas barbáries.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre o assunto do Senador Gerson Camata, se o Líder Valdir Raupp me permite, eu gostaria de uma breve informação. Hoje, na Comissão de Relações Exteriores, diversos Senadores apresentaram um requerimento que o Presidente Heráclito Fortes e o Vice-Presidente e Presidente em exercício Eduardo Azeredo acharam por bem que seja apreciado e votado na próxima semana. Praticamente todos os Senadores, pelo menos doze presentes, assinaram no sentido de que seja convidada para vir ao Senado brasileiro, à Comissão de Relações Exteriores, a Senadora Piedad Córdoba, que tem se empenhado para que haja esse entendimento entre o Governo Álvaro Uribe e as Farc e possa haver a libertação de um número cada vez maior de reféns até que se chegue a um entendimento completo.

O Presidente Sarkozy, da França, muito empenhado na libertação da ex-candidata a Presidente da Colômbia, Senadora Ingrid Betancourt, cujo estado de saúde, segundo os que foram libertados ontem, está muito frágil, mencionou no dia de hoje que se trata de uma questão de vida ou de morte para a França. Inclusive ele quer ir à fronteira entre a Colômbia e a Venezuela para ajudar no resgate e na libertação da Sr^a Ingrid Betancourt.

Quero aqui, com o mesmo espírito que o Senador Gerson Camata expressou, transmitir que se trata de uma questão de esforço, de empenho de natureza humanitária, de natureza política, visando a democratização de todos os países das Américas; que possa haver, o quanto antes, a superação dos problemas, inclusive desses seqüestros.

Será muito bom se nós, Senadores, pudermos colaborar com isso – e esse é o sentido da sugestão do convite à Senadora Piedad Córdoba –, para que ela possa aqui nos dar uma explicação desse esforço que faz. Por outro lado, os próprios Senadores, o Senador Heráclito Fortes mencionou a possibilidade de alguns de nós irmos eventualmente à Colômbia, mas obviamente isso requer o convite, o contato, o diálogo prévio.

Enfim, eu gostaria de informar ao próprio Senador Gerson Camata que avalio a necessidade de um empenho de todos nós para colaborar com esse esforço, que é inclusive do próprio Presidente Sarkozy, da França, para que Ingrid Betancourt, o quanto antes, seja libertada, aliás, que todos sejam libertados.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra por ter sido citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Gerson Camata, v. Ex^a tem a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria agradecer ao Senador Suplicy pelo empenho de S. Ex^a e do Senador Heráclito Fortes na Comissão de Relações Exteriores. Desejo dizer que eu nunca, depois do pronunciamento que fiz aqui, teria coragem de ir à Colômbia, por razões óbvias. Depois, dizer também que eu vou lá na Comissão assinar um requerimento para que seja convidada a vir à Comissão a Sr^a Ingrid Betancourt, a grande Senadora da Colômbia, que foi candidata à Presidência da República e que está sendo barbarizada e morta lentamente pela guerrilha. Vamos convidá-la para vir aqui, para ver se esses facínoras vão permitir que ela saia de lá para vir aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP.) – Sr. Presidente, apenas para dizer que assino conjuntamente o requerimento de V. Ex^a. Aliás, vou acrescentar o nome da Senadora Ingrid Betancourt para que, o quanto antes, possa ela também vir, juntamente com a Senadora Piedad Córdoba, para que inclusive nos transmita tudo o que tem sofrido nesse tempo em que está como prisioneira das Farc.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Valdir Raupp...

Senador Expedito Júnior, pela ordem.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito para falar. Qual é o meu número de inscrição, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Há dois oradores na sua frente na lista de oradores inscritos.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – De qualquer maneira, vou me inscrever pelo Partido também.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – OK. V. Ex^a está inscrito.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, gostaria de uma informação: se nós vamos ter Ordem do Dia hoje.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ordem do Dia há, mas me parece que a pauta está sobrestada em função das medidas provisórias, mais uma vez trancando a pauta, e certamente nós não teremos deliberação. Deliberação há quando há medida provisória, desde que ocorra entendimento de liderança, já que o **quorum** é sempre um risco para o Governo.

Como não creio em entendimento de liderança no dia de hoje, certamente não teremos deliberação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Após a Ordem do Dia, mesmo sem deliberação, aumenta o tempo dos oradores e dos líderes.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Exatamente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Prefiro, então, ficar para falar depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito para depois da Ordem do Dia, como Líder do PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Paulo Duque, que fez permuta com o Senador José Nery.

Senador Paulo Duque, V. Ex^a está inscrito. Deseja fazer uso da palavra?

Com a palavra o Senador Paulo Duque, por permuta com o Senador José Nery. Em seguida, o Senador Expedito Júnior poderá fazer uso da palavra.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – De quanto tempo disponho, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – De dez minutos, para o pronunciamento de V. Ex^a. Como os oradores que o antecederam fizeram uso de tempo além do regimental, se V. Ex^a necessitar, também usaremos da mesma medida, em respeito ao direito de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Paulo Duque, do Rio de Janeiro.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – O Presidente da Casa, um ex-Governador, Parlamentar há muitos anos, verdadeiramente um **gentleman**, concede-me cinco minutos, ou dez minutos, ou quinze, talvez, quem sabe.

Eu tinha arquitetado falar aqui sobre um assunto, mas a gente, às vezes, é obrigado a mudar na hora; e da tribuna. E quando eu estava ingressando nesse recinto, que considero um recinto sagrado, que eu considero um recinto Brasil, pois o Brasil está aqui dentro, eu ontem fiquei profundamente ferido ao verificar ofensas que foram feitas aqui ao Senado como circo, como farsa. Deixei passar. Deixei passar de propósito. O ambiente estava tão indefinido, tão tenso, tão desagradável, tão antiparlamentar, que eu não quis nem mesmo tomar parte nele. Nem mesmo isso! E vejo com satisfação o brilhantismo em que hoje o Senado se encontra, a preocupação com as pessoas fora do país, como se nós, que temos dificuldade em dar solução aos nossos problemas, possamos dar solução aos problemas dos outros. Seja a Colômbia, seja a Etiópia, sejam os Estados Unidos, seja a Alemanha

Oriental, Ocidental, nós temos de dar, primeiro, solução aos problemas brasileiros.

Eu sou de uma geração que foi e é ainda profundamente nacionalista. Nacionalista! Essa globalização para mim é meio inaceitável, muito embora eu tenha tido ocasião de aprovar as idéias sempre internacionalizadas, no bom sentido, do Senador Eduardo Suplicy, um dos mais queridos no meu Estado.

Quando entrei aqui hoje, eu estava ouvindo a palavra e as idéias de um dos maiores médicos do Brasil, que é o Dr. Francisco de Assis de Souza. Não sei se V. Ex^a sabe quem é. Sabe quem é?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É o nosso querido Senador Mão Santa.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – É o Senador mais querido do meu Estado hoje, o Senador mais popular, muito mais do que os políticos que já passaram por aqui. É incrível! S. Ex^a conseguiu isso vindo do Nordeste, vindo do Piauí, vindo de uma terra onde foi Prefeito com 98% dos votos, o que é um exemplo sensacional de democracia coletiva. Não sei se ele gostou dessa designação: “democracia coletiva”. Quer dizer, a cidade inteira acordou, lavou o rosto, escovou os dentes, tomou café, olhou o jornal, olhou o tempo, e todo mundo na mesma hora foi votar para prefeito no Dr. Mão Santa. Isso realmente é fenomenal!

Conforme eu já disse uma vez aqui, estou com as pessoas mais poderosas do País: ex-governadores, ex-senadores, Deputados com vários mandatos. Eu só tive um voto, só tive um voto e vim aqui. Depois, dizem que o carioca... Não. Só tive um voto. Suplente, segundo suplente, não esperava, jamais, com um voto, chegar aqui a este Senado. E gostei do Senado. Cada vez que venho ao Senado, defendo mais esta Casa, porque vejo aqui o Brasil. E não é só a figura teórica do Brasil; são as pessoas do Brasil. Pessoas com as feições dos vários Estados brasileiros, os costumes os mais diferenciados. Não estranhei muito, porque existem pessoas de todos os recantos deste País no Rio de Janeiro. É o único lugar em que não existe mulher feia. Nenhuma! Todas são bonitas. É o Rio de Janeiro.

A primeira coisa que fiz ao chegar aqui foi conhecer o Senado na sua estrutura. Conheci a Gráfica, que é a maior da América do Sul, conheci a Diretoria-Geral, a parte financeira do Senado, e ontem conheci, Dr. Francisco de Assis, o setor médico desta Casa, que é uma perfeição. Talvez a grande maioria não conheça, mas é um verdadeiro hospital o Serviço Médico desta Casa, a Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado Federal. Não pensem que é uma sala. uma saleta que há ali, não. É um hospital existente aqui, e aconselho todos os médicos que há aqui a participarem, a tomarem conhecimento do perfeccionismo a que se

chegou aqui para dar assistência médica não só aos Senadores – seria injusto – mas aos 10 mil servidores desta organização política.

Por isso, Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra neste momento para fazer uma homenagem toda especial, a fim de que constem, nos Anais aqui de nossa Casa, no nosso Diário Oficial, todos os médicos e todos os servidores que prestam serviços nessa repartição.

O Serviço Médico hoje está sob a direção do Dr. Paulo Roberto Rodrigues Ramalho, que dá 100% das 24 horas do dia, ele e sua admirável equipe, ao serviço médico, no setor médico e odontológico. O servidor, que ouve tanto falar mal da saúde em todos os Estados da Federação

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – ...deveria conhecer o organismo que trata da saúde do seu servidor, dos seus Senadores. É importante isso. Não sei se o Dr. Francisco de Assis já esteve lá, mas é um dos melhores hospitais por que eu já passei um dos melhores aqui em Brasília. Há outros, mas, em matéria de repartição pública, dificilmente alguém vai encontrar uma assistência dessa natureza. Se eu já tinha uma impressão muito positiva dessa parte, ela se robusteceu muito agora.

Considero esta Casa sagrada, porque foi imaginada, arquitetada por um dos maiores técnicos do nosso País. Neste Senado e no Palácio Tiradentes aconteceram os grandes episódios políticos do Brasil.

Juscelino Kubitschek, por exemplo, que foi Senador, Deputado Federal pelo Rio de Janeiro e Presidente da República no Rio – tudo indica que o seria duas vezes –, esteve sentado aqui representando Goiás. Tenho uma curiosidade. V. Ex^a talvez possa me esclarecer. Dois dias antes de ter o seu mandato de Senador cassado nesta Casa, ele fez um discurso um pouco lido e um pouco espontâneo. Tenho a curiosidade de saber de que poltrona ele falou: se falou desta tribuna, daquela tribuna ou de uma das poltronas dos 81 lugares desta Casa. Será que alguém aí poderia me esclarecer isso? Porque é uma passagem histórica. Os Parlamentares daquela época, seguramente, poderão me esclarecer. Estou fazendo um desafio, estou fazendo uma pergunta, sem resposta até agora. Tenho esperança de que o Senador Alvaro Dias, que ora preside esta sessão, vai me esclarecer isso.

Estou aqui como um admirador permanente da instituição. A instituição é que vai ficar, vai permanecer. Um ou outro vai embora, “some da parada” e não denigre mais esta tribuna.

Estou inscrito novamente para outro assunto. Se houver oportunidade, voltarei a esta mesma tribuna.

Agradeço, Sr. Presidente Alvaro Dias, pela gentileza do tempo que me concedeu em excesso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador.

A Presidência convoca sessão conjunta solene do Congresso Nacional a realizar-se no próximo 11 de março, terça-feira, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e agraciar as vencedoras do Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência recebeu, do Supremo Tribunal Federal, o **Ofício nº 442/2008**, de 22 do corrente, comunicando que deferiu parcialmente liminar na Medida Cautelar em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 130, para determinar que juízes e tribunais suspendam o andamento de processos e os efeitos de decisões judiciais, ou de qualquer outra medida que versem sobre determinados dispositivos da Lei nº 5.250, de 1967 (Lei de Imprensa).

O expediente será juntado, em cópia, aos processados dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, que retornam à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por decisão da Bancada do PSDB, comunico à Casa e ao País que, levando em conta os eventos da Comissão de Orçamento, a começar por esse tal Anexo 1, que, a meu ver, coloca sob suspeição os trabalhos daquela Comissão, acordo quebrado para se derrubar o tal Anexo 1, no valor de R\$534 milhões, para realizarem privilégios, à revelia do bom senso, cortando recursos essenciais para o funcionamento da Justiça brasileira, fazendo perseguição política e cortando verbas essenciais para obras fundamentais de Estados dirigidos por figuras eleitas pela oposição; levando em conta que temos advertido que aquilo ali vai acabar num grande escândalo; levando em conta que temos proposto, insistentemente, o fim da Comissão de Orçamento, para as questões temáticas serem deliberadas nas comissões temáticas das Casas – Comissão de Saúde da Câmara e Comissão de Saúde do Senado examinando questões de saúde – e, no final – isto é idéia do Senador Sérgio Guerra –, uma comissão de sistematização que, como aconteceu na Constituinte, afunilaria os trabalhos, tudo isso com muita transparência e sob os

olhos da imprensa brasileira e da Nação; levando em conta tudo isso, o PSDB decidiu obstaculizar duramente a aprovação da peça orçamentária no Congresso, manter obstrução aos trabalhos nesta Casa.

Além disso, hoje enderecei ofício à Mesa do Congresso Nacional retirando todos os membros titulares e suplentes do PSDB da Comissão de Orçamento. Nós simplesmente, a partir de hoje, não fazemos mais parte dessa Comissão de Orçamento porque não queremos coonestar os métodos e os rumos que ela adotou.

Posso informar a V. Ex^a que, nesta mesma hora, deve o Deputado José Aníbal, Líder do PSDB na Câmara dos Deputados, estar fazendo comunicação idêntica, porque também sairão da Comissão de Orçamento todos os Deputados titulares e suplentes do nosso Partido. Não somos, portanto, responsáveis pelo que está lá e saímos em protesto pelo que lá está ocorrendo. Essa é uma decisão que tomamos com maturidade, com tranqüilidade, preservando o bom nome do partido e entendendo que está na hora de darmos o primeiro salto para se alertar o País sobre o que possa estar acontecendo de equivocado ali. Talvez isso venha a merecer – essa é uma reflexão para a semana que vem – até uma investigação mais séria e mais profunda, porque não é cabível que a peça orçamentária não seja tratada neste País com a seriedade que este País precisa exigir dos seus representantes Parlamentares, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A Presidência vai fazer a leitura do ofício do Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 23/08-GLPSDB

Brasília, de fevereiro de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a V. Ex^a, a exclusão dos Senadores Sérgio Guerra e Cícero Lucena, como titulares, e Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como suplentes, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, das vagas destinadas ao PSDB.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O ofício lido vai à publicação.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC) – Sr. Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Senador Geraldo Mesquita Júnior, pela ordem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a decisão que a Bancada do PSDB toma, sob a liderança do eminente Senador Arthur Virgílio, é muito grave, mas eu a compreendo. Quando o Senador Renan Calheiros presidia o Congresso Nacional, ano retrasado, ele designou uma comissão para fazer um estudo com vistas à revisão daquela Comissão de Orçamento. Eu pedi para fazer parte dessa comissão e fui designado como um dos seus membros. Lá chegando, na primeira reunião dessa comissão, propus – fui para lá com essa finalidade – que a Comissão de Orçamento fosse de fato extinta e a matéria orçamentária fosse distribuída pelas comissões temáticas tanto da Câmara como do Senado. Para ser sincero, fui quase linchado. A idéia foi rechaçada, porque então era considerada uma idéia absurda.

Vejo já tramitar nesta Casa esse assunto, essa proposta. Estou aqui apenas considerando que, apesar de ser grave a decisão do PSDB, eu a compreendo perfeitamente, porque aquilo ali, de fato, como é usual se dizer aqui ultimamente, é um foco de grande preocupação e pode envolver a Câmara, o Senado e o Congresso Nacional em uma grande confusão, mais uma vez, neste País.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, com a palavra o Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me perguntar ao Senador Arthur Virgílio e aos Srs. Senadores... Fiz uma viagem, a convite da Assembléia Constituinte do Equador e da Universidade Andina Simon Bolívar, para expor contribuições sobre o que nós, constituintes brasileiros, e o Parlamento brasileiro temos para interagir com a Assembléia Constituinte do Equador. E tive a impressão de que, ontem, havia ocorrido um entendimento entre a Oposição e a Base de Governo no Senado, anunciado hoje na imprensa, segundo o qual a Senadora Marisa Serrano teria sido indicada, de comum acordo, para presidir a CPI Mista sobre os cartões corporativos e o Deputado Luiz Sérgio seria o Relator. Então, os trabalhos hoje iriam fluir naturalmente. Senadores me dizem que, ontem,

houve, de fato, um entendimento, mas eis que o PSDB anuncia nova obstrução.

Então, eu fico, sinceramente, pensando: será que, desta maneira, nós só vamos, de obstrução em obstrução, dificultando os trabalhos do Congresso e, especialmente, os do Senado? Será que o espírito daqueles... Eu quero dizer ao Senador Arthur Virgílio... Eu, por exemplo, transmiti ao Senador Tião Viana, à Senadora Ideli Salvatti, ao Senador Valdir Raupp e ao Senador Romero Jucá que fui favorável a que se chegasse a um entendimento. Eu estava certo de que poderíamos avançar. E eis que noto que a obstrução recomeça. Então, será que o PSDB vai recomeçar a obstrução a cada momento, a cada passo, por cada coisa que se passa? É a pergunta que faço.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente. Vou responder ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador Arthur Virgílio tem a palavra para responder à pergunta do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Fico feliz de saber que o Senador Suplicy, depois de sua viagem ao Iraque, esteve também na região andina. Isso mostra como, de fato, é uma pessoa vocacionada para compreender, de maneira muito humanitária, os sentimentos e os sofrimentos dos povos todos da humanidade. Mas, então, vou ser bastante tópico.

São coisas bem diferentes. Houve um acordo. Esse acordo está bancado pelo Ministro José Múcio e pelo Líder Romero Jucá. E nós acreditamos nele. Presidência para o PSDB, porque foi esse o acordo entre o PSDB e DEM, da CPI Mista. O PSDB do Senado indica o Presidente. E o PT da Câmara, por delegação da Câmara, porque não é o maior Partido, indicaria o Relator.

Tem havido, inclusive, um entrosamento bom, Sr. Presidente, entre o Deputado Luiz Sérgio e a Senadora Marisa Serrano. Ele já telefonou para ela, muito cortês. Ela ficou muito feliz com essa primeira abordagem do Deputado. E me parece que ambos estão muito imbuídos do dever de fazer um bom trabalho.

Quero registrar isso, com muita isenção. Então, nós queremos ver, primeiro, o cumprimento disso. A resposta ao não-cumprimento disso seria nós fazermos algo natural, que é pedir a leitura da CPI, que está aqui na Casa. Nós queremos apurar! Se percebermos que não há vontade de apurar, nós teremos de reagir, porque não vamos permitir que não se apurem os fatos.

Segundo, nós estamos diante de uma questão grave – gravíssima –, que é esse tal Anexo I, que é a forma torta como estão elaborando a peça orçamen-

tária brasileira, a forma arbitrária como quebraram acordos celebrados aqui no Senado com Lideranças da Câmara e Lideranças do Senado, para fazer algo que, de forma alguma, exalta aquela Comissão. Exigimos satisfação, o que ficou muito claro.

O Senador Suplicy não acompanhou nossas seguidas manifestações – minhas, do Senador Sérgio Guerra, do Senador Tasso Jereissati, do Senador Flexa Ribeiro. Seguidas manifestações. Aqui falamos, e muito, sobre isso.

Finalmente, deixamos bem claro que não concordamos com medidas provisórias que deturpem a execução orçamentária – a exemplo de uma que estaria para ser votada ontem; mas obstaculizamos essa votação, graças a Deus –, medidas de crédito orçamentário que deturpem a execução do Orçamento. A peça orçamentária passa a não valer muita coisa, além de se configurar uma grande ilegalidade, uma grande inconstitucionalidade, como o Senador Tasso Jereissati demonstrou à farta, com a letra da Constituição nas mãos.

E mais: o Presidente Senador Garibaldi reconheceu que estava diante de uma inconstitucionalidade. Teve esse gesto e foi por todos nós muito elogiado no dia de ontem.

Se isso tudo não é motivo para se pararem os trabalhos legislativos até que se encontrem soluções que reponham a moralidade, o respeito ao Congresso, não sei mais como eu interpretaria a bela história do PT, Partido de que o Senador Suplicy chegou a ser Líder nesta Casa.

Falando em obstrução, Senador Mão Santa, sinto-me uma criança perto do Senador Suplicy em matéria de obstrução, porque faço muito pouca obstrução aqui. Nós votamos, colaboramos, fazemos acordo, ajudamos o Governo a aprovar matérias. O Governo não aprovaria matéria qualquer sem a nossa ajuda aqui. Ao passo que o meu querido amigo Eduardo Suplicy e o seu Partido têm mais horas de obstrução que urubu de vôo. Isso é um fato inequívoco.

Então, estamos aqui exercitando um direito, um dever e aguardando, inclusive, que pare essa agitação da Câmara em relação à promessa feita, ao compromisso empenhado pelo Ministro José Múcio e pelo Senador Romero Jucá, em nome do Governo. Não é para ficar mais havendo chuva nem trovada nesse episódio.

Então, Senador, espero ter esclarecido V. Ex^a, mas saiba que V. Ex^a precisa se informar sobre o Anexo I do Orçamento. V. Ex^a, sério, como todos sabemos que é, reconhecemos e proclamamos, V. Ex^a vai ficar horrorizado. V. Ex^a vai perceber que algo de grave se passa naquela Comissão. Estamos falando aqui de

CPI, e talvez mereça uma CPI para o Orçamento, talvez mereça. Não queremos ficar entulhando 20, 30 CPI porque não é possível, não há nem material humano para fazer um trabalho à altura, mas aquela ali está exigindo um cuidado especial. E não podemos deixar de zelar pelo bom nome do Congresso, pela respeitabilidade da Casa que representamos, até para não sermos confundidos com uma minoria que prejudica.

Nós entendemos que a maioria dos Congressistas é de gente honrada, é de gente correta, e temos, por outro lado, de saber muito bem separar o joio do trigo. Se não separamos, o povo, a sociedade vai achar que tudo é joio, nada é trigo; e, aqui, a maioria é trigo, não é joio. Temos de saber proclamar isso com muita clareza.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Suplicy, a advertência que me fez e só peço que V. Ex^a não esqueça passagens tão bonitas da sua vida, inclusive fazendo obstrução aqui, não sei se sempre com razão, Senador Jereissati, mas muita obstrução, muita, muita; o que pôde fazer fez. Pode-se dizer do PT qualquer coisa, não que não tenha sido um Partido, excessivamente até, combativo na Oposição, muitas vezes, inclusive, agredindo a própria ordem jurídica.

Recusei-me a pedir o **impeachment** do Presidente Lula, e não havia pouca razão para isso. Ele, sem razão para pedir o **impeachment** do Presidente, pedia nas ruas o **impeachment** do Presidente: “Fora, FHC”. E não havia razão para isso. Era meramente o jogo da guerra, da tática de guerrilha desarmada – graças a Deus –, que fez do PT um Partido que acabou se viabilizando para chegar ao Poder, e chegou. Chegou talvez sem um grande projeto de Governo, mas chegou com um projeto de poder muito claro e mostrou a sua competência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Agradeço as respostas dadas, Sr. Presidente.

O Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior, pela Liderança do PR.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assomo à esta tribuna, mais uma vez, para falar do meu Estado, desta feita para defender o Governador Ivo Cassol.

O Senador Mão Santa, de vez em quando, destaca, aqui da tribuna do Senado, mesmo tendo sido um Governador do Piauí, o trabalho que faz o Governador

Ivo Cassol, e eu não vou permitir que se cometa mais injustiça com o meu Estado, como se cometeu no passado. Eu dizia à população de Rondônia que, todas as vezes que fosse preciso que uma voz se levantasse para defender o Governador, para defender o seu povo, enfim, para defender o Estado de Rondônia, eu sempre estaria pronto para defender o meu Estado.

Eu acompanho o Estado de Rondônia desde o início, com o seu primeiro Governador eleito, Jerônimo Santana. Inclusive, com todo o respeito que tenho pelo Líder do PMDB, do maior Partido desta Casa, o Senador Raupp, que também foi Governador do Estado de Rondônia, cuja liderança e trabalho respeito, nunca vi um Governador investir tanto como faz hoje o Governador Ivo Cassol.

Quanto à segurança pública, nunca se fez tanto concurso público como o Governador Ivo Cassol agora. Há 20 anos, Rondônia tinha quase um milhão de habitantes. Tínhamos quatro mil policiais militares. Depois de 20 anos, temos pouco mais de três mil policiais militares no Estado. O Governador fez um concurso público para 2.400 vagas para policiais militares.

Na agricultura, ele faz uma verdadeira revolução no Estado de Rondônia. Ali, sim, acontece a verdadeira agricultura familiar em nosso Estado.

Quanto à educação, se não estou enganado, ouvi o Senador Mesquita, numa Comissão hoje, falando sobre transportes escolares. Rondônia é um exemplo em relação ao transporte escolar, o Governador faz convênios com 52 municípios no Estado de Rondônia, ou seja, com todos os prefeitos do nosso Estado, independentemente se de Oposição ou da Base aliada.

O Governador faz convênio com 52 Municípios do nosso Estado.

Está revolucionando as nossas estradas. Não há quem cuide melhor das suas estradas do que o Governador de Rondônia, Ivo Cassol. Além de reabrir as estradas, além de cascalhar novamente as estradas, o Governador também tem um grande programa de pavimentação asfáltica das nossas rodovias.

Tivemos aqui várias dificuldades. Tivemos a questão do Beron. São dois gargalos de que sempre venho falar aqui da tribuna do Senado. Na questão do Beron, no final do ano passado, tivemos aqui uma compensação feita pelo Senado, corrigindo uma injustiça com o meu Estado. Inclusive eu, o Senador Valdir Raupp e a Senadora Fátima Cleide também tivemos – acho que houve um consenso dos três Senadores do Estado – o apoio da Oposição aqui no Senado para que pudéssemos ver essa dívida resgatada. E quem sabe investíssemos mais esse dinheiro em estradas, investíssemos mais na educação, investíssemos mais na saúde do nosso Estado.

Disse ontem na tribuna do Senado e torno a repetir: o Governo ainda não cumpriu. E isso é ruim para a democracia, porque foi aprovado aqui, pela maioria dos Senadores, tanto na Comissão de Assuntos Econômicos como pelo Plenário da Casa, mas estamos tentando que a Justiça faça o Governo cumprir com aquilo que aprovamos nesta Casa.

A questão da PEC dos servidores. Faço um apelo aqui ao Senador Raupp, que sempre defendeu essas questões, é grande líder também no Estado de Rondônia, é líder absoluto do maior Partido do Senado nesta Casa e que também exerce uma grande liderança na Câmara dos Deputados, com seu Partido, o PMDB, para que possamos fazer um entendimento, um acordo, e entregar ao povo do Estado de Rondônia a transposição dos servidores.

Sei da luta do Senador Raupp há muito tempo, mas acho que é chegado o momento de nos unirmos, aproveitando essa oportunidade que o Presidente da Casa está nos proporcionando, do diálogo entre as duas Casas, Senado e Câmara, para priorizar a votação de alguns projetos do Senado que estão paralisados lá na Câmara e de alguns projetos da Câmara que estão paralisados aqui no Senado.

Então, acho que é a oportunidade. Temos condições de viabilizar isso com a Oposição e teríamos condições de viabilizar com a base aliada, para darmos essa resposta ao povo do Estado de Rondônia e resolvermos aí um dos maiores gargalos do nosso Estado. Vamos resolver o problema de quase 30 mil servidores do Estado de Rondônia. Cada pessoa com que se conversa no Estado, seja do mais humilde ao mais graduado, tem alguém que está sendo beneficiado com essa transposição dos servidores que aconteceu no Amapá, que aconteceu em Roraima e eu não sei por que não aconteceu no Estado de Rondônia.

Eu não quero ficar de pires na mão pedindo favor a ninguém, não, Senador Mão Santa. Isso é uma obrigação com o meu Estado, é uma obrigação com o antigo território.

Acho que é a oportunidade de nós construirmos, Senador Raupp, e pavimentarmos um caminho para que possamos buscar o entendimento, pegando uma carona com o nosso Presidente Garibaldi, que está sinalizando com essa possibilidade de entendimento entre as duas Casas. Quem sabe vamos ter a possibilidade de ver esta PEC, que já foi votada pelo Senado, que já foi votada também lá na Câmara dos Deputados pela Comissão e está parada para ser votada pelo Plenário daquela Casa. E aí, quem sabe, retorne para cá, porque deve ter algumas alterações. Talvez, aqui, tanto eu, quanto o Senador Raupp, quan-

to a Senadora Fátima poderemos fazer com que esse processo acelere.

Mas eu vou conceder a palavra aqui ao Líder do PMDB e também grande líder do Estado de Rondônia, Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Senador Expedido Júnior, V. Ex^a realmente tem demonstrado uma dedicação quase obsessiva nessa questão da transposição dos servidores e do caso Beron. Eu quero dizer que essa bandeira já tinha sido levantada também aqui por mim e pela Senadora Fátima Cleide. Nós já tínhamos aprovado há algum tempo, praticamente dois anos, a transposição dos servidores aqui, no Senado, a PEC 87, e foi remetida à Câmara dos Deputados. É claro que precisa de algum ajuste lá na Câmara. Mas a Câmara, com aquele episódio do ex-Presidente Severino Cavalcanti, acabou emperrando naquele ano e, depois, tudo que passa um ano sem ser apreciado acaba ficando no limbo. Foi levantado pelo Presidente Arlindo Chignalia, com uma Comissão Especial, da qual todos os oito deputados de Rondônia fazem parte. Então, sempre tenho dito ao povo de Rondônia que a bola está na Câmara. A bola saiu do Senado e está na Câmara, é essa PEC. E a Câmara é que tem que cumprir o seu papel de apreciar e aprovar essa PEC da transposição dos servidores, que é uma coisa justa. Como V. Ex^a falou, o Estado do Amapá e o Estado de Roraima já fizeram no passado. Na questão do banco Beron, eu era Governador à época. Fiquei 45 dias com o banco. Apenas 45 dias. Logo passou por uma espécie de intervenção do Banco Central e o rombo foi aumentando. Havia uma dívida, juntando o Beron e a Rondonpoup, uma agência de crédito de habitação, que somava em torno de R\$90 milhões. É claro que depois teve o PDV do servidor, com mais R\$63 milhões. Uns R\$150 milhões o Estado deve. Ou devia. Isso corrigido deu um pouco mais. Mas não os R\$500 milhões que o Banco Central impôs ao Estado de Rondônia. Então, é justo, também, que isso se resolva de alguma forma. Eu advogo a tese do entendimento bilateral. Em tudo que se faz unilateralmente, a outra parte se sente um pouco agredida e acaba não cumprindo, muitas vezes, se não for rigorosamente constitucional. Nem tudo que aprovamos aqui no Senado, infelizmente, Sr. Presidente Senador Garibaldi, tem virado lei. Está aí, para amostra, a questão eleitoral. Achávamos que o Senado tinha aprovado leis para regulamentar a questão eleitoral, mas vira e mexe o TSE manda de lá para cá um petardo, pegando de surpresa todos os Deputados Federais, Senadores, Governadores e toda a classe política do País, porque não reconhece aquilo que foi aprovado aqui no Congresso Nacional. Então, não sei o que está acontecendo quanto a essa questão da re-

solução aprovada e promulgada aqui no Senado, que o Governo Federal, por intermédio dos seus órgãos, o Banco Central e o Ministério da Fazenda, não está acatando. Tem que ver. Se forem aspectos legais, vamos corrigir isso. Vamos tentar traçar um entendimento bilateral entre o Governo, Ministério da Fazenda, Palácio do Planalto, e o Congresso Nacional. Quero dizer que eu, como líder do PMDB, coloquei a minha bancada na CAE, Comissão de Assuntos Econômicos, que foi quem deu a vitória. Fiz as contas ali, na hora. Quem deu a vitória para aprovação daquela resolução foi a Bancada do PMDB. Aqui no plenário do Senado também pedi o apoio, e a Bancada do PMDB, que é a maior do Senado, votou também favoravelmente.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – A questão do Beron eu até não vou discutir com V. Ex^a. É verdade. E também acho que eu não deixei, de maneira alguma aqui, de reconhecer o trabalho e o papel importante que foi o de V. Ex^a e também da Senadora Fátima Cleide. Eu divirjo um pouquinho na questão Beron porque eu acho que o que devíamos nós já pagamos, eu acho que o Estado já pagou o que devia. Devíamos pouco mais de R\$40 milhões e já pagamos quase um bilhão, então eu entendo que nós já pagamos. É por isso que o Governador Ivo Cassol adentrou com esse requerimento, pedindo a revisão da dívida.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Uma correção...

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Para que seja justo.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – E eu concordo.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Agora, estou fazendo o apelo porque V. Ex^a é o Líder do maior Partido nesta Casa. Aproveitando a liderança do nosso Presidente, que também é do PMDB, que está buscando esse entendimento com a Câmara, eu acredito que é possível acelerar a votação da PEC dos Servidores Públicos do nosso Estado. Ainda é possível colocar nesse entendimento que o Presidente está buscando com a Câmara dos Deputados. É este o apelo que eu estou fazendo a V. Ex^a. E já reconheci aqui no meu pronunciamento o quanto V. Ex^a foi importante nessa questão da PEC dos Servidores, tanto V. Ex^a quanto a autora, que foi a Senadora Fátima Cleide. Mas agora é hora de aproveitarmos esta oportunidade que está nos proporcionando o Presidente da Casa nesse entendimento que ele busca com o Presidente da Câmara. E, quem sabe, nós vamos definitivamente resolver este gargalo, que é a PEC dos Servidores Públicos, a transposição dos servidores públicos do nosso Estado.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Só para concluir, quero dizer que eu fui o segundo a assinar a PEC da transposição dos servidores de Rondônia. A primeira foi a Senadora Fátima, e eu fui o segundo a subscrever a PEC da transposição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Mas de qualquer sorte eu vou contar, Senador Valdir Raupp, com o apoio. Tenho certeza de que V. Ex^a não vai se furtar a fazê-lo.

Certamente, haveremos de buscar. O Senador Arthur Virgílio já disse que ia tentar buscar esse entendimento com o Presidente da Casa. O Senador José Agripino e o Senador João Ribeiro, do meu Partido, já se colocaram à disposição para resolvermos esse problema do nosso Estado.

Por fim, Sr. Presidente, agradeço o tempo que V. Ex^a me concedeu e digo aos Senadores desta Casa, com todo o respeito que tenho aos demais Governadores que passaram pelo meu Estado, que nunca vi um governador trabalhar tanto por um Estado, como o Governador Ivo Cassol, que faz hoje seu dever de casa no Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna do Senado para falar aos amigos e às amigas do meu Estado do Pará a respeito de alguns assuntos.

Primeiro, da viagem que fiz, no sábado passado, ao Município de Marapanim. Participamos de uma reunião com os companheiros do PSDB e, depois, da inauguração do Instituto Social Antônio Dias.

Mando um abraço aos companheiros de Marapanim. Falo dos vereadores Domingos Oeiras, Acilélia Azevedo, Francisco Trindade, Fernando Vilhena, bem como do ex-Prefeito Raimundo Luiz, do Presidente do Partido, Benilson, e da Secretária, Nelcy, de todos os companheiros de Partido que estiveram naquele encontro, além do deputado federal Zenaldo Coutinho (PSDB) e da deputada estadual Suleima Pegado, também tucana. Foi uma satisfação encontrar o PSDB organizado, com candidato próprio à Prefeitura de Marapanim.

Tenho certeza absoluta de que o trabalho desempenhado quando a prefeitura de Marapanim estava sob a gestão do PSDB é uma demonstração de que todas as obras lá existentes, reconhecidas por todos, foram executadas em Governos do PSDB, de Almir Gabriel

e Simão Jatene. Falo da estrada que liga Castanhal a Marapanim e Curuçá, como a orla de Marudá e tantas outras obras lá realizadas nos governos anteriores.

Tenho certeza absoluta de que sairemos vitoriosos pela vontade do povo de Marapanim, com o candidato que será escolhido entre os nossos companheiros de lá. Hoje, parece que a indicação é pelo Vereador Domingão, o Domingos Oeiras. Mas as tratativas continuam.

E mando um abraço a todos aqueles que nos receberam lá, inclusive ao nosso amigo Anderson Dias, candidato a vereador, que inaugurou o Instituto Antonio Dias, para prestar atendimento social na área da inclusão digital, na área de corte e costura, ou seja, no ensino profissionalizante, dando a oportunidade, Senador Azeredo, para que a juventude de Marapanim tenha assistência e a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho.

Senador Suplicy, o Município de Marapanim é a terra do carimbó. E nós estamos em campanha no sentido de tornar o carimbó um Patrimônio imaterial da cultura do nosso Estado do Pará.

Em seguida, no domingo, fomos a Santarém, no oeste do Pará, compondo uma comissão externa do Senado, das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Presidente Garibaldi Alves Filho, para visitar um hospital regional de média e alta complexidade, inaugurado em dezembro de 2006, com dispêndio de recursos da ordem de R\$90 milhões. E até hoje, passados 14 meses da sua inauguração, ainda não foi colocado em funcionamento nas finalidades para as quais foi construído, que é atender, em média e alta complexidade, 18 municípios da região oeste do Pará.

Lá estivemos acompanhados dos Senadores Sibá Machado, Augusto Botelho, Arthur Virgílio, Cícero Lucena e José Nery. Fizemos uma reunião longa naquele local, e a comissão de Senadores tomou conhecimento da situação real do hospital. Mantivemos contato com a Secretária de Saúde do Estado do Pará, Dr^a Laura Rossetti, e com a direção do Hospital Regional do Oeste do Pará.

Nessa reunião, também mantivemos contato com o Conselho Municipal de Saúde. E todos do Conselho Municipal de Saúde e da Defensoria do Estado deixaram claro que há um movimento da sociedade do oeste do Pará cobrando o pleno funcionamento daquele hospital. Lamentavelmente, o que vimos lá não representa 10% da capacidade instalada do hospital.

Estamos pedindo informações, por intermédio do Ministro Temporão, que vai, evidentemente, solicitar ao Governo do Estado do Pará as informações necessárias para que a comissão que lá esteve – e agradeço

aos companheiros do Senado Federal que estiveram comigo em Santarém – elabore um relatório sempre no sentido de auxiliar o Governo do Estado do Pará para conseguir os meios, Senador Alvaro Dias, de colocar aquele hospital para atender à sociedade, pois vidas estão se perdendo, enquanto há equipamentos de última geração na área de oncologia, de cirurgia cardíaca, de hemodinâmica, de nefrologia e de UTI adulto, infantil e neonatal. Isso tudo precisa ser colocado à disposição da sociedade.

Fomos acompanhados, nessa visita, pelo Deputado Alexandre Von, do PSDB; pelo Deputado Carlos Martins, Deputado Estadual do PT; pelo Deputado Antônio Rocha, do PMDB. Quer dizer, foi uma reunião suprapartidária. Não fomos lá, para fazer política partidária, mas para buscar uma solução de atendimento para a população do oeste do meu querido Estado do Pará.

Em seguida, visitamos a Prefeita Maria do Carmo Martins, do PT, nossa amiga, e colocamos o Senado para ajudá-la, no sentido de que tenha os meios para o funcionamento do hospital.

Estivemos na Câmara Municipal, fomos recebidos pelo Presidente e pela maioria dos Vereadores, de vários partidos; também estivemos no Ministério Público Estadual.

Essa comissão, que lá foi, tem todos os elementos agora, para, junto com o Governo do Estado e pedindo ajuda ao Ministro Temporão, na reunião que ocorrerá na próxima semana, de posse das informações que chegarão buscar os meios para fazer com que o hospital passe a funcionar.

A imprensa do meu Estado e a do Município de Santarém deram destaque ao assunto, Senador Garibaldi Alves, Presidente. Tenho aqui o **Diário do Tapajós**, jornal de Santarém, cuja manchete do dia seguinte ao da nossa ida ao Município dizia: “Senadores ficam indignados com a situação do Hospital Regional”.

Os jornais da Capital do Estado também colocam matérias que dão destaque à visita da Comissão do Senado àquele Município. O **Diário do Pará** coloca em destaque: “Senadores visitam Hospital Regional”. E dá ênfase ao seguinte: “Falta de profissionais dificulta funcionamento”. O **Liberal**, outro jornal do meu Estado, diz: “TCE vê irregularidades no Hospital de Santarém”. E o jornal O **Liberal** lembra: “Hospital preocupa senadores”.

Então, várias foram as manchetes. Os jornais tanto do Município de Santarém, quanto da Capital, Belém, deram destaque e, mais do que isso, apoio à ação do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves, no sentido de ajudar o Estado do Pará a fazer com

que o hospital entre em pleno funcionamento o mais breve possível.

Quero deixar claro para todos os meus amigos e amigas do Pará, principalmente os do oeste do Pará, que não vamos deixar essa luta, Senador Garibaldi Alves. Tenho que agradecer a V. Ex^a e ao Presidente da Comissão, Senador Leomar Quintanilha, que deram os meios necessários para que o Senado Federal pudesse ir até Santarém. Sei que V. Ex^a apóia a ação dos Senadores. E não vamos deixar essa luta. Como dizia, Senador Tião Viana, V. Ex^a, que é médico, sabe o que é um hospital naquela região do nosso Estado e da Amazônia, com todos esses equipamentos a que me referi, mas que não funcionam há 14 meses.

Não vamos – e quero contar com a sua ajuda, Senador Tião Viana – deixar a luta – esse é um compromisso que faço com a população do oeste do Pará -, enquanto o Hospital Regional do Oeste do Pará não estiver efetivamente funcionando, em sua plenitude,

dando condições de atendimento, para uma saúde digna, e impedindo perdas de vidas por falta de atendimento.

Esse é o compromisso que assumo, aqui da tribuna do Senado, com o povo do Pará, com o povo do oeste do Pará. Nós iremos até o final, com a ajuda da Presidência do Senado Federal e dos Senadores que são solidários à causa da saúde, como é o caso do Senador Tião Viana, para que, no menor espaço de tempo possível, vejamos realmente o Hospital Regional do Oeste do Pará uma realidade e não aquilo que foi visto quando da nossa visita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Hospital preocupa senadores

SANTARÉM

Alailson Muniz
Agência Amazônia

Uma comissão formada por seis senadores esteve, segunda-feira (26), em Santarém, no oeste do estado, colhendo informações sobre o Hospital Regional Público do Oeste. Eles querem saber o porquê de a unidade de saúde ainda não está funcionando em plena capacidade de seus serviços. Para isso, fizeram uma verdadeira peregrinação reunindo com a secretária estadual de saúde, Laura Rossetti, diretores do hospital, Câmara de Vereadores e Ministério Público Estadual.

A comissão mista é formada pelos senadores José Nery (PSol-PA), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Sibá Machado (PT-AC), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Cicero Lucena (PSDB-PR) e Augusto Botelho (PT-RR), todos membros da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Eles chegaram à cidade pela manhã, e logo percorreram as instalações do hospital.

Em seguida, eles ouviram uma explanação proferida pela secretária Laura Rossetti, que relatou brevemente o imbróglie político e judicial que se tornou a demora no oferecimento dos

pital, Laura Rossetti não soube responder a maioria das perguntas dos senadores. A secretária disse que a falta de recursos humanos qualificados e o baixo piso salarial

estão contribuindo para o atraso do oferecimento dos serviços de alta complexidade. Ela também reconheceu que a retirada da Organização Social Maternidade do Pará, que gerenciava o hospital, demora. Atualmente, uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) de Curitiba é quem gerencia a unidade de saúde.

Os ânimos se exaltaram quando o chefe da Casa Civil.

palavra e falou que a culpa da demora no oferecimento dos serviços do hospital estaria no governo que antecedeu o de Ana Júlia Carepa. O senador Arthur Virgílio ficou irritado com Charles Alcântara resolveriam os problemas. "Eu quero saber se o povo de Santarém vai ser atendido pelo hospital. Está faltando pessoal. Falta dinheiro. Falta salário. Já foi dado aumento por esse governo? Esse governo tem de honrar a res-

ponsabilidade que ganhou nas urnas. Essa política do não sabia é péssima. Nosso objetivo não é discutir ideologia. Eu tô lá preocupado se Alacid Nunes, se Simão Jatene, se Jader Barbalho, Almir Gabriel, Jarbas Passarinho, ou Ana Júlia, é o culpado? Eu quero saber se quem precisa de hemodiálise vai ter ou não ou o serviço. Não interessa ideologia!", disse Vergílio, elevando o tom de voz e apontando em direção ao chefe da casa civil. "O senhor mexeu um pouco com meus espíritos", emendou o senador amazonense.

Arthur Virgílio criticou ainda o baixo índice de atendimento no hospital. "Eu não vi paciente. O hospital é grande e bonito, mas está atendendo ninguém", ressaltou. Pedindo a palavra em seguida, o senador Flexa Ribeiro disse que não se pode enganar a população. "O hospital foi entregue equipado, mas estão fugindo da responsabilidade. Temos de colocar o hospital para funcionar porque pessoas estão morrendo. Se isso, não interessa para o governo, interessa ao Senado

Senadores visitam Hospital Regional

Albanira Coelho

Os senadores, membros da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, que estiveram ontem em Santarém para vistoriar o Hospital Regional Público do Oeste, se disseram impressionados com os equipamentos de Oncologia (para atender pessoas com câncer), ainda encaixotados e o baixo índice de pacientes atendidos. Segundo eles, não houve planejamento que levasse o hospital a cumprir seus objetivos.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) não conseguiu esconder o descontentamento e chamou o espaço, que absorveu mais de R\$ 90 milhões dos cofres públicos, de fantasma. Ele se irritou com as colocações do chefe da Casa Civil do Estado, Charles Alcantara. "Gostaria que me poupasse dessa história de ideologia, fique com a sua que eu fico com a minha porque questão de gerência do hospital fica a cargo do ministro Temporão, que trabalha em um projeto para isso. Vamos ser diretos porque o que eu gostaria de ver aqui eram pacientes sendo atendidos e não vi".

Arthur sugeriu que os senadores reunissem, após a visita e centralizassem a idéia para que possam ajudar o Governo do Estado do Pará a resolver o problema. Diz que a atribuição de responsabilidade a um ou a outro governo, nesse momento, não contribui em nada. "O que o atual governo tem que fazer é funcionar esse hospital e descongestionar os de Manaus e Belém".

O que Charles Alcantara tentou repassar para os senadores, membros da Comissão, foi que o anseio da população é natural, uma vez que aguarda há anos por um hospital desse porte. "É evidente que não está sendo levado em conta o tempo para funcionar. A construção do prédio foi a parte mais fácil, o difícil é funcionar com pessoas qualificadas para atender a contento. Temos consciência de que precisamos de um modelo de gestão pública e não apenas entregar a administração desses hospitais nas mãos de uma Organização Social. Isso gera muitos problemas, porque existem alguns privilégios que são feitos quando o Estado se ausenta".

O senador Flexa Ribeiro, (PSDB-PA) também ficou incomodado com as explicações do chefe da Casa Civil. Disse que Charles Alcantara teve a intenção de distorcer o objetivo da comissão. "Viemos aqui para ajudar o Estado a resolver os problemas do não funcionamento do hospital e lastimo que o chefe da Casa Civil queira transformar em questões ideológicas". Ele questionou o fato de as 14 máquinas da Oncologia estarem encaixotadas. "O difícil é ver pessoas morrendo por falta de atendimento em hospitais. Se isso não é problema para você, é para o Senado".

Flexa Ribeiro garante que a comissão vai voltar outras vezes a Santarém, até que o hospital esteja em pleno funcionamento. "Só vamos deixar de vir aqui e acompanhar o caso quando pudermos comemorar com a população o resultado de todo o esforço".

O senador Sibbá Machado (PT-AC) foi mais cauteloso em suas colocações. Disse que os atendimentos em Santarém devem ultrapassar os 18 municípios e que virão pacientes de outros Estados em busca dos serviços oferecidos. Ele tomou um susto ao ver a estatística apresentada pela secretária de Estado de Saúde, Laura Rossetti. "O baixo índice de atendimentos dão a impressão de que o hospital começou a funcionar há pouco tempo e questionei: ou começou a funcionar agora ou a população não está querendo vir pra cá? Acredito que temos como ajudar a encontrar uma solução".

90

milhões de reais foram investidos na construção do Hospital Regional de Santarém

» Falta de profissionais dificulta funcionamento

A secretária de Estado de Saúde, Laura Rossetti, explicou ontem, durante o encontro com a comissão de senadores, que embora tenha assumido há pouco tempo a Sespa, é necessário reavaliar algumas questões. Admitiu que o maior impasse para os problemas do hospital em Santarém é o de mão-de-obra qualificada que vem sendo ajustado com o treinamento de profissionais que foram selecionados através do Centro Integrado e Apoio Profissional (Ciap), que administra o hospital atualmente e dos que entraram por concurso público ofertado pelo Governo do Estado. "Outro problema são os baixos salários, que não atraem os profissionais de saúde, mas com a ajuda do Ciap, estamos tentando resolver".

Muitos questionamentos foram feitos a Rossetti. O mais insistente foi sobre a forma de contratação do Ciap, que assumiu o lugar da Organização Social Maternidade do Povo, afastada sob acusação de irre-

gularidades pelo governo de Ana Júlia. O governo de Simão Jatene (PSDB) não teria feito licitação para contratar a OS, o que rendeu o seu afastamento da administração do hospital.

O senador José Néri (PSOL-PA) disse acumular dúvidas sobre a lisura na contratação do Ciap e pediu dados oficiais com valores do que era destinado a OS e do que o Ciap recebe para fazer os serviços. "Queremos saber como foi contratado, uma vez que se alega a falta de licitação de outra. O que rege esse contrato; até quando vai; quais as atribuições do Centro Integrado e outros questionamentos que não foram colocados com clareza".

Rossetti explicou que o Ciap, com sede em Curitiba, no Paraná, veio em um momento crucial. "Havia urgência na contratação de uma entidade até que se resolva o impasse. A vinda desse centro já ajudou a resolver uma série de problemas, mas vamos repassar detalhes

a vocês de tudo como foi feito", garantiu.

INTERNAÇÕES - O deputado estadual Alexandre Von (PSDB) disse que a comissão do Senado deve apurar se houve ou não internação de pacientes no Hospital Regional apenas para impressionar os senadores. Disse que soube extra-oficialmente que as pessoas foram trazidas no fim de semana com problemas (de baixa complexidade) que poderiam ser tratados no Hospital Municipal.

O senador Flexa Ribeiro interferiu na fala do diretor do hospital, Marcos Fortes, dizendo que o HR parecia muito mais um lugar para internação de pacientes de baixa complexidade do que para média e alta.

Fortes defendeu dizendo que "não vejo que um paciente que fez neurocirurgia seja de baixa complexidade". Disse ainda que o HR pode não estar funcionando a contento, mas funciona. Esclareceu que uma

pactuação que consta em ata foi feita entre o Governo do Estado e o Ciap para que algumas atividades fossem colocadas em prática dentro de um cronograma. "Essas atividades pactuadas estão sendo feitas".

Explicou que o impasse com o não funcionamento do setor de hemodiálise está na falta do resultado de exame para atestar a qualidade da água. "Isso foge de nossa alçada, contudo as etapas estão sendo cumpridas. Só não podemos dizer que o hospital não está funcionando".

Marcos Fortes disse que não tem conhecimento sobre as internações forçadas. "Todas as pessoas que estão aqui foram encaminhadas de hospitais municipais e não teríamos como fazer isso. Os que entraram no fim de semana foram para procedimentos cirúrgicos e lógico que essas pessoas entram um dia antes e não com três dias ou mais de antecedência. Desconheço qualquer tentativa de forjar internações".

TCE vê irregularidades no Hospital de Santarém

LICITAÇÃO

Analistas fazem representação contra ex-secretário estadual de Saúde

CARLOS MENDES
Do Rio de Janeiro

Três analistas de controle externo do Tribunal de Contas do Estado (TCE) formularam representação contra a Secretaria Estadual de Saúde (Sespa), no apagar das luzes da

conturbada gestão do secretário Halmélio Sobral, apontando "violação das normas legais" e "grave irregularidade" por ter aditado sete contratos emergenciais com dispensa de licitação, no valor de R\$ 3,7 milhões, para obras e serviços no Hospital Regional de Santarém. Sobral é acusado também de demora injustificada na entrega da documentação solicitada pelos analistas, e de não oferecer local adequado para o trabalho de auditoria.

O problema todo é que os contratos vinham sendo cumpridos, mas a partir de 10 de

Gestor aditou sete contratos emergenciais totalizando R\$ 3,7 milhões

outubro de 2007, a vigência deles, assinados em 10 de julho do mesmo ano e firmados com prazo de execução para três meses, foi esgotada. A Sespa poderia ter adotado procedimentos dentro da legalidade para que as atividades essenciais do Hospital Regional de Santarém não fossem prejudicadas. O Tribunal pediu

à Sespa que informasse, no prazo de três dias úteis, o prosseguimento ou não de execução dos contratos celebrados oriundos de dispensa de licitação e caso existentes, apresentasse as cópias dos termos aditivos,

O prazo expirou sem resposta da Sespa. No dia 13 de novembro, contudo, a Sespa enviou ao TCE um ofício no qual informava que sete contratos emergenciais tinham sido prorrogados. Cópias dos termos aditivos foram anexadas ao ofício. De acordo com o TCE, o artigo 24 da Lei 8.666/93, que rege as licitações, no seu inciso IV, diz ser dispensável a licitação "nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídos no prazo máximo de 180 dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada prorrogação dos respectivos contratos".

Os analistas Arão de Jesus Rocha e Ana Cláudia Carmona Rodrigues, além da técnica auxiliar de controle externo, Gisele Borges Martins, dizem na representação que os aditamentos feitos não encontram amparo legal e que a Sespa, no curso da execução dos contratos emergenciais, deixou de adotar as medidas para a continuação das atividades do Hospital de Santarém, como por exemplo a abertura de licitação para a contratação dos bens e serviços necessários à operacionalização do dito hospital ou a adoção de outras medidas com a mesma finalidade.

Citando jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), os analistas do TCE entendem que estava vedada, em qualquer caso, a prorrogação dos contratos emergenciais celebrados com base no inciso IV do artigo 24 da Lei de Licitações. Caso a situação emergencial persistisse, no entendimento deles, poderiam ser celebrados, justificadamente, diversos contratos emergenciais, desde que a somatória dos prazos não ultrapassasse o prazo máximo de 180 dias.

DEFESA

Em sua defesa, Halmélio Sobral alega que o setor técnico do TCE "equivocou-se na contagem dos prazos globais de vigência dos contratos". Ou seja, na soma das vigências dos contratos originários e de seus aditivos. Ele afirma também que não cometeu "grave irregularidade", como acusam os analistas do TCE, e sugere um "exame atento" das alegações e da documentação nos autos que instruíram a representação. Para os contratos assinados em 10 de julho de 2007, o prazo de 180 dias contados continua e ininterruptamente tinha por limite o dia 5 de janeiro de 2008. Já para os assinados em 19 de julho de 2007, o prazo final foi alcançado em 14 de janeiro de 2008. E finalmente, os assinados em 23 e 24 de julho de 2007 tiveram como limite os dias 18 e 19 de janeiro de 2008. Sobral garante ainda que o limite de 180 dias foi "respeitado".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou conceder a palavra...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no dia 1º de novembro de 2007, o Governo Federal firmou um acordo com a Advocacia Pública Federal da União, sobre um conjunto de carreiras daquela instituição.

E estou aqui hoje, para fazer um apelo no sentido de que o Governo cumpra esse acordo. O Governo sinaliza fortemente para o seu descumprimento, mais uma vez. É lamentável que isso ocorra.

Ontem fui convidado a participar de uma reunião na sede da OAB Federal, aqui em Brasília, como Procurador Federal que sou, Procurador da Fazenda Nacional. Fui convidado pelo Dr. João Carlos Souto, Presidente do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, que está mobilizada.

A advocacia, Senador Garibaldi, é função essencial da Justiça. Isso é preceito constitucional e significa dizer que, sem a atuação do advogado público ou privado, não há o contraditório e não se instala o devido processo legal. Há um pleito para que essas carreiras se aproximem ou se equiparem, no que diz respeito aos níveis salariais, ao Ministério Público Federal e à Magistratura Federal.

E o Governo Federal, mais uma vez, rói a corda, faz jogo duro no cumprimento de um acordo firmado. Foi firmado o acordo.

Ontem, na sede da OAB federal, com a presença do Dr. Cezar Britto, Presidente da OAB federal, pela primeira vez, um fato auspicioso. A causa é tão justa, que a OAB, em seu conjunto, a OAB federal e as suas seccionais, resolveu hipotecar completo apoio à causa dos Advogados Públicos Federais, dos Defensores Públicos Federais, dos Advogados do Banco Central, ou seja, do conjunto das carreiras da Advocacia Pública Federal.

Eu fui lá, com muito prazer, louvar o ingresso da Ordem dos Advogados do Brasil – ou seja, a sua solidariedade, que vem em boa hora – nessa luta, que já se arrasta por anos e anos, do conjunto das carreiras da Advocacia Pública Federal, que é completamente desprestigiado pelo Governo – e não só por este Governo, diga-se de passagem, para ser justo.

Ingressei na Procuradoria da Fazenda Nacional em 1993 e acompanho, desde lá até aqui, o descumprimento

de tratativas, de acordos, de negociações, que, via de regra, resultam em absolutamente nada.

Pedi permissão, inclusive, ao Fórum Nacional da Advocacia para ler o manifesto que elaboraram. Não vou fazê-lo nesta oportunidade, por ser extenso o documento. Mas, em uma próxima oportunidade, vou fazê-lo.

Mas quero aproveitar esta oportunidade, para fazer um apelo ao Ministro do Planejamento, ao Ministro da Fazenda e ao próprio Presidente da República, no sentido de que observem essa questão com muita acuidade, com muito cuidado. Isso é crucial, para que a Fazenda Pública, a União, possa continuar tendo das carreiras públicas da Advocacia da União o devido tratamento. As categorias estão paralisadas, mobilizadas no sentido de fazer com que o Governo cumpra um acordo firmado, que, mais uma vez, poderá resultar em absolutamente nada para frustração de centenas, talvez milhares, de profissionais, Senador Duque, que estão, dia após dia, vendo a sua condição remuneratória se deteriorar e as suas condições de trabalho também, porque a reivindicação não é só salarial, mas também de melhoria das condições de trabalho.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de trazer à Casa esta notícia.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem Presidente Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Tião Viana, faço um apelo a V. Ex^a porque o Senador Alvaro Dias é o próximo orador. Sei que V. Ex^a compreende muito bem esse problema e haverá de ser conciso.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu nunca uso da palavra pela ordem para fazer pronunciamento, Presidente. Apenas desejo indagar de V. Ex^a se na decisão da Ordem do Dia V. Ex^a pretende fazer a leitura de material que está sobre a mesa e deve ser lido, porque tenho uma questão de ordem a formular. Para essa questão de ordem, nós temos a dependência da Comissão de Relações Exteriores em fazer uma reunião extraordinária e dar encaminhamento à matéria. É só nesse sentido

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço-lhe, Senador Tião Viana. Acredito que V. Ex^a está se referindo ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008, nº 2.440/2007 na Casa de origem, de iniciativa do Presidente da República, que altera os incisos II e III do **caput** do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de oficiais e praças da Marinha. É exato?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Quando for feita a leitura, eu formularei a questão de ordem sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu considero feita a leitura.

Sobre a mesa, Projeto recebido da Câmara dos Deputados, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2008

(Nº 2.440/2007, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Altera os incisos II e III do caput do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os incisos II e III do **caput** do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11.

.....

II – Vice-Almirante: 23 (vinte e três);

III – Contra-Almirante: 51 (cinquenta e um);

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.440, DE 2007

(Do Poder Executivo)

Altera os incisos II e III do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os incisos II e III do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“II – Vice-Almirante: 23 (vinte e três);

III – Contra-Almirante: 51 (cinquenta e um);”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

MENSAGEM Nº 853, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Altera os incisos II e III do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha”.

Brasília, 13 de novembro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 603/MD

Brasília, 8 de novembro de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à superior deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que altera os incisos II e III do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a Reestruturação de Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.

2. A Lei nº 9.519, de 1997, fixa os limites dos efetivos da Marinha do Brasil (MB), em tempo de paz e a presente proposta visa a atualizar esse diploma legal, a partir de 2008, a fim de que a Força possa efetuar os ajustes necessários para a sua reestruturação e, assim, assegurar o seu emprego eficaz.

3. Ressalte-se que o projeto de Lei em questão obedece ao disposto no inciso I do § 1º do art. 61 da Constituição Federal, o qual prevê que o efetivo das Forças Armadas seja disciplinado por meio de lei ordinária, de iniciativa do Presidente da República.

4. A medida tem por escopo adequar o quantitativo do efetivo de oficiais-generais da MB às demandas atuais, considerando, principalmente, o incremento das atividades de manutenção dos meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais, a fim de mantê-los operacionais, a despeito do elevado tempo médio de utilização dos sistemas neles empregados; o aumento da esfera de atuação dos Distritos Navais; a necessidade, cada vez maior, de bem utilizar as técnicas de comunicação social; os avanços tecnológicos, que exigem da Instituição rápida reação para acompanhá-los, em termos de ações na área de ciência e tecnologia e da constante capacitação do pessoal; a necessidade de valorização do setor de ensino, mais especificamente quanto à formação dos militares do Corpo de Fuzileiros Navais, e a qualificação do pessoal da Marinha Mercante, em face do incremento previsto para essa atividade; e a ampliação das atividades subsidiárias, relacionadas, principalmente, aos assuntos marítimos e ambientais.

Esses fatores constituem-se macro-indicadores que justificam uma reestruturação.

5. Cumpre destacar que a última alteração dos limites dos efetivos dos oficiais-generais da MB data de 1983, assim, a situação atual dos efetivos de oficiais-generais, em particular, limita a Administração Naval em relação a uma desejável descentralização de várias atividades importantes para prover a necessária agilidade à estrutura administrativa da Força.

6. Nesse sentido, a nova estrutura permitirá uma realocação mais racional de tarefas pelos diversos setores da MB e melhorias de processos em pontos específicos, a começar pelos postos mais elevados da hierarquia, o que possibilitará maior eficácia no cumprimento da missão.

7. A alteração proposta busca ampliar o limite dos efetivos de Oficiais em 2 (dois) Vice-Almirantes e 8 (oito) Contra-Almirantes, assim dispostos:

POSTO	OM
Vice-Almirante	Secretaria de Ciência e Tecnologia da Marinha
Vice-Almirante	Comando do 7º Distrito Naval
Contra-Almirante	Coordenadoria de Manutenção de Meios
Contra-Almirante	Comando de Operações Navais
Contra-Almirante	Centro de Instrução Almirante Graça Aranha
Contra-Almirante	Comando do 1º Distrito Naval
Contra-Almirante	Centro de Comunicação Social da Marinha
Contra-Almirante	Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes
Contra-Almirante	Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo
Contra-Almirante	Centro de Controle de Inventário da Marinha

8. Em decorrência disso, cumpre informar, que:

a) não há impacto orçamentário-financeiro para o exercício corrente;

b) há compatibilidade da parcela das despesas em pauta previstas para os exercícios de 2008, 2009 e 2010, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, no tocante às diretrizes, objetivos, prioridades e metas atinentes ao Comando da Marinha; e

c) O custeio da despesa será efetuado com recursos do Orçamento da União alocados no Programa de Trabalho "05.122.0750.2867.0001" (Ação de Governo 2867-Remuneração dos Militares das Forças Armadas).

9. São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor a Vossa Excelência a edição do projeto de Lei em questão.

Respeitosamente, – **Nelson A. Jobim**, Ministro de Estado da Defesa.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.519, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1997

Dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.

Art. 11. Os efetivos de Oficiais, dos diversos Corpos, têm os seguintes limites:

I – Almirante-de-Esquadra: 6 (seis);

II – Vice-Almirante: 21 (vinte e um);

III – Contra-Almirante: 43 (quarenta e três);

IV – Oficiais Superiores: 3.360 (três mil, trezentos e sessenta);

V – Oficiais Intermediários: 2.060 (dois mil e sessenta);

VI – Oficiais Subalternos: 1.700 (um mil e setecentos).

§ 1º Os efetivos de Aspirantes da Escola Naval e alunos do Colégio Naval têm o limite de 1.500 (um mil e quinhentos).

§ 2º Não são computados nos limites fixados:

I – os Almirantes, do Quadro Suplementar, Ministros do Superior Tribunal Militar;

II – os Oficiais convocados para manobras, exercícios ou estágios de instrução;

III – os Oficiais agregados e os não-numerados nos respectivos Corpos e Quadros;

IV – os Oficiais da Reserva Remunerada designados para o Serviço Ativo, em caráter transitório;

V – os Oficiais incorporados para prestação do Serviço Militar;

VI – os Guardas-Marinha;

VII – os alunos dos Cursos de Formação e Estágios de Aplicação de Oficiais.

§ 3º Os limites de efetivos estabelecidos na lei específica que dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas poderão ser excedidos, desde que não se exceda o total fixado nos incisos IV, V e VI do **caput** deste artigo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

V. Ex^a, então, pode fazer a sua indagação.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT– AC. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nos termos dos arts. 403 e 91 do Regimento Interno, formulo essa questão de ordem.

Nós temos uma preocupação, anunciada ao Plenário, de necessidade de atualização do Regimento do Senado Federal. Historicamente, a Câmara dos Deputados, tendo em vista o Regimento, em regra, toma decisões nas comissões e poucas vezes leva a matéria ao plenário. O Regimento do Senado, em tradição, traz as matérias para o plenário e em minoria toma decisões terminativas nas Comissões. No Regimento do Senado, isso está expresso no art. 91, que diz:

Art. 91. Às comissões, no âmbito de suas atribuições, cabe, dispensada a competência do Plenário, nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição, discutir e votar

(...)

§1º O Presidente do Senado, ouvidas as lideranças, poderá conferir às comissões competência para apreciar, terminativamente, as seguintes matérias:

(...)

IV – projetos de lei da Câmara de iniciativa parlamentar que tiverem sido aprovados, em decisão terminativa, por comissão daquela Casa;

V – indicações e proposições diversas, exceto:

(...)

Sr. Presidente, a matéria, estritamente técnica relativa à Marinha do Brasil, diz respeito à composição do quadro estratégico de oficiais, suboficiais e praças das Marinha. É uma matéria de grande relevância para a organização interna da Marinha do Brasil. Nosso Regimento tem um dispositivo segundo o qual poderíamos acolher situações como essas, a pauta do Senado Federal está trancada por medidas provisórias, o que inquieta a todos nós. Tenho certeza de que, pelo caráter técnico, restrito a uma visão estratégica da Marinha, poderíamos, por analogia, pedindo emprestado o Regimento da Câmara, também acolher e considerar essa matéria objeto de decisão terminativa da Comissão, para que ela pudesse ir à Comissão de Relações Exteriores e lá, delegados, os Senadores tomarem uma decisão a favor ou contra a aprovação de um projeto estritamente técnico e estratégico da Marinha do Brasil. Por essa razão é que formulo essa questão de ordem, vendo se há concordância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Tião Viana, o inciso V do § 1º do art. 91 do Regimento Interno dispõe que o Presidente do Senado, ouvidas as lideranças partidárias, poderá conferir às comissões competência para apreciar, em caráter terminativo, indicações e proposições diversas.

Assim, a Presidência consulta as lideranças partidárias se há objeção a essa decisão. (Pausa.)

Não havendo objeção, a Presidência despacha o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em caráter terminativo.

Eu ouço o Senador Valdir Raupp, que pediu a palavra.

Não sei se V. Ex^a irá se pronunciar sobre...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Aproveito para fazer as duas coisas.

O PMDB apóia integralmente essa proposição do Senador Tião Viana, que é muito relevante. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, indago de V. Ex^a se a Ordem do Dia vai começar agora ou não.

Eu pedi a palavra pela Liderança e disse que poderia ser depois da Ordem do Dia, porque eu achava que a Ordem do Dia ia começar às 16 horas. Como tenho um compromisso fora da Casa às 17 horas, já estou no prejuízo.

O Senador Alvaro Dias, que presidia a sessão, estava dando dez minutos aos oradores, mesmo no caso de comunicação inadiável e fala pela liderança. Então, se eu tivesse dez minutos agora, eu poderia até falar antes da Ordem do Dia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, como...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Valdir Raupp, comunico não apenas a V. Ex^a mas a todos os Líderes e aos Senadores que não houve acordo para a votação das matérias e, por outro lado, a pauta está trancada, porque há quatro medidas provisórias para serem votadas. Então, a Ordem do Dia está automaticamente sobrestada.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 395, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 395, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais, para os fins de específica.*

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2008
(Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que *dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao §1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás* (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007).

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 397, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 397, de 2007, que *revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.*

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2008
(Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que *institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.*

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de

2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para*

estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal* (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das

demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001;
26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

16

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

17

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de*

junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

21**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

22**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

23**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998* (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943* (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº*

5.452, de 1º de maio de 1943, para *dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências* (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999,

na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável, sob nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

36

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando, nos termos regimentais, a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.

Pareceres favoráveis sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

37

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

38

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

39

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

40

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

41

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sendo assim, eu tenho o dever de dar a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Antes, Sr. Presidente, apenas para manifestar a concordância com o Senador Tião Viana em relação a matéria a V. Ex^a submetida. O PSDB concorda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pelo PT, Sr. Presidente, também como Vice-Líder. O Partido dos Trabalhadores está de acordo com a proposição do Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sendo assim, eu tenho o dever de dar a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Antes, Sr. Presidente, apenas desejo manifestar a concordância com o Senador Tião Viana. Em relação a matéria a V. Ex^a submetida, o PSDB concorda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pelo PT, Sr. Presidente, como Vice-Líder, digo que o Partido dos Trabalhadores está de acordo com a proposição do Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, pelo Democratas, em caráter excepcional, tratando-se de assunto de interesse da Marinha do Brasil, muito bem trazido a esta Casa por essa figura ímpar, que é o Senador Tião Viana, vamos concordar com a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente, da mesma forma que os demais Líderes, a Liderança do PTB concorda com o encaminhamento feito pelo Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sendo assim, contando com a concordância das Lideranças, eu defiro a proposta do Senador Tião Viana e encaminho a proposição à Comissão de Relações Exteriores.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, diante da aprovação e da remessa, quero solicitar aos companheiros que às 17h30min estejam todos os membros da Comissão de Relações Exteriores na sala de reuniões para que possamos dar prosseguimento à tramitação dos projetos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Antes de conceder a palavra a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, quero, no tocante a Lei Timemania, esclarecer que o art. 49, Inciso IV, da Constituição estabelece que é da competência do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa. Essa atribuição é exercida mediante aprovação de projeto de Decreto Legislativo cuja autoria pode caber a qualquer Parlamentar. Portanto, Senador Alvaro Dias, a iniciativa do projeto de sustação do decreto regulamentador poderá ser exercida diretamente por V. Ex^a. Uma vez recebida a proposição, a Presidência a encaminhará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Aproveito este tempo em que o Senador Alvaro Dias se dirige à tribuna e faço uma solicitação a V. Ex^a.

No pronunciamento que fiz há pouco, esqueci de solicitar a inserção nos Anais das matérias de jornais que aqui expus. Eu gostaria ainda de pedir que também fossem registradas pela Taquigrafia, na visita que fiz a Marapanim, as presenças do Deputado Federal Zenaldo Coutinho e da Deputada Estadual Suleima Pegado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido nos termos do Regimento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer uma retificação: em vez de 17h30min, faremos a reunião às 17h10min para que os companheiros que têm compromissos urgentes em Ministérios ou outras dependências da Casa possam cumpri-los. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito a partir deste momento. Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, quero primeiramente agradecer-lhe a pronta resposta à questão de ordem de ontem.

Nós vamos proceder como V. Ex^a recomenda. Vamos apresentar um projeto de Decreto Legislativo para tornar sem efeito a parte do decreto regulamentador do Governo exatamente onde exorbitou, atribuindo a si prerrogativas do Supremo Tribunal Federal ao considerar inconstitucional uma lei aprovada pelo Congres-

so Nacional. Não cabia ao regulamentador no Poder Executivo considerar a lei inconstitucional. Caberia uma outra providência se desejasse: encaminhar ao Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Isso, no entanto, não foi feito. Portanto, exorbitou o Poder Executivo.

Nós vamos apresentar, conforme orientação de V. Ex^a, um projeto de Decreto Legislativo para tornar sem efeito a parte do decreto que regulamenta a Timemania, que é exatamente um dispositivo que o Congresso aprovou para tentar moralizar um pouco a administração do futebol no País, penalizando aqueles que eventualmente estejam sendo processados em qualquer instância do Poder Judiciário. Os clubes aos quais pertencem os processados não poderiam se beneficiar dos resultados da Timemania, uma medida moralizadora. É claro que, nem de longe, imaginávamos poder o representante do Governo na Caixa Econômica Federal responsável por essa regulamentação retirar do texto da lei exatamente a parte moralizadora. É desejar que a impunidade prevaleça, é estimular a corrupção, é sobretudo valorizar a desonestidade na administração do futebol.

Por isso, Sr. Presidente, vamos apresentar esse projeto de Decreto Legislativo.

Sr. Presidente, nosso objetivo inicial na tribuna seria abordar a questão que se debate hoje no Congresso Nacional e, claro, no Poder Executivo: a anunciada reforma tributária.

O Governo encaminhou hoje ao Congresso Nacional a sua proposta. Há razões, sem sombra de dúvidas, para a suspeição. Deseja mesmo o Governo instituir um novo modelo tributário para o País ou trata-se apenas de uma manobra diversionista para evitar que as atenções se voltem para fatos graves focalizados no âmbito das duas Casas do Parlamento, especialmente nas duas comissões parlamentares de inquérito, a que investiga as organizações não-governamentais e aquela que pretende investigar a utilização dos cartões corporativos? Há mesmo, entre os especialistas insuspeitos, aqueles que admitem estar o Governo adotando essa estratégia diversionista.

Mas quero, Sr. Presidente, dar sustentação a essa preocupação. Seria dessa forma que se deveria discutir a reforma tributária para o País?

O Presidente Lula, não faz muito tempo, demonstrou desinteresse, afirmou que seu Governo não necessitava da reforma tributária. Obviamente, não necessitava: o Governo arrecada demais, arrecada como nunca. Já chegamos a cerca de 37% do Produto Interno Bruto. A nossa carga tributária chega a 37% do Produto Interno Bruto. Agora em janeiro, mais uma vez, o Governo comemora novo recorde, um re-

corde histórico: a receita em janeiro deste ano é 20% superior à de janeiro do ano passado, e sem a CPMF. O Governo mudou até o discurso: ao invés de falar em cortes, fala em investimentos e anuncia de forma espetacular um novo programa com investimentos superiores a R\$11 bilhões.

Diante desse fato, com os cofres abarrotados por uma receita que cresce a cada mês, batendo todos os recordes, o Governo estaria mesmo interessado em uma reforma tributária que reduzisse a carga tributária? Não creio, Sr. Presidente. É possível que queira o Governo debater esse assunto durante o ano todo, exatamente para que uma camada de fumaça possa encobrir outros fatos relevantes que incomodam o Governo neste momento.

Nós temos um projeto de Decreto Legislativo que deve ser discutido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania provavelmente na próxima semana – o seu relator é o Senador Flexa Ribeiro. O projeto procura anular os efeitos do decreto do Governo que aumentou o Imposto sobre Operações Financeiras. Se o Governo arrecada tanto, por que aumentar a carga tributária, afrontando, inclusive, a legislação do País?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, parece-me que houve um erro na marcação do meu tempo. Creio que os dez minutos não foram sinalizados, e a campainha está me interrompendo a todo o momento.

Mas, Sr. Presidente, por que aumentar impostos se o Governo bate recordes de receita? Esse decreto do Governo é inconstitucional. Aliás, o povo já pagou, no mês de janeiro, por ele. O Governo arrecadou pouco mais de R\$400 milhões em razão do aumento desse imposto sobre operações financeiras. Não cabe ao Governo reajustar a alíquota desse imposto. A legislação estabelece que se trata de um instrumento de regulação. Reajuste só poderia ocorrer se nós tivéssemos vivendo um momento de turbulência financeira no País, e isso não estava ocorrendo no dia 2 de janeiro, quando o decreto foi instituído. O Governo não poderia transformar um instrumento de regulação em instrumento de arrecadação, mas foi o que fez.

De outro lado, não respeitou o princípio da isonomia tributária na medida em que as pessoas físicas pagam o dobro do que pagam as pessoas jurídicas com esse aumento do Imposto sobre Operações Financeiras.

Ainda mais, Sr. Presidente, no fim do ano passado, o Senado Federal, ao rejeitar a prorrogação da CPMF, estabeleceu um novo teto para a receita pública no País. Com esse decreto...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, após a Ordem do Dia, o tempo é de 20 minutos. Creio que não tive nem dez.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem razão. Peço-lhe desculpas. Vou conceder-lhe mais oito minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. O Presidente está pechinchando, mas não há problema. Certamente, encerrarei em oito minutos.

Portanto, Sr. Presidente, o Governo exorbitou, e os Partidos de Oposição encaminharam representação ao Supremo Tribunal Federal sustentando a inconstitucionalidade dessa matéria e dessa providência governamental. Nós adotamos uma medida legislativa por meio desse projeto de decreto legislativo que pretende suspender os efeitos do decreto do Governo. Espero que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania acolha essa nossa pretensão em nome da redução da carga tributária no País.

Falar em reforma tributária aumentando impostos é ofender a inteligência nacional. Não há como admitir. Quanto a esse assunto, a Comissão tem de se reunir e estabelecer uma estratégia de combate. Não há como se admitir o aumento da carga tributária brasileira.

Desejam uma reforma para o inverso. O que queremos é eliminar a informalidade, que é o eufemismo adotado para justificar a sonegação fiscal, a elisão fiscal no nosso País.

Sonegam porque não conseguem pagar, porque cobram demais, porque é insuportável para uma pequena e média empresa arcar com o ônus de uma carga tributária perversa. A modernidade existe – uma equação –, todos pagam, pagam progressivamente. Os que ganham muito mais, pagam mais; os que ganham muito menos, pagam menos. É o chamado processo progressivo de pagamento de impostos.

No Brasil ocorre o inverso: os que ganham menos pagam mais proporcionalmente. E, já que não possuem advogados brilhantes para superar os obstáculos dessa burocracia terrível, são obrigados a partir para a informalidade a fim de sobreviverem.

Não há outra razão para a reforma tributária a não ser esta: possibilitar que todos paguem, mas paguem o que é correto, justo, estimulando o trabalho, o investimento, proporcionando o crescimento econômico e uma mais adequada distribuição de renda no País.

Sr. Presidente, quero-me louvar da opinião do ex-Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. Ninguém pode acusá-lo de suspeição, Senador Mão Santa, muito menos de despreparo nessa matéria, ainda mais de inexperiente, já que exerceu a função

de arrecadador durante muito tempo no nosso País. Para ele, as novas medidas não garantem redução da carga tributária. Se não garantem, não devem ser aprovadas. Segundo ele, “poderá haver aumento da carga tributária, não redução, para compensar o que seria desonerado, por exemplo, com a eliminação do salário-educação da folha de pagamento”. Isso ele afirma em entrevista. O Governo quer fazer uma reforma tributária sem desoneração, e promete a desoneração para após a aprovação da reforma tributária. Ou seja, na verdade, o Governo não está muito interessado em desoneração.

O ex-Secretário da Receita Federal afirma ainda que é contra uma reforma tributária por meio de emenda constitucional. E ele diz:

Todas as vezes que no Brasil se pretendeu fazer uma reforma tributária pela via constitucional, desde os anos 60, conseguimos piorar o sistema tributário brasileiro, justamente porque a Constituição tem muita matéria tributária e, por isso, um processo de reforma pelo Congresso Nacional, via emenda constitucional, é um processo sujeito à promulgação, sem possibilidade de veto corretivo, inclusive por razões de ordem técnica.

Outras restrições feitas por ele ao projeto de reforma tributária: “Eliminar a Cide dos combustíveis pode estimular a sonegação de impostos. É desnecessário, ruim e pode tornar ainda mais complexo o sistema”. O Secretário, por fim, classifica a proposta da reforma tributária como ruim. Diz ele:

Fazer uma modificação no sistema tributário pode ser oportuno; agora, modificações ruins são inconvenientes. É possível fazer-se uma leitura política desse fato, ou seja, de que seja uma espécie de cortina de fumaça que permita desviar atenção de outros temas que estão em discussão no Congresso.

Portanto, essa não é uma afirmação da Oposição. A cortina de fumaça é a idéia que passa o Governo pela forma como conduz esse processo e faz com que até um técnico qualificado, insuspeito pelo seu comportamento anterior e atual, chegue a esta conclusão: de que seja uma cortina de fumaça que nasce no Palácio do Planalto com o objetivo de esconder fatos importantes que possam ser revelados, inclusive, com a instalação de CPI no Congresso Nacional.

O País precisa de um modelo tributário moderno. Não devemos cansar de repetir que o ideal é um modelo tributário que nos aproxime dos países mais evoluídos do mundo. O nosso está superado, atrasado! O nosso modelo tributário não é nem de Terceiro Mundo. Preci-

samos dar um salto de qualidade. Estamos em desvantagem, sobretudo quando concorremos no comércio exterior, já que somos sufocados aqui por tributos. E é evidente que competimos de forma desigual!

O Brasil poderia ser um país mais rico, mais próspero. O povo brasileiro poderia ser socialmente mais feliz se tivéssemos um modelo tributário moderno e competente, que pudesse se consolidar como um instrumento capaz de impulsionar crescimento econômico e distribuir a riqueza mais adequadamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, sobretudo pela resposta à questão de ordem que nos vai inspirar a apresentar um projeto de decreto legislativo na esperança de tornar sem efeito alterações propostas pela Caixa Econômica Federal a uma lei aprovada pelo Congresso, que tinha por objetivo moralizar a aplicação dos recursos da Timemania pelos clubes de futebol.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp. Em seguida, concederei a palavra ao Líder do DEM, Senador José Agripino.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as dimensões de nosso território, a mobilidade e o espírito desbravador de nossa gente recomendam ou, mais do que isso, impõem uma especial atenção à tarefa de interligar fisicamente o nosso Brasil. Além dos aspectos tradicionais de identidade, língua e cultura, integrar é facultar, facilitar e garantir o trânsito de pessoas e também de matérias-primas, de bens e de mercadorias com um mínimo de segurança e de rapidez.

Assim, Sr. Presidente, os negócios e, com eles, as comunidades comunicam-se, trocam experiências, vão à escola e ao trabalho, montam acordos, comem, enfim, prosperam.

À geração da riqueza deve seguir-se sua adequação e rápida distribuição. Estradas, ferrovias, pontes, hidrovias, portos, aeroportos são suportes indispensáveis aos objetivos de integração regional, nacional ou, no caso de nossa região amazônica, internacional.

Aliás, nos últimos anos, a diplomacia brasileira tem concedido crescente ênfase à integração física da América do Sul, desejo coincidente que repercute em diversos países que também vocalizam assiduamente a mesma intenção, como Argentina e Venezuela, para mencionar exemplos mais eloqüentes.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, valho-me desta breve intervenção para alertar o Governo Federal acerca da importância de que sejam implementadas algumas obras simples, porém indispensáveis, em nossa Região. São obras já devi-

damente consensuadas e aprovadas, inclusive com cobertura orçamentária.

É certo que o Presidente Lula, ao longo dos seus dois mandatos no Palácio do Planalto, tem demonstrado inequívoca preocupação com as obras de infraestrutura sempre reclamadas por nosso País. Foi por acreditar na importância desse tipo de iniciativa que Sua Excelência lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um dos carros-chefes do segundo mandato.

Nessa linha, peço a atenção do Ministério de Transportes e do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) para a urgência que deve ser concedida à construção de pontes ligando Rondônia e Acre, um reclamo dos dois Estados e, de resto, de toda a nossa região.

A inércia com relação a essas obras tem engendrado perdas substanciais – econômicas e pessoais, inclusive em termos de formação escolar – não somente para Municípios e microrregiões diretamente afetados, mas também para o próprio País.

Cada obra pública necessária, e inclusive anunciada, que não se realiza dissemina a desconfiança na população, que se vê constrangida a situações limitantes, que diminuem suas possibilidades de ascensão social e econômica. São limites que logo se vão refletir em toda a comunidade.

E deve-se observar, Sr^{as} e Srs. Senadores, que não há razão plausível para manter sob uma espécie de embargo a construção de apenas três pontes, que representarão muitíssimo para as populações que dependem das facilidades de comunicação terrestre.

Sr. Presidente, talvez, essa seja a única região do País em que balsas são utilizadas para atravessar rios. Há balsas para se atravessar de Rondônia para o Acre, para se atravessar de Rondônia para o Amazonas e para se atravessar de Rondônia para a Bolívia, país vizinho. Então, faz-se urgente a construção dessas três pontes que acabei de citar.

Nós, os Parlamentares, temos feito nossa parte, oferecendo os pressupostos orçamentários indispensáveis para a realização dessas obras tão importantes para o povo de Rondônia e de toda a nossa região, como podem atestar os pleitos de muitos outros Senadores e Deputados, independentemente da filiação partidária. Somos todos tão-somente os legítimos intérpretes das aspirações e das necessidades de nossos eleitores.

É preciso agora que o Governo Federal dê consequência ao que ficou acordado, executando as obras, o que, certamente, vai garantir um novo e importante impulso para a integração e para o desenvolvimento

de uma região que merece a constante atenção do Poder Executivo Federal.

Em termos objetivos, Sr. Presidente, o que reivindicamos, em nome do povo de Rondônia e, certamente, de toda a nossa região, concentra-se na construção de três pontes: uma sobre o rio Madeira, em Porto Velho, na BR – 319, que dá acesso a Humaitá e a Manaus; outra ainda sobre o mesmo rio, mas em Abunã, Distrito de Porto Velho, na BR – 364, que dá acesso ao Estado do Acre e, por consequência, à Rodovia do Pacífico, ao país vizinho Peru; e, finalmente, uma ponte sobre o rio Mamoré, na BR – 425, em Guajará Mirim, travessia para Guará, na vizinha Bolívia, por consequência dando acesso a La Paz, capital da Bolívia, e aos portos de Arica e de Iquique, no país vizinho da República do Chile.

Recursos existem, Sr. Presidente, e o volume requerido para as obras não é excessivo. Ao contrário, falta apenas a adoção das providências regulamentares por parte dos órgãos públicos responsáveis.

E tenho a certeza de que o Governo do Presidente Lula – Sua Excelência falou comigo ainda nesta semana – tem interesse pessoal, assim como nossos Estados, na construção de obras tão importantes para a região.

Espero que meu apelo seja ouvido e que o Governo Federal entenda a urgência dessas obras tão singelas, em termos de engenharia e de custos, e acate uma legítima e procedente postulação dos rondonienses e dos habitantes da Região Norte do País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encerro minha fala, mais uma vez esperançoso, acreditando na força de vontade do Governo Federal, para que, por meio de sua equipe, em especial do Ministério dos Transportes e do Dnit, conclua estas obras tão importantes, as três pontes que ligam meu Estado de Rondônia ao Acre, ao Amazonas e ao país vizinho Bolívia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Líder do Democratas, Senador José Agripino. (Pausa.)

Na ausência do Senador José Agripino, concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Serei rápido. Quero falar sobre dois assuntos hoje no plenário desta Casa, e o primeiro é relativo à visita de representantes da Comunidade Européia, esta semana, ao Brasil.

Com muita tristeza, recebemos informações, por meio da Imprensa Nacional, de que apenas 106 propriedades rurais do Mato Grosso foram credenciadas para a exportação da carne. Para que V. Ex^a, Sr. Pre-

sidente, e esta Casa tenham conhecimento, devo dizer que só o Estado do Mato Grosso tem 106 mil propriedades rurais. Dessas, 3,6 mil estão credenciadas pelo Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov), e, dessas 3,6 mil propriedades, 1,7 mil estão em áreas habilitadas para exportação para a Europa. Nesse caso, o Governo Federal tem sido muito passivo em relação às propostas da Comunidade Européia.

Mais triste estou, Sr. Presidente, porque, das 3,6 mil propriedades credenciadas pelo Sisbov e das 1,7 mil propriedades habilitadas para exportação, há, em Mato Grosso, meu caro Líder José Agripino, apenas quatro propriedades. No meu Estado, apenas quatro propriedades estão credenciadas pela Comunidade Européia para exportação. Ora, no nosso Estado, há um rebanho de 27 milhões de cabeças, e a Comunidade Européia vem aqui e credencia apenas quatro propriedades.

Entendo que o Governo tem sido muito passivo. O Governo dá a entender para todos nós, produtores, pecuaristas, homens do campo, que faz uma política já visando às eleições de 2008. O que já se comenta por este Brasil é que o Governo quer que o preço da carne abaixe o máximo possível, penalizando nossos produtores, nossos pecuaristas.

Então, entendo que o Congresso Nacional também tem de se posicionar contra a passividade, sobretudo do Ministério da Agricultura, em relação à Comunidade Européia. Isso é inadmissível, num País que tem, hoje, 200 milhões de cabeças. No último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – e é o que está cadastrado no Instituto de Defesa Agropecuária (Indea) –, verificou-se que temos 201 milhões de cabeças bovinas.

Então, entendo que temos de nos posicionar. Não podemos aceitar, de forma passiva, a regra do jogo implantada pela Comunidade Européia e, sobretudo, pelo Ministério da Agricultura do Governo Federal. Espero que esses números sejam revistos.

Quero fazer um questionamento: quando o Governo Federal fará algumas exigências para a Comunidade Européia, para que aumente o número de propriedades rurais aceitas? Caso contrário, tudo está indicando que, daqui a poucos dias, não teremos capacidade de produzir também a carne bovina neste País, na medida em que tudo sobe, não só o sal, mas também o arame, o salário mínimo, o óleo *diesel* etc.

Sr. Presidente, faço aqui o registro da minha indignação com a passividade do Governo Federal em relação às exigências da Comunidade Européia para exportação da carne bovina.

Além dessa minha preocupação, quero pedir apoio as Sr^{as} Senadoras e aos Srs Senadores em relação à federalização das nossas estradas, em relação à 242, à MT-100, à 080, à 359 e à 174, cuja federalização aprovamos ontem na Comissão de Infra-Estrutura. Precisamos, naturalmente, pedir ao nosso Presidente que encaminhe a matéria o mais rapidamente possível para a Câmara dos Deputados, para que, até o mês de agosto ou setembro, esse projeto esteja concluído. Aí poderemos locar recursos para a fase de projetos, de contratações e de consecuições dessas tão importantes obras para o território mato-grossense. Com certeza, isso vai diminuir os custos do nosso transporte rodoviário, que hoje é muito oneroso e penoso para a agricultura e para a pecuária do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra o Senador José Agripino, Líder dos Democratas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores; acho que V. Ex^a, hoje, teve oportunidade de receber das mãos do Ministro Guido Mantega a proposta de reforma tributária que S. Ex^a, na terça-feira, anteontem, apresentou-nos. Fomos convidados, Líderes e Presidentes de Partidos de Oposição – PSDB, PPS e Democratas –, a participar de uma reunião na sala do Conselho Monetário Nacional. Reunimo-nos por duas horas para ouvir uma exposição do Dr. Bernardo Appi, que, apoiado em transparências, apresentou-nos o enunciado do que pode significar a proposta de reforma tributária.

Estavam lá, pelo Governo, os Líderes do Governo no Senado e no Congresso: Senadora Roseana Sarney e Senador Romero Jucá, e o Ministro das Relações Institucionais, Deputado José Múcio.

Paciente e interessadamente, ouvimos – eu, pelo menos, ouvi – o enunciado de propostas do Governo para a reforma tributária, que é um imperativo nacional. O Brasil, o Brasil competitivo, clama por uma diminuição no número de impostos, por facilitação no processo de cobrança e pagamento de impostos, pela justiça fiscal, eliminando-se a regressividade de impostos, fazendo com que os mais pobres não paguem a mesma coisa que os mais ricos em matéria de alíquotas; e também a diminuição de carga tributária, que é o fundamental e é o que se espera dessa reforma.

Saí da reunião com a impressão de que o Governo estava, a menos de pequenas modificações ou por variações em torno do tema, repetindo aquilo que foi apresentado no passado. Repito: a menos de algumas pequenas variações em torno do tema. Mas uma coisa o Governo, na reunião de terça-feira, declarou:

a intenção de desonerar a folha de pagamento das empresas, possibilitando-lhes competitividade, com a eliminação da contribuição do salário educação, 2,5%, e com a diminuição progressiva da contribuição patronal para o INSS.

Ao longo dos debates, foi feita uma pergunta por um dos presentes sobre a reunião que teria ocorrido entre representantes de sindicatos e o Ministério da Fazenda, quando a imprensa registrou a manifestação contrária dos sindicatos em relação à diminuição da contribuição patronal. O Ministro Mantega disse que havia ocorrido realmente a reunião, mas que o Governo permanecia na posição inamovível de manter a determinação em diminuir a contribuição patronal de recolhimento à Previdência.

Esse é um elemento no meio de tantos. Minha preocupação, Senador Adelmir Santana – V. Ex^a que é um homem dessa praia –, é que reforma tributária neste País só é feita se houver determinação política por parte do Governo. Votar uma proposta de emenda à Constituição com um quórum de 49 Senadores e três quintos dos Deputados não é fácil. Deve-se arredondar, deve-se juntar argumentos à força política. Os argumentos são as boas idéias, e a força política é de quem tem a maioria, que é o Governo.

O que aconteceu com a proposta de reforma tributária anterior? Está parada na Câmara. Ela foi arredondada no Senado, foi votada por unanimidade por nós e está parada na Câmara. Parada na Câmara por quê? Por falta de vontade política, de determinação política do Governo, que não se dispôs a reagir às ações dos governadores que têm dúvida ou que se manifestam contra a questão do ICMS cobrado no destino, em vez de ser na origem; a unificação das alíquotas. O próprio Governo está tímido com relação à unificação de impostos em torno do IVA federal e da política de desenvolvimento regional com o fim da guerra fiscal pela unificação de alíquotas de ICMS em todos os Estados.

As reações dos governadores, dos agentes econômicos, paralisaram o Governo. Só que em grande monta. Agora, o Governo manda uma proposta de reforma tributária em ano de eleição e em ano de investigação de padrão ético: CPI das ONGs e CPI dos Cartões Corporativos. Cartão corporativo: aquele cartão de crédito que os apaniguados do Governo, as autoridades do Governo, nomeadas pelo Governo do PT, usam para comprar no *free shop*, para comprar, talvez, recuperação de mesa de sinuca, para comprar tudo aquilo que vem sendo denunciado, que é proibido e que está sendo investigado.

Muito bem, manda-se, em ano de investigação, Senador Expedito Júnior, e em ano de eleição, pro-

posta de reforma tributária. Aí, minha preocupação: o Governo não teve determinação política para tocar a proposta que está na Câmara. E já estou informado de que a proposta entregue ao Presidente Garibaldi e ao Presidente Arlindo Chinaglia hoje, Senador Jayme Campos, não contém aquilo que foi dito na reunião dos Líderes que conteria, ou seja, a desoneração da folha de pagamento com a diminuição da contribuição patronal ao INSS, conforme o Governo havia anunciado como um instrumento tributário de apoio ao fortalecimento das empresas, para que elas, fortalecidas, pudessem empregar mais gente. O Governo não teve força para reagir ao primeiro contravapor dos sindicatos e já mandou para cá uma coisa diferente do que nos expôs, a nós Líderes, na sede do Conselho Monetário Nacional.

O que é que vai ser da discussão dessa proposta de reforma tributária? Cesteiro que faz um cesto faz um cento. Se for assim, no primeiro embate, vai ser igual ao outro. Por isso, acho – tenho o direito de achar e de desconfiar – que este Governo assim agirá; este Governo que entope a pauta com medidas provisórias e que manda uma proposta, hoje, diferente da que anunciou para os Líderes da Oposição na terça-feira, os quais foram, cavalheiresca e democraticamente, à sede do Conselho Monetário Nacional para dizer: “Estamos aqui na disposição de negociar para encontrar um melhor caminho para o País”.

Parece-me que eles não o querem, porque não vão enfrentar as resistências. E a reforma tributária não será feita se não houver consistência política no núcleo do Governo para enfrentar resistências. Não se vai fazer essa omelete sem quebrar ovos. Já não se fez com a proposta que o Senado aprovou e que está parada na Câmara. Se já se começa eliminando um ponto importante – a desoneração de folha – com um recuo por parte do Governo, um recuo explícito, porque anunciou e recuou, onde é que vamos chegar? Com a pauta entupida por medidas provisórias, com o Congresso tendo a obrigação de investigar os cartões corporativos, ONGs e má aplicação de dinheiro público, onde é que o Governo quer chegar? É aquela história de botar o bode na sala para justificar a opinião pública?

E outra: desconfio que o Governo, na verdade, não tem grande interesse em reforma tributária, por uma razão só: a reforma tributária do Governo virá, ou viria, se houvesse necessidade de caixa, tanto que, eliminada a CPMF, o Governo, no dia seguinte, independentemente de reforma tributária, colocou o aumento do IOF e o aumento da CSLL. O IOF já entrou, imediatamente, em vigor. A CSLL, como tem uma noventena e uma medida provisória para ser apreciada,

só vai produzir efeitos financeiros reais em maio, com a cobrança em abril. Repito: decorrida a noventena de janeiro, fevereiro e março, com cobrança em abril e produção de impostos em maio.

O que é que aconteceu?

Senador Expedito Júnior, V. Ex^a, que é um sujeito arguto, defensor das causas de Rondônia, mas defensor das causas do Brasil, percebeu e já leu na imprensa a respeito do recorde de arrecadação de janeiro de 2008. Foi aquilo que nós dizíamos.

V. Ex^a votou pelo fim da CPMF; o Senador Jayme Campos, pelo fim da CPMF; o Senador Adelmir Santana, pelo fim da CPMF. V. Ex^{as}, os três, votaram, como eu votei, pelo fim da CPMF. O que nós dizíamos? Que a CPMF era um imposto que, guardado pela Constituição, tinha prazo de validade, ou seja, 31 de dezembro, que já tinha dado o que tinha que dar e cabia a nós encerrarmos a cobrança em 31 de dezembro, porque era uma atribuição nossa, do Congresso. E íamos votar porque esse imposto já não era mais necessário ao Brasil. O Brasil tem de ser, agora, competitivo, porque arrecadação tem às pamparras. E dizíamos nós que a economia está crescendo, por diversas razões, diversos fatores, e que esse crescimento está aumentando a arrecadação e batendo recordes sucessivos.

O que é que aconteceu em janeiro? Em janeiro não teve mais CPMF. Foram R\$10 bilhões a mais de arrecadação. Para a CPMF de 12 meses previam-se R\$40 bilhões. Em um mês só, houve um excesso de arrecadação de R\$10 bilhões. Aquilo que nós dizíamos, ou seja, que a CPMF não era mais necessária e que estava na hora de se baixar a carga tributária no Brasil para as empresas e os contribuintes respirarem o ar moderno do mundo moderno, aconteceu.

Quanto é que se arrecadou de IOF, que, gulosamente, o Governo já está cobrando? Nesse excesso de R\$10 bilhões, em janeiro, foram R\$62,6 bilhões de arrecadação, contra R\$52 bilhões de janeiro de 2007 – R\$10 bilhões a mais.

Nesse R\$10 bilhões a mais, quanto significou a gulodice do IOF? Quatrocentos milhões. O que significou esse aumento de IOF? Significou um aumento, pasmem, da taxa de juros para a pessoa física, que saiu de 43,9%, em 2007, para 48,8% – digamos que de 44 para 49%. Quem é que paga o pato disso? O contribuinte. Para arrecadar 400 milhões e gerar um aumento na taxa de juros dessa ordem para a pessoa física, para o cidadão comum que compra a geladeira, o liquidificador ou a televisão na loja de eletrodomésticos ou compra o automóvel? Na pessoa jurídica, elevou de 22,9% para 24,7%, ou seja, de 23 para quase 25%.

A brincadeira do Governo, ao aumentar a arrecadação pela gulodice fiscal, sem confiar que a eco-

nomia está crescendo, como dissemos e os números mostraram, produziu um aumento alucado na taxa de juros, que vai prejudicar o contribuinte e vai prejudicar a indústria, porque a demanda vai terminar enfraquecendo pela taxa de juros, isso para arrecadar 400 milhões, quando o crescimento da economia gerou R\$10 bilhões – esse é o número por atacado – de aumento da arrecadação.

Resultado: há uma proposta de reforma tributária que será evidente e democraticamente apreciada, com a disposição de nossa parte de olhar o interesse nacional, mas com a desconfiança de que o Governo está propondo uma coisa para a qual não está dedicando determinação política, porque não soube resistir ao primeiro embate, como no passado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diante dos números que acabei de assinalar, de registrar, constata-se o acerto com que trabalhamos quando votamos pelo fim da CPMF, o acerto dos argumentos, pois dizíamos que a CPMF já não era mais necessária porque o crescimento da economia geraria arrecadação suficiente para cobrir as necessidades do País, como está gerando R\$10 bilhões de excesso de arrecadação. Mesmo assim, o Governo edita uma medida provisória para instituir um aumento de alíquota de 9% para 15% na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas, no caso, financeiras, que vão aumentar ainda mais a taxa de juros ao consumidor e que já aplicam o aumento da cobrança dobrada para o IOF.

Com o IOF não temos o que fazer. Agora, com relação à CSLL, pelas razões que aqui expus, vamos armar barricada. Ah, vamos armar barricada! Da mesma forma como vamos lutar para derrubar a TV pública, que é um gasto absolutamente perdulário, na minha opinião, vamos armar barricadas para derrubar esse aumento escorchante de impostos que vai atingir os brasileiros, que é a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Esse é o nosso compromisso e essa é a nossa determinação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, telespectadores da TV Senado, hoje, dirijo-me a esta tribuna para relatar uma visita feita por mim e pelo Ministro Hélio Costa ao Ministro dos Transportes, Alfredo do Nascimento.

Marquei audiência, e o Ministro Hélio Costa me acompanhou. Descemos apenas dois andares para a

audiência com o Ministro Alfredo do Nascimento, visto que os dois estão no mesmo endereço na Esplanada. Nessa visita que fizemos ao Ministro Alfredo do Nascimento, fomos muito bem recebidos e carinhosamente atendidos por S. Ex^a. O Ministro dos Transportes nos comunicou os investimentos em infra-estrutura de transportes que serão feitos no Estado de Minas Gerais.

Dos pleitos apresentados, destaca-se a BR-040, no trecho entre os Municípios de Conselheiro Lafaiete e Juiz de Fora, para o qual eu e o Ministro solicitamos a duplicação, por meio do processo de concessão da rodovia. O Ministro dos Transportes garantiu os investimentos nessa rodovia previstos para este ano. A BR-040 está inclusa na terceira etapa de concessões rodoviárias do PAC, e o leilão, previsto para novembro, contemplará toda a extensão de Minas a Brasília, totalizando mais de 900 quilômetros.

Foi-nos informado, a mim e ao Senador e Ministro Hélio Costa, pelo também Senador e Ministro Alfredo Nascimento – visto que ele também é Senador, eleito pelo Estado do Amazonas –, que, atualmente, além desse programa, o Ministério dos Transportes executa obras em mais de seis mil quilômetros em Minas Gerais.

Durante essa audiência, é claro, agradei ao Ministro a obra de duplicação da rodovia que liga Uberlândia a Uberaba, obra que vinha se estendendo por talvez mais de 10 anos, sem nunca haver sido concluída. Eu, por exemplo, que tenho um irmão que tem uma chácara em Uberaba, já cansei de quebrar rodas de carro antes do Governo Lula e antes do Ministro dos Transportes, para ir até Uberaba, capital do zebu. Hoje, vai-se de Uberlândia a São Paulo em pista duplicada, fazendo uma viagem tranquila.

Aproveitando aquele encontro, o Ministro Hélio Costa também comunicou ao Senador Alfredo Nascimento que, em conversa com o Governador do Amazonas, o Sr. Eduardo Braga, que estava acompanhado por empresários da Zona Industrial de Manaus, o aparelho conversor da TV analógica para a TV digital, a “caixinha preta”, será produzida na Zona Industrial de Manaus pelo valor de R\$180,00. Este é o valor que o Ministro entendia – inclusive já havia declarado isso anteriormente – ser o justo para a produção desse conversor: R\$180,00. Esse aparelho conversor está no mercado por um preço bem mais alto, e o Ministro já havia advertido: “não comprem porque esse preço vai baixar.” Portanto, o Ministro Hélio Costa cumpriu sua promessa junto à população de produzir em terra nacional, não importando de outros países. Acreditamos também que o Governo poderá atribuir certas imunidades tributárias para que possamos produzir

esse conversor na cidade de Santa Rita do Sapucaí, em Minas Gerais.

Isso era o que eu queria comunicar aos habitantes de Minas sobre essa visita.

Como ainda tenho tempo, digo que vejo, por parte de todos que vêm à tribuna...não sei como os telespectadores, os que assistem à TV Senado, que tem uma audiência muito grande, agüentam tanta discussão, tanto falatório, como se estivéssemos vivendo um momento difícilíssimo no País. Isso é interessante, porque esse clima está contagiando o Senado. Ontem, ao descer pelo elevador, nesta Casa, disse “bom-dia” para uma pessoa, e ele respondeu-me: “Amanhã eu digo, Senador”. Ou seja, o indivíduo tem de passar o dia inteiro para saber se será um “bom-dia”, e só responderá no dia seguinte. Esse é o clima que está sendo gerado nesta Casa, um clima que não é verdadeiro.

Este é o Governo mais fácil de se defender. Já falei isto um monte de vezes. É de um Governo em que tudo está dando certo. Não sou do PT, mas tenho um carinho especial pelo Partido. Votei no Presidente Lula, como vários aqui votaram também, senão ele não seria Presidente. E, ao votar, escolhemos um bom líder. Isso é o que todos os veículos de comunicação deveriam falar, mas não falam.

O País está vivendo um momento maravilhoso. Já temos dinheiro para pagar a nossa dívida externa. As empresas estão vendendo assustadoramente. Diz-se que aumentou a arrecadação de impostos. É claro, se se vende mais, arrecada-se mais. É assim que funciona. No entanto, todo mundo sobe à tribuna como essa vontade do Governo de arrecadar fosse uma vontade que não estivesse diretamente ligada ao aumento do PIB e da produção nacional.

Por outro lado, Sr^{as} e Srs. telespectadores, Sr^{as} e Srs. Senadores, também o meu Partido, o PMDB, nesta Casa, vem, historicamente, fazendo a sua parte. A todo o momento segue posições de Bancada, posições de Comissões, posições de CPI, para que haja tranquilidade na Casa. É vendido para o nosso Partido, Senador José Maranhão, que, se cedêssemos a presidência da CPMI dos Cartões Corporativos, esta Casa ficaria mais calma. Muito bem. Meu Líder, o Senador Valdir Raupp, com o Líder do Governo, que é do meu Partido, Senador Romero Jucá, reuniram e cederam a presidência da Comissão. O que acontece? No mesmo dia, pára-se o Senado Federal. Está parado o Senado Federal por outras razões. Cada dia é uma coisa nova: é algo na Comissão de Orçamento; é uma situação da CPMI; é porque clonaram o trabalho de um Senador – o que é errado, eu apóio, isso não pode acontecer –, mas não podemos parar o Senado. Temos de resolver o problema. A todo o momento pára-se o Senado.

Aqui, já estou me tornando um especialista em abotoar e desabotoar o paletó. É o que estou fazendo. Sento-me, desabotoo o paletó; levanto-me, abotoo o paletó. Nas Comissões é onde o Senado está acontecendo. Nas Comissões, o Senado funciona. Lá não tem todo esse jogo político de poder já visando 2010; lá, trabalha-se pelo País. Existe uma série de Senadores que, para usar um termo bem atual, são os chamados “**triploplay**”, aqueles Senadores que aparecem nos jornais, na televisão e no rádio.

Esses Senadores que não são “Senadores **triploplays**”, como o Senador José Maranhão, por exemplo, são Senadores que trabalham. V. Ex^a teve um trabalho duro na questão do Orçamento. Enfrentou dificuldades políticas: tiraram a CPMF, e V. Ex^a teve de refazer; brigas entre Partidos; discussões entre os Estados e entre as Bancadas. V. Ex^a está de parabéns, conseguiu, ontem, resolver esse problema e fechar o Orçamento. Agora, o que vier depois das discussões... V. Ex^a já fez o trabalho pelo País.

Então, senhores telespectadores, quero saber o seguinte: o nosso País vai mal ou o nosso País vai bem? Qual é o tipo de País...? Quando votei para Presidente, votei pensando em um País bom para os meus filhos, talvez, mais à frente, bom para os meus netos. E é isso o que está acontecendo. Ou alguém acha que o Presidente Lula está conduzindo mal este País? Eu não acho. Não é possível..Estudei a minha vida inteira...(o Senador Jayme Campos levantou a mão e disse que acha). Eu não acho. Penso que o País está sendo muito bem conduzido.

Não estou preocupado. Se fosse o Senador Arthur Virgílio, por quem eu tenho grande carinho, o Presidente, eu tambémalaria o mesmo. Se fosse o Senador José Agripino, aqui presente, o Presidente deste País, porque tem todas as condições para sê-lo, também o defenderia da mesma maneira, porque o País está indo bem. O País vai bem, e todo mundo só fala mal? Num momento, torcem para não chover para que dê crise de energia; noutra hora, sofrem pela segurança. A todo o momento... Chegou ao ponto, Senador Jayme Campos, que, certa vez, no elevador, ao dizer “bom-dia” ao cidadão que lá estava e ele me responder: “Amanhã eu te digo, Senador”. Ele ia esperar o fim do dia para ver se foi um bom dia ou não! Então, isso não é possível,

Quanto à questão das forças no Senado, o meu Partido vem cedendo espaço para se fazer um acordo. Mas estou achando que o momento do confronto é inevitável. Acho que ele vai acontecer. Vai chegar o momento em que teremos de ir para o voto, que é o mais democrático que pode acontecer.

Então, ficamos cedendo, fazendo acordos, vai para cá, vai para lá, um sobe aqui, faz discurso, a Bancada do Governo não defende este Governo. Vai ter uma hora em que, quando um falar, há de haver um outro para defender o Governo. Mas isso não acontece. Esta tribuna só é usada para bater no Governo. Será que é isso que é ser brasileiro: bater no Governo eleito? Vejo em outros países, quando apresentam o presidente, o fazem com uma respeitabilidade que não tem tamanho, seja ele oposição ou não. Nos Estados Unidos, quando o presidente vai dar uma satisfação, com todo o índice baixo que existe, o congresso recebe muito bem e fala muito bem. Por que não acontece isso aqui? O Governo do Presidente Lula já vai acabar e vai entrar o próximo, e o País está dando certo. Ou alguém tem de falar que o País não está dando certo? O que não está dando certo? Agora, eu tenho de vir à tribuna, sendo do PMDB, para defender este Governo? Não é possível que o Partido do Presidente Lula não suba aqui e mostre os dados. Tem hora que acho que estou vivendo num mundo diferente do mundo real. Se eu ficar sentado aqui todos os dias, quando sair e andar na rua, vou ver um mundo diferente. Nos jornais televisivos, todas as notícias são a favor. A cada dia em que há uma posição por um escândalo novo que se tenta criar no Senado, sai uma pesquisa mostrando que o Presidente Lula cresceu mais um pouco.

Então, o que é isso? O que é ser brasileiro e querer o bem do País? É colocar a verdade: que o País vai bem, que a arrecadação aumenta porque a indústria está produzindo mais. Ninguém está aqui para meter a mão no bolso do contribuinte. E todo mundo leva tudo numa discussão, numa brincadeira, e fala mal do Presidente e fala mal da política. Ninguém sobe aqui para falar o que eu estou falando. Hoje, quem é que trabalha em veículos de comunicação, tem um emprego, recebe o dinheiro, e no final do mês tem o mesmo valor?

Derrubou-se a CPMF. O preço do pãozinho caiu? O preço do arroz caiu? O preço do feijão caiu?

No início do ano de 2007, todos subiam aqui e falavam que se o crescimento do País fosse mais do que 3,5%, entregariam o cargo de Senador. Pedi ao meu gabinete para ver quantos discursos havia nesse sentido. Havia vários discursos. Aí, o que acontece? Ninguém fala mais nada sobre o assunto. O Brasil cresceu 5,5%. E todo mundo aqui torcendo para dar errado. Quem é que ganha com o País dando errado? Jornal ganha? Televisão ganha? Rádio ganha? Empresário ganha? Não ganham não. Se o País for mal, vai haver demissão. Se o veículo de comunicação não vender espaço para alguém anunciar – porque está havendo consumo –, o jornalista vai perder o emprego. É assim que funciona a economia capitalista. No entanto,

não está acontecendo isso no País. Está todo mundo com emprego, o numero de carteiras assinadas bateu recorde, a arrecadação sobe porque há mais carteiras assinadas, a fiscalização está acontecendo, e, no entanto, abrimos o jornal todos os dias, e é notícia torcendo para dar errado.

Pelo amor de Deus, Srs. Senadores! Senador Jayme Campos, V. Ex^a é um homem que trabalha. Eu conheço a história de V. Ex^a, que, independentemente do Governo que existe, vai continuar trabalhando, seja ele Serra, seja ele Aécio, seja ele Lula, seja ele quem for, porque a história de V. Ex^a sempre foi trabalhar, independentemente do Governo.

Assim é a minha vida também. Tenho o maior orgulho de ter trabalhado com a minha família. Vesti terno muito tempo depois.

O País é isto: é fruto de trabalho, de educação, de cultura. E este Governo vem fazendo isso. Sou ligado ao ramo de universidade. Minha mãe, que é professora, sempre dizia: “Quem estudar vai mais longe”. Aí, aparece o Presidente Lula, que não estudou, e dá tudo certo. O que vou dizer? Vou deixar de acreditar nele? Vence quem estuda, mas o Presidente Lula conseguiu montar uma equipe de pessoas que estudaram, e está dando certo. Ele é um bom técnico. E o que fazemos? Todo dia, pau na cabeça do homem, pancada nas costas do homem. Mas está dando tudo certo. O que vamos fazer?

Quer dizer, não dá. Não vou subir a esta tribuna para fazer esse tipo de observação todo dia. Mas há uma fila tremenda. Todo mundo sobe e bate no Governo, bate naquele que elegemos, bate naquele que está dando certo. Sou maluco? Estudei a vida inteira, e o que estou vendo não é a realidade? Será que o que escrevem é sobre outro mundo, não é o mundo de que estou participando? Não é possível. As pessoas que escrevem podem até escrever o que aquele determinado grupo quer que escrevam, mas que o País está indo bem, está, que todo mundo está ganhando seu dinheirinho, está alimentando seu filho com dignidade, está comprando sua casa.

Primeiro, o Presidente Lula botou comida na barriga, e comida na barriga é o que vale. Se você vê seu filho em casa passando fome, você vai para a rua disposto a fazer o que tiver de fazer. Essa é a verdade. O primeiro passo do Presidente Lula foi botar comida na barriga.

Agora, alimentado, pode ir para a rua procurar emprego.

Ninguém entende porque o Presidente Lula tem voto em São Paulo e tem voto no Nordeste. Porque ele dá cesta básica lá. E o dinheiro que o nordestino que trabalha em São Paulo mandava para casa já não manda

mais, porque tem a comidinha lá. Então, ele junta para comprar uma casinha depois. E é assim que as coisas funcionam. É assim que o Brasil vai para frente.

Agora, todo dia acordar, abrir o jornal e ter notícia torcendo para dar errado, pelo amor de Deus!

Quem está me ouvindo em casa, imagine aquele vizinho que é chato, que reclama todo dia, que fala que vai dar errado, que vai chover, que vai faltar água, que vai faltar luz. É como eu me sinto com alguns Senadores que ficam do meu lado. Gosto deles, mas é terrível ter de ouvir todo dia torcendo para dar errado. Como é que esse cidadão volta para casa? Encara, em casa... Não é possível. Temos de ter o mínimo de bom humor e o mínimo de boa vontade para que tudo dê certo. É um monte de gente pessimista, torcendo para dar errado. Pelo amor de Deus!

Todo dia, eu sento aqui e fico vendo. Não é possível! Sai um, entra outro, com todo respeito aos Senadores. Temos que levar em consideração a posição política e a posição pessoal. São todos meus amigos, tenho o maior carinho por todos eles. E para chegar ao Senado tem que ter história, senão não chega. Mas não dá para agüentar isso. Certas horas, penso que estou simplesmente ficando maluco. Será que estou maluco? Será que é engraçado falar mal do Governo? Será que dá lbope? Será que você, quando fala mal, e sai na rua, é bem recebido? Pelo amor de Deus!

Todo mundo quer seu emprego, todo mundo quer dignidade, todo mundo quer ganhar seu dinheiro, todo mundo quer ter dinheiro para gastar com seu filho, com seu parente, com sua companheira, e orgulhoso disso, do dinheiro limpo que ganhou.

Sr. Presidente Garibaldi, faço este desabafo porque é extremamente desagradável ver atacarem o que está dando certo, independente de partido. Eu não quero saber. Se o Lula fosse do PSDB,... Elegemos um Presidente que está dando certo. Ótimo que está dando certo. As questões que têm de ser apuradas serão apuradas.

Senador Garibaldi, V. Ex^a, por exemplo, desde que assumiu a Presidência, é outro homem. Está bem, convive bem com o País. Olha o sorriso de V. Ex^a. Isto é que é bom: um Presidente otimista, que vai ajeitar a Casa. V. Ex^a me ligou no dia 31 e disse que daria um novo nome ao Senado, que o Senado teria outra posição. Eu acredito no Senador Garibaldi.

Pelo amor de Deus, senhores, quando escreverem, escrevam o que estão sentindo, não o que o editor manda. Mas se não escreverem o que o editor mandar, estão desempregados, a verdade é essa. Eu olho para alguns jornalistas ali que até baixam a cabeça porque é verdade. É assim que funciona. É assim que funciona.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, por ouvirem meu desabafo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz aqui um histórico que deveria ser lido nesta sessão, porque hoje conseguimos concluir a tarefa-desafio da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização: elaborar o Orçamento, fazer o Orçamento. Muito mais do que isso, adequar o Orçamento à nova realidade decorrente da perda da CPMF. Não foi fácil, porque, se já é muito difícil a elaboração do Orçamento, muito mais difícil é fazê-lo diante da realidade da queda da CPMF.

Mas o certo é que, para surpresa dos céticos, dos pessimistas, com a colaboração dos companheiros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Relator-Geral, Deputado José Pimentel, homem dotado de uma capacidade de trabalho extraordinária, muito austero, muito equilibrado e, sobretudo, com alto espírito público, pudemos hoje concluir a tarefa de elaboração do Orçamento, que agora cumpre outra etapa já na área do Congresso Nacional.

Acabei de falar com o Presidente Garibaldi, fazendo-lhe essa comunicação e pedindo que convocasse o Congresso Nacional para discussão e aprovação do Orçamento no âmbito do Congresso Nacional.

É claro que o País não poderia ficar sem Orçamento. Seria um absurdo se o País ficasse sem Orçamento – e não vai ficar, porque hoje conseguimos concluir essa tarefa.

Não sei se o Presidente me concederia o tempo suficiente para ler esse histórico que me parece importante como elemento informativo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a pode usar o tempo que for necessário, porque o documento tem muita importância para o conhecimento de todos nesta Casa.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Pois não, Senador Garibaldi. Agradeço-lhe muito a tolerância que já está manifestando.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Senador José Maranhão, V. Ex^a me permite um minuto, antes de reiniciar a sua fala, seu discurso?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Pois não, Senador, com todo o prazer.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta oportunidade em que o nosso Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização fará um pronunciamento em relação às atividades que realizou durante

alguns meses, não poderia deixar de cumprimentá-lo. Eu não poderia, Senador José Maranhão, deixar de solidarizar-me com V. Ex^a e de falar sobre o trabalho exemplar, operoso e, acima de tudo, ético que V. Ex^a, como Presidente, e o Deputado Federal José Pimentel fizeram à frente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Tínhamos de nos orgulhar disso. Fiquei até indignado e triste quando, neste Senado, vi que um ou dois Senadores criticavam a peça orçamentária, chegando ao cúmulo do absurdo de quererem até mesmo condenar ou carimbar membros daquela Comissão, com a afirmação de que não estavam cumprindo, na forma constitucional, com seu papel. V. Ex^a vinha fazendo seu trabalho, já há três, quatro, cinco meses... E não só V. Ex^a, como os demais membros – eu, particularmente, membro daquela Comissão, como Relator Setorial do Ministério das Cidades e do Ministério do Planejamento – fizemos o possível e o impossível para cumprir o que estava regimentalmente previsto dentro daquela Comissão. Não adianta os críticos, aqueles que têm prazer em vir nos criticar, acharem que vão conseguir alguma ressonância diante da opinião pública brasileira. Não! Todo mundo conhece José Maranhão, todo mundo conhece José Pimentel. São pessoas que têm serviços prestados a este País e que fizeram um trabalho naquela Comissão sobre o qual posso afiançar com toda certeza: é um trabalho extraordinário, jamais visto, feito de forma transparente e, sobretudo, igualitária. Ou seja, ninguém foi contemplado ou beneficiado com um ou dois gestos; ao contrário, foram todos tratados de forma igualitária. Dessa forma, meu caro Senador José Maranhão e meu prezado Deputado José Pimentel, que nos honra com sua presença, não poderia deixar de cumprimentá-los, na certeza absoluta de que o trabalho de V. Ex^{as} é indescritível e ficará registrado na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Agradeço a generosidade dos conceitos de V. Ex^a e fico muito feliz de saber que questões como essa têm de ser vistas, como V. Ex^a as vê, acima do contexto meramente político-partidário.

O Orçamento da União é uma peça indispensável à gestão pública. É indispensável que haja isso. É claro que é uma peça que consegue atrair os interesses de todos os segmentos da vida nacional: setor público, setor privado, União, Estados, Municípios. Para lá convergem os interesses os mais variados, os mais calorosos, razão por que não é fácil fazer o Orçamento. É claro que essa tarefa não é apenas de um homem – do Presidente da Comissão, do Relator ou dos Relatores Setoriais, como V. Ex^a, que cumpriu sua

missão com todo o brilhantismo –, mas do conjunto dos integrantes da Comissão de Orçamento e de todo o Congresso. O ciclo orçamentário só se encerra com a discussão e a votação no Congresso Nacional, o que ainda está por acontecer. Por decisão do Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, isso deverá acontecer na próxima quarta-feira.

Concedo um aparte a V. Ex^a, com todo o prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Meu caro Senador José Maranhão, peço também a atenção do Deputado José Pimentel, que se encontra aqui no plenário, para este aparte. A estrutura bicameral do Brasil é perfeita ou quase perfeita. Os problemas que existem na convivência do sistema somos nós que fazemos, somos nós que criamos. É lamentável. De vez em quando, aparecem vozes e mentes irresponsáveis e tresloucadas que defendem a extinção desta Casa, o Senado. Sabemos que quem faz isso não está bem-intencionado. São os que têm outros objetivos, que não são os objetivos da democracia. O que temos que evitar – Senadores e Deputados – é confronto envolvendo as duas Casas, tanto quando se trata da maior lei que esta Casa vota anualmente, o Orçamento, quanto do dia-a-dia. A tradição tem sido a de o Orçamento ser votado de maneira pacífica e a de esta Casa – o plenário – ser apenas homologatória. Quero dizer a V. Ex^a e ao Deputado José Pimentel que quem trouxe o problema das distorções para o plenário do Senado foram membros do fechado grupo que trabalha anualmente no Orçamento, ano após ano. São aqueles que se revezam nas funções, mas que permanecem no espírito da Comissão orçamentária. Talvez V. Ex^a e o Deputado José Pimentel sejam os mais novos dessa Comissão; talvez sejam os novíços. Quero dar este depoimento para um esclarecimento. Antes de ontem, à noite, estava no plenário quando fui chamado pela Senadora Roseana Sarney e pelo Presidente desta Casa para assistir, no gabinete da Presidência, a uma reunião da qual V. Ex^a faria parte, bem como o Relator, Deputado José Pimentel, o Presidente e algumas lideranças. Confesso-lhe que não sabia do que se tratava. Estava lá também o Deputado Gilmar Machado, uma espécie de eminência parda do Orçamento da Nação desde que o PT começou a governar o País. A reunião era de declarações de insatisfações com relação ao rumo do Orçamento. Quero dizer a V. Ex^a que, em 26 anos de Orçamento, apenas participei daquela Comissão por um ano. Não é minha vocação. Não é meu perfil. Mas, como fui convidado, assisti à reunião e, também, naquele momento, a uma pressão que se fez sobre o Relator e sobre o Presidente. Ouvi, pela primeira vez, a intenção do Relator de retirar o anexo

de investimentos – salvo engano, é esse o termo exato –, para reavaliar...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – De metas.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – De metas... corrigindo-se algumas distorções que havia entre bancadas que ali estavam reclamando. A princípio, pela minha experiência, considerei a tarefa um pouco árdua e vi que, pelo ceticismo do Deputado Gilmar Machado, o mais erudito nas questões orçamentárias de todos quantos participavam, era conversa para boi dormir. Mas assisti, ouvi as declarações e a concordância do Relator, que fazia apenas uma ressalva: a redistribuição deveria ser feita pela Líder do Governo. Participei, Senador Wellington, dessa reunião na certeza de que, sendo no gabinete da Presidência, presentes o Relator, o Presidente e um representante formal do PT, que era o Deputado Gilmar, teríamos ali uma definição. Daí por que saí achando, Senador Jayme Campos, que estava tudo equacionado, resolvido, e as distorções corrigidas. Reclamei com relação ao Piauí – o Piauí, governado pelo PT, só tem apanhado nesse Governo, Deputado José Pimentel –, reclamei que o Piauí tinha, no ano passado, recebido um percentual de 3,7% e este ano estava sendo rebaixado para 3,2%, o que iria comprometer o Estado no próximo ano numa nova avaliação trianual. Pedi que a situação do Piauí fosse revista. Em nenhum momento, tratei de questões pessoais. Não é meu feitio, porque sei minha postura como Senador da oposição. Algumas distorções foram anunciadas, como a da bancada de V. Ex^a, do Ceará e de Pernambuco. Eu pensei que o anexo fosse para a correção dessas distorções; embora soubesse, de antemão, que as distorções havidas ali não se processavam no anexo, mas, sim, na farta massa de manobra orçamentária que tem o Relator-Geral e o corpo de relatores auxiliares. As distorções existem. Não são pequenas. Elas são pontuais, Senador Arthur Virgílio. Quero dizer a V. Ex^a que esta Casa não pode ser uma fábrica de crise. Crises dessa natureza caem na cabeça dos que aqui habitam. É preciso que haja, num momento como esse, consenso; é preciso que haja, numa hora como essa, equilíbrio, mas é preciso que haja também boa vontade do Governo e do Relator para equacionar, juntamente com V. Ex^a, essas questões. Quero dizer que não partiu do Senado da República nenhuma suspeita sobre o comportamento do Relator e muito menos sobre o de V. Ex^a. As informações chegaram aqui às enxurradas, exatamente de membros da própria Comissão, naturalmente bem aquinhoados, mas nem tanto quanto gostariam. Então, a questão é essa. É evidente, Senador José Maranhão, que o Orçamento da maneira que está não terá o meu voto. É um pro-

testo silencioso de um Estado sofrido, que apanha e que, na calada da noite, nesta madrugada, foi punido novamente. Tiveram que remanejar recursos da irrigação. Senador Mão Santa, “atentai bem”, como diz V. Ex^a: para beneficiar o Centro-Oeste, foram tirar os recursos exatamente do Piauí. Por que do Piauí? Por que tiraram do Piauí para colocar, atendendo a um preceito constitucional, os recursos para a irrigação do Centro-Oeste? Por que não tiraram da Bahia, que é a mais aquinhoadada de todos os Estados? Se você somar os recursos destinados a dois Estados, que não vou discriminar, para irrigação, verá que ela receberá mais de 50%. Qual é realmente a sinceridade, Relator José Pimentel, do Presidente Lula para com o Piauí? Só promessa? Por que permitiram, na madrugada de ontem para hoje, retirar mais recursos do meu Estado – cerca de 7 milhões, segundo informações que me chegaram? Então, quero dizer a V. Ex^a que o que não constrói é a tentativa, num momento como este, de alguns – que não é o caso dos dois – de tentar jogar o Senado e a Câmara, um contra o outro. Não vai chegar a lugar nenhum! Vamos ficar com a fratura exposta, um fato grave. De forma que faço um apelo ao bom senso. Acho que o Deputado Pimentel foi seminarista, deve terorado muito na infância e na juventude. Que pense com muita profundidade sobre esse Orçamento para evitar que haja uma fuga em massa, nesta Casa, de Senadores e Deputados no dia da sua votação. É claro que vai passar, vai ser aprovado. O Governo pode, o Governo quer e o Governo manda, mas vai ficar uma mácula muito dura, infelizmente, para esta Casa. E V. Ex^a, Senador José Maranhão, que eu conheço tanto, não merece apor sua assinatura numa peça como essa que não gere a satisfação da Nação, mas a descon-fiança e o protesto contra fatos, para os quais V. Ex^a não colaborou. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Gos-taria de dizer ao meu amigo Senador Heráclito Fortes que a Comissão de Orçamento, como qualquer órgão do Congresso Nacional, é colegiada. Evidentemente, as suas decisões são sempre tomadas de forma colegiada.

Assisti, por exemplo, no âmbito da Comissão, a essa discussão em torno dos recursos para a área de irrigação do Estado do Piauí, e, hoje pela manhã, no âmbito da própria reunião, houve uma intervenção do Deputado Júlio César, se não me engano, manifestando a posição do Estado do Piauí. Ficou acertado que, no adendo que o Deputado José Pimentel, aqui presente, fará à peça orçamentária, constará um parecer do Relator recomendando ao Congresso Nacional um destaque para corrigir essa distorção, que, sem dúvida nenhuma, prejudica o Estado do Piauí.

V. Ex^a tem toda a razão quando fala desse problema, mas acredito que ainda não é sangria desatada, porque não somente essa mas também outras distorções porventura encontradas e que venham a trazer prejuízo para esse ou aquele setor, para esse ou aquele Estado terão oportunidade de ser corrigidas aqui, no âmbito do Congresso Nacional, porque a última etapa da elaboração do Orçamento ocorre exatamente no Congresso Nacional.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Agradeço a informação de V. Ex^a. Quero dizer que é vital. O Deputado José Pimentel já tinha conversado aqui informalmente comigo sobre isso, mas é preciso que essa conversa seja transmitida para tranquilizar todos. Tenho certeza de que o Deputado José Pimentel vai recolocar o Piauí nos 3,7% do ano passado, para não permitir que o Estado... Trata-se até do Estado em que ele nasceu. Temos tanta matéria humana que exportamos o Deputado José Pimentel para o Ceará. Ele não é um ingrato; ele teve atenção especial para com o Piauí, mas, tendo em vista a força do rolo compressor nessa discussão, o Piauí foi penalizado. Como já ando complexado com a penalização que o Piauí vem tendo no atual Governo, Senador José Maranhão, eu não suporto mais. O Piauí só tem apanhado, o Piauí só tem diminuído, num Governo que é só de promessas. Temos, Senador José Maranhão, o gasoduto, que é fundamental para a infra-estrutura do Piauí. Colocamos dinheiro no Orçamento, foi aprovado, e ele não foi honrado, porque não interessa aos que fazem parte do Governo e que defendem o sul maravilha. Temos a Transnordestina que, por ser do Piauí, passou a ser obra de parceria público-privada e não prioridade do Governo.

Nós temos uma demanda muito grande. O Piauí, quando recebe recursos ou perspectivas de recursos... É como o caso do Luz para Todos, que é aproveitado por um grupo de malandros e se transforma em um lamaçal de corrupção que envergonha a todos nós.

Mas fico muito feliz: a palavra de V. Ex^a, para mim, é absolutamente tranquilizadora. Tenho certeza de que, com esse espírito de V. Ex^a e do Relator, poderemos corrigir as distorções que, além de acontecer no Piauí, acontecem em outros Estados, em nome da unidade das duas Casas.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Com toda certeza, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Maranhão, eu gostaria...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Peço licença ao Senador Mão Santa apenas para os assuntos não irem prescrevendo...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Eu gostaria de fazer uma observação.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – É que V. Ex^a está na tribuna há 27 minutos e só falou 13. Não deixaram o nosso orador falar. Peço aos Senadores que solicitem apartes – sei que há o sofrimento, a mágoa –, mas dêem chance para S. Ex^a falar também.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a é amazônico, tem um coração generoso, maior do que aquela selva impenetrável. Tenho certeza de que, tendo em vista a importância do assunto, será generoso também com os que fazem parte desta Casa, colegas seus.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Eu tenho por V. Ex^a, pelo Piauí que Mão Santa acentua bem, uma admiração profunda, pelo guerreiro que Mão Santa é, pelo político que tem visão grande dos problemas nacionais. Mas eu gostaria de dizer, até a título de esclarecimento, que essa “perpetuidade” dos membros da Comissão de Orçamento – o termo é meu, não é de Heráclito Fortes, mas traduz bem o espírito de sua observação – é algo que está superado pela Resolução nº 1, que é o Regimento Interno da Comissão.

Nenhum membro da Comissão de Orçamento pode ser reconduzido, seja para integrar a própria Comissão na condição comum de seu membro, seja para integrar os cargos de direção da Comissão – a Relatoria-Geral, a Presidência ou as Relatorias Setoriais –, não há a menor chance.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – V. Ex^a poderia repetir, Senador José Maranhão? Acaba o mandato de todo mundo no dia 5?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – No dia 26 encerra-se o mandato de todos os integrantes da Comissão.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Então, quem pediu para sair... Já está encerrado mesmo, acaba dia 26.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Não houve, no sentido prático, uma renúncia, porque temos apenas pouco menos de trinta dias. Isso não existe. De mais a mais, Senador Wellington, a tarefa da Comissão, a tarefa ingente da Comissão, que é fazer o Orçamento, já encerrou, terminou hoje. A Comissão conseguiu, debaixo de todas as dificuldades, da queda da CPMF, fechar o seu trabalho e entregar ao Congresso Nacional a peça orçamentária inteiramente concluída.

Concedo aparte ao meu amigo Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – A figura de V. Ex^a é ímpar, faz crescer o Congresso, o Nordeste. Tenho até uma mágoa, porque o nome de V. Ex^a é José Maranhão: deveria ser José Piauí.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Obrigado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas vamos corrigir isso aqui. O Senador Heráclito e eu estamos atentos. O Deputado Júlio César, Heráclito, reivindicou lá no Tabuleiro, em Guadalupe, que é a cidade dele... Mas o Piauí tem dois programas de organização: tem o Tabuleiro Litorâneo, que foi capado...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Eu recebi – quero acusar aqui o recebimento até em homenagem a V. Ex^a – a intervenção de V. Ex^a na Comissão de Orçamento. Embora já tivesse passado o prazo para destaques, nós acolhemos a sugestão de V. Ex^a, que vai também integrar o relatório do Deputado José Pimentel. Essa correção será feita.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – São dois programas de irrigação: um é o Tabuleiro Litorâneo – caparam tudo, Heráclito... E o Heráclito tem razão. V. Ex^a, que representa a Paraíba, assim quis Deus... Epiácio Pessoa, o grande Presidente – eu até almejo que V. Ex^a seja Presidente da República –, começou o Porto do Piauí. E aí também foram... Eu coloquei todas as medidas lá, mas diminuíram. Nós, então, queremos reivindicar... V. Ex^a, como paraibano... Foi iniciado por Epiácio Pessoa, e Heráclito tem toda a razão: foram muitas as promessas, como construção de ferrovias... Estão tirando as ZPEs justamente porque não há portos, não há ferrovias. Estão se acabando os poucos recursos que chegaram lá – nos envergonharam nos ladrões do Sanguessuga, nos envergonharam na associação da quadrilha do Gautama e estamos na Finatec. Então, eu e o Heráclito estamos zelosos para que o Piauí tenha... E vamos continuar no zelo depois de lutarmos no Orçamento para que não ocorra o que aconteceu no passado recente, que foi a maior vergonha de corrupção.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Muito obrigado a V. Ex^a pelo brilhante aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu queria apenas que V. Ex^a...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – O ciclo orçamentário previsto na Constituição envolve a seguinte sequência lógica e temporal: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Estou aqui rememorando um pouco a pedagogia e a sistemática dessa Comissão de Orçamento porque, no final, vamos demonstrar que cumprimos todas es-

sas etapas do ciclo orçamentário dentro daquilo que era possível fazer.

O Plano Plurianual inicia-se no segundo ano do mandato presidencial indo até o primeiro ano do mandato subsequente, consubstanciando-se no plano de médio prazo do Governo. Segundo a Constituição, cada plano deve conter as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para esse período.

Na sequência lógica, também constitucionalmente estabelecida, cabe às leis de diretrizes orçamentárias definir as metas e prioridades da Administração Pública com base no PPA.

Não obstante, no primeiro ano do mandato presidencial, não há PPA com base no qual o Governo possa enviar as suas metas e prioridades na LDO, como aconteceu nas situações anteriores a 2008.

Assim, como de costume, o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 (PLDO/2008), enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, não incluiu o Anexo de Prioridades e Metas, sob a justificativa da inexistência do plano plurianual e da prática havida em situações semelhantes em anos anteriores.

O entendimento manifestado pelo Poder Executivo àquela oportunidade foi o de que caberia às Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) priorizar, anualmente, as programações e as metas definidas no PPA, haja vista que o § 4º do art. 166 da Constituição estabelece que “as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderiam ser aprovadas quando incompatíveis com o Plano Plurianual”. Logo, se as emendas devem ser compatíveis, o projeto não poderia deixar de sê-lo.

Em que pese tal entendimento, o Congresso Nacional aprovou o Parecer da CMO determinando a inclusão do anexo de prioridades e metas na LDO/2008 com base no entendimento de que a sincronia de prazos do art. 35 do ADCT não deveria prejudicar a inclusão de metas e prioridades na LDO.

Eis aí a explicação objetiva, a explicação que não é apenas formal, mas é factual também, pela qual o Relator tratou de organizar, dentro das suas atribuições e de comum acordo com toda a Comissão de Orçamento, o chamado anexo de metas.

Com o objetivo de justificar a não inclusão no PLOA/2008, de prioridades e metas definidas pela LDO/2008 (Lei nº 11.514, de 13.08.07), em atendimento ao art. 4º, § 2º daquela Lei, o Poder Executivo inseriu justificativa na Mensagem Presidencial com o seguinte teor, resumidamente (pág. 173):

“Assim, buscou-se realizar a compatibilização pertinente, alocando-se os recursos nas ações constantes do Projeto de Lei do PPA. Para determinadas situações, foi necessário

aglutinar em algumas ações, aquelas inseridas na LDO, para finalidades ou localidades específicas. Em outros casos, a programação de determinadas ações ficou prejudicada por não se encontrar atendido o preceito do mencionado § 4º do art. 166 da Constituição Federal.

É de se destacar que as metas e prioridades, socialmente relevantes e altamente aderentes aos objetivos de redução de desigualdades e de aceleração do crescimento econômico, receberam incrementos expressivos em relação às metas previstas na LDO.”

Assim sendo, para que as metas e prioridades aprovadas pela LDO/2008 integrassem o PPA – 2008/2011 e também a LOA/2008 caberia aos autores das emendas das ações daquele anexo, caso não se sentissem atendidos pelas novas programações propostas pelo Poder Executivo e permanecesse o interesse na respectiva política pública, a apresentação de emendas aos projetos de lei citados contemplando as ações pretendidas, em cumprimento ao art. 89 da Resolução nº 01/2006 – CN, que é o Regimento Interno da Comissão.

Depois de intensos debates sobre a matéria, inclusive com o Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2008/2011 – PPPA 2008/2011, Deputado Vignatti, os membros da Comissão decidiram, por unanimidade – é bom frisar esse aspecto, quer dizer, todos os membros da Comissão presentes à reunião –, equacionar o problema da seguinte forma, conforme consta do parecer preliminar do PPA: primeiro, atendimento, de forma prioritária, pelo Relator do PPA 2008/2011 das emendas apresentadas àquele projeto com a finalidade de incluir ações orçamentárias constantes do anexo de prioridades e metas da LDO/2008, cabendo-lhe discriminá-las em seu relatório.

Dessa forma, ações relativas ao Anexo de Metas da LDO constaram do Relatório do PPA 2008/2011 aprovado pela CMO, em reunião de 07.11.2007, conforme se observa no respectivo item 1.8.2.

Simultaneamente, esta Comissão, também com participação do PSDB, decidiu incluir no parecer preliminar do PLOA/2008 o item 27.1.6, com a finalidade de autorizar o Relator-Geral a alocar, por intermédio de emendas de Relator, a importância de até R\$534 milhões, distribuídos da seguinte forma:

27.1.6. alocar recursos nas programações atendidas prioritariamente no parecer ao Projeto de Lei nº 31/2007 – CN (PLPPA 2008/2011), nos termos da segunda parte do item 2.3.19, “d”, do respectivo parecer preliminar, aprovado na reunião de 17/10/07 da

CMO, por unanimidade – é bom repetir, por unanimidade – no valor total de R\$534 milhões (quinhentos e trinta e quatro milhões de reais), com as seguintes destinações:

27.1.6.1. R\$26,7 milhões (vinte e seis milhões e setecentos mil reais), para inclusão de ações oriundas de emendas individuais atendidas no PLPPA 2008/2011, dividido igualmente entre os autores;

27.1.6.2. R\$240,3 milhões (duzentos e quarenta milhões e trezentos mil reais), divididos igualmente entre as bancadas estaduais, para inclusão de ações oriundas de emendas por elas apresentadas e atendidas no PLPPA 2008/2011;

27.1.6.3. R\$267 milhões, distribuídos na proporção de 1/27 (um vinte e sete avos), por bancada estadual, para inclusão de ações ou atendimento de emendas indicadas pelas respectivas bancadas, constantes ou não do parecer do PLPPA 2008/2011, referido no item 27.1.6, atendidos os artigos 46 e 47 da Resolução nº 1/2006 – CN.”

Com esse grande acordo construído pelos membros da CMO, foi possível contemplar, no PLOA 2008, grande parte das metas e prioridades constantes da LDO 2008, o que valoriza e ratifica o papel do Congresso Nacional na definição de alocação dos recursos públicos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos trazendo esses fatos históricos, registrados nos documentos, atas e gravações da Comissão de Orçamento, para, no final, mostrarmos que houve absoluta lisura e legalidade em todos os atos que foram praticados pela Comissão de Orçamento. Cumpre-me ainda dizer – até ratificando, em parte, as palavras do Senador Heráclito Fortes, porque estivemos presentes à reunião, eu, o Relator, o Senador Heráclito Fortes e o Presidente desta Casa, Senador Garibaldi Alves Filho – que discutimos a possibilidade de revogar, na própria Comissão, o plano de metas a que nos referimos nesse documento. Assim o fizemos em um esforço hercúleo para chegar-se a uma solução que pudesse harmonizar de forma mais adequada os interesses e os conflitos porventura existentes naquele momento.

Fiz ver que aquela proposta representava uma contribuição, mas ao mesmo tempo deixei claro que levaria a proposta à Comissão e que sua aceitação estava a depender da Comissão como um todo, de todos os Partidos lá representados, Deputados e Senadores, porque a Comissão é mista. É, evidentemente, uma tarefa difícil, já que aqueles que tinham elaborado suas emendas não queriam renunciar ao direito de preser-

vá-las no documento que já estava aprovado, ou seja, no plano de metas.

O que quero dizer é que, não obstante os meus esforços e os do Deputado José Pimentel, essa equação não foi possível. Porém, no curso da discussão, outras luzes surgiram, como o destaque especial que fará o próprio Relator, visando, no âmbito do Congresso Nacional, aprovar emendas – e é, também um expediente absolutamente legal e, na prática, muito viável – que possam restabelecer o maior equilíbrio entre as regiões do País, entre os Estados brasileiros.

Para finalizar, passo a ler um cronograma que me parece importante.

Votação dos pareceres preliminares do PLDO/2008, PLPPA/2008-2011 e PLOA/2008.

1) Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008:

O parecer preliminar foi aprovado contra o voto do Deputado Paulo Rubem Santiago, na 7ª reunião ordinária, realizada em 23 de maio de 2007.

2) Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2008-2011:

O parecer preliminar foi aprovado por unanimidade, na 23ª reunião ordinária, realizada em 17 e 18-11-2007.

Observação: após a votação do relatório final, o Deputado Vanderlei Macris solicitou o registro do voto contrário do PSDB.

3) Projeto de Lei Orçamentária para 2008:

O parecer preliminar foi aprovado por unanimidade, na 4ª reunião extraordinária, realizada em 6-11-2007.

Hoje, o parecer da Relatoria-Geral foi aprovado na sessão que se iniciou pela manhã e terminou à tarde.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Permite-me V. Exª uma pergunta?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Pois, não.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Aproveito para falar na presença do ilustre Líder do PSDB – e não vou provocar, Senador Heráclito Fortes. Apenas gostaria de saber o que efetivamente acontece quando esses membros do PSDB protocolarem – o Líder assim me disse – a sua saída da Comissão neste momento? O que efetivamente quer dizer isso? Essa Comissão ainda existe ou não existe mais?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – O mandato da Comissão encerra impreterivelmente no

dia 26 de março. Evidentemente, ainda restariam aos membros do PSDB alguns dias de mandato. Mas a tarefa fundamental da Comissão já foi cumprida e se encerrou hoje.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Até para prestar maiores esclarecimentos à Nação, sobretudo, e também a V. Exª e ao Senador Wellington Salgado de Oliveira: não indicaremos nomes para o orçamento do próximo ano, a serem mantidos os métodos atuais. Estamos, inclusive, discutindo se não é hora de pensar numa segunda CPI do Orçamento. Portanto, a nossa posição...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – V. Exª, desde já, tem a minha inteira anuência para a realização dessa CPI.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permita-me concluir.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Porque eu acho, Deputado, com todo respeito que tenho...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Senador, desculpe-me, e dos mais brilhantes e atuantes nesta Casa Legislativa. Com todo respeito que tenho por V. Exª, acho que essa CPI vai consagrar a atuação da Comissão de Orçamento.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Deus permita.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Com toda certeza digo a V. Exª.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Deus permita. Se não, quando nada, consagrará uma verdade diferente dessa. E queremos a verdade que seja a verdade verdadeira.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Claro.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Mas, de fato, por agora, foi um gesto. A gente toma gestos. Se não se tomar gesto, não se fica num campo de futebol quando se está perdendo de quatro a zero. Continua-se até o fim dos 90 minutos, enfim; um candidato derrotado previamente numa eleição não ficaria até o final cumprindo o rigor do compromisso democrático. Por enquanto, foi um gesto, mas, no ano que vem, a se manter os métodos que condenamos, não participaremos. Estaremos analisando, na semana que vem, se faremos essa CPI que, quem sabe, possa ser mesmo a consagração ou não da Comissão de Orçamento. Mas será uma decisão do partido a ser proposta a todos

e já com a assinatura ilustre do meu prezado amigo Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – E direi a V. Ex^a: decisão que louvo e aplaudo. Não vejo por que razão me opor à realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, sobretudo porque tenho absoluta consciência e certeza de que a atual Comissão Mista de Orçamento agiu com absoluta lisura. Pode ter errado. Qualquer ser humano, bem como os órgãos que são criados e...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Como ia dizendo, qualquer ser humano, assim como os órgãos que são de sua lavra, que são criados, mantidos e muitas vezes até cultuados pelos seres humanos, estão sujeitos a falhas de qualquer natureza, mas nada que pudesse sugerir desonestidade, desequilíbrio ou qualquer atitude desabonadora dos integrantes da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. São todos homens de bem, tanto os que permanecem ainda na Comissão, nesse resto de mandato, nesse ocaso de mandato, como os integrantes do PSDB que renunciaram aos seus cargos. Quatro membros do PSDB, hoje às 14 horas e 25 minutos, protocolaram as suas renúncias.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador José Maranhão, peço permissão a V. Ex^a apenas para fazer um registro histórico. Esse aparte agregador e pacificador foi feito pelo Senador Wellington Salgado, homem da absoluta confiança do Governo, que tem responsabilidade também na aprovação desse Orçamento, uma vez que representa Minas Gerais, que detém o Ministério das Comunicações, um dos grandes aquinhoados com o Orçamento, à medida que seja aprovado. Quero apenas fazer o registro desse espírito agregador e conciliador que o Senador Wellington demonstra neste final de tarde chuvosa em Brasília.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Obrigado pela intervenção de V. Ex^a, que evidentemente foi muito mais breve do que a primeira, que durou 27 minutos, mas que não me cansou e espero que não tenha cansado os Senadores aqui presentes nem os telespectadores, porque V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Senador José Maranhão, ainda há vários oradores inscritos.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Tenho certeza de que suas palavras não cansaram ninguém, porque V. Ex^a tem espírito público, muita erudição e, sobretudo, entusiasmo e garra na defesa de suas idéias.

Agradeço, Sr. Presidente, a tolerância que me foi concedida no começo do discurso pelo Senador Garibaldi Alves Filho e que V. Ex^a manteve ao assumir interinamente a Presidência.

Agradeço também a tolerância dos colegas por terem me ouvido nessas modestas explicações que presto sobre a atuação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Durante o discurso do Sr. José Maranhão, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Augusto Botelho e Jayme Campos, sucessivamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Peço a palavra pelo art. 17, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Pelo art. 17 não é regimental. Imagino que seja o art. 14.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ele está no 14 e no 17. Ele falou demais!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – É pelo art. 14. À hipótese não se enquadra o art. 17.

De qualquer forma, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a me desculpe, mas, com essa questão orçamentária, a gente fica trocando os números!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a presença do Deputado José Pimentel no plenário do Senado mostra uma coisa, Senador Arthur Virgílio, muito bem exposta aqui por V. Ex^a. Esse modelo de Orçamento nacional, sob a responsabilidade do Congresso brasileiro, está desgastado, falido, desmoralizado, e não pode mais continuar.

Temos no processo orçamentário, Senador José Maranhão – e V. Ex^a muito bem o disse –, dois tipos de participantes: os que têm estado-maior e os que não têm estado-maior; os que podem apresentar emenda e os que dependem, para apresentação de emenda, da generosidade de um companheiro que pertence à Comissão. Logo, não é um processo democrático em relação ao qual todos têm uma oportunidade.

Não se pode dizer, Senador Arthur Virgílio, que é uma satisfação geral. É uma satisfação, isto sim, localizada.

O que estamos vendo hoje aqui é uma lengalenga que atravessa ano após ano. No ano passado, num esforço, tentou-se fazer aqui, por meio da Resolução nº 1, algumas correções, Senador José Maranhão e Relator, Deputado José Pimentel. Mas existem os apro-

veitadores, existem os representantes na Comissão de Orçamento – e V. Ex^a reconheceu, de maneira humilde, que foi vítima de uma pressão terrível de forças que não quis declarar –, existem os que não defendem o País, mas as empreiteiras; existem os que não querem, por exemplo, o Nordeste aquinhoado e o Nordeste beneficiado. Estes, por meio de subterfúgios, impediram, por exemplo, o desdobramento de recursos orçamentários para os Estados pobres do Nordeste. Dou um exemplo: um hospital, fisicamente, pode ser construído no Nordeste por R\$5 milhões, mas a emenda é de R\$20 milhões. Isso é um convite ao pecado! Ou se faz um monstro de um hospital, de R\$20 milhões, ou se faz um acordo com a empreiteira, ou se constrói por R\$5 milhões e perdem-se os R\$15 milhões restantes, penalizando o Estado.

O subterfúgio na Resolução nº 1, Senador Arthur Virgílio, proibiu o desdobramento; e o cinismo dos que argumentavam em prol dessa medida era no sentido de que havia uma tal “rachadinha”, que era um método vergonhoso de distribuição descontrolada de verbas orçamentárias devidamente fulanizadas.

O que se precisa no Orçamento, Senador José Maranhão, é rever principalmente questões dessa natureza. Somos de uma Região pobre. Temos de ter a possibilidade de prestar benefício a quatro ou cinco Municípios desde que o objeto do contrato seja o mesmo. Acabou-se com isso. O Nordeste paga um preço alto.

Estou citando esse fato, porque ele é símbolo disso tudo.

O Vice-Presidente da Câmara e do Congresso Nacional criou uma comissão, mas essa comissão nunca se reuniu.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não, com o maior prazer, Senador José Maranhão, concedo-lhe o aparte.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a pela tolerância do aparte. Eu queria dizer a V. Ex^a que as chamadas “rachadinhas”, que V. Ex^a até defende...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a não me ouviu. Não faça isso! Não seja injusto comigo!

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Então, desculpe-me V. Ex^a se entendi mal.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Condenei a “rachadinha” aqui, como condenei a unificada.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Quero dizer que V. Ex^a é vitorioso, porque não há mais “ra-

chadinha” no regime da Resolução nº 1. Não houve “rachadinha”.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois é, V. Ex^a não prestou atenção.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Há outra coisa que gostaria de dizer a V. Ex^a, que menciona a área de saúde: todas as emendas da área de saúde foram acatadas pelo Deputado do PSDB Rafael Guerra, que, reconhecidamente, é homem de bem. Essa informação é dada para tranquilizar V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador José Maranhão, infelizmente, diferentemente de V. Ex^a, quando V. Ex^a falou, prestei atenção, porque seu discurso para mim é uma aula. No meu caso, foi o inverso: V. Ex^a não prestou atenção no que seu Colega disse. E sou um grande admirador do trabalho de V. Ex^a!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Heráclito Fortes?

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB. *Fora do microfone.*) – Desculpe-me. Já retifiquei.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Ouço V. Ex^a em seguida, Senador Arthur Virgílio.

Eu disse exatamente o contrário: eu disse que o que se alegou para se acabar com a “rachadinha” foi que não se podiam desmembrar recursos para duas obras iguais com o mesmo objeto. E citei, como exemplo, hospitais, como poderia ter citado escolas, como poderia ter citado estradas.

Ocorre que as empreiteiras brasileiras não se interessam por obras fracionadas, porque a instalação do canteiro de obra é cara. Vamos ser claros e dizer a verdade para o País. A estrada é infinita, o açude se coloca como quer. A construção da escola, do hospital, da obra física tem dimensão limitada. E não interessa aos potentados construtores do País sair instalando canteiro de obra para atender à necessidade da educação e à necessidade da saúde.

V. Ex^a não tem culpa, absolutamente. Estou citando uma regra, dentro da tese do Senador Arthur Virgílio, de que o modelo orçamentário brasileiro está falido e está nos levando à desmoralização.

Votamos, há três anos, aqui, por exigência do Governo, um famoso acordo envolvendo o Fundo Monetário Internacional (FMI) para tapa-buraco. Protestamos, e a matéria foi votada. Estranho esse FMI, que ainda não pediu a prestação de contas do Governo do que gastou, de como e onde gastou esses recursos.

Senador Arthur Virgílio, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Heráclito, até para fazer justiça ao Senador José Maranhão, que tem voz nesta Casa e que conhecemos muito bem, e ao meu Colega de Congresso José Pi-

mental, que, infelizmente, não tem voz nesta Casa, mas que conheço bem também, como seu Colega, como seu amigo e como seu adversário de Câmara que fui, devo dizer que não tenho nenhuma dúvida de que os dois devem ter procurado mesmo agir com a maior lisura. Informou-me o Senador Sérgio Guerra que havia uma sensação de desconforto do Deputado Pimentel em relação ao que seriam as tais barricadas armadas para praticar, para chegar...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Declarou-o humildemente, de maneira sincera. É verdade.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – ...ao tal anexo, enfim. O fato – eu dizia isto agora ao meu querido amigo José Maranhão – é que não vamos torcer a verdade. Vamos admitir. Estou dizendo do apreço que tenho por ambos. Mas, se eu tivesse de buscar um santo para fazer um milagre, eu ia ter de procurar. Não estou convencido de tanta santidade assim, não.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – E vejo mais, Sr. Presidente – tolere-me um minuto: há Deputados que não falam nada, absolutamente nada, no plenário. Se se está falando de aborto, ele não opina; se se está falando de Lei Maria da Penha, não opina; se se está falando de divórcio, não opina; sobre a matéria que for, não opina. Mas vai à Comissão de Orçamento e é uma fera! Sabe tudo. Conhece o Regimento, é bom orador, dá nó em pingo d'água, faz e acontece. E você se pergunta: por que essa pessoa não brilha assim no plenário da Câmara, por que não brilha assim no plenário do Congresso, por que só manifesta sua sabedoria, sua sapiência, seu conhecimento regimental aqui, na Comissão? Algo o faz se interessar por aquilo. Fico impressionado! Quem não conhece imagina que são pessoas que não atuam. Quem vai ver percebe que atuam, que atuam até demais! Então, volto a dizer: meu Partido – é um direito dele – não se sente confortável com os padrões que são praticados naquela Comissão. Por isso, retirou-se. Não se retirou por que vai acabar amanhã, não. Não vai entrar na do ano que vem e está vendo que medidas tomar para que não continuemos a permitir que o Congresso marche para um novo escândalo, como o que já houve no passado. E V. Ex^a deu uma explicação sobre as tais “rachadinhas” – e talvez até sobre o porquê do fim delas – muito convincente. Eu dizia ao Senador Nery que foi muito inteligente e muito convincente sua explicação. Eu a anotei, porque era algo que não havia passado pelo meu descortino. Mas volto a dizer que não tenho dúvida alguma de que cumpriram sua missão da melhor maneira que puderam. Tenho respeito por ambos e gostaria de poder dizer a mesma

coisa de todos os membros da Comissão. Não quero generalizar, há muita gente boa ali, mas eu gostaria muito de rever aqueles métodos. Gostaria muito disso. E gostaria de ver algumas pessoas que são tão brilhantes lá o serem também na Câmara; gostaria que se interessassem por debate de política externa, que se interessassem por debate de política de educação e que não guardassem suas energias só para aquela briga de emenda para cá, emenda para acolá. É uma coisa muito estranha, que a mim me chama atenção e que a mim me causa espécie.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Arthur Virgílio, muito obrigado pelo aparte.

Senador José Maranhão...

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não, com o maior prazer e com a generosidade do Presidente, a quem agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Quero comunicar aos ilustres Senadores, sobretudo ao Senador Heráclito, valoroso Senador, que há outros oradores inscritos. E, na oportunidade, que seja bem pragmático na sua oração! Fico muito grato a V. Ex^a.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Garanto ao Presidente, que é um zeloso cumpridor do Regimento, e a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, que meu aparte será mais breve que o seu. Quero só dizer que também advogo mudanças institucionais no processo de elaboração do Orçamento. A Resolução nº 01 do Congresso Nacional foi um passo, mas, na medida em que aperfeiçoou o processo, ela ainda deixou muitas brechas, muitas janelas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Está precisando de algumas correções essa resolução.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Ela precisa ser corrigida. Mas pessoas como V. Ex^a e como o Senador Arthur Virgílio e todos nós, que temos preocupação com esse processo de elaboração do Orçamento, temos de nos fazer presentes para a elaboração de uma resolução que venha a substituir essa com vantagem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É claro.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Não é a vantagem pessoal para quem quer que seja, mas que, institucionalmente, sejam evitadas determinadas falhas e determinados processos que beneficiam aqueles que são mais presentes, atuando na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização! É preciso que a gente crie algum dispositivo – não sei qual é, no momento – que permita à totalidade de Deputados e de Senadores participar igualmente do processo de

elaboração do Orçamento. Não sei se isso é possível, mas é um esforço que temos de empreender. Desde já, comprometo-me com V. Ex^a, com o Senador Arthur Virgílio e com outros companheiros interessados no assunto, para, juntos, trabalharmos a n mãos e para alcançarmos esse resultado. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Concorde plenamente com V. Ex^a.

Aliás, Deputado José Pimentel, a primeira posição em que temos de brigar por mudança é com relação ao orçamento impositivo, porque discutimos, aqui, uma peça de ficção, já que as emendas da Base do Governo são aprovadas, são liberadas, e as da Oposição, não.

Isso faz parte da regra do jogo, mas é um erro. É um erro, porque a fome que dá em José dá em Francisco, ou a que dá em Francisco dá em José, mas essa é outra questão, que será debatida no futuro.

Quero dizer, Senador Maranhão e Deputado José Pimentel, que a presença de V. Ex^as aqui, no plenário, é altamente positiva, porque vieram com a responsabilidade, que ambos têm neste momento, de prestar esclarecimento e de corrigir dúvidas. Era preciso que isso fosse feito de maneira permanente. E repito: os que trouxeram as dúvidas para cá talvez sejam os que mais se beneficiaram, de maneira pouco clara, no Orçamento. É só uma questão de ver, é só uma questão de ver!

Louvo V. Ex^a por estar aqui, adotando postura diferente da de uns sub-reis do Orçamento que estavam, ontem à tarde, incitando uma divisão entre Câmara e Senado, o que não leva a lugar nenhum, a não ser para aqueles que são inimigos da democracia.

Finalizando, Senador Maranhão, quero dizer a V. Ex^a e ao Deputado José Pimentel que fico muito feliz com a liberação de recursos para o Tabuleiro Litorâneo, para o Tabuleiro do Norte.

Eu, como Senador da República, só peço o seguinte: de Corrente a Luís Correia, em qualquer quadrante do Piauí, botem um tostão, que serei grato! Não quero dizer que tenho prioridade em algum projeto, porque, indo dinheiro para o Piauí, para aplicação em recursos, atendendo Parnaíba no projeto litorâneo, atendendo Floriano, atendendo Corrente, atendendo o Piauí, para mim, é o bastante.

Como Senador da República, ao lado do Mão Santa, estamos aqui, no dia-a-dia, nessa luta, exatamente para não permitir que nosso Estado, tão injustiçado, seja olhado de viés, seja olhado com indiferença e com ingratidão por aqueles que governam o País neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço a palavra pela ordem, Presidente Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Informo ao ilustre Senador Mão Santa que o ilustre Senador José Nery está inscrito desde cedo e quer ter o direito à fala.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas serei muito breve, porque quero ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Se V. Ex^a se comprometer, serão apenas dois minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu e o País queremos ouvir José Nery.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Por apenas dois minutos, a Mesa concede a palavra a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pois não. Olha, vai saindo, ali, o Líder do Governo. Interessante, ô Jayme Campos, pois eu tinha acabado de convidar a senhora dele para ir lá. Recebi um *e-mail* dizendo que não pode, é tudo mentira nesse Governo do PT.

Olha, Luiz Inácio, o governadorzinho de lá, o que saiu no sanguessuga, o que saiu no Gautama, na Finatec, o campeão da corrupção, encheu que tem aeroporto internacional no Piauí.

Heráclito, eu já tinha até encomendado uma passagem, porque eu chego e vou para o litoral.

Convidei V. Ex^a e a família, ô Jayme Campos, para fazer do Piauí a sua praia, mas acontece que eu recebi um *e-mail* dizendo que retiraram o avião. Não tem nem mais teco-teco, e o Luiz Inácio e o Governador do Piauí, o rei da corrupção, botam em toda a imprensa que tem aeroporto internacional em São Raimundo Nonato, na Serra da Capivara. Lá, só tem jumento no aeroporto.

Então, é ridículo esse Governo, por isso é que não tem mais ninguém dele aqui. É o Governo da mentira.

Aeroporto internacional, Heráclito Fortes, não tem mais.

Eu e o Heráclito conseguimos a **Ocean Air**, viu, Jayme Campos, mas ela tirou do ar, forjou, porque o Governo do PT não pagava as passagens.

Então, nós lamentamos. V. Ex^a pode ir, mas vai ter de ir de carro para o litoral, porque não tem.

Quando eu era criança, ô Jayme Campos, saía-se de lá para Brejo, Teresina, Petrolina, Recife, Natal, Salvador e Rio de Janeiro. Aerovias Brasil, você se lembra? Cruzeiro do Norte, Pan Am, tinha até o Paranaense Transporte Aéreo, chamado de PTA – “prepara tua alma” –, porque caía de vez em quando. Quando eu era criança, tinha.

Eu governei o Piauí por seis anos, dez meses e seis dias, e nunca deixou, por um dia, de ter uma linha aérea. Então, o PT é o apagão do desenvolvimento e do turismo do Piauí.

Estamos aqui para conclamar, Heráclito, para viabilizar nova linha aérea. Em tudo não dá certo e, agora, no Orçamento também estamos sendo ludibriados.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Eu vou aceitar o convite de V. Ex^a para conhecer o Estado do Piauí dentro em breve, como convidado V. Ex^a também, Senador Mão Santa, para ir ao nosso Pantanal Mato-Grossense.

Concedo a palavra ao brilhante e valoroso Senador do Estado do Pará, José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, quero registrar e comentar o afastamento do poder do líder cubano Fidel Castro, depois de uma vida pública de 50 anos como referência mundial e, particularmente, latino-americana de luta e de resistência. Fidel Castro se afasta até numa demonstração de grandeza política, que garante que outros dirigentes comandem Cuba.

Por sinal, no último domingo, o Congresso de Cuba escolheu o conselho de Estado e, como Presidente, Raúl Castro, para continuar o processo de mudanças e de afirmação de um projeto de sociedade que, ao longo dos últimos 50 anos, recebeu todo tipo de ataque e bloqueio por parte do imperialismo. Mais do que nunca, recordo que, neste momento, a necessidade de destruir o exemplo cubano é grande, particularmente em toda a mídia internacional e nacional.

É impossível destruir a referência que é Cuba, um país que resistiu ao bloqueio econômico dos Estados Unidos durante 50 anos; um país literalmente ilhado, não apenas geograficamente, mas econômica e politicamente. Houve muitas tentativas de isolá-lo e bloqueá-lo, pelo exemplo que significou para outros povos no mundo, e Fidel Castro foi o líder contrário a esse processo, alguém que fez história, alguém que já está cravado na história latino-americana.

Houve 22 tentativas de assassinato pelo serviço secreto americano e tentativas de invasão de Cuba, como a da Baía dos Porcos, no tempo do Governo Kennedy, e tantas outras, mas o regime resistiu heroicamente. Mais do que isso, Fidel Castro colocou Cuba na geografia mundial, pelos inúmeros resultados positivos alcançados pela revolução.

Com o fim da União Soviética e o aumento do bloqueio econômico feito pelos Estados Unidos, Cuba enfrentou períodos difíceis. De 1989 a 1993, Cuba perdeu 90% das importações de petróleo, 80% do seu comércio exterior e 34% do seu PIB. Seu governo

precisou tomar medidas drásticas de racionalização do uso de energia e derivados do petróleo. Foi implantado um planejamento denominado “Período Especial”, que criou espaços para a iniciativa privada, especialmente na mineração e no turismo, além da permissão para o surgimento de negócios autônomos e o cooperativismo nas áreas rurais.

O bloqueio americano não venceu! Cuba é um país capaz de dizer que não tem analfabetismo; que tem um médico para cada 160 habitantes; onde a mortalidade infantil é do nível da dinamarquesa – 5,3 para cada mil nascidos vivos, contra 7 nos Estados Unidos e 27 no Brasil. Cuba conseguiu espetacular desempenho no esporte e, sem dúvida, mostrou o que é colocar o povo participando e sendo protagonista do seu próprio destino. É um dos países que têm o melhor nível cultural do mundo.

Nos últimos anos, Cuba tem atingido as taxas mais altas de crescimento na América Latina: 5,4% em 2004; 11,8% em 2005; 12,5% em 2006 e 7,5% em 2007. E conseguiu isso sob implacável cerco econômico dos Estados Unidos.

Desta tribuna, quero dizer que a grande vergonha é que o Presidente dos Estados Unidos mantenha uma base de prisão e tortura em território cubano, em Guantánamo. Esse é o governo americano.

Só haverá uma distensão maior em Cuba quando se quebrar o cerco total à ilha e os Estados Unidos pararem de apoiar ditadores sanguinários no mundo todo e, ao mesmo tempo, bradarem que falta democracia em Cuba.

O povo cubano tem o direito de continuar livremente escolhendo os seus caminhos políticos e econômicos, bem como seus governantes. Minha voz se soma à do Grupo Parlamentar Brasil-Cuba, que, nesta semana, entregou manifesto de solidariedade irrestrita ao povo cubano e de repúdio à cruzada beligerante norte-americana contra a pequena e valente ilha caribenha.

Ontem, uma delegação de mais de 15 Deputados e 2 Senadores dirigiu-se à Embaixada de Cuba. Fomos recebidos pelo Embaixador Núñez Mosquera, oportunidade em que o Grupo Parlamentar entregou esse manifesto. Recebemos do Embaixador a garantia de que o processo iniciado há 50 anos terá continuidade. Evidentemente, os novos dirigentes terão a sensibilidade política necessária para adotarem e melhorarem as conquistas que o povo cubano alcançou nas últimas cinco décadas.

Sr. Presidente, na ocasião, o Grupo Parlamentar Brasil-Cuba recebeu um convite para visitar o país, dialogar com seus novos dirigentes e continuar, na verdade, esse processo de integração, de amizade,

de respeito, que nos une ao processo, à luta, e às conquistas do povo cubano.

Viva o povo cubano! Viva o seu líder, nos últimos 50 anos, o Presidente Fidel Castro!

Viva a autodeterminação dos povos!

Fim imediato do bloqueio econômico imposto contra Cuba!

Sr. Presidente, esse é o sentimento daqueles que, ontem, estiveram manifestando irrestrito apoio à luta do povo cubano e às suas conquistas.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Nery, o Sr. Jayme Campos deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Nery, V. Ex^a acertou muito bem quando deu um “viva” ao povo cubano – aqui está o Senador Arthur Virgílio, que simboliza o Itamaraty, o internacional.

Quero dizer a V. Ex^a, Senador José Nery, que, em 1979, eu era Deputado Estadual, fui fazer um curso em planejamento familiar. Passei por Manaus para pegar o avião, num vôo Bogotá-México, que terminava lá na Flórida. Então, conheci, em 1979, os cubanos que lá chegaram. E fui... “Nova Havana” é como eles a chamam. Atentai bem! Era uma cidade interiorana do Nordeste. Eles tinham acabado de chegar. E, agora, recentemente, fui à Jamaica, em companhia de Heráclito Fortes, em missão da Comissão de Relações Exteriores, e fiquei em Havana. E voltei, Arthur Virgílio, à “Nova Havana”. Atentai bem! O povo cubano, todos ricos, prósperos e feliz. Na *Calle 8*, entrei num restaurante, dancei... a felicidade. Então, o povo cubano é grandioso. O povo cubano, aquele que está na região de “Nova Havana” encontra-se numa civilização alta: freqüenta **shopping** etc. Então, V. Ex^a acertou quando disse: “Viva o povo cubano!”

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA) – E viva a revolução!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Viva o Brasil! Viva o Congresso Nacional! Viva Arthur Virgílio, que é melhor do que o Barão do Rio Branco, porque o Barão do Rio Branco, em sua biografia, tem passagens racistas. E o Arthur Virgílio, eu acho, pode ser o Obama louro nas campanhas políticas a Presidente da República.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Na verdade, sou neto de um negro, e fruto de toda essa miscigenação que forma a raça brasileira. Muito obrigado a V. Ex^a.

Sr. Presidente, encaminhei hoje alguns requerimentos. Um voto de aplauso ao meu Clube de Regatas do Flamengo, do Rio de Janeiro, pela conquista da 18^a Taça Guanabara, em 2008, derrotando o valoroso time do Botafogo, num extraordinário jogo, com duas excelentes equipes em campo, o que valoriza ainda mais a vitória rubro-negra.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, encaminhei um voto de incentivo ao notável craque Ronaldo, para que ele possa, em sua recuperação, retornar o mais breve possível à Seleção Brasileira, a que ele sempre dedicou seu talento, seus esforços e sua dedicação, tornando-se um dos maiores futebolistas do universo.

Do mesmo modo, Sr. Presidente, encaminhei um voto de aplauso à vida de Georges Kastriget Mehdi, que dedica a sua vida à difusão do judô no Brasil, nos Estados Unidos e em diversos outros países.

Georges Kastriget Mehdi, que foi meu professor, meu mestre, uma querida figura, é o famoso “Georges francês”. O Rio de Janeiro inteiro o conhece como “Georges francês”. Campeão brasileiro, duas medalhas em jogos Pan-Americanos, grande técnico da Seleção Brasileira de Judô. Nasceu na França, mas veio morar no Brasil a partir dos 9 anos de idade. Naturalizou-se brasileiro, sendo reconhecido internacionalmente. Como havia dito, ele foi campeão brasileiro nas categorias pesado e absoluto. Foi para o Japão, a fim de aperfeiçoar a sua técnica, graduando-se em Educação Física na Universidade Tenri, no Estado de Nara. Ali, Mehdi viveu por dez anos inteiros e, ao retornar ao Brasil, introduziu no País a técnica de preparação física de atletas profissionais. Foi também professor na Universidade Gama Filho e na Escola de Educação Física do Exército, realizando, ademais, trabalhos para a Organização dos Estados Americanos.

Jorge Mehdi – desejo-lhe muita vida – merece ser homenageado assim, nos seus 80, 81, 82 anos, como o grande brasileiro, francês um pouco, mas o grande brasileiro que sempre foi.

Sr. Presidente, estive há pouco no gabinete do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, com outros parlamentares e familiares das vítimas do acidente com o avião da TAM em Congonhas, que fazia, em 17 de julho de 2007, o vôo 3054.

Fomos pedir providências mais rápidas para a solução definitiva do problema, que envolve centenas de familiares dos passageiros que perderam a vida naquele dia. Foi o mais trágico acidente da aviação brasileira, com a morte de 187 pessoas a bordo e outras que estavam no prédio da empresa.

O acidente ocorreu em 2007. Daqui a pouco, chegaremos ao mês de julho de 2008 e se completará então um ano.

No domingo retrasado, parentes e amigos dos vitimados participaram de caminhada de protesto pedindo a punição dos culpados pelo acidente.

Eles tinham o propósito de ouvir o Ministro Nelson Jobim, em primeiro lugar, quanto a medidas para resolver o problema que aflige os parentes dos passageiros mortos naquele acidente. E, ademais, também quanto às medidas de segurança para o aeroporto de Congonhas, inclusive a controvertida questão da liberação da pista em dias de chuva e a volta de conexões e escalas para o aeroporto.

Falo um pouco da pauta, Sr. Presidente.

No encontro a que tive o prazer de comparecer, os familiares das vítimas do acidente com o voo 3054 apresentaram ao Ministro uma pauta sincera do que pretendem. Os tópicos traduzem a angústia de que todos estão tomados. Transcrevo, para os Anais do Senado, os pontos principais do que foi entregue como documento ao Ministro Nelson Jobim.

Dizem os familiares das vítimas:

(...) Audiência com Ministro da Defesa, Nelson Jobim.

Integra a comitiva dos familiares o Coronel Dalmo Itaboraí dos Santos Nascimento, ex-chefe da Casa Militar do Governo do RS, designado pela Governador Yeda Crusius para tratar de questões relativas ao acidente com o Airbus da TAM e cuidar dos interesses dos familiares das vítimas.

Na audiência com o Ministro, além de tratar de questões específicas relativas às investigações das causas e responsabilidades do acidente com o Airbus da TAM em Congonhas, solicitando apoio do Ministro para a liberação de documentos solicitados pela Polícia de São Paulo a órgãos federais como ANAC e INFRAERO e também da transcrição integral dos dados da caixa preta, os representantes da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo TAMJJ3054 – AFAVITAM querem saber o que mudou em Congonhas depois da tragédia do voo TAMJJ3054 para que ele seja considerado pelo Ministério da Defesa como um aeroporto seguro.

Os familiares apontam para a inexistência de áreas de escape na pista do aeroporto paulista, em desacordo com normas internacionais de segurança, fator determinante

para a morte de 199 pessoas na noite de 17 de julho de 2007.

De acordo com os familiares, as modificações posteriormente feitas na pista de Congonhas, com a simples demarcação de 150 metros de área de escape em cada uma das cabeceiras, é insuficiente para garantir a segurança de pousos e decolagens de grandes aeronaves como o Airbus A320 e Boeing 737-700 e 737-800. Além de reduzir a pista em 300 metros, a medida não atende às especificações técnicas ideais para uma área de escape, que deve ser projetada de forma a reter ou ajudar a frear o avião numa eventual saída de pista.

E continua o documento da AFAVITAM:

De acordo com as normas internacionais, a segurança de pousos e decolagens de grandes aeronaves em pistas curtas como a de Congonhas está diretamente relacionada principalmente ao peso e à velocidade dos aviões na hora do pouso. A fiscalização deficiente, no entanto, faz com que este controle seja responsabilidade única e exclusiva da companhia aérea, assim como a manutenção das aeronaves.

Um relatório divulgado pela ANAC em 31 de outubro do ano passado, no mesmo dia em que Milton Zuanazzi deixou a presidência da agência, diz que a situação é crítica na fiscalização e manutenção dos aviões de grande porte. De acordo com a Superintendência de Segurança Operacional, são 21 inspetores na equipe. Destes, somente dois chegaram por recente concurso público. Outros 12 são militares cedidos pelo antigo DAC e já têm direito de ir para a reserva.

O número reduzido de inspetores faz com que apenas sejam verificados os registros em papel, quando o ideal seria verificar pessoalmente os procedimentos de manutenção. O responsável pelo setor estima que são necessários 50 fiscais para otimizar o trabalho, com fiscais “residentes” nas principais empresas, como ocorre nos Estados Unidos.

AFAVITAM quer seguro obrigatório corrigido e avanços incorporados assegurados para outros familiares de vítimas no caso de outro acidente.

Outra questão a ser tratada pela Afavitam nas audiências em Brasília diz respeito ao valor do seguro obrigatório (RETA), cujo valor, estabelecido em 1986, ainda é calculado em OTNs. Para assegurar o pagamento dos valores corrigidos, considerando os expurgos inflacionários de todo o período que se segue após a determinação deste valor, o segurado precisa hoje ingressar com uma ação judicial solicitando a correção, o que pode demorar até dois anos. Devidamente corrigido, o valor do seguro obrigatório é quase 10 vezes maior ao que é praticado hoje pelas seguradoras. Os familiares querem a interferência do Ministro Jobim junto à SUSEPE e à ANAC para que a correção destes valores seja feita de forma mais rápida e definitiva. Também vão solicitar o apoio de Chinaglia e Ivan Valente para que familiares de vítimas de outros acidentes aéreos possam ter assegurado, no futuro, o direito ao pagamento deste valor já corrigido.

Nesta mesma linha, a Afavitam vai sugerir ao Ministro Jobim que os avanços conquistados pelos familiares das vítimas do voo TAMJJ3054 através da assinatura de um termo de compromisso pela companhia aérea sejam incorporados a IAC 200-1001 (Instrução de Aviação Civil que regulamenta o plano de assistência às vítimas de acidente aeronáutico e apoio a seus familiares) no caso de ocorrer outra tragédia como a de Congonhas.

Neste momento, encerro o documento. Aqui acaba o documento dos familiares e amigos de vítimas do voo da TAM.

Concluo essa parte do meu pronunciamento, Sr. Presidente, dizendo que a caminhada que os familiares das vítimas no acidente fizeram recentemente incluiu uma visita ao local onde ocorreu o choque do Airbus da TAM, como se recorda, no prédio da TAM-Express.

Nessa manifestação ordeira, a Sr^a Ana Maria Finzsch, mãe de Peter, que morreu no acidente, segurava uma faixa com a foto da ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil, Denise Abreu, estampada, cobrando para que a ex-diretora prestasse depoimento sobre o caso.

A referida senhora não compareceu a nenhuma das três convocações policiais para prestar depoimento.

Agora, a Anac está entregue às mãos responsáveis da Diretora Solange Paiva Vieira, a quem dirijo o

apelo dos familiares das vítimas, que pedem solução para o problema.

A TAM preocupa-se muito mais com o visual dos seus novos aviões. Um deles, com a nova logomarca da empresa, traz assinaturas de centenas de pessoas. Será que aí estão também os nomes de algumas das vítimas do acidente? Pergunto eu. Os familiares desses que perderam a vida não pleiteiam isso. Querem apenas justiça e maior presteza.

O Ministro Jobim, em suas respostas, foi preciso e consistente. Deu-me esperanças. Louvo ainda a organização da Afavitam (Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas da TAM), que, por cima de tanta dor, pensa agora nos outros, procurando ajudar a evitar novos acidentes, novos desastres, novas lágrimas.

Quanto a essa parte, Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Tenho ainda uma pequena comunicação a fazer.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, semear livros à mancha foi a mensagem do poeta, pela cultura e educação do Brasil. Como os livros, a receita de Castro Alves serve também para estimular a criação de escolas: semear escolas à mancha. Qualquer que seja a escola. E hoje quero referir-me aos aeroclubes espalhados pelo Brasil, funcionando como simples, mas autênticos, centros de formação de pilotos para nossa aviação civil.

Semear, sim! Fechar, jamais! E Isso não passa pela cabeça de ninguém, a não ser, inadvertidamente, por alguns escalões da Agência Nacional de Aviação Civil, agora felizmente entregue à competente direção de Solange Paiva Vieira.

Falei em ações inadvertidas. Porém, com o único objetivo de transmitir o que parece ser um risco para os aeroclubes brasileiros. Risco sim. Eles podem deixar de existir, se vier a prevalecer a idéia da Anac de leiloar os pequenos aviões monomotores cedidos aos aeroclubes, por empréstimo, pelo antigo Departamento de Aviação Civil – DAC, de que a Agência Nacional de Aviação Civil, a Anac, é sucessora.

O fato, que hoje assusta os aeroclubes, é a descoberta, feita em levantamento que aponta a Anac, como dona de 433 pequenos aviões, que a agência herdou do DAC.

Além de realizar o levantamento, a Anac estaria propensa a leiloar os aviões, sob a alegação de que não pretende manter esse patrimônio nem ministrar cursos de aviação civil, ressaltando que “estimula a formação de novos pilotos”. Nem precisa. Basta apoiar os existentes, naturalmente com os pequenos aviões. Não sei dos planos da Anac nem qual seria o pensa-

mento da Dr^a Solange. O que sei é que não são poucos os *e-mails* que recebo dos aeroclubes do interior brasileiro, lamentando o que já seria uma decisão da agência.

Não creio que a venda desses pequenos aviões seja o melhor caminho, Sr. Presidente. Mais conveniente seria acompanhar os versos de Castro Alves e ajudar a “semear escolas à mancheia”, no caso, escolas de pilotos, por todos os títulos, uma boa ajuda à aviação civil brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Arthur Virgílio, temos de nos orgulhar, porque duvido muito, muito mesmo que Obama, que está encantando os Estados Unidos, esteja à altura de V. Ex^a. V. Ex^a é o grande Líder deste País.

Quero lembrar o momento mais bonito deste Senado, quando enterramos a CPMF, e dizíamos com convicção e preparo que o País não iria acabar, e que o dinheiro ia ficar nas mãos santas e boas dos operários e das mães, que circularia, e que isso aumentaria a receita, por nossa experiência. Era com convicção. E um dos dias mais felizes quando V. Ex^a me escolheu para ser o vice-líder daquele grupo, que lembra os 300 de Atenas.

Lembro, então, que V. Ex^a tem que continuar nessa liderança, porque V. Ex^a é o líder das oposições do Brasil. V. Ex^a pode surpreender, como Obama está surpreendendo.

Mas há dois problemas a respeito dos quais quero adverti-lo.

Atentai bem, estou decepcionado. Aqueles votos contra os quais lutamos e esbravejamos vêm aí, mas que não venha o dos velhinhos aposentados, aqueles que estudamos na calada das madrugadas, na Comissão dirigida pelo competente Tasso Jereissati. Paulo Paim foi ameaçado a ter de deixar, e nós ficamos com a responsabilidade: restituímos aos velhinhos 16,7%, e os aloprados fizeram a cabeça do nosso Presidente, que os reduziu para 4%. Ele não vem. E mais: não vêm a Sudene, nem a Sudam, só nos papéis, só na demagogia. O Orçamento não virá, para se discutir. Então, digo a V. Ex^a que, com a liderança que tem na Oposição, ainda há tempo de fazermos esses votos.

O Governo se gaba: “Somos credores, não devemos aos banqueiros, não devemos aos gringos”. Mas deve aos nossos velhinhos. Vamos passar a dever, como Fernando Henrique, mas não vamos dever aos nossos velhinhos aposentados.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente. O Governo se esquece de dizer

que deve de dívida pública interna alguma coisa como R\$1,1 trilhão, ou seja, dívida existe. Existe dívida grave, que não deve jamais ser caloteada, até porque é dívida que pertence basicamente à classe média brasileira. Ela é que tem rolado os nossos títulos.

Enfim, agradeço a V. Ex^a suas palavras, seu estímulo. E, nessa sessão dos vetos, tenho certeza de que V. Ex^a, eu e tantos outros Senadores, como o Senador José Agripino e tantos companheiros, estaremos aí para fazer uma bela sessão e exigir que sessões de veto virem rotina e que nenhum veto deixe de ser apreciado. Se o Governo tem força, que mantenha os vetos; se não tem, que o veto caia, mas que o Congresso não abra mão – e aí é um papel a ser cobrado dessa boa figura humana e política que é o Senador Garibaldi Alves – da sua prerrogativa inteira. E a prerrogativa inteira exige que se faça, regularmente, sessão para apreciação de vetos presidenciais. Veto mantido, rito feito: o Presidente ganhou. Veto batido significa também rito feito, completado e vitória do Congresso. Em qualquer circunstância, nós nos conformamos. O que não queremos é a subversão das regras do jogo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– E os nossos aplausos, também, para V. Ex^a. O nosso Poder é para isto mesmo: orientar. Somos os pais da Pátria. E, quanto à administradora Solange, é adverti-la sobre os aeroclubes. Esta é a história: Assis Chateaubriand, ex-Senador desta Casa e Embaixador, quanto fez por isso. Os aeroclubes deram inspiração na formação dos nossos jovens aviadores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O meu pai foi fundador do Aeroclube do Amazonas. Tenho um grande carinho pelos aeroclubes brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a dá essa grande contribuição. Eu quero dar uma contribuição para o Ministro Nelson Jobim. Ele mandou, e nós agimos rapidamente – este é o melhor Senado da República –, para aumentar o quadro dos almirantes e contra-almirantes. Mas não é isso, não. É uma vergonha. O capitão da Marinha e o equivalente na Aeronáutica e no Exército. Olhem, R\$10.448,00 é o DAS-6 para os que são nomeados aí, graciosamente, sem concurso, e um capitão da Marinha está ganhando menos da metade disso. Esta, então, é a grande reforma que precisa ser feita: a revisão do salário das nossas Forças Armadas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concordo plenamente, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 105, DE 2008

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008 (nº 2.440, de 2007, na origem), que altera os incisos II e III do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e Praças da Marinha.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

I – Relatório

Esta Comissão examina o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 11, de 2008 (nº 2.440, de 2007, na origem). O referido Projeto, originário do Poder Executivo, altera os incisos II e III do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e Praças da Marinha.

A proposição, encaminhada pelo Senhor Presidente da República, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, tendo passado naquela Casa pelas Comissões de Finanças e Tributação, de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e de Constituição, Justiça e de Cidadania.

O Projeto de Lei em epígrafe altera o limite máximo do efetivo de oficiais-generais do Comando da Marinha, para adequá-lo às atuais demandas da Força. Em sua Exposição de Motivos nº 603/MD, de 2007, Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Defesa, Nelson Jobim, esclarece que a proposição busca atualizar e racionalizar o diploma legal em vigor, com vistas a modernizá-lo e consolidar em um único documento a legislação sobre a matéria. Aduz, ainda, que as alterações propostas asseguram o respaldo para efetuar os ajustes considerados imperiosos para a reestruturação da Força, garantindo o seu eficaz emprego.

Dessa forma, o PLC contempla a ampliação do limite dos efetivos de Oficiais em dois Vice-Almirantes e oito Contra-Almirantes. Argumenta-se que isso permitirá à nova estrutura uma realocação mais

racional de tarefas pelos diversos setores daquela Força, bem como melhorias em pontos específicos, a começar pelos postos mais elevados da hierarquia, possibilitando maior eficácia no cumprimento de sua missão.

A Exposição de Motivos destaca, ainda, que não há impacto orçamentário-financeiro decorrente da aprovação da proposição em tela, uma vez que o efetivo da Marinha autorizado pelo Presidente da República no Decreto nº 6.089/2007 é de 6.865 oficiais enquanto o estabelecido pela Lei nº 9.519/1997 é de 7.190 oficiais, 335 aquém do máximo permitido.

II – Análise

O Projeto em apreço revela a busca pela adequação do perfil do Comando aos desafios advindos da sua atual dimensão, da magnitude de suas atribuições e da tendência irrefutável do desenvolvimento tecnológico dos sistemas de defesa, de ensino, de preservação do meio ambiente e do preparo e emprego da Força. Também contribui para a melhoria dos Corpos e Quadros.

Cabe ressaltar que a última alteração dos efetivos de oficiais-generais da Marinha ocorreu em 1983, há 25 anos e, portanto, antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei Complementar nº 97 de 1999, que prevêem diversas atividades subsidiárias para a Força Naval.

No que concerne às competências desta Comissão, a alteração mostra-se necessária e benéfica à Marinha do Brasil e, portanto, aos interesses nacionais. Contribuirá, certamente, para o aumento da eficiência da Força, uma vez que constitui medida importante para a renovação, o equilíbrio e a regularidade no acesso dos diferentes Corpos e Quadros da Marinha do Brasil.

A proposição não encontra óbices regimentais ou legais, e é produzida em boa técnica legislativa.

III – Voto

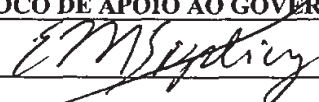
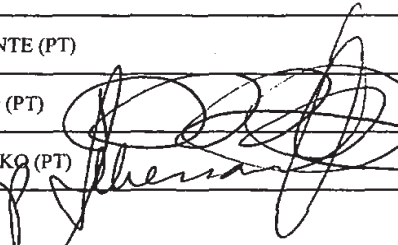
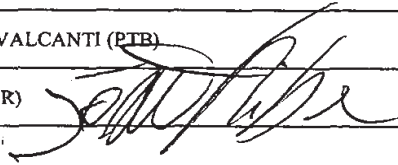
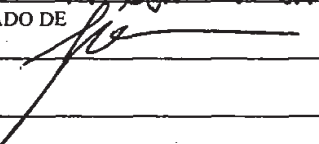
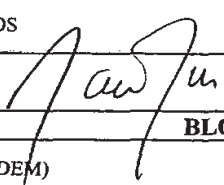
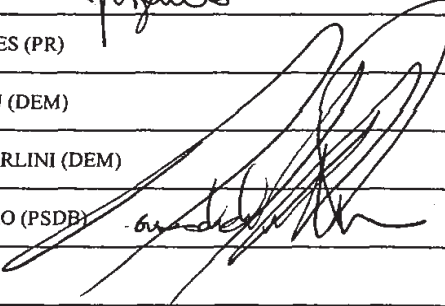
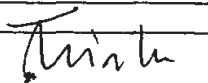
Pelo exposto opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008.

Sala da Comissão, 28 de fevereiro de 2008.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 11, DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE ___/___/___, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 	
RELATOR: 	
TITULARES SUPLENTE	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	
EDUARDO SUPLICY (PT) 	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	4 - SERYS SLHESARENKO (PT) 
JOÃO RIBEIRO (BR) 	5 - FÁTIMA CLEIDE (PT)
	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)
PMDB	
PEDRO SIMON	1 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR
MÃO SANTA 	2 - LEOMAR QUINTANILHA 
ALMEIDA LIMA	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA 
JARBAS VASCONCELOS	4 - GILVAN BORGES
PAULO DUQUE 	5 - VAGO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES (DEM)	1 - JOSÉ NERY (PSOL) 
MARCO MACIEL (DEM)	2 - CÉSAR BORGES (PR)
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	3 - KÁTIA ABREU (DEM)
ROMEU TUMA (PTB)	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB) 
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - VAGO
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR 	1 - VAGO
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE 	1 - JEFFERSON PÉRES

PARECER Nº 106, DE 2008

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Indicação nº 2, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere, nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado, o estudo de todas as matérias que se encontram em tramitação nesta Casa e que tratem da questão do Trabalho Escravo.

Relator **ad hoc**: Senador **Flávio Arns**

Relator: Senador **José Nery**

I – Relatório

Esta Comissão examina a Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que propõe, nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado (RISF), que, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo analise todas as matérias que tratem dessa temática e que se encontram em tramitação nesta Casa.

Na justificação, a autora afirma que a questão do trabalho escravo é um problema grave enfrentado em nosso País: “A luta pela acumulação de riquezas continua levando, ainda hoje, seres humanos a espoliarem outros seres humanos de forma a auferirem o máximo de lucro possível, mesmo que para isso esta espoliação seja total, tornando o trabalhador em mais uma máquina do sistema produtivo”.

Registra, ainda, que tramitam, nesta Casa, inúmeros projetos sobre esta questão. No entanto, a tramitação é lenta. Faz-se necessária a realização de um esforço adicional para o avanço da legislação, para que

possamos responder, de forma contundente, à esta barbaridade que é o trabalho escravo.

II – Análise

Nos termos do inciso III do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre “garantia e promoção dos direitos humanos”.

Sem sombra de dúvida, o trabalho escravo é a negação completa dos direitos inerentes à pessoa humana. A temática, portanto, insere-se no âmbito da competência desta Comissão.

A indicação, por sua vez, é uma provocação para que determinado assunto seja objeto de providência ou estudo, com vistas a um esclarecimento ou para se transformar em proposição legislativa. Trata-se, em nosso entendimento, do instrumento adequado para suscitar a análise ampla do tema proposto junto à Subcomissão de Trabalho Escravo. Cremos que, do estudo conjunto das proposições em andamento, poderá ser obtido um denominador comum e poderão ser encontradas formas de agilizar as mudanças na legislação, que são urgentes para milhares de trabalhadores brasileiros.

III – Voto

À vista do exposto, opinamos pela aprovação da indicação. Um amplo debate e a análise em conjunto das diversas sugestões pode, com certeza, representar um avanço qualitativo no combate ao trabalho escravo.

Sala da Comissão, 6 de dezembro de 2007.

INDICAÇÃO Nº 2 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06 / 12 / 2007, OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

RELATOR:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC DO B/PRB/PP)

FLÁVIO ARNS (RELATOR "Ad Hoc") 1 - SERYS SLHESSARENKO

FÁTIMA CLEIDE 2 - EDUARDO SUPPLY

PAULO PAIM (PRESIDENTE) 3 - SÉRGIO ZAMBIASI

PATRÍCIA SABOYA 4 - SIBÁ MACHADO

INÁCIO ARRUDA 5 - IDELI SALVATTI

JOSE NERY (vaga pedida pelo PSOL) 6 - MARCELO CRIVELLA

PMDB

LEOMAR QUINTANILHA 1 - MÃO SANTA

GERALDO MESQUITA JÚNIOR 2 - ROMERO JUCÁ

PAULO DUQUE 3 - EDISON LOBÃO

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA 4 - VALTER PEREIRA

GILVAM BORGES 5 - JARBAS VASCONCELOS

BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)

CÉSAR BORGES 1 - VAGO

ELISEU RESENDE 2 - HERÁCLITO FORTES

ROMEU TUMA 3 - JAYME CAMPOS

JONAS PINHEIRO 4 - MARIA DO CARMO ALVES

ARTHUR VIRGÍLIO 5 - MÁRIO COUTO

CÍCERO LUCENA 6 - LÚCIA VÂNIA

MAGNO MALTA 7 - PAPALÉO PAES

PDT

CRISTOVAM BUARQUE 1 - VAGO

PSOL

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os pareceres que acabam de serem lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa ofício que passo a ler.

É lido o seguinte

OF. Nº 12/2008 – CRE

Brasília, 28 de fevereiro de 2008

Assunto: Encaminhamento do Projeto de Lei da Câmara nº 11 de 2008.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal
Senado Federal

Nesta

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, na reunião do dia 28 de fevereiro do corrente, nos termos do art. 91, § 2º, aprovou em decisão terminativa Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2008, de autoria da Presidência da República, que “altera os incisos II e III do **caput** do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos corpos e quadros de oficiais e de praça da marinha”.

2. Por oportuno, aproveito para renovar meus protestos de estima e consideração. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Com referência ao expediente lido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Convidamos todos para a reunião amanhã, sexta-

feira. Este é o Senado que se reúne às sextas-feiras, às 9h da manhã.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada esta sessão de 28 de fevereiro, sob a orientação e coordenação da nossa Secretária-Geral da Mesa Drª Cláudia Lyra.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 44 minutos.)

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO

28-2-2008

Quinta-feira

**10:00 Sessão Solene em Homenagem Póstuma ao
Senador Jonas Pinheiro**

Plenário do Senado Federal

10:30 Visita do Ministro da Fazenda, Guido Mantega

Gabinete do Presidente do Senado Federal

11:00 Visita do Embaixador do Peru – Hugo de Zela Martínez

Gabinete do Presidente do Senado Federal

11:30 Dr. Paulo Lacerda – Diretor da Abin

Gabinete do Presidente do Senado Federal

15:00 Visita do Presidente da Associação do Magistrados Brasileiros, Juiz Mozart

Gabinete do Presidente do Senado Federal

16:00 Ordem do Dia – Sessão Deliberativa

Plenário do Senado Federal

18:00 Visita do Prefeito de Recife, João Paulo Lima e Silva Presidente da Frente Nacional de Prefeitos

Gabinete do Presidente do Senado Federal

CONVÊNIO Nº 0003 / 2008
(PROCESSO Nº 015.225/05-4)

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O
SENADO FEDERAL E O BANCO
SANTANDER S.A. PARA EMPRÉSTIMOS
A SENADORES E SERVIDORES, SOB
CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE
PAGAMENTO.**

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, AGACIEL DA SILVA MAIA, e, do outro lado, o **BANCO SANTANDER S.A.**, inscrito no CNPJ sob o n.º 90.400.888/0001-42, com sede na Rua Amador Bueno, nº 474, Santo Amaro, São Paulo – SP, CEP 04.752-901, contato Cristiane Maria Medeiros Santos, telefone (61) 3322-1441, (61) 9235-9980, doravante designado **CONVENIADO**, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares dos Decretos n.º 4.961, de 20 de janeiro de 2004, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao **CONVENIADO**, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores do Senado Federal, com mais de seis meses de exercício no cargo.

Parágrafo único - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 11 do Decreto n.º 4.961, de 2004.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do **CONVENIADO**.



Parágrafo único - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo CONVENIADO, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o SENADO FEDERAL compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao CONVENIADO, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência do CONVENIADO, especificada na Cláusula Segunda.

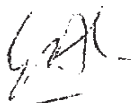
Parágrafo único - A consignação em folha de pagamento não implica corresponsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DO CONVENIADO

Do CONVENIADO será cobrada mensalmente a quantia de R\$ 2,00 (dois reais) por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

Parágrafo Primeiro - O CONVENIADO encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

Parágrafo Segundo - O CONVENIADO se obriga a fornecer aos consignados extrato mensal, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados



detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao CONVENIADO a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo SENADO FEDERAL.

Parágrafo único – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados do que preceitua o art. 18 do Decreto n.º 4.961, de 2004, quanto às responsabilidades administrativa, civil e penal.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O SENADO FEDERAL obriga-se a recolher ao CONVENIADO, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, observando-se o disposto no artigo 13 do Decreto n.º 4.961, de 2004, em sua conta corrente, a ser informado pelo CONVENIADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o SENADO FEDERAL se obriga a comunicar o fato, imediatamente, ao CONVENIADO, na forma do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Décima Primeira.

Parágrafo único – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pelo CONVENIADO das obrigações fixadas na Cláusula Quarta sujeitará o CONVENIADO às sanções legais estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, além do imediato descredenciamento perante o Senado Federal.



CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

Parágrafo único - A consignação relativa a amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário, nos termos do inciso II do art. 17 do Decreto n.º 4.961, de 2004.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

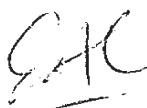
Parágrafo único - Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, aplicando-se ainda as normas previstas nos Decretos n.ºs 4.961, de 20 de janeiro de 2004 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.º 8.666/93 e 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

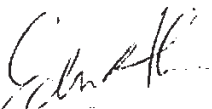


E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2008.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL



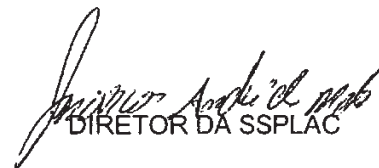
EDUARDO ÁLVAREZ GARRIDO
CI para Estrangeiro V-346153M DELEMAF
CPF nº 228.866.408-83
BANCO SANTANDER BANESPA S.A.



DOUGLAS CORRÊA DA SILVA
RG nº 26.596.817-3 SSP-SP
CPF nº 168.063.828-94
BANCO SANTANDER BANESPA S.A.



Diretor da SADCON



DIRETOR DA SSPLAC

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Minoria-DEM - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Moraes*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Álvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na Sessão Deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	

PTB ⁽⁶⁾	
João Vicente Claudino	1.
Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shlessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	8. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	9. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. VAGO ⁽⁵⁾
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Shessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁴⁾	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO ⁽³⁾
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
VAGO ⁽⁶⁾	3. VAGO ⁽⁵⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Lúcia Vânia (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
João Ribeiro (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. VAGO ⁽⁹⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
VAGO ⁽¹⁰⁾	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽¹¹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

10. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS DIREITOS DAS MULHERES

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁶⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽²⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. VAGO ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Fernando Collor	1. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. VAGO ⁽⁵⁾
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhau

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. César Borges (PR)
Expedito Júnior (PR)	4. Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽²⁾	2. Eliseu Resende (DEM)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. João Ribeiro (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

PROCURADORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	
VAGO	
VAGO	
VAGO	
VAGO	

Atualização: 23/11/2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
VAGO
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 02/10/2007

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u>
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 12.12.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. MATTEO CHIARELLI ⁴ (DEM/RS)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 2.10.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Em substituição ao Deputado Gervásio Silva, conforme Ofício nº 331-L-DEM/07, de 2.10.2007, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 2.10.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



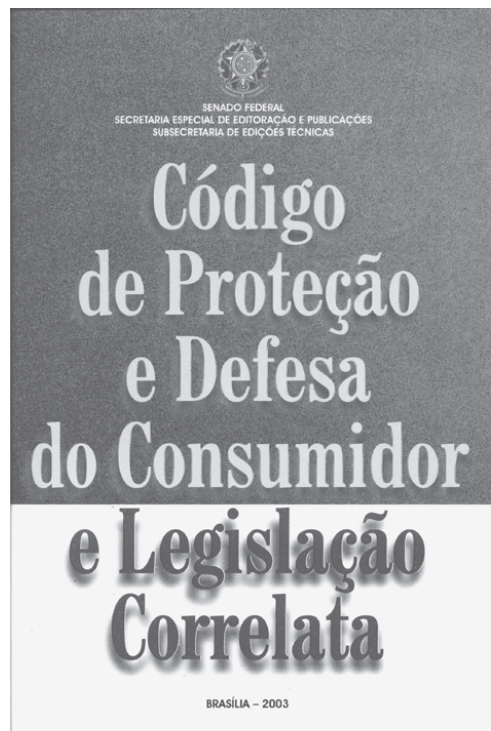
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 190 PÁGINAS